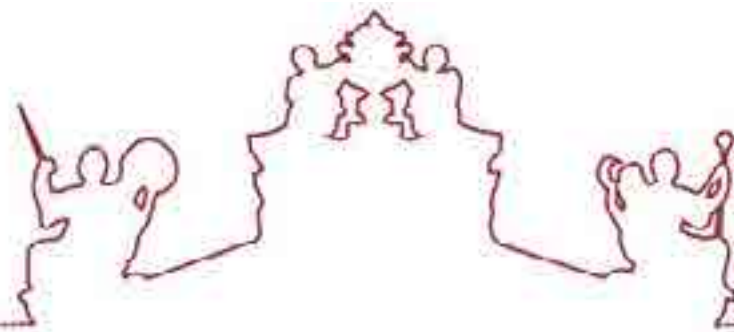




Universidade de Évora - Escola de Artes

Mestrado Integrado em Arquitetura

Dissertação

**Integração da arquitetura Franciscana na Paisagem: o
paradigma do convento de Santa Cruz de Sintra e Santa
Maria de Arrábida**

Eduardo da Costa Bote

Orientador(es) | Maria do Céu Tereno
Daniel Nicolas Ferrera

Évora 2021



Universidade de Évora - Escola de Artes

Mestrado Integrado em Arquitetura

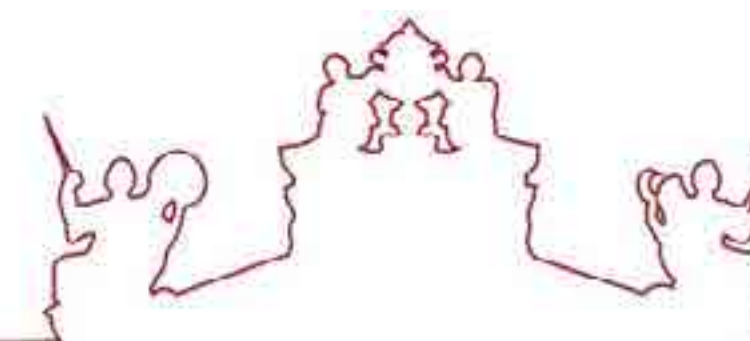
Dissertação

**Integração da arquitetura Franciscana na Paisagem: o
paradigma do convento de Santa Cruz de Sintra e Santa
Maria de Arrábida**

Eduardo da Costa Bote

Orientador(es) | Maria do Céu Tereno
Daniel Nicolas Ferrera

Évora 2021



A dissertação foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Artes:

Presidente | Jorge Duarte Sá (Universidade de Évora)

Vogais | Filomena Monteiro (Câmara Municipal de Évora) (Arguente)
Maria do Céu Tereno (Universidade de Évora) (Orientador)

Agradecimentos

Para a concretização deste trabalho foi essencial o contributo de algumas pessoas, desde o processo de investigação até à execução da componente projetual, ajudando-me com o seu apoio e conhecimento, a quem francamente agradeço. Este trabalho é dedicado ao Prof. Doutor António Álvaro Borges Abel que contribuí muito para a escolha deste tema de investigação mas principalmente pela partilha de conhecimento dentro e fora da sala de aula.

Em primeiro lugar, quero manifestar o meu tributo de gratidão à Prof.^a Doutora Maria do Céu Simões Tereno, pela orientação bastante útil e importante nos contextos históricos, artísticos e bibliográficos que permitiram ampliar e enriquecer o documento, assim como o interesse e motivação manifestado pelo tema.

Agradecer ao Prof. Daniel Nicolas Jiménez Ferrera também pela sua orientação, e toda a confiança e disponibilidade demonstrada para acompanhar e melhorar o desenvolvimento do projeto.

Ao Parques de Sintra-Monte da Lua (PSML), proprietário do Convento da Santa Cruz de Sintra, pela disponibilização de visitas ao interior do convento.

À Historiadora Ana Ruela Ramos de Assis Pacheco, aos Técnicos da Fundação Oriente, Eduarda Dimas e Alexandre Correia, por partilhar os documentos do Arquivo relativamente ao Convento de Nossa Senhora da Arrábida.

Por último, mas não menos importante, à minha Família, que sem eles isso não seria possível, aos meus amigos, especialmente a Maria Cristina de Almeida que me acompanhou nas visitas aos conventos e colegas do “Atelier 6” que me acompanharam nesta caminhada.

Acrónimos, Siglas e Observações

Cf., cfr. - Confira, conferir

DGPC - Direcção Geral do Património Cultural

Dir. - direção

FIG. - Figura

Fr. - Frei

ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

ICOMOS - International Council on Monuments and Sites

IGESPAR - Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico

IPA - Inventário do Património Arquitectónico

IPM - Imóvel de Interesse Municipal

IPPAR - Instituto Português do Património Arquitectónico

IPPC - Instituto Português do Património Cultural

MIM - Monumento de Interesse Municipal

IIP - Imóvel de Interesse Público

MN - Monumento Nacional

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

Op. cit. - Opere citato (Obra citada)

p. - página

pp. - Páginas

PNSC - Parque Natural de Sintra-Cascais

s.d. - sem data

Vol – Volume

NOTA:

Esta dissertação foi escrita em concordância com o Novo Acordo Ortográfico e segundo a Norma APA.

ÍNDICE GERAL

00. INTRODUÇÃO

- Resumo.....15

- Objeto.....17

- Motivação.....18

- Objetivos.....19

- Metodologias.....20

- Estado da Arte.....21

01. TERRITÓRIO

01.1- Análise Geomorfológica.....24

- Hidrografia: Linhas de aguas e festos.....26

- Conservação da natureza.....27

- Estrutura ecológica.....28

- Morfologia do terreno.....29

- Relevo.....30

-Solo e subsolo.....31

- Vegetação.....32

01.2 - O Lugar

- Parques e Reservas Naturais em Portugal.....37

- Parque Natural da Arrábida/ Serra da Arrábida.....43

- Parque Natural Sintra Cascais/ Serra de Sintra.....47

01.3 - Paisagem e Património

- Paisagem.....53

- Análise da evolução semântica e histórica do conceito paisagem.....55

-Anoção da paisagem.....57

- Paisagem Natural e Paisagem Cultural.....65

- Paisagem como Património.....67

- Património.....71

- Contributo para a análise etimológica e concetual da noção de Património.....73

- Património Natural e Património Cultural.....75

- Património Arquiteónico/Monumento Histórico.....76

- Contributo para a análise etimológica e concetual da noção de Património.....77

02. CONSTRUÇÃO DA ARQUITETURA MÍSTICA

02.1 - Enquadramento Histórico da Ordem (século XIII-1834)

- A origem dos Franciscanos.....81

- Os franciscanos em Portugal.....89

- Os franciscanos capuchos da Província de Arrábida.....99

- Província daArrábida.....103

- Conventos da Província da Arrábida.....106

- Conclusão do levantamento dos conventos.....151

- Implantação Franciscana Capucha no Território.....153

02.2 - Arquitetura capucha.....161

- Estatutos estabelecidos.....165

- Local de implantação.....167

02.3 - Convento Santa Maria de Arrábida.....168

- Cronologia.....171

- Implantação Estratégica.....173

- Evolução Histórica175

- Evolução Morfológica.....177

- Descrição.....179

- Estado de Conservação.....181

02.4 - Convento Santa Cruz de Sintra.....182

- Cronologia.....185

- Implantação Estratégica.....187

- Evolução Histórica.....189

- Evolução Morfológica e Descrição.....195

- Conclusão.....201

03. CASO DE ESTUDO

03.1 - Mosteiro de Santa Clara Velha, Coimbra.....204

03.2 - A Capela “Notre Dame du Haut”, em Ronchamp (1950-1955).....213

03.3 - Ronchamp Gatehouse and Monastery, Ronchamp, França (2006 – 2011).....219

04. SINTRA

04.1- Análise da vila de Sintra.....230

- Cronologia.....232

- Localização Estratégica.....237

- Enquadramento Histórico.....239

- Evolução Urbana.....241

05. PROPOSTA

05.1 - Revitalizar o património.....247

- Diferentes tipos de transformações, adaptações e utilizações dos conventos na atualidade.....247

05.2 - Casos práticos.....250

- Convento de Santa Maria do Bouro Pousada.....252

- Convento da Ordem Terceira de São Francisco – Escola.....256

- Convento de São Francisco da Cidade – Universidade.....260

- Convento de Nossa Senhora do Bom Sucesso – Colégio.....264

- Convento de São Domingos de Benfica – Academia Militar.....268

- Convento de Santa Marta – Hospital.....272

- Convento de São Domingos/Convento de Nossa Senhora da Consolação – Biblioteca Abrantes.....276

- Convento de Espírito Santo – Museu.....280

05.3 - Proposta de Intervenção.....284

06. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....328

07. ÍNDICE DE IMAGENS.....330

08. BIBLIOGRAFIA.....342

09. ANEXOS.....346



Fig. 1 - Claustro do convento ilustrado por William H. Burnett (c.1834)

Fonte: ©Biblioteca Nacional de Portugal



Fig. 2 - Convento Santa Maria da Arrábida

Fonte: ©Arquivo Fundação Oriente

RESUMO

O convento Santa Cruz de Sintra ou Convento da cortiça foi fundado em 1560 na Serra de Sintra. Este convento encontra-se inserido na Paisagem Cultural de Sintra, classificado pela Unesco, desde 1995, como Património Mundial na categoria da Paisagem Cultural.

O conjunto monástico, fundado no século XVI, pertenceu aos Frades Menores Capuchos, religiosos da Ordem Franciscana, sendo que as características rígidas dos respetivos austeros ideais estão intimamente presentes na sua arquitetura.

Essa dissertação tem como objetivo estudar a arquitetura capucha cujos exemplares refletem a pobreza e a simplicidade desse modo de vida religioso, através do estudo aprofundado do convento de Santa Cruz de Sintra no seu contexto territorial, através da sua evolução histórica e morfológica, a par com o Convento Santa Maria de Arrábida, e, simultaneamente, através da análise da organização espacial, arquitetónica e das características geomorfológicas em que se insere. Neste contexto, é pertinente questionar como pode uma intervenção arquitetónica contemporânea revitalizar um património com séculos de existência. Após o estudo comparativo dos dois conventos, selecionou-se o de Santa Cruz de Sintra, dado ser aquele que mais se aproxima dos princípios da Ordem.

Desta forma, numa tentativa de dinamização e valorização do antigo convento dos capuchos e da Serra, tendo em conta a valorização do lugar, é proposta uma estratégia baseada na intervenção parcial no edifício e na área envolvente, definido pelo limite da cerca, como um espaço de introspeção.

A noção da paisagem está presente na memória do ser humano antes mesmo da elaboração do conceito. A escolha de implantação dos conventos dos capuchos assenta em pressupostos subjacentes quer a fatores religiosos, salientando-se a necessidade de satisfação espiritual, quer a fatores biofísicos, ligados à natureza e à função dos espaços acercados. A paisagem foi sempre um meio escolhido pelos franciscanos como um meio de retiro espiritual, andando sempre associada à implantação da arquitetura capucha.

Palavras-chave: Franciscanos; Arquitetura Capucha; Convento Santa Cruz de Sintra; Convento Santa Maria da Arrábida; Paisagem e Património

ABSTRACT

Integration of Franciscan Architecture in the landscape: the paradigm of the Santa Cruz Convent and Santa Maria de Arrábida.

The Santa Cruz Convent of Sintra or Cork convent was founded in 1560 in the Serra de Sintra. This convent is inserted in the Cultural Landscape of Sintra, classified by UNESCO, since 1995, as a World Heritage in the category of cultural landscape.

The monotic ensemble, founded in the 16th century, belonged to the Capuchin Friars Minor, religious of the Franciscan Order, and the rigid characteristics of their austere ideals are intimately present in their architecture.

This dissertation aims to study capuchin architecture whose examples reflect the poverty and simplicity of this religious way of life, through the in-depth study of the Santa Cruz convent of Sintra in its territorial context, through its historical and morphological evolution, along with the Santa Maria Convent of Arrábida, and simultaneously through the analysis of the spatial organization, architectural and the geomorphological characteristics in which it is included. In this context, it is pertinent to question how a contemporary architectural intervention can revitalize a heritage with centuries of existence. After the comparative study of the two convents, the Santa Cruz convent of Sintra was selected, since it is the one that most closely approximates the principles of the Order.

Thus, in an attempt to dynamicize and valorize the former convent of capuchos and serra, taking into account the valorization of the place, a strategy based on partial intervention in the building and the surrounding area, defined by the boundary of the fence, is proposed as a space of introduction.

The notion of the landscape is present in the memory of the human being even before the elaboration of the concept. The choice of implantation of capuchin convents is based on underlying assumptions both to religious factors, emphasizing the need for spiritual satisfaction, as well as biophysical factors, linked to nature and the function of the spaces surrounding. The landscape has always been a means chosen by the Franciscans as a means of spiritual retreat, always associated with the implantation of Capuchin architecture.

Key-words: Franciscans; Capuchin architecture; Santa Cruz Convent of Sintra; Santa Maria Convent of Arrábida; Landscape and Heritage



Fig. 3 - Ortofotomapa, Localização da Serra de Sintra e Serra de Arrábida
Fonte: ©Eduardo Bote

OBJETO DE ESTUDO

Os objetos de estudo do presente trabalho de investigação são dois conventos Franciscanos Capuchos da Província da Arrábida: o Convento de Santa Cruz de Sintra, integrado na Paisagem Cultural de Sintra, classificada como Património Mundial pela UNESCO em 1995, e o Convento de Santa Maria de Arrábida, localizado na encosta da Serra da Arrábida, classificado como Parque Natural no ano 1976.

Com efeito, esta temática abrange a leitura da contextualização da origem (capucha) dos objetos e do seu enquadramento no território (Serra de Sintra e Serra da Arrábida).

MOTIVAÇÃO

A pertinência desta investigação é motivada pela singeleza construtiva e material do convento Santa Cruz de Sintra pelo enquadramento na paisagem, aproveitando os colossais e protetores penedos como elementos estruturantes da construção, à semelhança do convento Santa Maria de Arrábida.

Sobressai a situação de incúria em que atualmente se encontra, apesar da atual intervenção e da classificação como imóvel de Interesse Público no ano 1948, e enquadrado numa paisagem Cultural classificada pela UNESCO em 1995. Foi um dos conventos arrábidos que não foi alterado até ao século XVII. A escolha do tema assenta na reflexão de como este património é considerado, atualmente, pela sociedade, a preservação do *Spiritu loci*, através da proteção do património tangível e intangível, as medidas e ações definidas pelo ICOMOS, a apropriação contemporânea, e o interesse pessoal pelo lugar e o património em questão. Pretende-se contribuir para aprofundar o conhecimento tanto do convento como o território onde se integra, com a criação de uma base que incentive estudos futuros. Ao mesmo tempo, um dos objetivos é a reflexão sobre uma intervenção que, através da arquitetura contemporânea, responda às necessidades e características inerentes ao espaço, de modo a dinamizá-lo e a valorizá-lo, proporcionando-lhe um novo ambiente.

OBJETIVOS

O presente trabalho propõe uma análise comparativa de dois conventos da Ordem Franciscana capucha, na Serra de Sintra e na Serra da Arrábida. Destas duas obras, a de Sintra é a que se pode considerar de maior interesse, e para tal fundamentamo-nos no que diz o cronista da Ordem: “...aos olhos do cronista este é o convento que melhor representa o espírito que presidiu a fundação da Província e é o que se mantém fiel ao seu ideal primitivo”. Este será, pois, o convento sobre o qual o presente trabalho terá maior incidência.

O convento dos Capuchos de Santa Cruz de Sintra e Convento dos Capuchos de Arrábida são dois dos mais interessantes conventos da Província da Arrábida, construídos pelos Franciscanos no século XVI, seguindo o paradigma da arquitetura franciscana capucha. Ambos apresentam volumetria de dimensão humilde e observante. Contudo, a natureza construtiva (arquitetura) dos dois conjuntos é distinta, sendo a linguagem arquitetónica de Santa Cruz de Sintra mais vernacular.

A temática anunciada contempla a compreensão da sua implantação, a par da essência e opção construtiva, da sua evolução histórica, do desenvolvimento de vínculos e influências recíprocas entre Serra e convento ao longo dos séculos, interpretando os elementos constituintes, do ponto de vista arquitetónico, desde a sua génese até aos dias de hoje. Paralelamente, pretende-se produzir e compilar elementos gráficos e escritos sobre ambos os conventos.

Neste sentido, é fundamental considerar outros aspetos que apoiem o objetivo principal na compreensão do enquadramento espaço-temporal do objeto de estudo. É essencial conhecer e compreender a arquitetura franciscana Capucha e as características que lhe estão associadas, os ideais e o modo de vida desse ramo religioso, a influência das suas implantações no território e as utilizações contemporâneas dos conventos após a extinção das ordens religiosas, em 1834. Paralelamente, torna-se importante estudar o lugar onde está implantado o convento em que se centra esta investigação, através da análise da evolução histórica e morfológica do núcleo urbano da vila e da serra de Sintra. O desenvolvimento do estudo procurará identificar problemáticas inerentes à integração do convento na Serra de Sintra. A procura de estratégias que contrariem tais questões assenta no conhecimento de intervenções e conceitos, de carácter semelhante aos temas presentes no decorrer da investigação.

No momento presente, é necessário entender as necessidades da cidade e do lugar e, em resposta, definir uma estratégia de aproximação ao espaço e revitalização do mesmo, assim como integração na vila de Sintra. A investigação orienta-se no desenvolvimento de uma hipótese de intervenção no convento de Santa Cruz de Sintra, considerando a salvaguarda, valorização do património, através de uma adaptação a nova função. Assim pretende-se valorizar e potenciar o espaço devoluto, aproximando-o da vila de Sintra.

Constituem-se como objetivos deste trabalho:

- Analisar a evolução da serra de Sintra;
- Estudar o convento Santa Cruz de Sintra a par do de Santa Maria de Arrábida;
- Compreender as caraterísticas da arquitetura capucha;
- Identificar as principais problemáticas do convento no que diz respeito à sua relação com a serra;
- Definir estratégias que recriem a relação entre cidade, serra e convento;
- Revitalizar o antigo convento dos capuchos e o seu espaço envolvente, através de uma intervenção projetual.

METODOLOGIA

O presente trabalho será elaborado tanto na sua vertente teórica como na prática, com base numa primeira recolha e processamento da informação, segundo um olhar crítico, e na aplicação prática desses princípios no exercício de projeto. Neste sentido, serão utilizados métodos de pesquisa distintos, nomeadamente o recurso a uma pesquisa bibliográfica por autores e temas:

- Reflexão e estudo de obras teóricas de referência relativas aos conceitos abordados, bem como orientações práticas, levando a cabo uma pesquisa documental;

- Recolha, em arquivos, de documentos históricos escritos e gráficos referentes ao convento de Santa Cruz de Sintra e ao Convento Santa Maria de Arrábida:

- Relativamente à sua génese, ocupação e evolução na relação estabelecida com o contexto de território e característica do espaço envolvente;

- Levantamento de desenhos rigorosos no sistema de informação para o Património arquitetónico(SIPA), Parque Monte de Lua, Fundação Oriente, Torre do Tombo e na Câmara Municipal de Sintra e Sesimbra;

- Levantamento *in situ*, registo da arquitetura através de suporte fotográfico, medições e desenhos para completar e aferir as informações gráficas anteriormente recolhidas, levando a um conhecimento aprofundado do local de intervenção.

Depois da informação recolhida e processada, analisada e interpretada e, por fim, sintetizada, chegar-se-ão a conclusões que contribuam para a boa prossecução deste trabalho. Por fim, haverá lugar à análise de casos de estudos – pesquisa e recolha de obras de arquitetura- sendo que cada um deles deve refletir e sustentar os conceitos, forma e programa que se aproximam da abordagem procurada, transportando-os para a resposta projetual.

Seguem-se os pensamentos e estudos sobre o passado e o presente destas construções franciscanas e lugares eremíticos, que permitem a compreensão desta problemática. Neste sentido, foram consultados documentos de Fr. Manoel da Esperança, a obra *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores na Província de Portugal e Estatutos da Província de Santa Maria da Arrábida*. Sobre o tema que trata dos objetos de estudo, destaca-se a Tese de Doutoramento da Professora Doutora Ana Ruela Ramos de Assis Pacheco, *Construção de um Mundo Interior: Arquitetura franciscana em Portugal, Índia e Brasil (sécs. XVI-XVII)*, a obra de Paulo Pereira “*Convento da Arrábida: a porta do Céu*” e “*A Serra da Arrábida e o seu Convento*”, da autoria de Dulce Perestrello. Estas obras esmiuçam a origem e a contextualização histórica da implantação do Convento de Santa Maria da Arrábida. Na análise da morfologia, a tipologia, a espacialidade, a materialidade e os métodos construtivos, as obras consultadas foram as seguintes: *O Convento dos Capuchos da Serra de Sintra: percurso histórico e guia interpretativo*, da autoria de Nuno Miguel Gaspar; a obra *O convento dos capuchos: o que é e o que foi*, do Historiador Vítor M. L. Pereira Neves; a obra de Christina Nilsson Robin Andrade, José Robin de Andrade, Ana Cristina Caetano, *Convento de Santa Cruz da Serra de Sintra, Convento dos Capuchos de Sintra, Convento de Cortiça*, onde, através do levantamento *in situ*, se descreve detalhadamente o edifício.

Como forma de pensamento sobre a possibilidade de intervenção, neste lugar e de introdução de elementos sensoriais capazes de envolver o homem no elemento construído, a obra consultada foi *Atmosfera e Pensar a Arquitetura*, do arquiteto suíço Peter Zumthor, e *Pensar com as Mãos*, do arquiteto Alberto Campo Baeza, pela importância da interpretação do lugar e da função do arquiteto perante uma construção, um lugar, uma paisagem e o homem que a habita.

As obras referidas são consideradas fundamentais ao longo do desenvolvimento do trabalho, embora existam outras obras e documentos relacionados direta ou indiretamente com as temáticas a abordar, e que se constituem relevantes.

ESTADO DA ARTE

A pesquisa relativa aos parâmetros mais teóricos, de modo a formalizar uma proposta bem fundamentada e consistente, deve incidir num foco da consciência do Território/Lugar, procurando autores com trabalhos de investigação sobre a temática. De forma a alcançar uma melhor interpretação organizacional, existem grupos entre cada fase deste estudo de referências, inscritos de início num campo mais teórico acerca do território, seguindo-se a pesquisa sobre os conventos de Santa Cruz de Sintra e de Santa Maria de Arrábida. Procurar-se-á também conjugar os aspetos de natureza teórica e prática, de modo a conduzir-nos a uma compreensão das intervenções efetuadas, e realizar uma proposta que procure conseguir um equilíbrio entre a já existente e a que se pretende alcançar. É relevante respeitarem-se todas as preexistências do local, nunca lhes retirando o seu significado, e tentando que a nova intervenção valorize o lugar.

Inicialmente, foi necessário perceber questões como a paisagem natural e história relacionadas com o Lugar. Entre inúmeras referências para o estudo do Território e Paisagem, destaca-se a obra *A Arrábida: esboço geográfico*, do professor Doutor Orlando Ribeiro, a par da dissertação de mestrado *Arrábida: Qualidades Cénicas da Paisagem*, de Clara Isabel Nascimento, que analisam e interpretam a paisagem. Referente à Serra de Sintra, temos a obra de Vítor Manuel Adrião, que se perfila no singular deslumbramento da descrição das lendas, narrativas, história de Sintra, assumindo, assim, como serra sagrada, por antigos e clássicos. De mencionar ainda a obra do Historiador Vítor Serão, *Sintra, e Cintra pinturesca ou memória descritiva da villas de Cintra e Collares e seus arredores*, do Visconde João António Juromenha.

02. TERRITÓRIO



02.1- Análise Geomorfológica



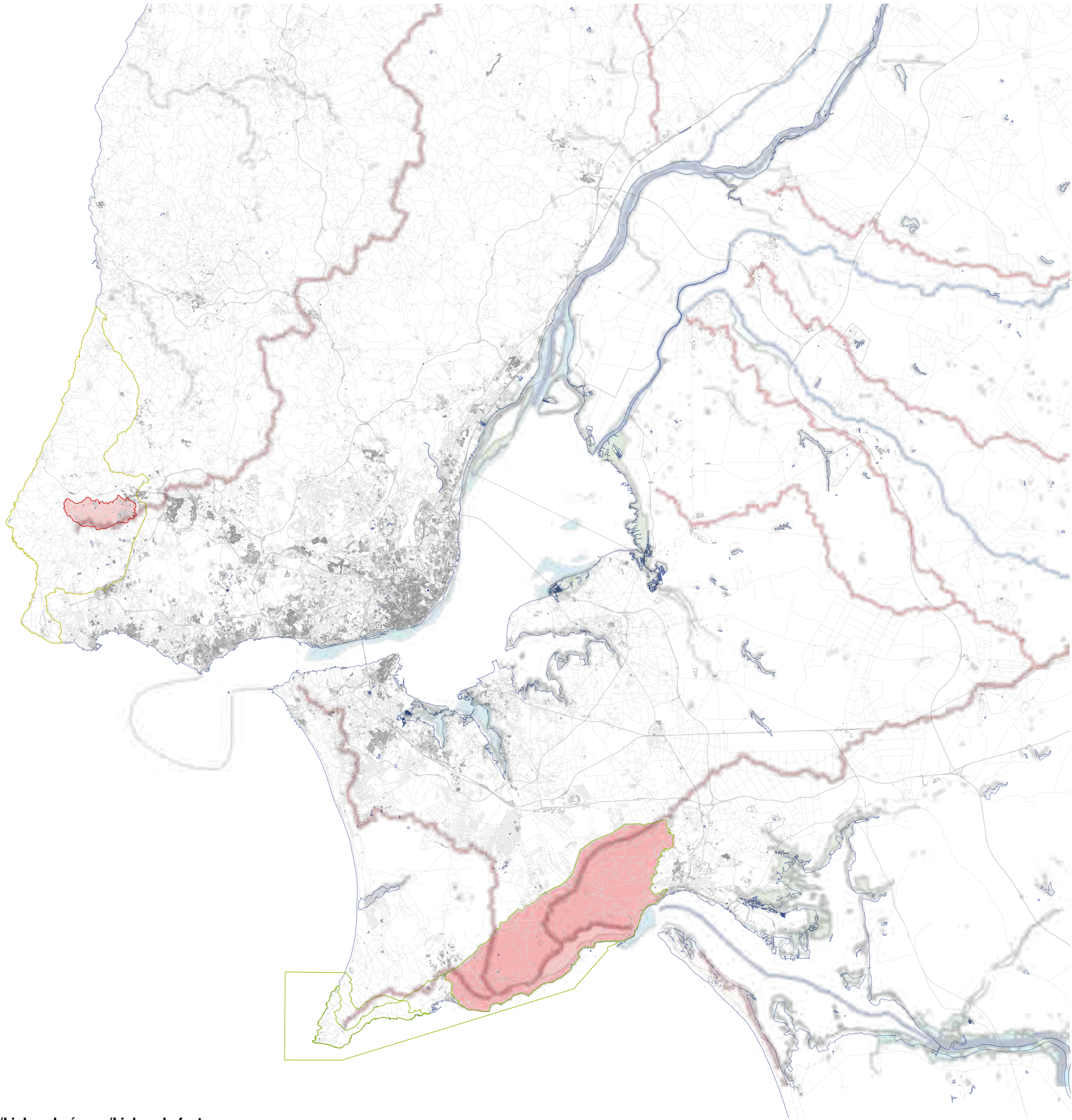


Fig. 4 - Hidrologia/Linhas de águas/Linhas de festo
Fonte: ©<http://epic-webgis-portugal.isa.ulisboa.pt/>
Elaborado por Eduardo Bote

- Linhas de águas
- 1º Nível
 - 2º Nível
 - 3º Nível
 - 4º Nível
- Linhas de Festo
- 1º Nível
 - 2º Nível
 - 3º Nível
 - 4º Nível
- Massas de águas e zonas Húmidas
- Águas de transição
 - Águas de transição - leito de cheia
 - Águas interiores
 - Águas marinhas e costeiras
 - Zonas húmidas interiores
 - Zonas húmidas litorais

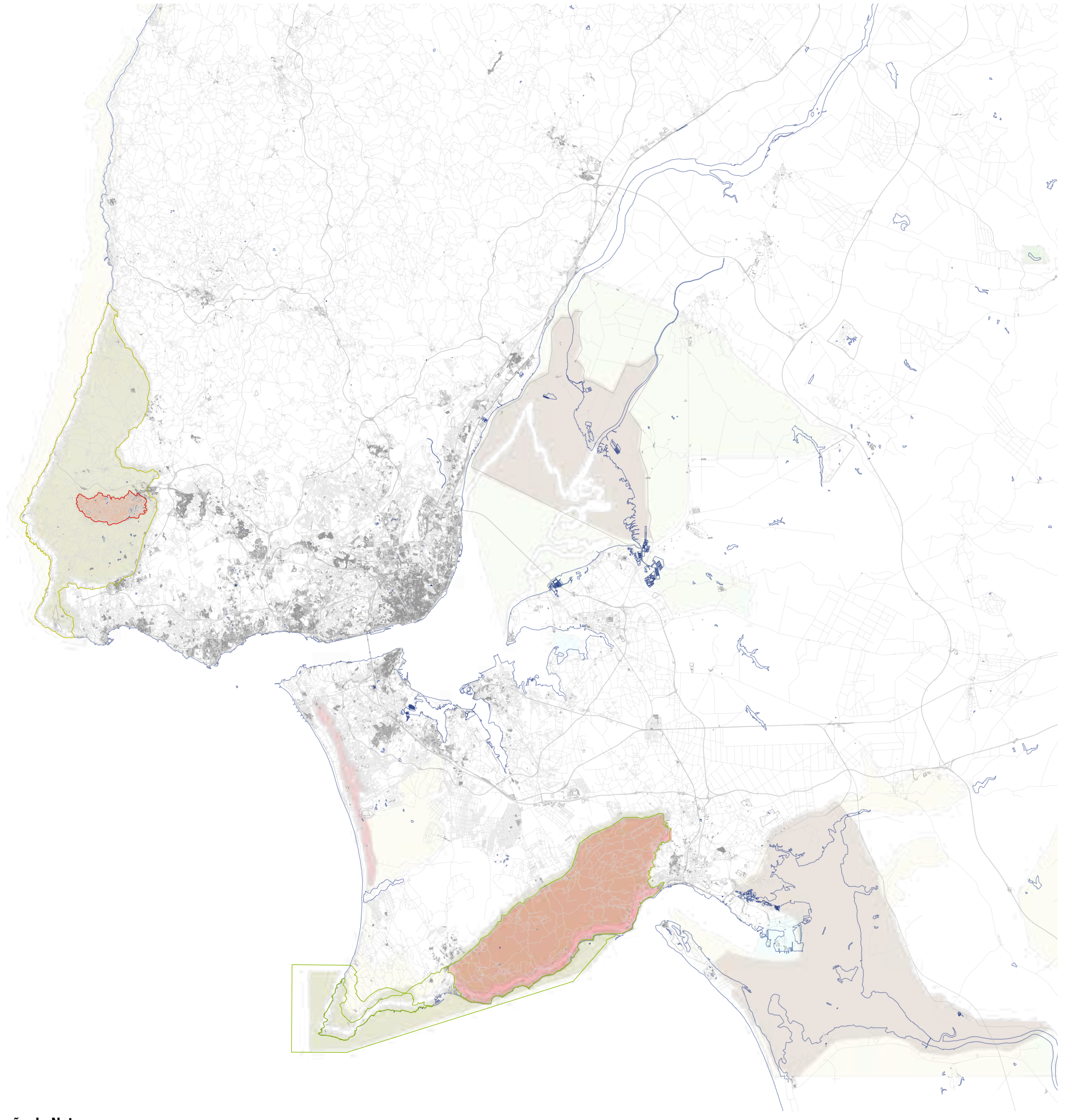


Fig. 5 - Conservação da Natureza
Fonte: ©<http://epic-webgis-portugal.isa.ulisboa.pt/>
Elaborado por Eduardo Bote

- Rede Nacional Áreas Protegida
- Parque Nacional
 - Parque Natural
 - Reserva Natural
 - Paisagem Protegida Nacional
 - Monumento Natural
 - Sítio Classificado
 - Reserva Natural Local
 - Paisagem Protegida Regional
 - Área Protegida Privado
- IBAs
- Reserva Biogenética do Conselho da Europa
 - Convenção Ramsar
 - Rede Natura 2000 - SIC
 - Rede Natura 2000 - ZPE

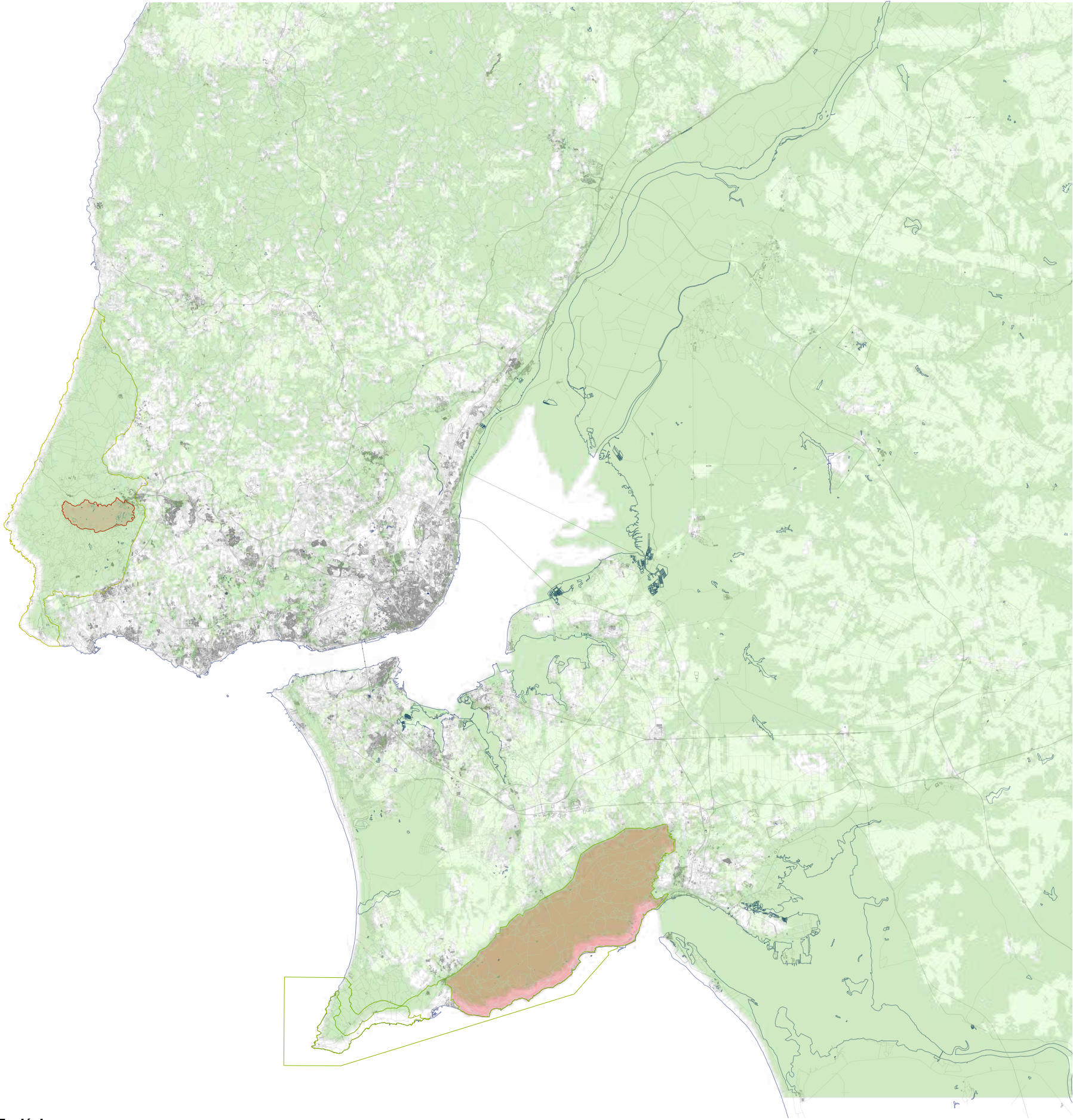


Fig. 6 - Estrutura Ecológica
Fonte: ©<http://epic-webgis-portugal.isa.ulisboa.pt/>
Elaborado por Eduardo Bote

■ EEN 1º Nível
■ EEN 2º Nível
■ EEN 1º e 2º Nível

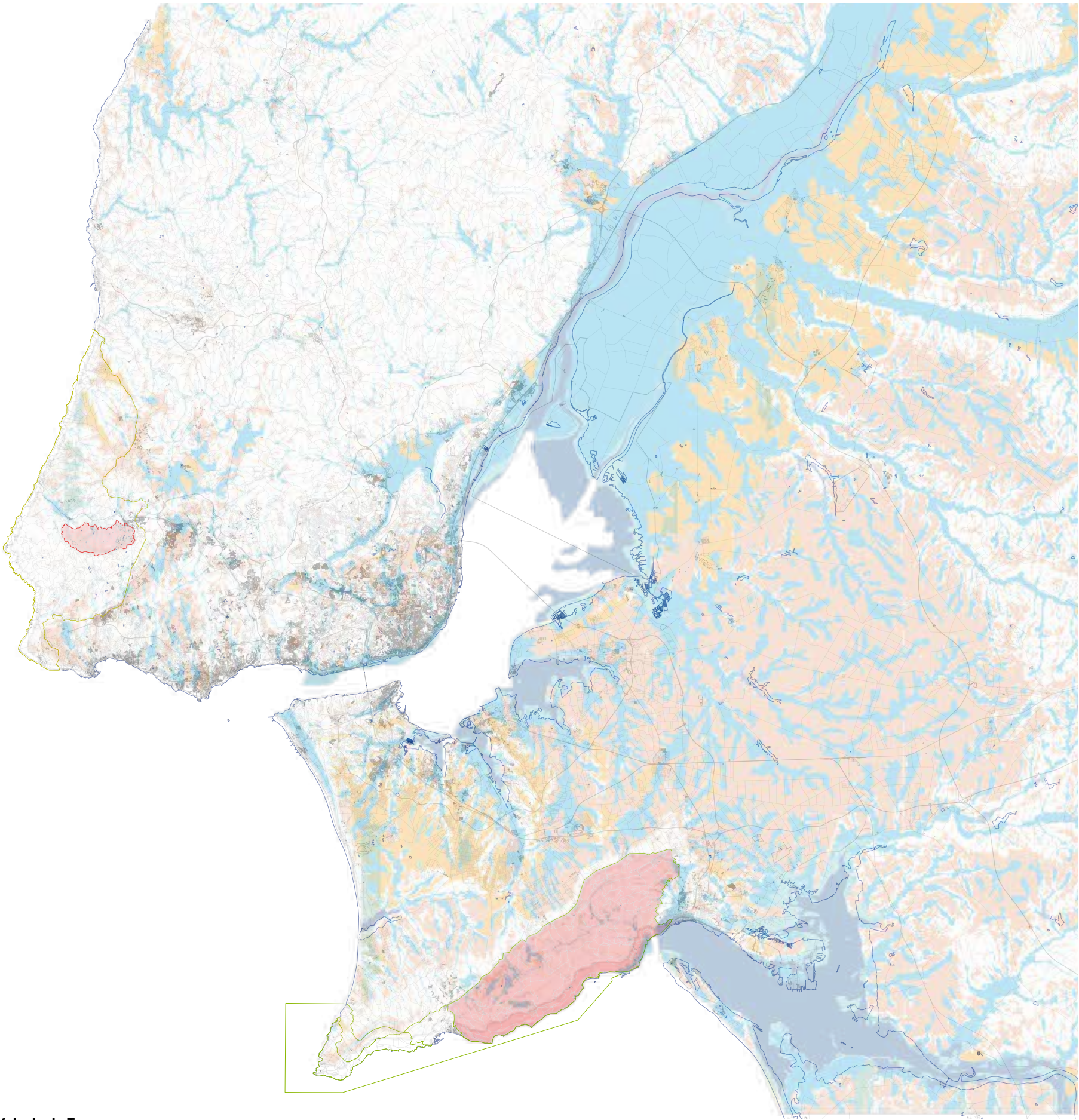


Fig. 7 - Morfologia do Terreno
Fonte: ©<http://epic-webgis-portugal.isa.ulisboa.pt/>
Elaborado por Eduardo Bote

Morfologia do Terreno

- Massas de água
- Zonas húmidas interiores
- Zonas húmidas litorais
- Sistema húmido
- Sistema húmido no litoral
- Vertentes no litoral
- Cabeços
- Cabeços em sistema húmido antigo
- Cabeços no litoral
- Cabeços em sistema húmido antigo no litoral
- Praias

Sistema Húmido e Massas de água (EEN1)

- Sistema húmido
- Águas de transição
- Águas interiores
- Águas marinhas e costeiras

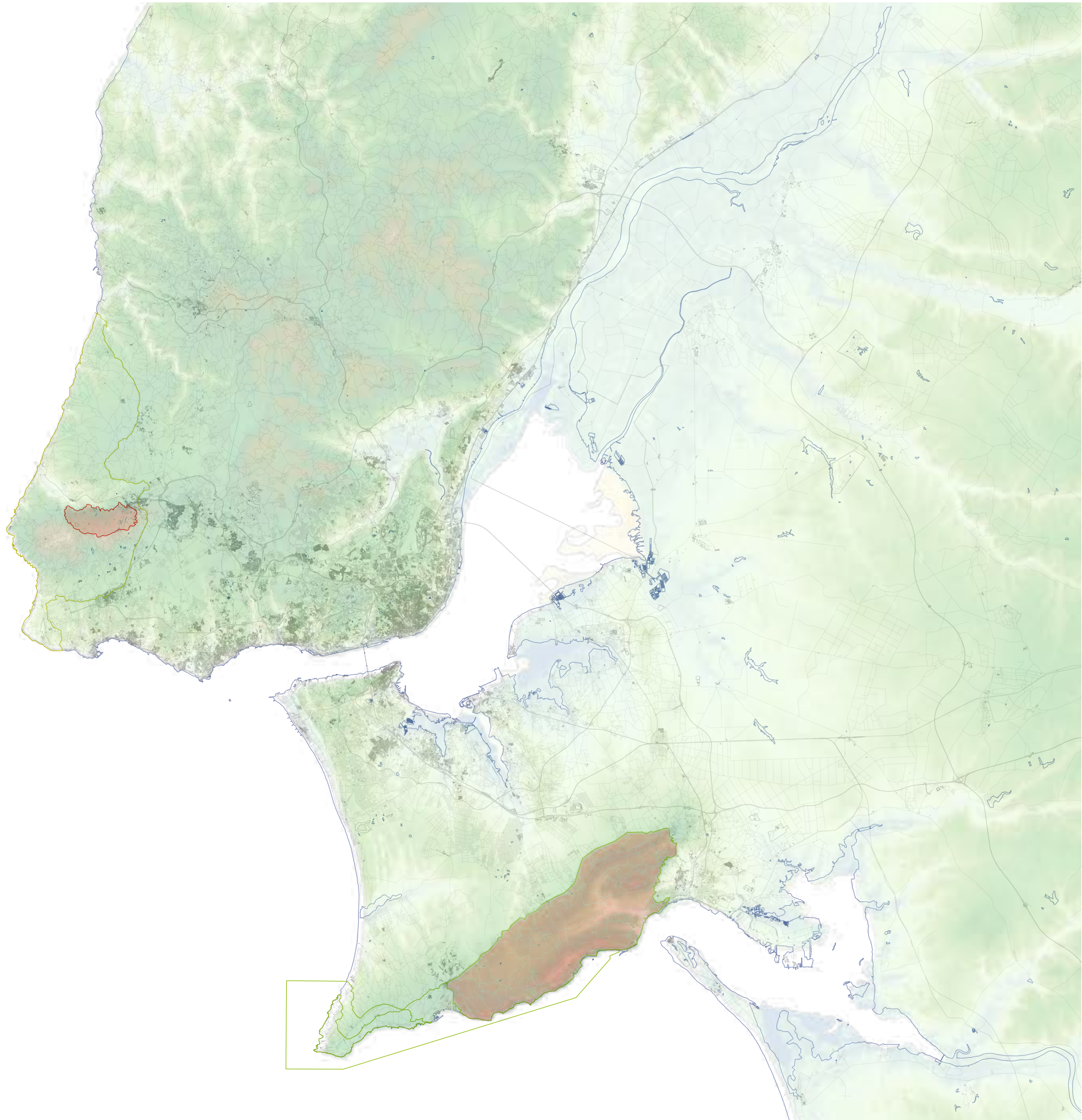


Fig. 8- Relevo
Fonte: ©<http://epic-webgis-portugal.isa.ulisboa.pt/>
Elaborado por Eduardo Bote

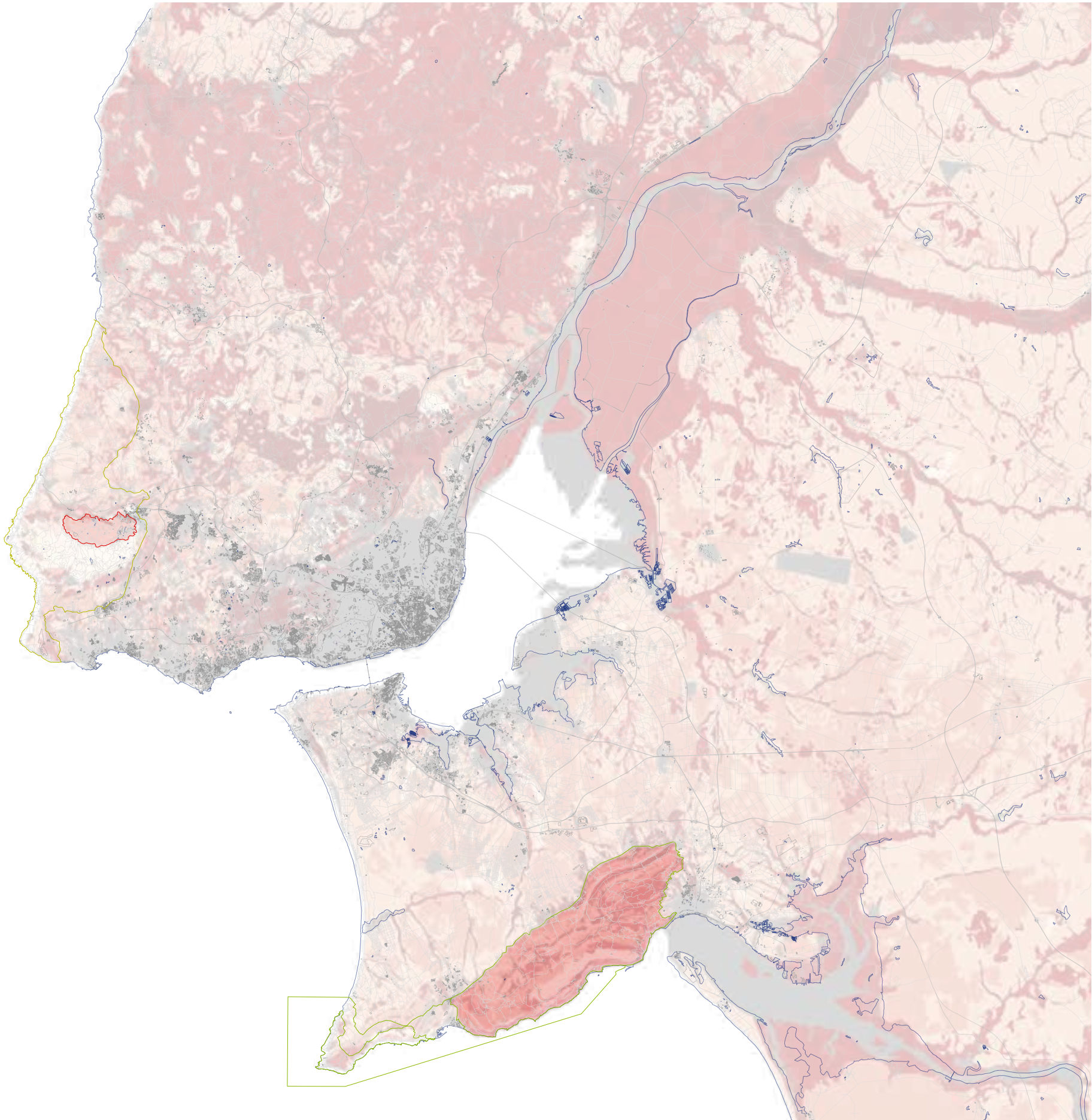
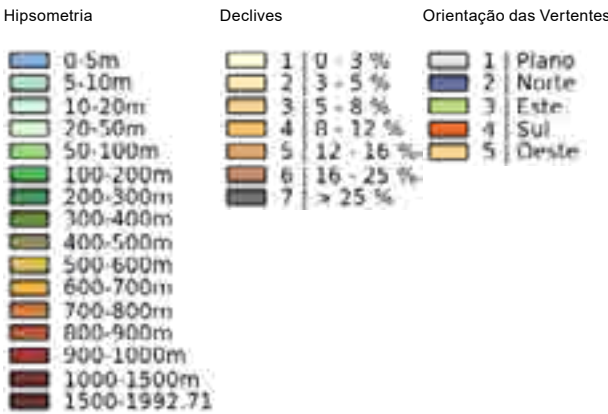
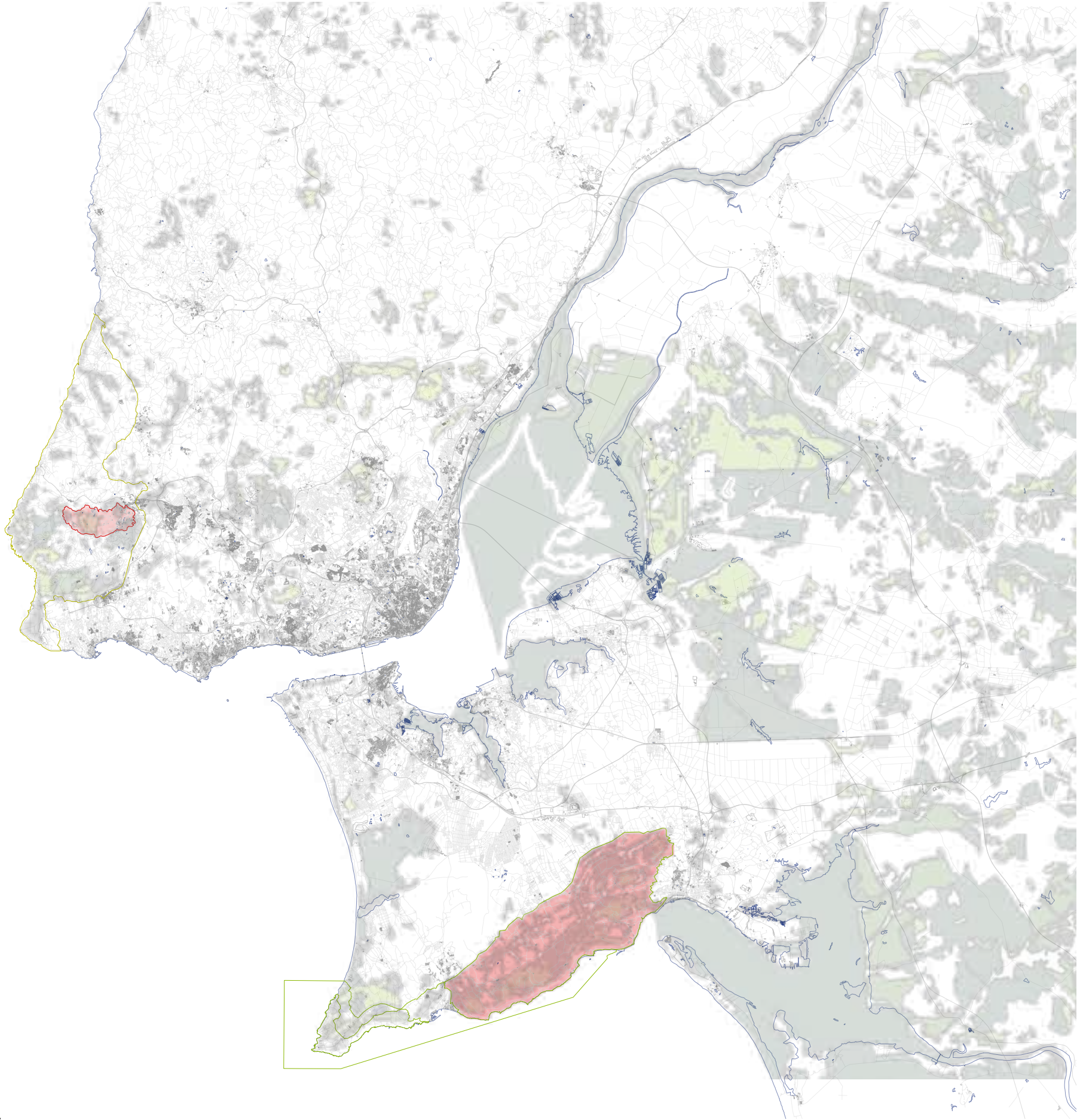
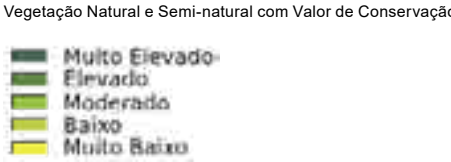


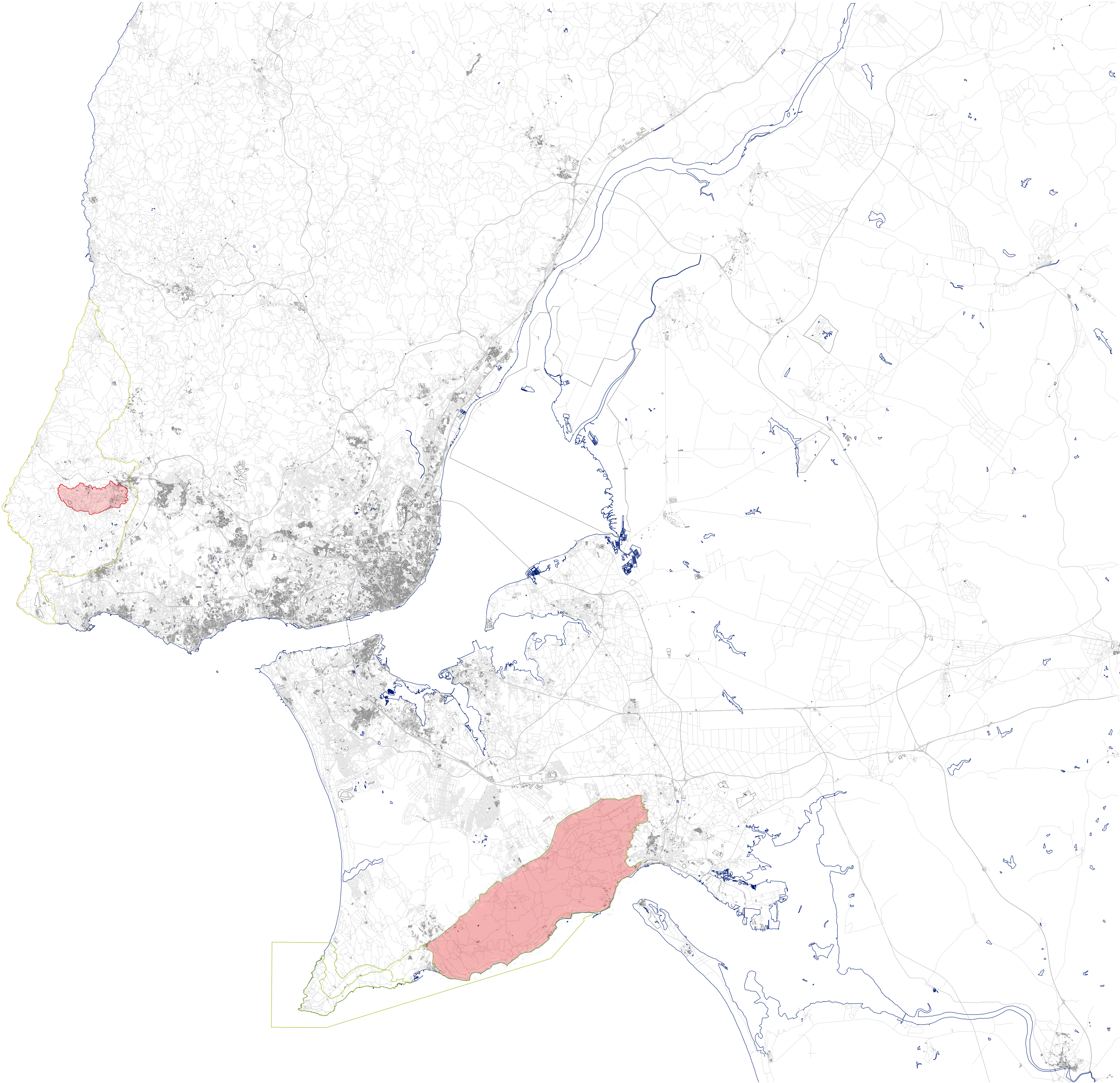
Fig. 9 - Solo e Subsolo
Fonte: ©<http://epic-webgis-portugal.isa.ulisboa.pt/>
Elaborado por Eduardo Bote

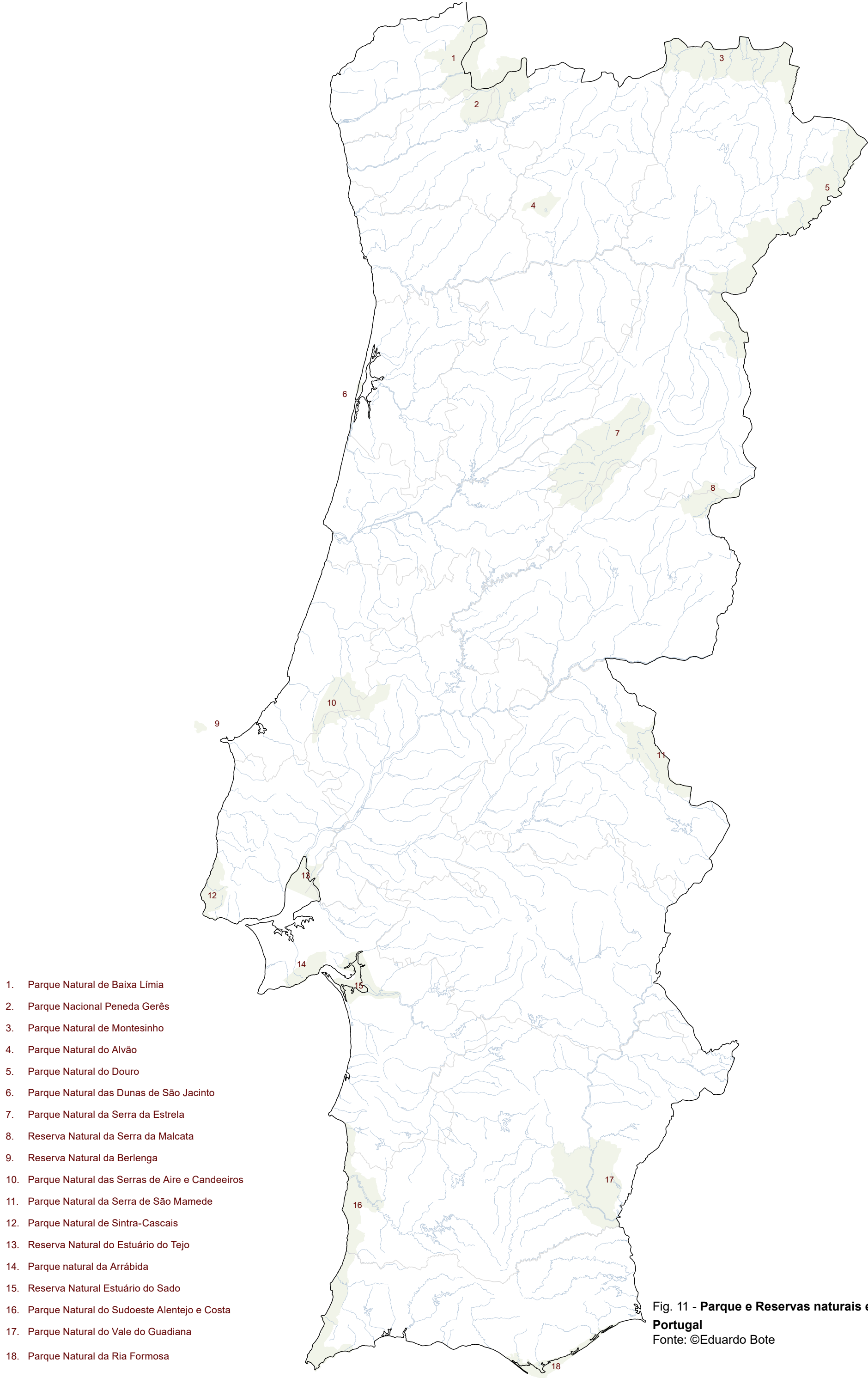


Fig. 10 - **Vegetação**
Fonte: ©<http://epic-webgis-portugal.isa.ulisboa.pt/>
Elaborado por Eduardo Bote



02.2 - O Lugar





Parque e Reservas naturais em Portugal

O conceito de Reservas Naturais surge na primeira metade do século XX. Na Europa, procuram criar-se áreas protegidas, não só para preservar os valores naturais, mas também modos de vidas tradicionais, especialmente em meios rurais onde fosse patente o equilíbrio entre a Ação do homem e a natureza.²

Na década de 70 do século XX, surgiram inúmeras áreas protegidas, como consequência de uma reunião realizada pelas Nações Unidas sobre Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972, sendo que o foco consistiu nos problemas ambientais causados pelo Homem e a importância da aposta na conservação ambiental. A introdução da temática relacionada com a proteção da natureza em Portugal foi também introduzida na década de 70 do século XX, quando foi publicada a Lei nº 9/70, de 19 de junho. Assim, o Governo português passou a ter uma nova tarefa, como é referido no decreto Lei Nº 9/70, de junho: “...a *Incumbência de promover a proteção da Natureza e dos seus recursos em todo o território, de modo especial pela criação de Parques Nacionais e de outros tipos de Reservas...*”³.

Um ano após a publicação desse Decreto-lei, surge o primeiro Parque Nacional, da Peneda Gerês, em 1971, assim como a criação de inúmeras áreas de proteção especial. No ano de 1987, foram criadas as leis de base do Ambiente, com a publicação da Lei 11/87. Estas leis dizem respeito à importância da regulamentação e execução das redes nacionais de áreas protegidas, onde se definem estatutos nacionais regionais e locais. Contudo, em 1993, foi concretizado o que se tentava implementar no território Nacional, com a criação do Decreto-Lei nº 19/93, que cria uma Rede Nacional de Áreas Protegidas que engloba os Parques Nacionais, Reservas Naturais, Parques Naturais, Monumentos naturais, Sítios Classificados e Paisagens Protegidas⁴.

2 SILVA, Carlos Pereira da. (2000). *Áreas Protegidas em Portugal: Que Papel? Conservação versus desenvolvimento*. Geolnova, nº2, p.29.

3 DECRETO-LEI n.º 9/70 de 19 de junho. Diário da República n.º 141 – 1ª Série. Presidência da República. Lisboa.

4 SILVA, Carlos Pereira da. (2000). *Áreas Protegidas em Portugal: Que Papel? Conservação versus desenvolvimento*. Geolnova, nº2, p.33.

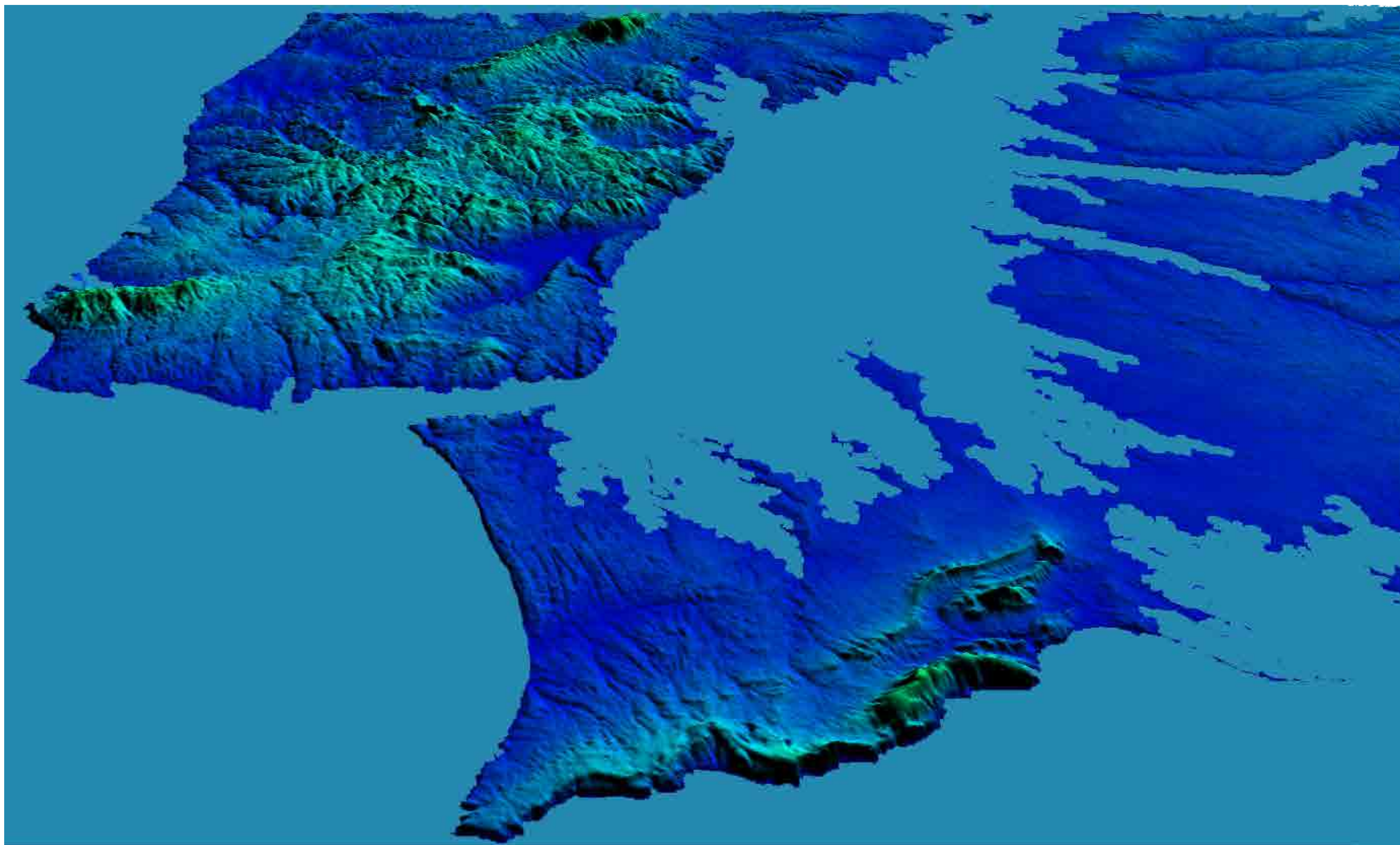


Fig. 12 - Hipsometria da Serra de Sintra e da Serra de Arrábida
Fonte: ©Eduardo Bote

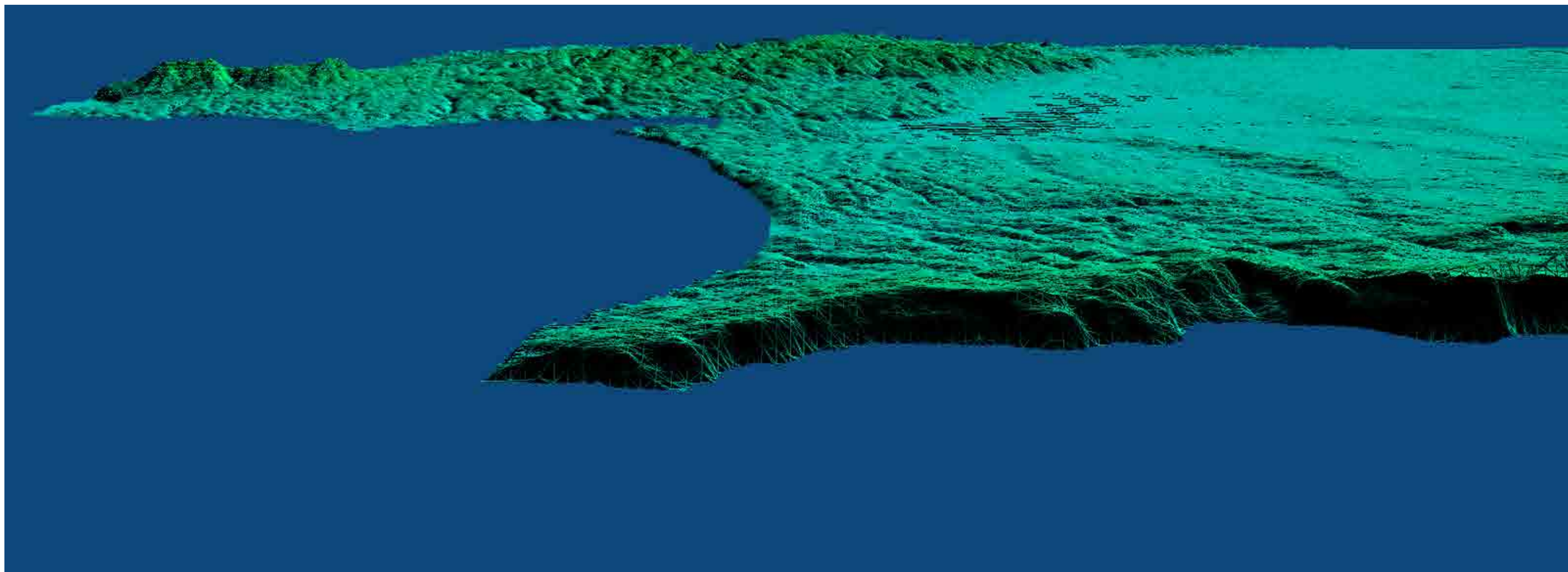


Fig. 13 - Serra de Sintra e Serra de Arrábida
Fonte: ©Eduardo Bote



Fig. 14- Parque Natural da Serra da Arrábida
Fonte: ©Cida García

Parque Natural de Arrábida/Serra de Arrábida

O parque natural da Arrábida foi criado ao abrigo do Decreto-Lei nº 622/76 de 28 de julho, estando integrado na Rede Europeia de Reservas Biogenéticas (1988), e que faz também parte da Rede Nacional das Áreas Protegidas, criada em 1993. Atualmente, possui uma superfície terrestre de 17 mil hectares. A criação do Parque Natural da Arrábida tem como principais objetivos proteger os valores geológicos, florísticos, faunísticos e paisagísticos, bem como outros, como testemunho de ordem cultural e histórica⁵.

A Serra de Arrábida integra-se no Parque Natural da Arrábida. Destaca-se na península de Setúbal pela singularidade das suas caraterísticas. O relevo é imponente e chega a atingir uma altitude de 501m, no Formosinho, que é considerado o ponto mais alto da Serra. Todavia, ao longo da costa, podem observar-se várias diferenças de altitudes, desde o nível do mar ao alto do Píncaro, nas Terras do Risco. Na perspetiva do geógrafo português Orlando Ribeiro, a cadeia da Arrábida “...*é formada por três linhas de deslocação orientadas para leste, que se sucedem em recuo de SE para NE. A primeira linha está representada por parte do flanco setentrional de várias anticlinais, a segunda forma-se por anticlinais ligeiramente inclinadas para sul, a terceira, por dobras deitadas com cavalgamento horizontal na extremidade de leste...*”⁶.

A área administrativa da Serra de Arrábida encontra-se repartida por dois Conselhos, o de Sesimbra e o de Setúbal, fazendo parte da cadeia da Arrábida, um elemento que é muito visível naquela região. Em relação a topónimo de “Arrábida”, muitos autores afirmam que tem origem desconhecida. Contudo, acredita-se que seja associado ao castelhano rabida ou mesmo do árabe *Al-ribat* e *arrábita*, referindo-se a um local de oração⁷.

⁵ DECRETO-LEI n.º 622/76 de 28 de julho. Diário da República n.º 175 – 1ª Série. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa e ICNF.

⁶ RIBEIRO, Orlando. (2004). *A Arrábida: Esboço Geográfico, Lisboa, Fundação Oriente; Sesimbra, Câmara Municipal*, p. 146.

⁷ CARQUEJEIRO, Eduardo, HENRIQUES, Miguel (edição). (2018). *Arrábida em continuo*. ICNF, p. 12-13.



- Ran
- Ren
- Ran_Ren



Fig. 15 - Santuário da Peninha
Fonte: ©Beelectric_tours_sinta-park

Parque Natural de Sintra /Cascais Serra de Sintra

O Parque Natural Sintra-Cascais localiza-se na grande área Metropolitana de Lisboa, nos conselhos de Sintra e Cascais. A sua superfície terrestre é de 14.583 hectares. Na década de 80 do século XX, com reconhecimento da existência no território, valores naturais de irrefutável interesse, foi criada a Área de Paisagem Protegida de Sintra-Cascais (APP SC), sob o Decreto-Lei nº 292/81 de 15 de outubro, com objetivos proteger e salvaguardar a paisagem, bem como a gestão dos recursos da Natureza, englobando os valores paisagísticos, florísticos, faunísticos e socioeconómicos⁸.

Anos mais tarde, houve a necessidade de criar uma nova entidade que zelasse pelo bem do Parque de Sintra-Cascais, o Parque Natural Sintra-Cascais, pelo Decreto-Lei nº 8/94 de 11 de março. Segundo o artigo 3º do mesmo Decreto, a criação do parque Natural tem como objetivos, (como descrito nas alíneas a, b e c), “...a gestão racional dos recursos naturais e paisagísticos caracterizadores da região; a salvaguarda do património arquitetónico, histórico ou tradicional da região bem como a promoção de uma arquitetura integrada na paisagem e por fim a promoção do desenvolvimento económico e do bem estar das populações em harmonia com as leis fundamentais da Natureza”⁹.

A Serra de Sintra localiza-se no concelho de Sintra e integra-se no parque Natural de Sintra-Cascais, sendo caracterizada por uma paisagem diversificada e pontuada por inúmeros elementos de caráter histórico-cultural. Estas e outras características foram fulcrais para a sua classificação, no dia 6 de dezembro de 1995, como Património Mundial, no âmbito da Categoria de Paisagem Cultural, tendo este sido um grande marco para o reconhecimento do valor paisagístico que a Serra de Sintra possuía¹⁰.

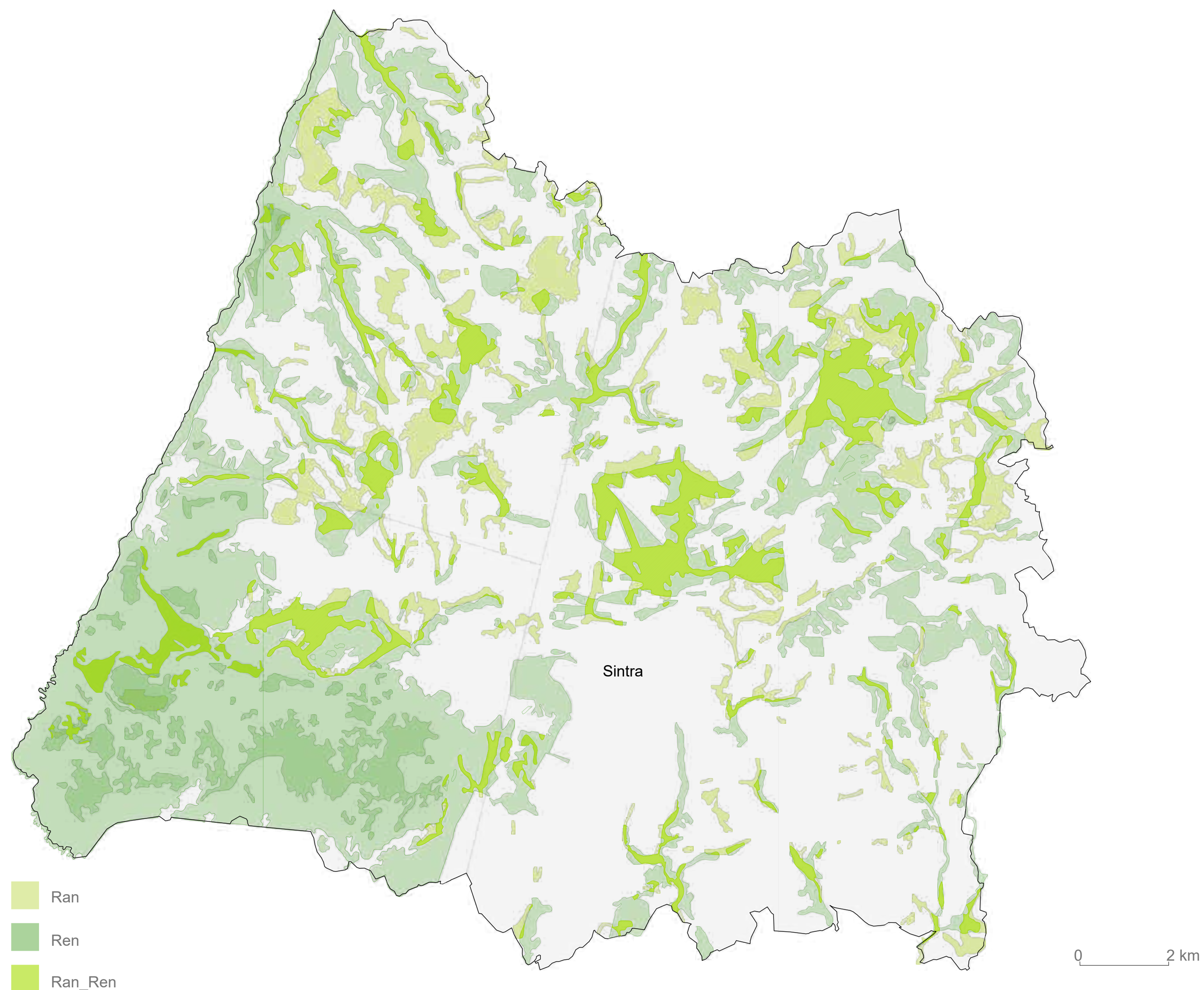
Segundo a UNESCO, a paisagem cultural de Sintra integra-se nas categorias II, IV e V do parágrafo 24, o que é justificado da seguinte forma: “a existência de uma paisagem que mantém em equilíbrio o património construído com o património natural em perfeita harmonia”¹¹. As categorias acima referidas falam-nos sobre o exemplo único de ocupação natural que a paisagem da Serra de Sintra conservou ao longo dos anos, com a passagem de diversas culturas, a sua estrutura harmonizada da flora, a paisagem criada pelo homem, e a fragilidade a vulnerabilidade do uso inapropriado e de uma gestão pouco equilibrada¹².

A classificação da Serra de Sintra como Paisagem Cultural, segundo Luís Marques, deve-se sobretudo ao cumprimento de três critérios que a UNECO considera fundamentais. O primeiro critério diz respeito ao grupo de vilas e quintas com os seus jardins e parques, que correspondem à paisagem claramente desenhada e criada pelo Homem. Como se sabe, Sintra era e ainda é um local procurado por muitos estrangeiros, nomeadamente grandes artistas do Romantismo e da Nobreza portuguesa. No segundo critério, a UNESCO afirma que esta paisagem se encontra enquadrada num conjunto natural em contínuo crescimento e que tem sido mantido através de intervenções e projetos de valorização. No terceiro e último critério, referem-se as características geomorfológicas e da vegetação que estão presentes na Serra de Sintra, afirmando-se que “...as extensas encostas setentrionais de pinheiros mansos, ciprestes mexicanos, acácias australianos e eucaliptos com as suas escarpas de rochas graníticas que cobrem achados arqueológicas e velhos mosteiros e eremitérios formam uma paisagem única que por seu turno confere a Norte da serra de Sintra uma magnificência especial e um caráter sublime a toda região...”¹³.

As suas particularidades estão presentes na simbiose dos elementos naturais e construídos, podendo ser identificadas no património paisagístico e no património construído.

José Ribeiro afirma que é por estas razões e outras que Sintra mereceu ser classificada pela UNESCO como Património Mundial, na categoria de paisagem Cultural¹⁴.

8	DECRETO-LEI n.º 292/81 de 15 de outubro. Diário da República n.º 237 – 1ª Série. Secretario de Estado do Ordenamento e ambiente.
9	DECRETO-LEI n.º 8/94 de 11 de março. Diário da República n.º 59 – 1ª Série. Ministério do Ambiente e Recursos Naturais ver também ICNF (2016). Caraterização e classificação da área de paisagem protegida de Sintra-Cascais. Lisboa. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.
10	RIBEIRO, José. (1998). Sintra Património da Humanidade. Gráfica Europam, Lisboa. Câmara Municipal de Sintra.
11	RIBEIRO, José. (1998). Sintra Património da Humanidade. Gráfica Europam, Lisboa. Câmara Municipal de Sintra.
12	MARQUES, L., Gomes, C., Câmara, T. (2004). Sistema de Informação para o Património Arquitetónico. Forte de Sacavém. Direção Geral do Património Cultural.
13	MARQUES, L., Gomes, C., Camara, T. (2004). Sistema de Informação para o Património Arquitetónico. Forte de Sacavém. Direção Geral do Património Cultural.
14	RIBEIRO, José. (1998). Sintra Património da Humanidade. Gráfica Europam, Lisboa. Câmara Municipal de Sintra.



01.3 - Paisagem e Património



Fig. 16- Summer Mountains, Northern Song dynasty (960–1127), 11th century

Fonte: ©Martha Graham

Paisagem

A interpretação do conceito da paisagem e património é, ao longo desta dissertação, justificada por razões relacionadas com a compreensão do próprio objeto de estudo.

A Paisagem e o Património têm, nas últimas décadas, garantido presença, interesse e relevância. Os termos que os designam não são menos importantes, considerando que a opção por uma palavra em detrimento de outra pode introduzir nuances e alterações de entendimento e significado na aceção da mesma. Neste sentido, e de modo a clarificar possíveis imprecisões terminológicas, procura-se uma aproximação ao sentido histórico e disciplinar dos vocábulos Paisagem e Património.

Como refere o autor *Godchild*: “...o conceito de paisagem parece aparentemente simples e sem pretensões(exigência), mas a verdade é que quando mais se analisa mais complexo se torna...”¹⁵. Por sua vez o arquiteto Paisagista Alexandre Cancela d’Abreu afirma que: “segundo alguns autores o termo paisagem já existia na Idade média ou mesmo antes e desde então foi interpretado de diversas maneiras”¹⁶.

Pode-se afirmar que a paisagem, por ser um conceito complexo e polissémico, tem, por um lado, vindo a adquirir protagonismo ao longo dos anos, tornando-se objeto de definições científicas vagas e imprecisas, por outro o conceito de paisagem continua a ser utilizado recorrentemente com significados distintos e incompletos, que vão variando com várias perspetivas de diferentes áreas disciplinares e das distintas instituições que o utilizam, muitas vezes de forma menos correta, como sinónimo de outros conceitos relacionados com o mundo físico, como o território, o ambiente, o meio, a Natureza, entre outros¹⁷.

Por possibilitar uma vasta visão de interpretações e aproximações determinadas pelas várias abordagens e especificidades que as utiliza em distintos contextos, e diversas disciplinas, importa, no âmbito deste trabalho de investigação e primeiramente, sistematizar as principais definições e a evolução do conceito de Paisagem e de Património, no espaço e no tempo. De seguida, procede-se à análise da evolução semântica e histórica do termo paisagem, tendo em conta a consideração do conjunto dos seus significados, desde o momento do seu aparecimento até à atualidade.

Para o Geógrafo francês *Augustin Berque*¹⁸, a evolução do conceito de Paisagem iniciou-se na China onde nos primeiros séculos d.C surgiu uma representação explícita da estética da paisagem em sentido lato, através da literatura, das pinturas e das artes de jardins. Todavia, *Sérgio Tamayo*¹⁹ afirma que não existe um termo em mandarim que corresponda à palavra paisagem, sendo que as expressões que mais se aproximam detêm significados muito diferentes do sentido que tinham na Europa até ao século XVII.

As definições do conceito de Paisagem divergem conforme as áreas que se debruçam sobre ela. Como já se sublinhou, para o geógrafo francês *Augunstin Berge*, a origem desta divergência está associada à sua génese, em que se admite “...corretamente que a noção da paisagem apareceu na China, no século IV e, posteriormente na europa durante o Renascimento (séculos XIV a XVII)...”. O autor reforça essa ideia, afirmando ainda que: “...Foi na China que apareceu pela primeira vez na história humana, uma cosmofania propriamente passageira. Esta aparece em vários poemas da Antologia do Pavilhão

15	GOODCHILD, Peter. (2002). <i>Paisagem e Património</i> . In Boletim AP da Associação Portuguesa dos arquitetos paisagistas, nº3, Lisboa, p.6.
16	D'ABREU, Alexandre Cancela., CORREIA, Teresa Pinto., OLIVEIRA, Rosário. (2002). <i>Contributos para a Identificação e Caracterização das Unidades de Paisagem em Portugal Continental</i> . Volumes I, p. 11.
17	Para Dora Lamprea "a dificuldade já mencionada da definição de paisagem, dada a sua abrangência e complexidade, foi uma das causas pelas quais, no último século de direito internacional, a paisagem não foi compreendida como uma entidade singular cujo valor intrínseco, "per se", interessa proteger." LAMPREIA, Dora. (2012). <i>Por uma Política de Paisagem: A Propósito da Convenção Europeia da Paisagem</i> , p.254 in SERÃO, Adriana Veríssimo (coord). (2012). <i>Filosofia e Arquitetura da Paisagem. Um Manual</i> . Lisboa. Centro de Filosofia da universidade de Lisboa.
18	BERQUE, Augustin. (1990). <i>Mediance: De melieux en Paisagens</i> , ed. Reclus. Montpellier.
19	TAMAYO, Sergio (coord.) (1998) <i>Sistemas urbanos, actores sociales y ciudadanías. Universidad Autónoma Metropolitana – Azcapotzalco</i> , primera edición: México.



Fig. 17 - Sage-contemplant-une-cascade
Fonte: ©Ma-yuan

das Orquídeas (*Lantin-ji*), onde o termo “Paisagem” foi associado a palavra *SHANSHIU*, que significa “os montes” (*Shan*) e as Águas (*Shui*). Posteriormente, em 440, é reforçado, com a publicação da Introdução à pintura de Paisagem. (*Hua Shanshui Xu*) de Zong Bing²⁰. No então, a expressão *shanshiu* não corresponde a paisagem no geral.

Contudo, para alguns autores, o aparecimento da noção de paisagem teve o seu início no século XV. Para clarificar essa ideia, Anne Cauquelin afirma que: “Autores confiáveis situam o seu nascimento por volta de 1415. A paisagem (termo e noção) nos viria da Holanda, transitaria pela Itália, se instalaria definitivamente em nossos espíritos com a longa elaboração das leis da perspectiva e triunfaria de todo obstáculo quando, passando a existir por si mesma, escapasse a seu papel decorativo e ocupasse a boca de cena”²¹.

Como se pode verificar, é difícil enquadrar temporalmente o aparecimento da noção de Paisagem. Contudo, sabe-se que a mesma sempre acompanhou a existência do ser humano desde o início da civilização, pois a subsistência do mesmo dependia da relação entre ambos²². Como consequência, alguns autores afirmavam que a noção da paisagem esteve sempre presente na memória do ser humano mesmo antes da elaboração do conceito. A ideia embrionária já existia, baseada nas observações do meio ambiente²³. As expressões desta memória da observação podem ser encontradas nas artes e nas ciências das diversas culturas, que retratavam, inicialmente, elementos particulares, como animais selvagens, um conjunto de montanhas ou rios. As pinturas rupestres são uma referência para esta percepção direcionada a alguns componentes do ambiente²⁴.

Sabe-se que o termo paisagem, como afirmado anteriormente, já existia na Idade Média, ou mesmo antes disso, sendo que alguns autores²⁵ o comprovam afirmando que a origem Etimológica do vocábulo “Paisagem” deriva do latim *Pagus*, que significa território cultivado. Desta forma, sobrevieram semelhanças nas diversas línguas: em francês *paysage*, com o termo *pays*, que significa pátria, e *age* do latim *agine*, como arte de ordenar o espaço em resposta às necessidades do Homem; em línguas germânicas, encontramos *landscape*, em inglês, e *landschaft* em alemão, que advêm do holandês *landschap*²⁶. A arquiteta paisagista Aurora Carapinha afirma que: “...análise etimológica da palavra paisagem também nos revela esta relação de intimidade, de afetividade enquanto elementos definidores

20 BERQUE, Augustin. (s.d). *Das Águas da Montanha à Paisagem*, pp. 96-103 tradução de Helen Fernandes in SERÃO, Adriana Veríssimo (coord). (2012). Filosofia e Arquitetura da Paisagem. Um Manual. Lisboa. Centro de Filosofia da universidade de Lisboa. Cf. BATISTA, Desidério Luís Soares. (2006). Paisagem, cidade e Património o sistema Urbano Olhão-Faro-Loulé. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Évora. Évora, p.61.

21 CAUQUELIN, Anne. (2015). *A invenção da Paisagem*. São Paulo. Edições 70, p.35.

22 Relativamente ao tema, o Geógrafo Orlando Ribeiro acrescenta ainda que “a paisagem é o Produto do passado e constitui um Registo da Memória coletiva. Traduz a história do povoamento e das formas de aproveitamento para fins produtivos de determinado espaço geográfico.” RIBEIRO, Orlando. Et al.(1988). Geografia de Portugal. II – O Ritmo Climático e a paisagem. Sá da Costa, Lisboa.

23 Para o Arquitecto Alexandre Cancela d’Abreu, “Naquela época a sociedade encontrava-se mais virada para o “interior” estendendo-se a observação da natureza quase exclusivamente ao claustro ou ao horto, não se ligando à observação e ao Registo da paisagem “exterior”, se não como um pano de fundo para outras cenas.” in D’ABREU, Alexandre Cancela., CORREIA, Teresa Pinto., OLIVEIRA, Rosário. (2002). *Contributos para a Identificação e Caracterização das Unidades de Paisagem em Portugal Continental*. Volumes I, p. 26.

24 BATISTA, Desidério Luís Sares. (2009). *Paisagem, cidade e Património o sistema Urbano Olhão-Faro-Loulé*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Évora. Évora, p.59.

25 MAXIMIANO, Liz, Abad.(2004) Considerações sobre o conceito de paisagem. Raega - O Espaço Geográfico em Análise, [S.l.], v. 8, pp.84-87.

26 D’ABREU, Alexandre Cancela., CORREIA, Teresa Pinto., OLIVEIRA, Rosário. (2002). *Contributos para a Identificação e Caracterização das Unidades de Paisagem em Portugal Continental*. Volumes I, p. 26 e CORREIA, Teresa Pinto. (1995). o futuro da Paisagem rural do Alentejo: Património Cultural a preservar ou a abandonar? a cidade,



Fig. 18 - Quinta das Carvalhas
Fonte: ©Município de S. João da Pesqueira

da ideia da paisagem. Tanto o termo latino Pagus como o termo do holandês antigo Landschaft, que designam paisagem, significam mais que a organização de espaço, expressam também as relações que os habitantes têm com o lugar, entre eles, e as suas obrigações para com a comunidade e com a terra²⁷.

No dicionário da Língua Portuguesa, a palavra Paisagem corresponde a um “Espaço de terreno que se abrange num lance de Vista²⁸. Igualmente corresponde a uma “Pintura, Gravura ou desenho que representam uma paisagem natural ou urbana²⁹. Porém, segundo a convenção europeia da Paisagem, realizada em Florença, no ano 2000, “...a paisagem é uma parte do território tal como é apreendida pelas populações cujo caráter resulta da ação e da interação de fatores naturais e humanas...”.

Sobre a ligação do termo paisagem à natureza, Magda Henriques afirma que: “...frequentemente a paisagem foi e ainda é vulgarmente confundida com a natureza”, partindo de um território que a natureza apresente ao observador. Esta definição é considerada atualmente parca, o que leva o arquiteto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles a afirmar, numa entrevista ocorrida em 1999, que “...aquilo que é considerado atualmente natural já tem a intervenção construtiva ou destrutiva do homem, deu exemplo da Amazónia que já se considera um parte significativa da intervenção do homem³⁰.

Apaisagem enquanto tema apresenta uma variedade de aspetos em se pode distinguir a sua interpretação em três categorias distintas: enquanto ideia de Natureza, em que aparece ligada às preocupações ecológicas; como perceção da sua imagem como o produto de reflexão da luz sobre as coisas, o que nos remete para um processo de representação do real, com um simples olhar ou uma composição da pintura ou de fotografia; ligada à experiência, o que nos remete a sensações, sentimentos e emoções que só advêm da experiência sentida. Todavia, o autor José Maria Sánchez de Muniain, na sua obra *Estética del Paisaje Natural*, consegue distinguir quatro limitações para o conceito da paisagem. A primeira classificou-a como limitação Espacial, em que a paisagem é somente a porção da natureza que a vista humana abarca. A segunda, a “Limitação incitativa”, refere que a paisagem não se pode ser chamada à forma, tamanho ou cor real das coisas, mas sim à aparência de cada uma delas. A terceira é ligada à Cognição, considerando-se que só é paisagem o que está presente e entra pelos olhos. A quarta e última foi classificada como limitação valorativa ou estética, em que a paisagem é um valor desinteressado, separado dos outros valores humanos que encerra a natureza³¹.

Muitas vezes, ao pronunciar o termo paisagem, surge um momento contemplativo, associado à Natureza, remetendo-nos para uma memória ou uma experiência vivida, de alguma paisagem marcante

pp.83-92.

27 FERREIRA, José Alberto (coord). (2005). *Escrita na paisagem: festival de performance e artes da terra*. Évora: Mimesis. CARAPINHA, Aurora. (2005). Escrita na Paisagem, p, 10.

28 Para o arquiteto Gonçalo Ribeiro Telles “...a paisagem não poderá se apenas o espaço que a vista humana alcança terá também que englobara todos aqueles espaços em que existe estreita dependência entre os seus constituintes.” *O Homem perante a paisagem*, Cidade Nova, serie IV, 4 Coimbra,1956 in Gonçalo Ribeiro Telles: textos escolhidos, p 19.

29 FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. (1999). *Novo Aurélio Século XXI:O dicionário da Língua Portuguesa*. 3º edi. Rio de Janeiro. Editor Nova Fronteira, p.1474.
“Se a natureza pré-existe ao olhar, sendo num certo sentido, independentemente da sua perceção por um sujeito, a paisagem não existe sem o olhar, ela é formada pelo olhar.
A noção de paisagem pressupõe, desde logo, a interação entre um sujeito e a realidade que é observada ou representada. Não é possível abordar essa noção sem considerar a questão do ponto de vista, ou seja, o lugar (real ou figurado) de onde um sujeito percebe a realidade.” Miguel Wandschneider e Nuno Faria in: catálogo da exposição “paisagem no singular”, Ministério da cultura, instituto de arte contemporânea, 1999, p.13.

30 FERREIRA, José Alberto (coord). (2005). *Escrita na paisagem: festival de performance e artes da terra*. Évora: Mimesis. HENRIQUES, Magda. Arte e Paisagem, p. 12.

31 SÁNCHEZ DE MUNIÁIN, José Maria. (1945). *Estética del Paisaje Natural*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.



Fig. 19- Paisagem perto de Paris, 1876
Fonte: ©http://www.impressionism.org/Paul Cézanne

decorrente de uma viagem realizada, ou um simples passeio à Serra. Sobre esse assunto associado à memória, o arquiteto paisagista João Gomes da Silva afirma que: “O meu desejo de paisagem inclui a minha memória, mas também a minha imensa e constante vontade de interrogar, conhecer e agir com a Natureza de cada lugar, e de mim próprio”³².

Todavia à medida que o tempo passa, constata-se que a natureza é observada doutra forma, ou seja, o modo como a natureza é apreciada pela sociedade vai-se alterando segundo a cultura e a época, à medida que o homem procura adequar-se e integrar-se nos processos naturais e até exercer o domínio sobre o espaço envolvente, contribuindo para o desenvolvimento da interpretação artística e representação pictórica da paisagem a partir do século XV e, posteriormente, pelos pintores flamengos dos séculos XVI e XVII, tendo passado de uma posição passiva para ativa³³.

Substituindo os temas religiosos e bíblicos, históricos e alegóricos, a paisagem passa a figurar-se como tema privilegiado na arte pictórica, primeiro no Renascimento, como cenário, para outras cenas e eventos. Posteriormente, a partir do século XVII, a paisagem do espaço rural, enquanto espaço de recreio e lazer, é representada como tema principal da obra³⁴. A partir de então, o termo paisagem passa a estar ligado à pintura, atribuindo-se a designação de paisagistas aos pintores de paisagem, e estabelecendo-se entre ambas uma relação de tal maneira forte que a palavra paisagem começa a figurar, pela primeira vez, nalguns dicionários, como o significado “de tela de pintor”³⁵.

A paisagem não pode ser mais entendida só como aquilo que se contempla, mas sim com um produto de relação entre sujeito-espaço, que se enraíza na diversidade das relações, em perpétuo movimento e em constante evolução dos fatores biótico e abiótico, nas distintas e várias funcionalidades, e nas diferentes figurações e significados inerentes à unidade estrutural ecológica. O autor José Alberto Ferreira afirma que: “Sendo então trabalho e vida dos homens, a paisagem é mais do que aquilo que se vê em redor. Materialmente, ela é o resultado efetivo de vários processos biológicos, ecológicos e culturais que operam (ou operaram num determinado lugar. Culturalmente, a paisagem resulta de uma constante negociação entre o olhar dos homens e a relação de valor (funcional, estético, por exemplo) que lhe atribui o espaço que o rodeia”³⁶. Precisamente no século XVIII, sobretudo na Grã-Bretanha, o conceito de Paisagem começa a transitar de uma atitude ou posição contemplativa e passiva para uma mais ativa e interventora, materializada através da escola de arquitetos paisagistas, que, inspirados em paisagens rurais imaginários e idealizadas, passam a conceber e executar propostas para parques e jardins³⁷.

Alguns séculos depois, no século XIX, assiste-se ao grande desenvolvimento da pintura paisagista, através de pintores como *Willian Turner*, *Paul Cezanne*, *Van Gogh*, *Jean-Batiste Camille Corot*, entre outros, que “descreviam”, nas suas obras, a harmonia das paisagens, a atividade rural e as alterações de utilização do espaço como testemunho das atividades humanas³⁸.

32	SILVA, João Gomes da. (2002). <i>A Paisagem – Ideia ou Experiência?</i> . Jornal Arquitectos. Lisboa, 206 (maio-junho 2002), p. 14
33	D'ABREU, Alexandre Cancela., CORREIA, Teresa Pinto., OLIVEIRA, Rosário. (2002). <i>Contributos para a Identificação e Caracterização das Unidades de Paisagem em Portugal Continental</i> . Volumes I, p. 26.
34	CARVALHO. M.A.C. (1994). <i>Variação de diversidade ecológica numa paisagem rural em transformação. o caso do Vale da Ribeira de Seda – Rai</i> . Dissertação de Doutoramento, Universidade de Évora. Évora, p.22.
35	CARVALHO. M.A.C. (1994). <i>Variação de diversidade ecológica numa paisagem rural em transformação. o caso do Vale da Ribeira de Seda – Rai</i> . Dissertação de Doutoramento, Universidade de Évora. Évora, p.24.
36	FERREIRA, José Alberto. (2005). FERREIRA, José Alberto (coord). (2005). <i>Escrita na paisagem: festival de performance e artes da terra</i> . Évora: Mimesis, p. 5.
37	D'ABREU, Alexandre Cancela., CORREIA, Teresa Pinto., OLIVEIRA, Rosário. (2002). <i>Contributos para a Identificação e Caracterização das Unidades de Paisagem em Portugal Continental</i> . Volumes I, p. 26.
38	Bravard Jean-Paul. Burel F., Baudry J., <i>Écologie du paysage. Concepts, méthodes et applications</i> . In: <i>Annales de Géographie</i> ,



Fig. 20- La Mont Sainte Victoire by Paul Cezanne OSA313
Fonte: ©<https://www.wikiart.org/en/paul-cezanne>

O movimento impressionista acaba, assim, por ter uma importância decisiva na formalização do conceito Paisagem, ao introduzir o fator “tempo” na paisagem e “libertando-a” da tela. Se, por um lado, a paisagem é agora aquilo que o olhar alcança e não a sua representação, ganhando, por isso, uma identidade física, por outro lado, as diferenças de sentimentos provocadas pela própria paisagem em diferentes momentos do dia ou no do ano libertam o conceito do estatismo, passando a existir um claro reconhecimento do seu dinamismo. Este deve ser considerado um passo fundamental na evolução do conceito para a atualidade, pois o tempo é um dos fatores primordiais da passagem, sendo que negá-lo seria limitar de forma extrema o seu entendimento. Por exemplo, para o geógrafo Orlando Ribeiro, “Uma paisagem é um espaço acessível à observação. Esta processa-se hoje por meios que têm multiplicado: subir ao cimo de um monte ou de uma torre, desenhar, fotografar no solo ou avião, observar o relevo em estereoscópio, elaborar mapas por fotogrametria, etc.”³⁹.

Com a autonomização parcial do conceito relativamente à conotação pictórica e meramente artística mantida durante longo período, a paisagem é, no século XIX, definitivamente, o vocábulo que integra uma dicotomia entre a cidade e o campo, entre os modos de vida urbana e rural, assumindo-se, nos finais deste século, e princípios do século XX, o entendimento globalizante do conceito de Paisagem, no qual, sobre os sistemas naturais, se encontrava imprimida a ação do homem⁴⁰. Para a arquiteta paisagista Aurora Carapinha, “A paisagem não se esgota, contudo nesta dimensão de suporte das relações que estabelecem entre a natureza, Cultura e Tempo. A Paisagem é um processo aberto, e ainda que possa ser representada literária ou pictoricamente, é uma realidade socialmente cognitiva, é um processo eidético, ou seja, é mais que um objeto quantificável, é uma ideia, é uma forma cultural de olhar, ou melhor de nos relacionarmos com o espaço que nos envolve”⁴¹.

Aplica-se, pois, o que é definido pela convenção europeia da paisagem: “A paisagem é uma área tal como é percebida pela pessoa cujo caráter é resultado da ação e da interação dos fatores Naturais e Humanos”⁴². No relatório “The Face of Europe”, propõe-se mesmo que a paisagem seja considerada como “o produto concreto e característico da interação entre a sociedade humana e a cultura como ambiente natural”⁴³.

Tendo em conta a complexidade desta realidade multifacetada, a paisagem constitui um sistema dinâmico, onde os diferentes fatores se influenciam mutuamente e evoluem em conjunto ao longo do tempo. Para alguns autores, o conceito de Paisagem implica a ação do Homem sobre o território, alterando as suas características e moldando-o. O seu caráter é influenciado por diversos fatores, como o clima, a geologia, a estrutura ecológica, a flora e vegetação, o relevo, o solo e o seu uso e ocupação, as atividades humanas, no presente e passado. Para Francisco Caldeira Cabral, a Paisagem é a figuração da biosfera e resulta da ação complexa do homem e de todos os seres vivos, em equilíbrio com os fatores físicos do ambiente⁴⁴. Contudo, Gonçalo Ribeiro Telles alarga a definição anteriormente feita, afirmando que: “é necessário aproximar novamente o “Continuum Naturale” no espaço urbano e rural como elo entre as

t. 110, n.º 618, 2001. p. 201; https://www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_2001_num_110_618_1776.

39 RIBEIRO, Orlando. (2001). *Paisagens Regiões e Organização do Espaço*. Revista Finisterra, XXXVI, 72, p. 29.

40 MAGALHÃES, Manuela Raposo. (2001). *A arquitetura paisagista. Morfologia e Complexidade*. Editora Estampa. Lisboa, p.51.

41 FERREIRA, José Alberto (coord). (2005). *Escrita na paisagem: festival de performance e artes da terra*. Évora: Mimesis, CARAPINHA, Aurora. *Escrita na Paisagem*, p. 9.

42 Conselho da Europa (CE). (2000). *Convenção Europeia da paisagem*. <http://www.gddc.pt/siili/docs/dec42005.pdf>.

43 WASHER, D.(ed). (2000). *The Face Of Europe. Policy perspectives for European Landscape*. ECNC Technical Report Seies European Centre for Nature conservation, Tilburg. Citado in D'ABREU, Alexandre Cancela., CORREIA, Teresa Pinto., OLIVEIRA, Rosário. (2002). *Contributos para a identificação e Caracterização das Unidades de Paisagem em Portugal Continental*. Volumes 1, p. 28.

44 CABRAL, Francisco Caldeira. (1993). *Fundamentos da arquitetura Paisagista*. Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza, p. 32.



Fig. 21 - Terraced rice field in mu cang chai, vietnam
Fonte: ©<https://www.canstockphoto.com/terraced-rice-field-in-mu-cang-chai-48369994.html>

respetivas paisagens permitindo a aproximação dos dois modos de vida das pessoas⁴⁵.

Como resposta a preocupações ambientais, surgiram na década de sessenta do século XX, preocupações de carácter ambiental, sendo a partir de então que o conceito de paisagem conhece os passos decisivos que levam à sua atual aceção, como um sistema dinâmico e holístico, com processos de ação e reação resultantes do confronto contínuo entre a sociedade e o seu meio. Todavia, durante as últimas décadas do século XX, ainda se assiste, em diferentes regiões, a outras interpretações do termo paisagem, sendo que a sociedade ou algumas áreas disciplinares ainda continuam a utilizar o termo com significado distinto.

De facto, desde a perspetiva dos saberes científicos e técnicos, produziram-se distintas aproximações ao conceito de paisagem, mais ou menos focadas nos componentes ou aspetos objetivos, tanto formais, no caso da arquitetura, como causais e estruturais, no caso de geografia, ecologia, biologia e geologia, nos aspetos subjetivos ou percebidos, no que refere às disciplinas de Antropologia, Sociologia e Psicologia e, ainda mais recentemente, numa aproximação transversal, interdisciplinar e abrangente que considera tanto uns como outros, como o caso de arquitetura paisagista.

Este interesse multidisciplinar pela paisagem evoluiu por caminhos e direções distintas, tendo havido com frequência, entre os distintos saberes, falta de intercâmbio de conhecimentos e ignorância mútua, o que levou o autor *Bas Pedrolí* a afirmar que muitas das definições científicas da Paisagem, ao relevarem-se vagas e incompletas, deturpam a verdadeira essência do conceito.⁴⁶

Assim, atualmente, a paisagem é considerada como um resultado visível dos processos resultantes da interação entre os fatores abióticos, bióticos e humanos, que variam segundo o lugar e o tempo, o que vai ao encontro do relatório *“European Landscape”*⁴⁷, que manifesta a ideia de que na escala local, regional, nacional ou internacional, as paisagens expressam a unicidade e a identidade⁴⁸ de cada lugar, ou seja, cada paisagem possui o seu *genius loci*⁴⁹, o que vai variando de lugar para lugar. Com essas novas noções, apareceram novos conceitos, entre eles o de noção de Paisagem Cultural.

O reconhecimento da paisagem enquanto um produto cultural específico evolutivo geográfico e temporalmente inscrito, de construção e apresentação de identidade em Portugal, permite a organização e o incentivo à reflexão crítica sobre este tema.

45 MAGALHÃES, Manuela Raposo. (2001). *A arquitetura paisagista. Morfologia e Complexidade*. Editora Estampa. Lisboa, p.152.

46 PEDROLI, Bas. (Ed.). (2000). *Landscape — Our Home/Lebensraum Landschaft. Essays on the culture of the European landscape as a task*. Zeist: Indigo, pp. 65.73.

47 CONSELHO DA EUROPA (2000). *Convention Européenne du paysage et Rapport explicatif*. T-Land, Estrasburgo.

48 Um dos maiores teóricos que aborda esse tema é o autor Norueguês Christian Norberg Schulz, para quem o conceito de Genius Loci expressa a ideia que cada lugar possui uma alma, isto é, um “espírito do lugar”, que cria um outro ou um oposto com o qual a humanidade devia defrontar-se. Como se sabe, o conceito *Geniu Loci* apareceu na Roma antiga, acreditando-se que todos seres continham um *Genius*(Gênio), um espírito guardião, e este espírito atribui a vida as pessoas e aos lugares, acompanhando -os desde nascença até a morte, sendo responsável por determinar o seu carácter ou essência. As civilizações antigas reconhecem a importância que um Genius possuía, até ao ponto de crerem que a subsistência dependia de uma boa relação com o lugar, tanto no sentido físico como no psíquico. Toma-se como exemplo a civilização do antigo Egipto, que cria que o campo não servia somente para o cultivo, de acordo com os fluxos e refluxos do Rio Nilo. Na verdade, a estrutura da paisagem servia de modelo para o traçado dos edifícios públicos que deviam dar sensação de segurança por simbolizarem uma ordem ambiental eterna. SCHULZ, Christian Noberg. (1960). O fenómeno de Lugar, pp. 443,454,455. Ver também sobre esse assunto SCHULZ, Christian Norberg. (1980). *Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture*. New York. Rizzoli.

49 Um dos maiores teóricos que aborda esse tema é o autor Norueguês Christian Norberg Schulz, para quem o conceito de Genius Loci expressa a ideia que cada lugar possui uma alma, isto é, um “espírito do lugar”, que cria um outro ou um oposto com o qual a humanidade devia defrontar-se. Como se sabe, o conceito *Geniu Loci* apareceu na Roma antiga, acreditando-se que todos seres continham um *Genius*(Gênio), um espírito guardião, e este espírito atribui a vida as pessoas e aos lugares, acompanhando -os desde nascença até a morte, sendo responsável por determinar o seu carácter ou essência. As civilizações antigas reconhecem a importância que um Genius possuía, até ao ponto de crerem que a subsistência dependia de uma boa relação com o lugar, tanto no sentido físico como no psíquico. Toma-se como exemplo a civilização do antigo Egipto, que cria que o campo não servia somente para o cultivo, de acordo com os fluxos e refluxos do Rio Nilo. Na verdade, a estrutura da paisagem servia de modelo para o traçado dos edifícios públicos que deviam dar sensação de segurança por simbolizarem uma ordem ambiental eterna. SCHULZ, Christian Noberg. (1960). O fenómeno de Lugar, pp. 443,454,455. Ver também sobre esse assunto SCHULZ, Christian Norberg. (1980). *Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture*. New York. Rizzoli.



Fig. 22 -Paisagem protegida da Serra do Açor
Fonte: ©ICNF

Paisagem natural e cultural

Um dos temas debatido atualmente é a adjetivação das várias tipologias que se atribuem ao conceito de paisagem, (paisagem urbana, paisagem cultural, paisagem natural e paisagem rural). Segundo Dora Lampreia, as várias tipologias de paisagem serão variáveis, desde a escala da paisagem natural, prevalecendo as forças naturais, ainda com pouca intervenção humana, às grandes cidades (paisagens urbanas) extensas e compactas, onde o artificial em relação ao natural atinge o seu expoente máximo⁵⁰. Não se deve supor que essas adjetivações ou divisões diminuem o valor global do conceito paisagem, mas sim que podem ser consideradas como simplificações não de forma parcial, que partindo do conhecimento formal e funcional da paisagem tratam de explicá-la. Desta forma, pode considerar-se a paisagem como uma construção resultante das dinâmicas culturais, sociais até económicas de carácter coletivo. De ponto de vista da Filosofia, a paisagem é um ponto de encontro entre a natureza e a ação Humana, desde que a autoprodutividade da primeira não seja posta em causa. Vemos nesta definição que a cultura pode ser designada de ação Humana⁵¹.

Neste sentido, para compreensão da divisão entre a paisagem Natural e paisagem Cultural recorre-se a alguns autores, mas sobretudo à obra do geógrafo americano *Carl Ortwin Sauer*. Na sua perspetiva, a paisagem cultural é o resultado da ação da Cultura, em que esta aparece como um agente modelador da paisagem Natural, e em que o espaço antes da atividade humana é representado por um conjunto de fatores de ambiente⁵².

A paisagem Natural corresponde, para *Carl Sauer*, à interação dos fatores geognósticos e climáticos em que, o fator tempo, a paisagem natural se torna conhecida através da totalidade das sua formas, conhecidas, para *Sauer*, como Clima, Terra (superfície solo drenagem...), Mar, Litoral e Vegetação⁵³. Todavia, para a autora Dora Lampreia, como conceito, por “*natural*” *entende-se toda a formação telúrica que constitui o território associada ao sistema biofísico que lhe confere a vida, ou seja, o palco onde a vida animal incluindo a humana se poderá desenvolver. A componente Humana ou cultural prende-se já com os ussos e a ocupação desse território, as transformações que homem nele efetua na sua adaptação às caraterísticas específicas do meio ambiente e que lhe garantirá a sobrevivência desta interação do homem com o meio ambiente natural resulta uma expressão Cultural da comunidade que o habita e que manifesta através da paisagem*

Como se sabe, a noção da paisagem Cultural é considerada como o registo da ação humana sobre um

50 Um dos maiores teóricos que aborda esse tema é o autor Norueguês Christian Norberg Schulz, para quem o conceito de Genius Loci expressa a ideia que cada lugar possui uma alma, isto é, um "espírito do lugar", que cria um outro ou um oposto com o qual a humanidade devia defrontar-se. Como se sabe, o conceito *Geniu Loci* apareceu na Roma antiga, acreditando-se que todos seres continham um *Genius*(Génio), um espírito guardião, e este espírito atribui a vida as pessoas e aos lugares, acompanhando -os desde nascença até a morte, sendo responsável por determinar o seu carácter ou essência. As civilizações antigas reconhecem a importância que um Genius possuía, até ao ponto de crerem que a subsistência dependia de uma boa relação com o lugar, tanto no sentido físico como no psíquico. Toma-se como exemplo a civilização do antigo Egipto, que cria que o campo não servia somente para o cultivo, de acordo com os fluxos e refluxos do Rio Nilo. Na verdade, a estrutura da paisagem servia de modelo para o traçado dos edifícios públicos que deviam dar sensação de segurança por simbolizarem uma ordem ambiental eterna. SCHULZ, Christian Noberg. (1960). O fenómeno de Lugar, pp. 443,454,455. Ver também sobre esse assunto SCHULZ, Christian Norberg. (1980). Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture. New York. Rizzoli.

51 CASTELO, Carmen Velayos. (2012). *Paisagens Construídas e Ecoética*, pp. 211-219 in SERÃO, Adriana Veríssimo (coord.). (2012). *Filosofia e Arquitetura da Paisagem. Um Manual*. Lisboa. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.

52 SAUER, Carl Ortwin. (1925). *A Morfologia da Paisagem*, p. 42.

53 SAUER, Carl Ortwin. (1925). *A Morfologia da Paisagem*, p. 48-49.

54 LAMPREIA, Dora. (2012). *Por uma Política de Paisagem: A Propósito da Convenção Europeia da Paisagem*. p.253-254 in SERÃO, Adriana Veríssimo (coord.). (2012). *Filosofia e Arquitetura da Paisagem. Um Manual*. Lisboa. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.



Fig. 23 - Hallstatt, Austria
Fonte: ©Live To Travel

determinado território⁵⁵, em que este passa a ser compreendido como a construção humana. Sobre esse assunto, *Carl Sauer*, na sua obra *A Morfologia da Paisagem*, publicada no ano de 1925, *explica que “a noção da Paisagem Cultural é criada por um Grupo Social a partir de uma paisagem Natural, a cultura é o agente e o espaço natural é o meio e a paisagem Cultural é o Resultado dessa Interação”*⁵⁶. Acrescenta ainda que a paisagem Natural é de fundamental importância, pois proporciona os materiais a partir dos quais se constrói a paisagem Cultural, a força modeladora. Como já se sublinhou anteriormente, a ideia da paisagem engloba os aspetos naturais e culturais em que exprime o resultado da interação entre o ser vivo com o ambiente, num determinado período de tempo e num dado espaço.

Como se pode constatar, a noção da paisagem cultural trata-se do resultado, ao longo do tempo, da ação do homem e da sua cultura sobre a paisagem natural, em o tempo aparece como um uma variável fundamental que atua tanto na construção como na interpretação da paisagem cultural. Todavia, a cultura⁵⁷ também é uma das variáveis sem a qual, segundo alguns autores, não se podem considerar as paisagens como culturais. A cultura, no âmbito da disciplina de Sociologia, é definida como um “*Sistemas de valores, conhecimentos, técnicas e artefactos de padrões de comportamentos e atitude que caracteriza uma determinada sociedade*”⁵⁸.

Deste modo, ao longo de tempo, com as preocupações ambientais, foram criadas entidades que zelam pelo bem das paisagens. As políticas de conservação vieram transformar o conceito numa classificação de bem patrimonial, que vai ao encontro da necessidade de um conjunto mais amplo e diversificado de instrumentos de preservação cultural e ambiental. A paisagem Cultural como bem patrimonial começa a ganhar forma a partir da convenção do património Mundial da UNESCO, de 1972, onde foi criada a lista do Património Mundial. Nesta lista, “os bens”, inicialmente, podem ser classificados em três categorias, *Como um bem natural e património cultural, por fim terceira categoria em que é possível classificar um bem “misto”, que é justificada quanto bem cultural e natural*⁵⁹. Não obstante, só em 1992, com o desenvolvimento de uma consciência ambientalista, e com uma forte preocupação com o meio ambiente e com o desenvolvimento sustentável, na convenção do Património Mundial, a proteção de paisagens culturais foi reconhecida legalmente. Anteriormente a esta convenção, as paisagens constavam nos documentos de cariz patrimonial, e vinham mencionadas na carta de Atenas, de 1931, e na convenção de Washington, no ano de 1940, sendo que nesta última carta se falava da salvaguarda das paisagens de beleza única.

Segundo a UNESCO/ICOMOS, existem três critérios ou categorias de classificação de paisagens culturais: A primeira categoria diz respeito a Paisagens intencionalmente criadas pelo homem, por razões estéticas (parques e jardins. Normalmente, estas paisagens estão associadas a edifícios ou conjuntos monumentais de carácter religioso ou outro. Podem também não estar associadas a uma construção.

55 Segundo José de Aguiar, “as paisagens Culturais são um objeto de estudo que reflete as interações entre o homem e a natureza, tendo como produto uma realidade física, ou uma construção social ou cultural, são, portanto, um tema de natureza e de focagem disciplinar muito diversa conforme a disciplina que estuda, no tempo que estuda.”

in AGUIAR, José. GONÇALVES, Rita. (2007). Património paisagístico: Os Caminhos da Transversalidade Apap. ICOMOS-Portugal.

56 Segundo José de Aguiar, “as paisagens Culturais são um objeto de estudo que reflete as interações entre o homem e a natureza, tendo como produto uma realidade física, ou uma construção social ou cultural, são, portanto, um tema de natureza e de focagem disciplinar muito diversa conforme a disciplina que estuda, no tempo que estuda.”

in AGUIAR, José. GONÇALVES, Rita. (2007). Património paisagístico: Os Caminhos da Transversalidade Apap. ICOMOS-Portugal.

57 Para Massimo Veturi Ferriolo, a cultura é “conjunto perdurável, heterogêneo, sujeito a continuas transformações, compostas por elementos visíveis e invisíveis... engloba os bens materiais derivados da incessante atividade de contruir -habitar-pensar...” Ferriolo, M. (2007). Cultura. In D. Colafranceschi. Landscape + 100 palavras para habitarlo. (Land&ScapeSeries). Barcelona: Gustavo Gili, p.44.

58 CASTELEIRO, Prof. Doutor João Malaca. Dir. (2001). *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, da Academia das Ciências de Lisboa*. Editorial Verbo.

59 UNESCO (1972) *Convenção para a Proteção do Património Mundial*. Cultural e Natural artigos 1º e 2º



Fig. 24 - Sítios pré - históricos de arte rupestre do Vale do Côa e Siega Verde (Portugal, Espanha)
Fonte: ©Vincent Long, NOSSO LUGAR Coleção do Patrimônio Mundial

Apresentamos como exemplo desta categoria a Paisagem cultural de Sintra, em Portugal, e paisagem cultural de Ladnice -Valtice, na República Checa. Na segunda categoria, estão incluídas Paisagens que evoluíram organicamente, “*tendo como origem um imperativo social, económico, administrativo e ou religioso*”⁶⁰. Atualmente, “*essas Paisagens podem constituir uma relíquia do passado, distinguindo-se e conservando-se materialmente através da presença dos seus traços originais; ou podem ainda deter um papel social ativo, associado a um modo de vida tradicional em evolução*”,⁶¹ a esta categoria atribui-se os exemplo dos terraços de arroz da cordilheira das Filipinas e a Paisagem Cultural de *Hallstatt-Dachstein Salzkammergut* na Áustria; a terceira e última categoria inclui a Paisagem cujo interesse se justifica por razões religiosas artísticas ou culturais importantes associadas, sobretudo, aos elementos naturais, apesar dos testemunhos culturais poderem ser insignificantes ou mesmo terem desaparecido .

60 ÁLVARO, Domingues. (2001). *A paisagem revisitada*”, *Revista Finis terra*, Vol.XXXVI, nº 72, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, pp. 55-66.

61 ICOMOS – *Internacional Council on Monuments and Sites. World Heritage Cultural Landscapes*. UNESCO-ICOMOS Documentation Centre.



Fig. 25 - Convento de Cristo em Tomar (Portugal)
Fonte: © A Terceira Dimensão

Património

Tal como a noção de Paisagem, o património tem vindo a ganhar um maior destaque na sociedade, ocorrendo atualmente mais debates e sensibilização sobre esta temática. A sua aceção começa a ser diversificada, numerosa e alargada em diversas áreas do conhecimento.

No centro da presente discussão, serão abordados os conceitos de Património, Património Cultural e Património Natural, pertinentes na abordagem do tema do trabalho, porque se relacionam tanto com os objetos de estudo como com a sua envolvente.

Como ponto de partida, iremos debruçar-nos sobre a evolução semântica e etimológica do conceito de património, o que é considerado património, e qual é o olhar da sociedade perante o património na atualidade. De seguida, será elaborada uma síntese sobre a evolução do conceito desde a sua génese, enquanto forma consubstanciada da edificação e conservação de marcas e referências de ligação entre gerações, ou seja, enquanto modo de identificação das nações ou grupos sociais, considerando aspetos mais amplos do a ele subjacentes⁶².

A consciencialização da noção de património em relação ao seu afastamento da matriz original do monumento histórico, tem vindo a contribuir muito para que esse termo seja considerado como um dos elementos essenciais na preservação e conservação da memória e identidade dos valores históricos e artísticos em diversos países. Como se sabe, existe atualmente uma maior preocupação sobre a salvaguarda dessa herança que os nossos antepassados deixaram. Presenciamos também debates sobre o património, quer no seu direito civil, que o associa à pessoa singular como um elemento essencial na sua análise, quer no seu direito público, que configura o concento de património como o conjunto de bens cuja titularidade corresponde a uma gestão pública. É, contudo, sobre estas bases conceptuais, concebidas como domínio e bem público que se apoia toda a compreensão atual do conceito de Património⁶³.

Ao longo do tempo, o conceito de património foi sendo alargando na sua aceção, por ter uma dimensão complexa e polissémica. A conceção de Património tem estado sujeita, historicamente, a diferentes delimitações segundo o momento ou época considerados.

Analizando etimologicamente, o termo Património provém do latim *patrimonium*⁶⁴ e refere-se ao conjunto de pertences, aos bens de família, remetendo para uma ideia de herança que manifesta na continuidade pela transferência de uma posse. O termo deriva de “*monere*”, que quer dizer advertir, recordar, o que à partida se liga a memória. Ainda que esta definição não tenha perdido a sua validade, não podemos apreender o conceito de Património apenas como vestígio tangível do processo histórico, mas também como incluindo os intangíveis. Por isso, para o autor *Llorenç Prats*, “...o Património é uma construção social, um processo de legitimação social e cultural...”⁶⁵.

Quando se fala em património, pressupõe-se identidade, na medida que pode ser definido como um sentido simbólico de valores que contribuem para sentido de pertença de um coletivo social. Embora a noção de Património invoque um sentido que nos remete para memória, tal como a autora *Françoise Choay* refere na sua obra *Alegoria do Património*, este sentido nem sempre está enquadrado no âmbito da arquitetura. De modo geral, este termo surge sempre associado a uma noção de valor, singularidade ou pertença, transmitido a gerações vindouras. Por ventura, ao longo do tempo, deparamo-nos com a evolução do conceito, sendo que na atualidade se encontra associado a diversidade de bens tangíveis e intangíveis⁶⁶.

62 Frier, Pierre-Laurent. (1997). *Droit du patrimoine culturel*. Paris: Presses Universitaires de France, p. 23.

63 CHOAY, Françoise. (2005). *Património e Mundialização*. Casa do Sul Edições. Evora, pp. 9-11.

64 MACHADO, José Pedro. (1977). *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. 3ªedição. Livros Horizontes. Lisboa, p. 168 e 170.

65 PRATS, Llorenç. (1997). *Antropología y Patrimonio*. Barcelona, Ariel, p.19.

66 CHOAY, Françoise.(2010). *As questões do Património*: antologia para um combate. Edições 70. Coimbra, p. 15.



Fig. 26 - Torre de Belém
Fonte: ©A Terceira Dimensão

Neste contexto, a autora *Françoise Choay*, afirma o seguinte: “(...) *Património. esta bela e muita antiga palavra. Na origem, ligada às estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade estável enraizada no espaço e no tempo (...)*”⁶⁷. vemos Na mesma obra em relação ao “património histórico”, a autora afirma que “*na nossa sociedade nómada, sempre em transformação devido ao movimento ubiqüidade do seu presente “património histórico” tornou-se numa das palavras chaves da tribo mediática: ela remete para instituição e para mentalidade*”⁶⁸. O conceito de património, por outro lado, engloba não só as obras decorrentes da produção humana, mas também sítios e paisagens com um reconhecimento estético, ecológico e memorial. Desta forma, o património representa tudo para o qual a humanidade vai contribuindo e herdando, e que favorece a formação da nossa memória coletiva. Assim, o património possibilita-nos adquirir conhecimento sobre a história/cultura de um determinado povo, devendo-se assumir como principal dever o estudo, a proteção, catalogação e recuperação desse património, por forma a impedir a sua extinção, deterioração e, deste modo, passar a herança que recebemos às próximas gerações, valorizando e divulgando o património para que, no futuro, todos possam ter acesso à sua fruição⁶⁹.

Neste caso, não se pode considerar que o conceito de património é apenas um legado herdado, mas sim um legado que, através de uma seleção consciente, um grupo significativo da população, deve ser passado ao futuro, ou seja, existe uma escolha cultural subjacente à vontade de legar o património cultural a gerações vindouras. Todavia, há uma noção de posse por parte de um coletivo, relativamente a esse espólio legado coletivamente. Na perspetiva do autor Josep Hernández Ballart, a noção de património surge “quando um indivíduo ou grupo de indivíduos identifica como seus um objeto ou um conjunto de objetos”⁷⁰.

No século XIX, face aos dinâmicos processos de transformações vinculados com a reforma urbana de algumas cidades europeias apoiada na substituição dos tecidos mais antigos (o que pressupõe um corte radical ao passado), verifica-se que é a consciência de rutura e descontinuidade que suscita o aparecimento que caracteriza o desenvolvimento daquilo que se pode chamar “*cultura do património uma cultura que incorpora a preservação do passado como símbolo da sua própria modernidade*”⁷¹.

Segundo o autor *José Ortega Valcárcel*, podemos designar “a *cultura do Património, uma cultura que incorpora a preservação do passado um símbolo da sua Modernidade*”⁷². Isso traduz-se no paradoxo da cultura modernista, que por um lado destrói e troca as estruturas e os elementos da Sociedade pré-existente, e por outro aposta na preservação de outras manifestações (desta mesma sociedade em processo de desaparecimento). Neste contexto, podemos pressagiar que as origens da conservação transposta na reivindicação de um passado, de um legado em vias de destruição e desaparecimento, estão no alicerce do conceito de património. Portanto, ao mesmo tempo que adquire a expressão a sua interpretação como bem cultural, como uma dádiva do passado para o futuro, aumentam as preocupações relativas à sua conservação.

Neste sentido, e face às ameaças de destruição e degradação dos bens do passado por parte do desenvolvimento da sociedade industrial, originou-se um movimento conservacionista que se manifesta em duas tendências/propensões distintas, no que diz respeito aos respetivos conteúdos e objetivos: o interesse pelo Património edificado e a sua salvaguarda, na Europa, e a predileção pelo Património Natural e a sua preservação, nos Estados Unidos da América, reconhecendo ambas, no entanto, os vínculos que unem o mundo moderno com o mundo antigo e a importância da manutenção e recuperação das manifestações mais relevantes.

67 CHOAY, Françoise. (2010). *Alegoria do Património*. Edições 70. Coimbra, p. 11.

68 CHOAY, Françoise. (2010). *Alegoria do Património*. Edições 70. Coimbra, p. 11.

69 CHOAY, Françoise. (2005). *Património e Mundialização*. Casa do Sul Edições, p. 22-23.

70 BALLART, Josep. (1997). *El patrimonio Histórico y Arqueológico: Valor y Uso*. Espanha: EDITORA ARIEL, SA. p.17.

71 ROSS, M. (1991). *Planning and Heritage*. E.F.N. Spon. Londres, p. 5.

72 ORTEGA VARCÁRCEL, José (1998). *El patrimonio territorial: El territorio como recurso cultural y económico*. p. 33.



Fig. 27 - Évora
Fonte: ©A Terceira Dimensão

O século XIX, no qual o conceito de património é considerado, ainda vago e indefinido, ao ser utilizado com o mesmo significado de termos como arqueologia, belas artes e arquitetura, representou, contudo, uma tomada de consciência social sobre o património, o que vai ao encontro das palavras de *Francisca Hernadez*, que considera esse um momento histórico extremamente positivo na produção das primeiras medidas efetivas de proteção do património e no seu estudo, divulgação e difusão⁷³.

Se durante muito tempo a noção de património esteve relacionada com fragmentos inicialmente designados de «antiguidades» e depois «monumentos históricos»⁷⁴, concebidos e valorizados de uma forma isolada e descontextualizada no âmbito de uma conceção esteticista e restringida, é já no século XX, após a segunda Guerra Mundial, que se manifesta a consolidação de uma progressiva conceção muito mais ampla de património enquanto legado da experiência e do esforço de uma comunidade, deixando o domínio patrimonial de estar fechado em recintos e cidades privilegiadas e limitado aos edifícios individuais, e passando a compreender, segundo Françoise Choay, “(...) *os conjuntos edificados e tecidos urbanos: quarteirões e bairros urbanos aldeias, cidades inteiras e mesmo conjunto de cidades (...)*”⁷⁵, a partir da ideia de que o património só poderia ser compreendido e estudado no contexto paisagístico em que foi construído.

Na perspetiva de *Françoise Choay*, será a partir dos anos sessenta do século XX que se consolida a ideia de património como uma herança que não para de aumentar por via da incorporação de novos tipos de bens e através do alargamento do quadro cronológico e geográfico, no âmbito do qual se inscrevem esses bens. Nesta perspetiva, reforça-se a tomada de consciência do seu valor com legado de uma sociedade e do seu caráter indissolúvel quer da própria sociedade, quer do território onde se insere, exigindo um reconhecimento vinculado ao âmbito espacial onde se produziu e que reafirma a sua identidade.

Posteriormente pela via de arqueologia e de ordenamento de território, através da noção global de compreensão do espaço cujo elemento essencial de análise passou a ser a paisagem, surge assim uma conceção mais abrangente como duas realidades complementares e estritamente unidas em que a mesma surge como um elemento integrador⁷⁶.

Pretende-se, através de uma visão global dos bens patrimoniais baseada no reencontro ente «artificial» e o «natural», e dos problemas que advêm da sua incorreta utilização e gestão, eliminar as contínuas ameaças de destruição e contrariar agressões a que ambos os patrimónios (Natural e Cultural) estão sujeitos, como consequência dos intensos e pouco qualificados processos de ocupação do território (urbano-turístico, industrial, agroflorestal)⁷⁷.

Após sucessivas ampliações concetuais, surge esta perspetiva, que se considera, por um lado, que a atual aceção do património reivindica uma consideração alargada que incorpora a paisagem como construção histórica, e por outro a delimitação operativa do património paisagístico, como conjunto de manifestações resultantes das relações sociedade-natureza que possua valor cultural reconhecível socialmente, e o equilíbrio ambiental no território onde se integra. Nesta perspetiva, o património deixa de ser considerado um elemento passivo de orientação museológica, e passa a ser um elemento ativo e dinâmico, integrando os processos de desenvolvimento social e económico, sob o critério de sustentabilidade, de modo a que herança recebida possa ser transmitida a longo prazo⁷⁸.

73 HERNÁNDEZ, Francisca Hernández. (2002). *El patrimonio cultural: la memoria recuperada*. Ediciones trea. Gijón. 2002, p.80.

74 CHOYA, Françoise.(2011). *As Questões do Património: Antologia pra um combate*. Edições 70. Coimbra, p. 16 ver também CHOAY, Françoise.(1925)(2010). *Alegoria do Património*. Edições 70. Coimbra, p. 12.

75 CHOYA, Françoise. (2010). *Alegoria do Património*. Edições 70. Coimbra, p. 12-13.

76 CHOYA, Françoise. (2010). *Alegoria do Património*. Edições 70. Coimbra, p. 12.

77 CHOAY, Françoise. (2005). *Património e Mundialização*. Casa do Sul Edições, p 20-21.

78 CHOYA, Françoise. (2010). *Alegoria do Património*. Edições 70. Coimbra, p. 122-123.

A noção de património na aceção global e integrada surge, assim, como vetor indispensável de um desenvolvimento sustentável, quer pelo seu potencial económico que lhe reconhece um fator de atração de atividades muito rentáveis, ligadas ao turismo e ao lazer, quer pelo seu contributo na satisfação de necessidades sociais básicas, na preservação das memórias e identidades individuais e coletivas.

Com efeito, as conceptualizações contemporâneas de património, para além de incorporarem novas abordagens baseadas na valorização deste como recurso escasso e não renovável, e na conciliação entre a sua exploração económica e a sua preservação, consideram-no um elemento pleno de vivências e significados, que contribui que para a manutenção da nossa identidade, quer para um maior equilíbrio espiritual e uma melhor qualidade de vida.⁷⁹

Nesta lógica, considera-se o património como um conjunto de todos os bens naturais criados pelo homem, sem limites de tempo nem lugar e, deste modo, entendido num sentido amplo: monumentos, cidades históricas, arquitetura popular, jardins históricos, sítios arqueológicos, paisagens naturais e culturais, património industrial, itinerários culturais entre outros. Compreende tanto valores tangíveis, que se relacionam tradicionalmente com os materiais, as formas e, em certo modo, também com as funções como valores intangíveis, que revelam as razões históricas às quais corresponde a criação de tais bens, assim como as crenças, motivações e modos de organização, que regeram cada comunidade ou grupo social no decurso da sua evolução. Segundo as palavras do autor *David Lowenthal*, o conceito património veio a aplicar-se também ao intangível, no que diz respeito ao conhecimento e a todo o acervo histórico e cultural de uma comunidade.⁸⁰

O valor intangível do património, que poderá definir-se como a alma ou espírito que o carateriza e lhe outorga a sua atmosfera singular, o seu *genuis loci* enraizado na memória histórica e coletiva das populações, é inseparável dos componentes materiais, imóveis, dos valores tangíveis desses mesmos bens e da forma tradicional como cada sociedade plasmou e reconheceu a sua identidade, constituindo o conjunto de ambos a unidade digna de conservação.⁸¹

Neste ponto de vista, a mais recente conceptualização de património veio acrescentar a compreensão e o valor tradicional concedido aos bens patrimoniais como conjuntos de componentes físicos materiais, de carácter cultural, e a sua dimensão social como elemento de pertença histórica como fator de identificação, enriquecimento e solidariedade da comunidade humana a que pertence (a população vinculada ao património constitui uma das razões mais sólidas para a sua conservação, já que se trata de um bem social de pertença coletiva).⁸²

Todavia, a evolução do conceito de Património, através do afastamento da sua ideia inicial do conceito, contribuiu para que a sociedade tivesse mais consciência de que o atual conceito engloba a criação do homem ou da na natureza, as manifestações de carácter cultural, resultado da interação da sociedade e da natureza, que detém valores intrínsecos com potenciais interesses locais, nacionais ou mundiais, em se entende como um recurso cultural, social e económico.⁸³

79 CHOYA, Françoise. (2011). *As Questões do Património: Antologia pra um combate*. Edições 70. Coimbra, p.219

80 LOWENTHAL, David (1996) *“Identity, Heritage, and History”*, in John R. Gillis (ed.): pp.41-57.

81 NORBERG-SCHULZ, Christian. (1979). *Genius Loci. Paesaggio Ambiente Architettura*. Electa, p.54.

82 FERREIRA, V. (2011). *Olhares sobre o património cultural. Idearte - Revista de Teorias e Ciências da Arte* 7, 7: 61 - 72. ISSN 1647-998X, p.10.

83 ABREU, Regina. CHAGAS, Mário (orgs). (2003). *Memória e Património: ensaios Contemporâneos*. Lamparina editora Rio de Janeiro, p. 28-29.

Atualmente, desde uma perspetiva simultaneamente global e local, de presente e de futuro, a identificação, definição e revalorização cultural e económica de todos os patrimónios e a adequada gestão dos mesmos torna compatível a sua proteção, com a sua utilização sustentável, nomeadamente no turismo cultural e ecológico, com base no equilíbrio entre os objetivos da preservação e os da usufruição, exigindo a integração das questões do património no processo de ordenamento da paisagem e nos instrumentos de planeamento e desenho urbano⁸⁴.

A consciência dos profissionais de planeamento urbanístico e paisagístico relativamente ao património torna-se uma condição essencial para uma política de valorização e preservação do património global herdado, de carácter relevante, entendido não como uma soma de componentes isoladas, mas como uma toda integral que abarca todos os patrimónios (bens móveis e imóveis, materiais e imateriais, e respetivos valores tangíveis e intangíveis) nas suas inter-relações e interdependências⁸⁵.

Neste contexto, é importante produzir discursos sobre o passado, que salientem não só a singularidade e a grandeza dos referentes culturais considerados património, mas também as suas origens remotas e a sua continuidade ao longo do tempo, despertando assim um sentimento nostálgico em relação ao passado, ao mesmo tempo que o património se apresenta como um recurso inestimável para construção do futuro⁸⁶.

84 FREITAS, Emanuel Omelas de. (2016). *Visões e Revisões do Património. Dissertação de Mestrado de arquitetura*. ISCTE-IUL, p.29.

85 Leis bases da Proteção e valorização do Património Cultural. Lei nº 107/2001 de 8 de setembro.

86 MOREIRA, Carla. (2006). *O entendimento do património no contexto local*. Oppidum nº1, pp-134-136.

02. Construção da Arquitetura Mística





Fig. 28 - GIOTTO di Bondone Scenes from the Life of St Francis: 1. Stigmatisation of St Francis
Fonte: © Wikimedia

02.1 Enquadramento Histórico da Ordem (Século XII-1834)

A Origem Da Ordem Dos Frades Menores Franciscanos

Segundo as palavras do autor Vítor Joaquim Fialho Medina, ao referir-se à comunidade Franciscana ou mesmo ao Franciscanismo, não nos podemos alhear da origem e génese de tal designação, justificando que este modo de vida surge e toma forma a partir do dia em que um jovem úmbrio da cidade de Assis, de nome Francisco, decide renunciar aos seus bens mundanos e abraça um estilo de vida mais austera, com a veste dos camponeses de corda atada na cintura e com os pés descalços, partindo para Roma, onde foi recebido, no ano de 1210, pelo papa Inocêncio III⁸⁷.

Para uma melhor compreensão do nascimento do fundador e da fundação da Ordem Franciscana recorreu-se à obra de Fr. *Tomás de Celano* ou *Tommaso da Celano*, e a algumas hagiografias e biografias, como por exemplo a *Legenda Maior e Menor de Boaventura*, a obra *São Francisco de Assis*, de *Jacques Le Goff* e *Augustine Thompson*, mas principalmente a *Vita Prima*, devido à convivência do autor com São Francisco⁸⁸.

Giovanni di Pietro di Bernadone, como era o seu nome de batismo, ou São Francisco de Assis, e mais tarde *Poverello*, nasceu em 1181/1182(1226), em Assis, Úmbria, Itália, era filho de um rico comerciante de panos, *Pedro di Bernardone*, oriundo de uma família de mercadores, os Mariconis, de Luca. A sua mãe, *Pica*, era natural de Provença. Desta forma, podemos constatar que São Francisco de Assis pertencia a uma família mercantil abastada⁸⁹.

Na sua juventude, São Francisco era um jovem comum, tendo feito a maioria dos seus estudos em escolas de monges beneditinos, na sua cidade natal, o que era a prática corrente na época para rapazes de família abastada. Durante a sua adolescência, trabalhou junto ao seu pai, desempenhando a função de caixeiro⁹⁰.

Segundo as Hagiografias (*Tommaso da Celano*, Fr. Fernando Félix Lopes entre outros), São Francisco, apesar de pertencer à burguesia, possuía um comportamento de nobre. O início do processo de conversão de São Francisco deu-se graças à situação de Guerra que a sua terra Natal travava contra Perugia. Sendo feito prisioneiro, ficou em cativeiro durante quase um ano, mas segundo algumas fontes franciscanas, a sua situação de doença e a reforma interna, quando regressou a Assis, conduziram-no ao período mais controverso da sua vida, que muitos historiadores designaram como “conversão”, tendo abdicado dos privilégios do mundo e, na companhia de onze jovens que desejavam viver o mesmo ideal, retirou-se para junto de uma capela na Porciúncula, nos arredores de Assis, onde, após um ano, escreveu a *Formula Vitae*. Segundo Fr. *Tommaso de Celano*, essa conversão foi gradual, só se tornando definitiva em abril de 1207⁹¹.

87 MEDINAS, Victor Joaquim Fialho (1994). *A Arquitetura capucha da provincia da Piedade*. Lisboa: UNL, dissertação em mestrado em História de Arte, p. 7.

88 *Vta Prima di San Francesco D'Assisi* é uma hagiografia escrita por Tommaso da Celano com intuito de «relatar ordenadamente e com afetuosa devoção a vida e os efeitos do nosso bem-aventurado Pai S. Francisco, escolhendo sempre para meu mestre e guia a verdade» op. cit. 1C. prólogo. esta obra foi escrita por ordem do Papa Gregório, e divide-se em três partes, em que a primeira parte se inicia com o nascimento de São Francisco até ao ano de 1224, foca-se sobre tudo na sua conversão. A segunda parte relata os dois últimos anos da vida de São Francisco até a sua morte, enquanto a última parte é dedicada à consagração e glorificação depois da sua morte, nomeadamente através dos milagres concedidos.

89 GOFF, Jacques. Le. (2011). *São Francisco de Assis*. Braga. p. 83/85. ver também Frei Leone, Frei Rufino , Frei Angelo. (1831). "Legenda Trium Sociorum". typogra-phia Nobili, pp. 17-19.

90 THOMPSON, Augustine. (2012). *São Francisco de Assis: Uma nova Biografia*. Casa das Letras. op. cit., p. 9-10.

91 GOFF, Jacques Le. (2011) *São Francisco de Assis*. Braga op. cit., pp. 62-69.



Fig. 29 - Giovanni Bellini - São Francisco no Deserto
Fonte: © Wikimedia

No início do século XIII, precisamente no ano 1209, São Francisco partiu para Roma com os seus companheiros, na tentativa da aprovação do seu género de Vida Eremitica. No dia 16 de abril de 1209, tendo sido recebido pelo papa Inocêncio III, este concedeu-lhe a bênção para a pregação. A aprovação obtida pelo papa Inocêncio III, bem como a respetiva profissão de obediência ao papa, marcaram a fundação canónica da ordem. Contudo, só após o Capítulo Geral de 1217, com a difusão para além das fronteiras de Itália, se sente a necessidade de uma Regra mais pormenorizada e de uma organização bem estruturada, que apoiassem a evangelização na Europa⁹².

Neste mesmo ano (1209), confirmou-se a aprovação verbal da *Proto Regra*, e só mais tarde foi recebida aprovação escrita pelo Papa Honório III. No ano de 1212, houve uma segunda ramificação da Ordem Franciscana das Clarissas. Anos mais tarde, precisamente no ano de 1221, devido ao crescimento da ordem, São Francisco redigiu um texto, com 23 capítulos para solucionar as instabilidades que se verificavam na Comunidade Franciscana, mas estas Regras foram reprovadas por Bula papal, ficando conhecidas como *Regula non Bulata*. Com esta angústia, São Francisco persistiu na busca de uma Regra definitiva para a comunidade seráfica. Com a ajuda de *Hugolino de Ósti* e *Cesario de Espira* redigiu um texto com 12 capítulos que, finalmente, no ano de 1223, foi aprovado com a *Bula Solet Annuere*, pelo Papa Honório III, no dia 29 de novembro. Nasceu neste mesmo ano a terceira ramificação franciscana, denominada Ordem dos Irmãos Penitentes, correspondente aos desejos da Santa Sé de conter a onda Franciscana e tirar partido da sua difusão⁹³.

Como se sabe, a vida dos frades Menores, seguidores da Regra ditada por São Francisco de Assis, consistia no observar dos Evangelhos, vivendo na Obediência, sem possuir nada seu. Esta comunidade agrupava-se em conventos primitivos, construções simples e ocasionais longe das populações. Com o passar do tempo, começaram a aproximar-se das populações para procederem a evangelizações. Este modo de vida era distinto de todas as outras normas e regras religiosas.

A Ordem dos frades Menores é criação de um ideal de pobreza, sustentada pela crença neste mesmo ideal, uma pobreza que gerou anos controversos entre leigos⁹⁴ e clérigos. *Jacques Le Goff, na sua obra São Francisco de Assis*, afirma que “São Francisco nunca visualizou uma ordem, mas apenas uma comunidade de leigos em torno da pobreza, com o número máximo de 12 irmãos”⁹⁵.

No entanto, estas condições idealizadas por São Francisco não perduraram. O facto é que a Ordem cresceu e começaram a surgir dúvidas dentro da mesma sobre os rumos a seguir. Na verdade, a morte de São Francisco, em 1226, leva à perda da referência Franciscana, que se traduz em alterações nos conceitos e na sua aplicação à realidade, modificando algumas regras, nomeadamente no que dizia respeito à extensão do voto de pobreza. A acentuação diversificada desses dois aspetos, fraternidade e pobreza, deu origem às disputas acerca das formas históricas de concretização do ideal primitivo, e resultou em três ramos dentro da primeira ordem Franciscana: Frades Menores Conventuais, em 1250, pelo Papa Inocêncio IV; Frades Menores Capuchos; Frades Menores (Observantes)⁹⁶.

92 FF. CELANO, Tommaso da. (1880). *Vita Prima di . S. Francesco D'Assisi* Cap. III.

93 FF. BAGNOREGIO, São Boaventura. *Legenda Mayor*. (s.d) op. cit. cap. IV, p. 845.

94 Leigos - Religiosos que não passavam ao estado de corista, nem Recebiam ordens Sacras, contudo faziam profissão nessa qualidade, mantendo-se sujeito a um Mestre.

95 GOFF, Jacques. Le. (2011). *São Francisco de Assis*. Braga, p.214.

96 GOFF, Jacques. Le. (2011). *São Francisco de Assis*. Braga, pp. 83, 87.

A história do Movimento Franciscano, na perspetiva de Frei *David Flood*, foi condição da história de São Francisco, afirmando ainda que primeiro houve o movimento, depois São Francisco, mas também referindo que sem São Francisco não haveria o movimento. Contudo, É a partir da entrada de companheiros⁹⁷ que se inicia o movimento, passando de uma *Fraternitas* com um reduzido número de penitentes, para uma nova *ordo clericorum*⁹⁸.

O movimento não se restringiu somente ao campo masculino, como também não se restringiu à Península Itálica. A difusão do movimento Franciscano começou com uma viagem fracassada (alguns autores afirmam que o motivo de impedimento foi uma tempestade de areia), em 1212/1213, de Francisco e seus companheiros à Terra Santa (Jerusalém). No entanto, entre 1217 e 1219, verificou-se uma extraordinária difusão geográfica da Ordem dos Frades Menores Franciscanos, com as primeiras tentativas de missão além dos Alpes e além do mar⁹⁹. A ordem dos Frades Menores Franciscanos, até à data da morte do fundador, já contava com 6 Províncias¹⁰⁰, espalhadas pela Europa, na Alemanha, França, Espanha, Hungria, Síria, e por toda a península italiana.

A difusão geográfica, que proliferou em vários países da europa, veio a traduzir-se na elaboração de determinadas regras de conduta (a primeira estruturação canónica- Regra prima). A deslocação de cada Grupo de Irmãos destacados era sob obediência de um “ministro”. Segundo São Francisco, os Frades menores deviam andar dois a dois, *“pela estrada fora mostrando e dando exemplo de como viver esse modo de vida”*¹⁰¹.

O crescente movimento da Ordem Franciscana acabou por desenvolver no seu meio divergências entre os respetivos membros. Desde o início que os conventuais e espirituais buscaram por meio de diferentes vivências, adequar-se ao modo de vida sugerido pelo fundador. Os conventuais viviam em conventos enquanto os espirituais se pautavam pelos textos deixados por São Francisco, buscando uma vida austera, de extrema pobreza¹⁰².

No século XV, surgem, no seio da família Franciscana, frades com ideais reformistas, que contribuíram para a Reforma Franciscana, na medida em que se verificavam desvios à Regra do Fundador. Estes Frades Reformistas pautavam-se pela austeridade que se verificou no início da fundação da ordem, fazendo prevalecer a Guarda de Regra de São Francisco, que consideravam não ser praticada de modo correto. Por este motivo, verificavam-se muitos conflitos entre Claustrais e Observantes.

97 Através de um documento biográfico sobre São Francisco a "Legenda *Trium Sociorum*" Legenda dos três companheiros, conseguimos constatar que Frei Leão, Frei Rufino e Frei Angelo foram os seus companheiros.

98 FLOOD, Fr. David. (1986). *Frei Francisco e o Movimento Franciscano*. Vozes. op. cit., p. 68.

99 TERENO, Maria do Céu. TOMÉ, Manuela Maria. MONTEIRO, Maria Filomena. Arquitetura conventual franciscana três continentes, três casos de estudo: Évora (Portugal), Goa (Índia) e Salvador (Brasil) (s.d) op. cit. p.2 e CARVALHO, Cibele. (2011). *As Hagiografias Franciscanas (século XIII): uma reconstrução do conceito de pobreza*. Curitiba. op. cit., p. 61.

100 TERENO, Maria do Céu. TOMÉ, Manuela Maria. MONTEIRO, Maria Filomena. Arquitetura conventual franciscana três continentes, três casos de estudo: Évora (Portugal), Goa (Índia) e Salvador (Brasil) (s.d) op. cit. p.2 e CARVALHO, Cibele. (2011). *As Hagiografias Franciscanas (século XIII): uma reconstrução do conceito de pobreza*. Curitiba. op. cit., p. 61.

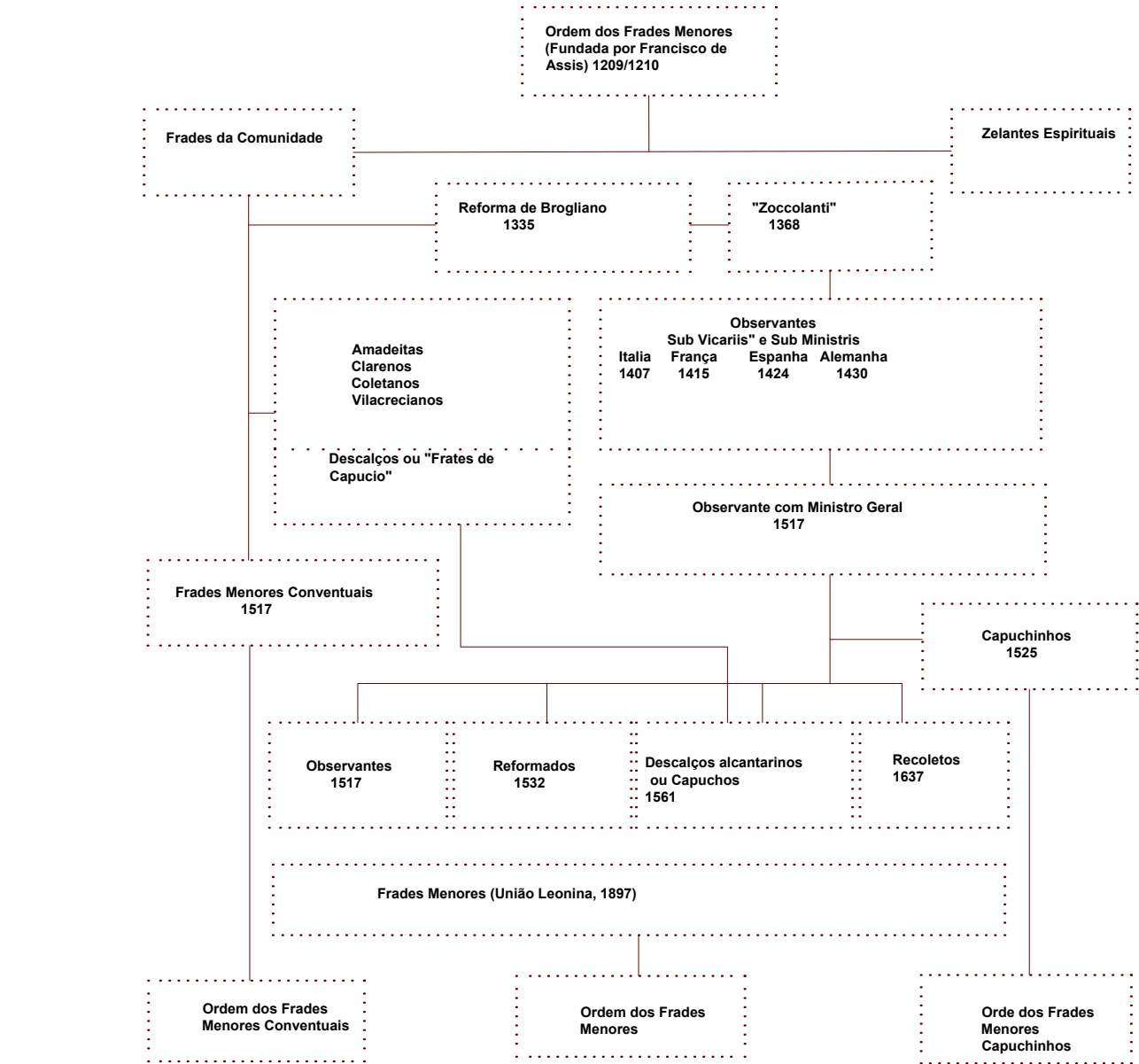
101 TEIXEIRA, Vitor Gomes. (2010). *O movimento Observância Franciscana em Portugal (1392-1517): História, Património e Cultura de uma Experiência de Reforma Religiosa*. Porto. Centro de Estudos Franciscanos. op. cit., p.9.

102 TEIXEIRA, Vitor Gomes. (2010). *O movimento Observância Franciscana em Portugal (1392-1517): História, Património e Cultura de uma Experiência de Reforma Religiosa*. Porto. Centro de Estudos Franciscanos. op. cit., p.141,142.

Segundo fontes franciscanas, os Claustrais ou conventuais viviam em conventos amplos, numa vida comum em estilo monástico, utilizavam a Regra com as dispensas papais, estavam quase sempre inseridos no meio urbano e muitos dedicavam-se ao ensino. Enquanto isso, os Observantes seguiam com maior rigor a pobreza, viviam geralmente em construções simples, praticavam com mais intensidade a oração mental e a pregação, privilegiando a vida nos meios rurais.¹⁰³

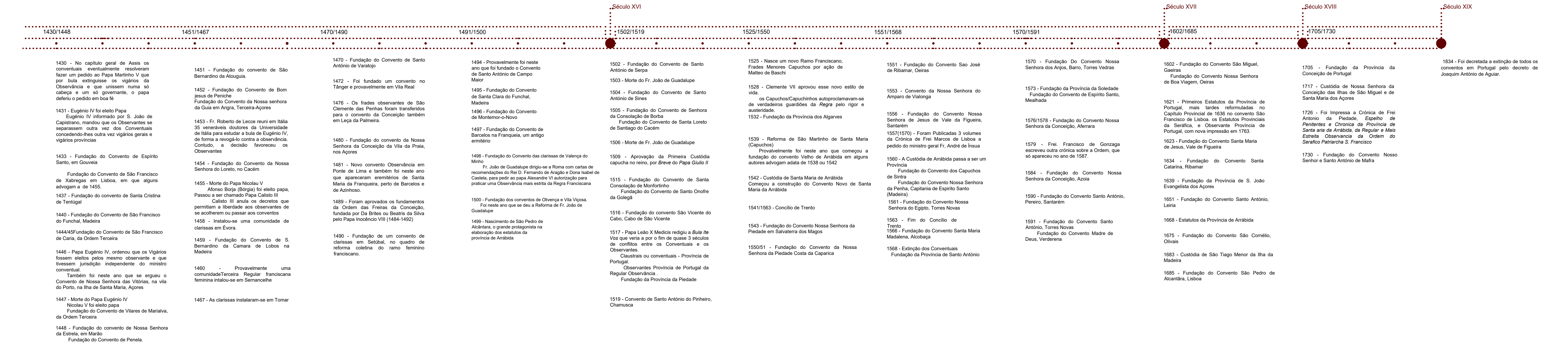
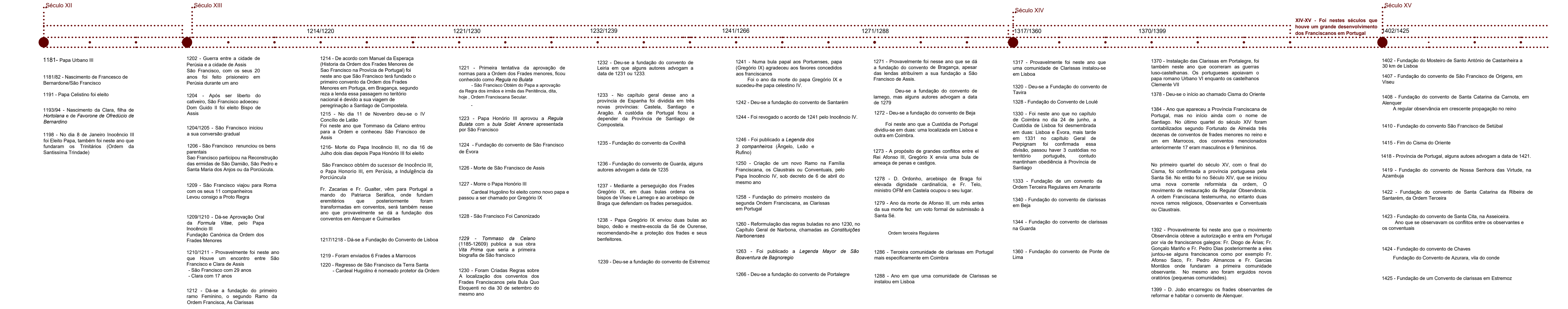
Essa coexistência dos distintos grupos dentro da Ordem Franciscana acabou por gerar diversos conflitos. No princípio do século XVI, as disputas atingiram formas reprováveis para o estilo de vida monástico.

Essas discórdias entre Observantes e Claustrais ou Conventuais manifestavam-se de diferentes formas. Para apaziguar as divergências e disputas entres os Frades claustrais e conventuais, o Papa Leão X elaborou, em 1517, uma carta na qual solicitou um capítulo geral em Roma, escolhendo como ministro geral de toda a Ordem um frade Observante. Neste mesmo acontecimento, separou-se a Ordem Franciscana e as duas instituições independentes: Ordem dos Frades Menores da Regular Observância e Ordem dos Frades Menores Conventuais.¹⁰⁴



103 TEIXEIRA, Vitor Gomes. (1999). *O Maravilhoso no Mundo Franciscano português da Baixa Idade Média*. Porto. Granito, Editores e Livreiros, Lda. op. cit., p.24,25.

104 ALMEIDA, Fortunato de. (1912). *História da Igreja em Portugal*. VOL II. Coimbra. Imprensa Académica e ver também MOREIRA, António Montes. *Implantação e desenvolvimento da ordem franciscana em Portugal sec. XII-XVI*. op.cit., p. 20,21.



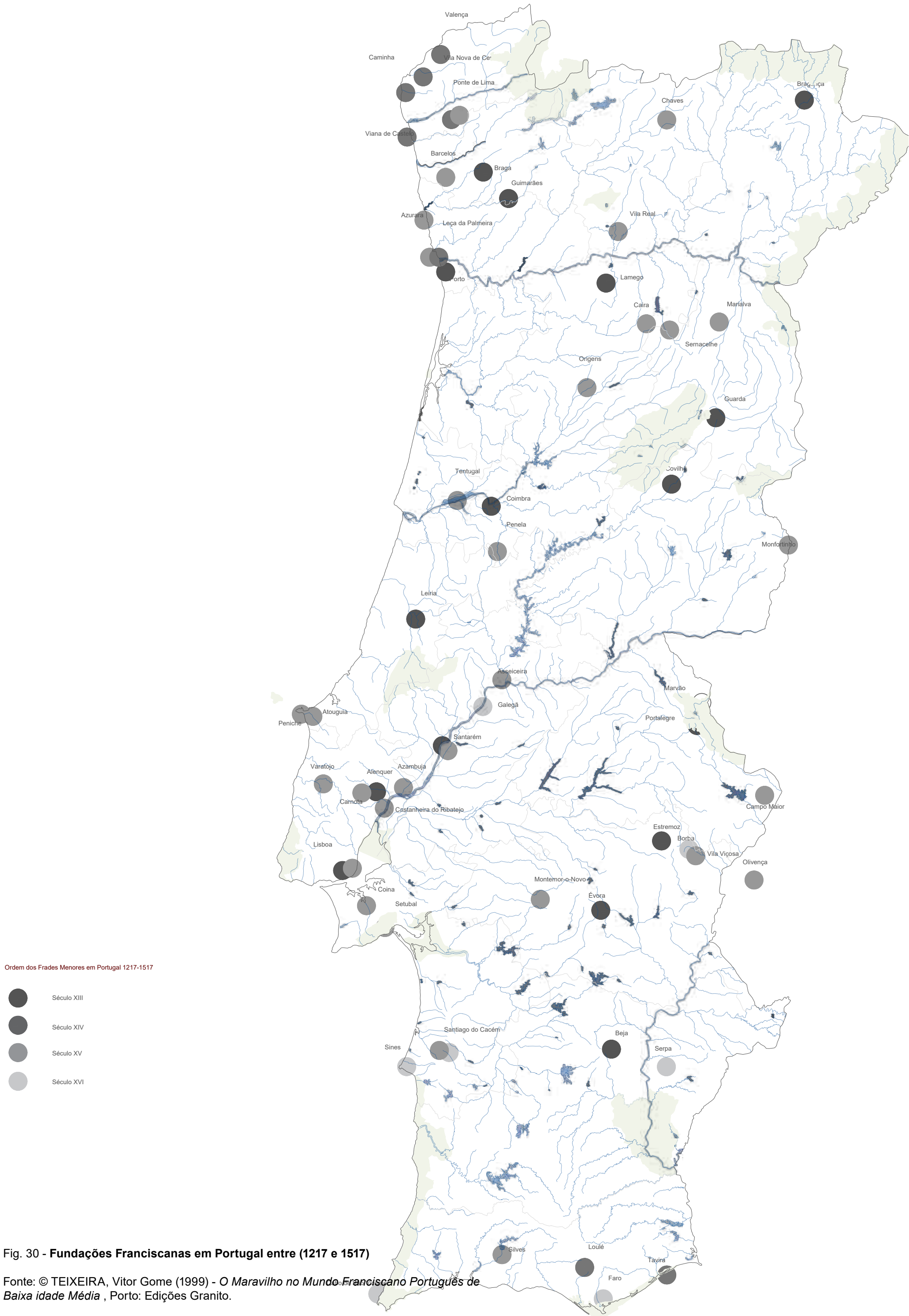


Fig. 30 - Fundações Franciscanas em Portugal entre (1217 e 1517)

Fonte: © TEIXEIRA, Vítor Gome (1999) - *O Maravilho no Mundo Franciscano Português de Baixa idade Média* , Porto: Edições Granito.

A Ordem Franciscana em Portugal

Segundo o dicionário das Ordens, “os *Franciscanos constituem uma ordem religiosa que pela vocação e pratica pastoral, se enquadra na forma de vida medicante. Esta assenta na vivência da pobreza evangélica, não apenas a nível individual, mas também como expressão comunitária*”¹⁰⁵. A ordem de S. Francisco entrou no território nacional nos anos de 1216 e 1217, sancionada pelo Capítulo Geral referido anteriormente. Foram enviados vários grupos de frades para fora de Itália, fixando-se sobretudo no Norte, que proliferaram em implantações e inúmeros casas religiosas¹⁰⁶.

O território Português teve o seu primeiro contacto com a Ordem Francisca através dos Franciscanos Fr. Zacarias, possível fundador do convento de Alenquer, e Fr. Gualter, ligado à fundação do Convento de Guimarães que chegaram em 1216. Apesar de alguns autores (Fr. Marcos de Lisboa, 1557, livro I capítulo 35 e, posteriormente, Fr. Manuel da Esperança) e fontes franciscanas afirmarem que São Francisco terá passado em Portugal no ano 1214, na sua viagem de peregrinação a Santiago de Compostela, essa presença é ligada à criação do convento de São Francisco de Bragança. O Professor Doutor Vítor Rui Gomes Teixeira afirma que “*não existem quaisquer provas documentais e vestígios monumentais que... testemunhem a visita do Poverello ao norte da península Ibérica*”. Afirma ainda que “*muito menos se recolhem quaisquer referências medievais seguras a esta passagem do santo de Assis por terras transmontanas*”¹⁰⁷. Fr. Manuel da Esperança, na sua obra *Crónica da Província Franciscana de Portugal*, traça o percurso completo dessa viagem, referindo-se às localidades da Guarda, Guimarães, Braga, Ponte de Lima e a Bragança, por onde teria regressado e tendo fundando o primeiro convento da ordem em Portugal (segundo outras fontes, o primeiro convento em Portugal teria sido em Évora)¹⁰⁸.

Segundo a cronologia das fundações, os objetivos desses Franciscanos, a partir da sua filosofia e os seus ideais, iniciados em pequenos eremitérios, e a curto prazo, com apoio da realeza, eram os de penetrar nos centros populosos do reino e de atrair um grande número de fiéis, como Pontífices e Reis, que contribuíssem para o desenvolvimento da Ordem.

A história da fundação da Ordem em Portugal é ligada à sua Organização em Espanha, onde, em 1232/1233, no Capítulo Geral Realizado em Sória, a Província Espanhola foi desmembrada em três Províncias, Aragão, Castela e Santiago, sendo que a última, abrangia o território Português, designado de Província de Portugal ou de Lisboa.

Em 1272, em virtude da prosperidade da Ordem no território Português e devido ao grande número de conventos que a Província de Portugal apresentava, foi realizado um Capítulo Provincial¹⁰⁹, onde se desmembraram as duas Custódias¹¹⁰, uma sediada em Lisboa, integrando 7 comunidades, entre elas: Alenquer, Estremoz, Évora, Leiria, Portalegre, Santarém e a própria cidade de Lisboa. A segunda

105 FRANCO, José Eduardo; COUTINHO, Maria João; PINTO, Paulo Mendes; FERREIRA, Sílvia. dir. (2010) *Dicionário histórico das Ordens e Instituições afins em Portugal*. Lisboa. Gradiva. op. cit. p.158-168 ver também sobre esse assunto: FRANCO, José Eduardo. dir. (2010) *Dicionário histórico das Ordens – institutos Religiosos e Outras Formas de Vida Consagrada Católica em Portuga*. Lisboa. Gradiva. op. cit., p.158-168

106 ABREU, Carlos. dir. (1996). *I-II Seminário. O Franciscanismo em Portugal. Actas. in MOREIRA, António Montes. Implantação e desenvolvimento da ordem franciscana em Portugal sec. XII-XVI*, p.14.

107 TEIXEIRA, Vítor Gomes. (2010). *O movimento Observância Franciscana em Portugal (1392-1517): História, Património e Cultura de uma Experiência de Reforma Religiosa*. Porto. Centro de Estudos Franciscanos. op. cit., p. 37-38.

108 ESPERANÇA, Fr. Manuel da. (1666). *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Província de Portugal*. TOMO 2 p.233.

109 Capítulo Provincial - Reunião trienal dos Vogais eleitores na casa Capitular, onde estava presente o Padre Geral, o Custódio, definidores e Guardiões. Na reunião, elegia-se o novo governo Provincial (um Ministro e um Conselheiro).

110 Custódia – Circunscrição de vários conventos com alguma autonomia interna sob a orientação de um custódio, mas com alguma dependência de uma Província ou Conjunto de conventos de uma ordem Religiosas, congregados em determinados lugares ou dispersos, mas unidos por uma tendência religiosa semelhante e possuindo uma

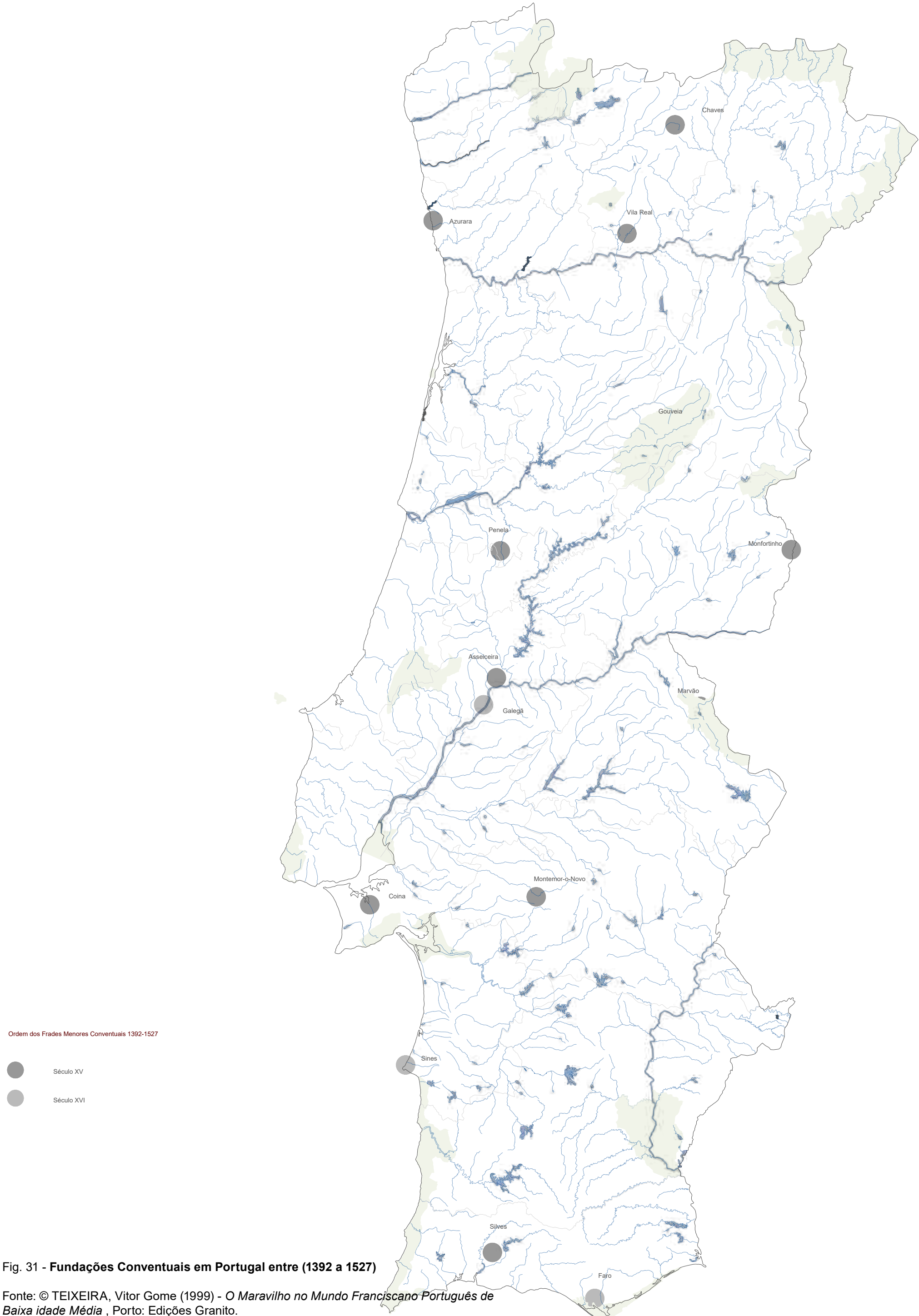


Fig. 31 - Fundações Conventuais em Portugal entre (1392 a 1527)

Fonte: © TEIXEIRA, Vitor Gome (1999) - *O Maravilho no Mundo Franciscano Português de Baixa idade Média* , Porto: Edições Granito.

custódia, por sua vez, tinha a sede em Coimbra, integrando, na sua totalidade, 6 comunidades: Coimbra, Covilhã, Guarda, Guimarães, Lamego e Porto, sendo que Bragança ficava na custódia de Ourense¹¹¹. Contudo, esta divisão não ficou por aqui, e no ano de 1330 assistiu-se novamente a outra divisão, num Capítulo¹¹² realizado em Coimbra. Assim, os Frades de Lisboa viram a sua custódia ser dividia em duas, uma sediada na Cidade de Évora e a outra permanecendo em Lisboa. No século IV, Portugal contava com três Custódias, com um total de 26 conventos, todas elas dependentes da Província de Santiago¹¹³

As disputas entre Portugal e Castela, agravadas pelo Cisma, obrigou a que os portugueses apoiassem o Papa Urbano IV, e os Espanhóis o Papa Clemente VII. Em consequência destes acontecimentos, em 1384, a Custódia de Portugal tonou-se independente da Província de Santiago, passando a ser formada pelas três custódias existente no território Nacional: Lisboa, Coimbra e Évora.

Como já se sublinhou anteriormente, o final do século XIV ficou marcado pelas várias reformas no seio da família Franciscana. Existiam Frades que não se reviam no rumo que a Ordem estava a tomar, pois consideravam que já não se praticava a Regra tal como que o Fundador da ordem a tinha determinado. Perante estas divergências, surgiram duas tendências ou inclinações na Ordem Franciscana. A primeira corresponde ao Conventualismo ou Claustrais, que usufruíram da “dispensa” concebida pelos Papas e começaram a adaptar à Regra a sua Maneira e o movimento Observantes, mantendo-se fiéis à Regra do Fundador, e vivendo conforme São Francisco ordenou. A segunda surgiu em Itália no ano de 1368, depois de duas tentativas sem nenhum seguimento em 1334 e em 1350, e depois expandindo-se para França e Espanha, reclamando uma observância integral da Regra pela prática da austeridade e da pobreza no viver quotidiano. Este movimento constituiu uma das mais importantes manifestações da reforma da igreja, que foi reclamada no Concílio de Viena de 1311-1312¹¹⁴.

Nos finais do século XIV, (período do Cisma do Ocidente, 1378-1417) precisamente no ano de 1392¹¹⁵, (através da Bula de Bonifácio IX de 6 de abril de 1392, *Vestrae Devotionis*), o movimento Observância entrou em Portugal com ajuda de alguns frades provenientes da Província de Santiago, entre eles Fr. Diogo de Árias, Fr. Gonçalo de Mariño e Frei Pedro de Dias¹¹⁶. Estes frades, oriundos da Galiza, iniciaram vida eremítica no norte do território nacional. Neste mesmo ano, foram erguidos cinco eremitérios no Norte, quatro na região entre Minho e Lima e o quinto em São Clemente das Penhas, nos arredores

autonomia administrativa, ainda que dependessem de uma província ou de uma ordem religiosa.

111 AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. (2000). *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, pp.273-280; e VASCONCELOS, Bernardo; PINA, Isabel Castro; ANDRADE, Maria Filomena; SANTOS, Maria Filomena. (2005). *Ordens Religiosas em Portugal. Das Origens a Trento. Guia Histórico* – 3ª edição. Lisboa. Livros horizonte, p.257,258; CONCEYÇÃO, Fr. Apollinario da. (1740). *Claustro Franciscano, Erecto no Domínio da Coroa Portuguesa e estabelecido sobre dezeseis venerabilissimas columnas. Expõem-se sua origem, e estado presente*. Lisboa Occidental. Offic. de Antonio Isidoro da Fonseca, pp.3-6;35-39.

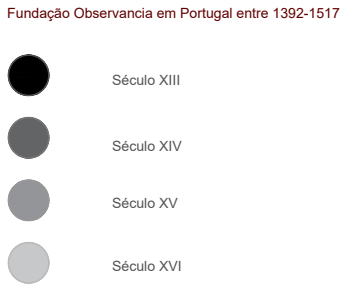
112 MEDINAS, Victor Joaquim Fialho (1994) – “*A Arquitectura capucha da provincia da Piedade*”. Lisboa: UNL, dissertação em mestrado em História de Arte, pág.14 e 15.

113 MEDINAS, Victor Joaquim Fialho (1994) – “*A Arquitectura capucha da provincia da Piedade*”. Lisboa: UNL, dissertação em mestrado em História de Arte, pág.14 e 15.

114 ESPERANÇA, Fr. Manuel da. (1666). *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Província de Portugal*. TOMO 2, pp. 233-235. Cf. MOREIRA, António Montes. *Implantação e desenvolvimento da ordem franciscana em Portugal sec. XII-XVI*, p. 22-23.

115 Corresponde ao primeiro período da Observância segundo TEIXEIRA, Vitor Gomes. op. cit. pp.140-234. sobres Cisma do Ocidente ver AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. (2000). *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 344-346.

116 TEIXEIRA, Vitor Gomes. (2010). *O movimento Observância Franciscana em Portugal (1392-1517): História, Património e Cultura de uma Experiência de Reforma Religiosa*. Porto. Centro de Estudos Franciscanos. op. cit., pp. 128-132.



Fonte: © TEIXEIRA, Vitor Gome (1999) - *O Maravilho no Mundo Franciscano Português de Baixa idade Média*, Porto: Edições Granito.

Como consequência da prosperidade da Observância, em 1407 foi emitido um pedido ao Provincial dos Claustrais, ao qual ainda se e estavam ligados, para elegerem um Vigário Observante que os regesse. Após terem obtido a autorização, começou a acentuar-se a rivalidade entre esses dois Ramos. Todavia, para pôr fim a essa rivalidade, os Claustrais enviaram um pedido ao Papa Martinho V, para que, através de uma Bula, extinguisse os Vigários¹¹⁸ dos Observantes passando a reunir-se sob um só ministro Provincial, neste caso dos Claustrais. Mas Eugénio IV, ao aperceber-se da situação, ordenou que houvesse novamente uma separação entre os Claustrais e os Observantes, tendo também nomeado um Vigário e um Provincial para a comunidade dos Observantes. Contudo, essa divisão/separação não foi posta em prática, pois os Claustrais continuaram a eleger os vigários dos Observantes, o que contribuiu para acentuar as divergências entre esses dois ramos.

Nos finais do século XIV, observou-se outra reforma dentro da comunidade da Observância. Apesar da obediência a Regra do Fundador, alguns membros consideravam que a mesma que não estava a ser devidamente praticada. Desta reforma, surge a comunidade da Estrita Observância da Regra Seráfica de São Francisco. Este Movimento apareceu quase em simultâneo em França, Espanha e Portugal. Vítor Joaquim Fialho Medida refere o seguinte: *“Fortunato de Almeida afirma que os Religiosos portugueses foram os mais antigos, crescenta ainda que foram movidos por impulso de Piedade e reformaram-se em 1486, tendo sido aprovados os estatutos desta Reforma pelo superior dos Observantes”*¹¹⁹.

Ainda no século XV, impulsionado por São Bernardino de Sena, o movimento observante retomou o interesse pelos estudos e iniciou assim um retorno aos centros urbanos, sem, no entanto, abandonar o meio rural. No século XVI, mais concretamente no ano 1517¹²⁰, na sequência do desenvolvimento do movimento Observância e devido a divergências e ao modo de encarar a Regra Primitiva, coexistência entre os Conventuais e os Observantes tornou-se bastante complicada. Na verdade, os Conventuais mais transigentes defendiam a construção de conventos amplos e geralmente localizados nas cidades, enquanto os Observantes seguiam com severidade a Regra, preferindo casas muito singelas, localizadas no meio rural, e levando a pregação ao povo). Essa constante tensão entre Conventualismo e Observância levou a que o Papa Leão X, no Convento *Ara Coelli*, em Roma, separasse os Franciscanos em dois ramos: os Frades Menores da Regular Observância, com selo da Ordem e Ministro Geral, e os Frades Menores Conventuais com um Mestre Geral. Desta vez, a situação inverteu-se, pois eram os Observantes a confirmar as eleições dos Conventuais¹²¹.

Em consequência, essa separação acabou por originar duas novas Províncias em Portugal: a Província

Expoem-se sua origem, e estado presente. Lisboa Occidental. Offic. de Antonio Isidoro da Fonseca. Cap. V, p. 25.

121 MEDINAS, Victor Joaquim Fialho. (1994). *A Arquitectura capucha da provincia da Piedade*. Lisboa: UNL, dissertação em mestrado em História de Arte, p.16.

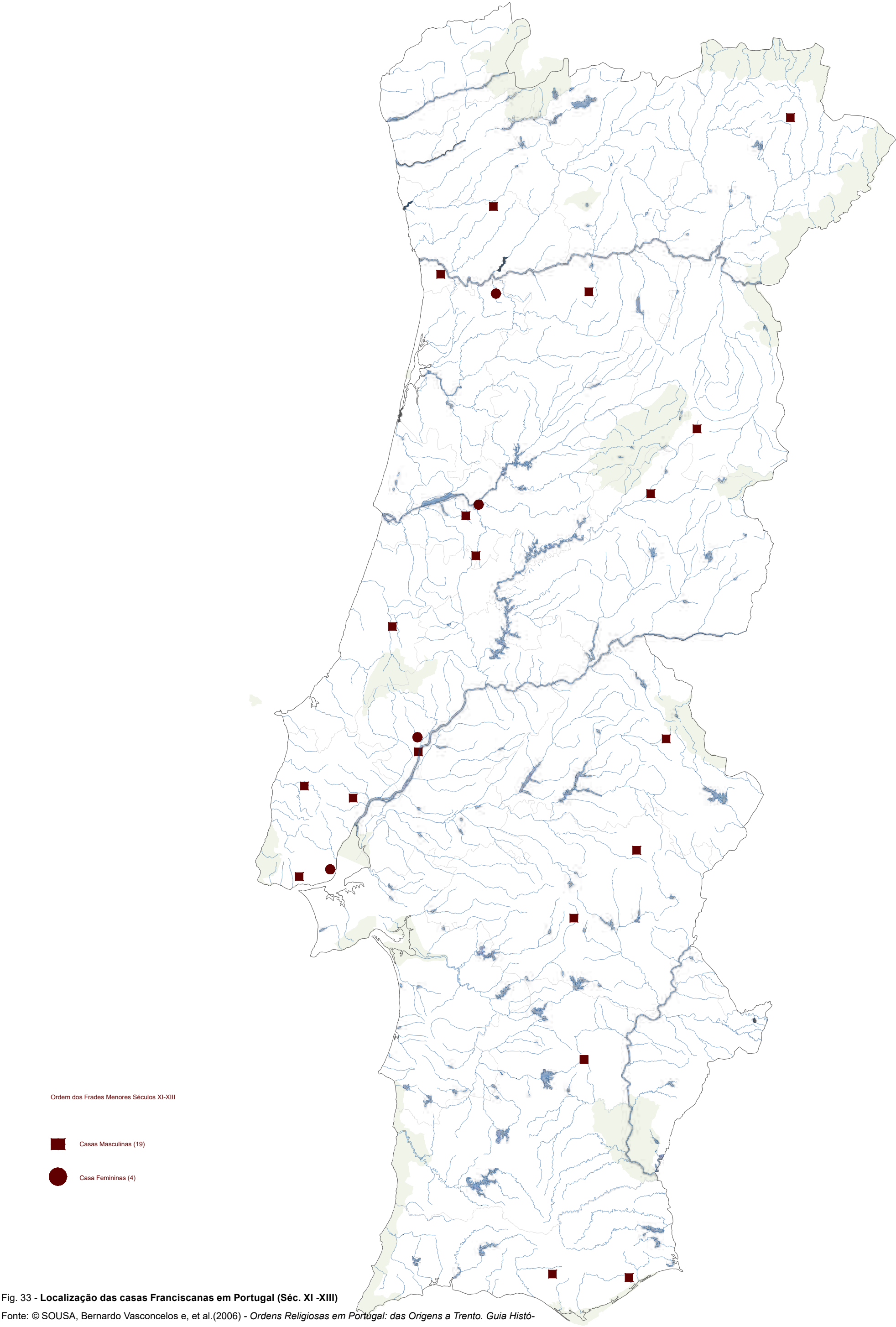


Fig. 33 - Localização das casas Franciscanas em Portugal (Séc. XI -XIII)
Fonte: © SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, et al.(2006) - *Ordens Religiosas em Portugal: das Origens a Trento. Guia Histórico*. 2ª Edição. Lisboa: Livros Horizonte

da Regular Observância (mais tarde desmembrada na província do Algarve da Regular Observância), com 27 casas, sediada na cidade de Lisboa, no Convento São Francisco; e a Província de Portugal dos Conventuais ou Claustrais, com 22 casas, com sede no convento de São Francisco do Porto. Depois dessa divisão, a coexistência das duas vias no território português continuava situação de impasse, com constantes perturbações entre o Provincial dos Conventuais e o Vigário dos Observantes. Esses problemas só viriam a ser solucionados sob ordem do Papa Pio, que determinou que os Frades e os conventos da Província dos conventuais fossem integrados na via da Observância. Esta decisão declarou a extinção do ramo Conventual, no ano de 1584 e contribuiu para a expansão dos Observantes pelo país, tendo chegado às ilhas portuguesas, onde foram fundadas as respetivas Províncias¹²².

No entanto, devido ao crescimento exponencial da Observantes e pelo desvio aos princípios das Regras Originais, surgiu novamente outra reforma na comunidade Franciscana, que sentiu a necessidade de retornar à vida praticada pelo fundador da Ordem. Os Franciscanos Observantes foram obrigados a separarem-se. Desta forma, o primeiro grupo era o da Regular Observância, que resultava diretamente do movimento observante do século XIV, com o mesmo ideal religioso. Praticava a Regra num regime de vida mais austero, pobre e com severidade, sendo que a sede continuava a permanecer no convento São Francisco em Lisboa e província dos Algarves. A pedido de D. João III, este grupo foi aprovado no Capítulo Geral, realizado em Toulouse de 1532, e normalizado em 1553. O outro grupo, da Estrita Observância, ou da “mais estrita e regular Observância”, cultivava um estilo de vida mais austero, sendo os seus membros considerados os verdadeiros “Guardiões” da Regra e dos ideais de São Francisco, autointitulados de Frades Menores da Estrita Observância, posteriormente conhecidos como Frades menores Capuchos (não confundir com os Capuchinhos), devido às vestes, com a forma pontiaguda do capuz, professando a vida pobre e simples através do rigor e austeridade, que se estendia à sua arquitetura¹²³.

Este segundo grupo passou a integrar 5 províncias: a Custódia de Piedade, que foi reconhecida como Província pelo Papa Leão X, em 7 de julho de 1517, pelo “*Breve Exponi Nobis Nuper*”, erigido mais tarde, em 1518 (primeira província capucha a ser formada); a Província de Arrábida, criada primeiro como Custódia, pelo ministro geral, pela Carta *Exponi Bonis*, de 4 de outubro de 1552, elevada a Província só em 10 de maio de 1560, pelo Breve *Sicut Aliquando Exposuit*; a Província de Santo António, erigida em 1565, como custódia também, tornando-se província independente a 8 de agosto de 1568, pelas letras apostólicas *Sacrae Religionis Sinceritas*; a província da Soledade, aprovada pelo ministro geral da Ordem e pela Santa Sé pela *Bula Ex Iniuncto nobis*, em 21 de julho de 1672; a de Conceição (da estrita Observância), formada pela *bula Nuper pro parte*, em 24 de abril de 1705, executada somente no ano de 1706¹²⁴.

- 122

ABREU, Carlos. dir. (1996). *I-II Seminário. O Franciscanismo em Portugal. Actas. in MOREIRA, António Montes. Implantação e desenvolvimento da ordem franciscana em Portugal sec. XII-XVI* p. 22-23. Cf. CONCEYÇÃO, Fr. Apollinario da. (1740). *Claustro Franciscano, Erecto no Dominio da Coroa Portuguesa e estabelecido sobre dezeseis venerabilissimas columnas. Expõem-se sua origem, e estado presente*. Lisboa Occidental. Offic. de António Isidoro da Fonseca. Cap. IV, pp. 35-43.
- 123

Franco, Eduardo; Coutinho, Maria João; Pinto, Paulo Mendes; Ferreira, Sílvia. (2010) *Dicionário histórico das Ordens e Instituições afins em Portugal*. Lisboa. Gra-diva. op. cit. pp.169-172. Ver também sobre esse assunto: MEDINA, Victor Joaquim Fialho. (1994). *A Arquitectura capucha da província da Piedade*. Lisboa: UNL, dissertação em mestrado em História de Arte, pp. 16-18.
- 124

ABREU, Carlos. dir. (1996). *I-II Seminário. O Franciscanismo em Portugal. Actas. in MOREIRA, António Montes. Implantação e desenvolvimento da ordem franciscana em Portugal sec. XII-XVI*, p. 24-25.

Segundo as Fontes Franciscanas A ordem de Frades Menores em Portugal dividiu-se nos seguintes Ramos e sub-ramos em Portugal e no antigo Império português: Província de Portugal (1378), Província de Nossa Senhora da Piedade (1509), Província de Nossa Senhora da Soledade (1671), Província de Santa Maria dos Algarves (1532), Província de Santa Maria da Arrábida (1539), Província de Santo António de Portugal (1565), Província da Conceição de Portugal (1705), Província de São João Evangelista dos Açores (1594), Custódia de Nossa Senhora da Conceição das Ilhas de São Miguel e de Santa Maria dos Açores (1717), Custódia de São Tiago Menor da Ilha da Madeira (1683), Custódia

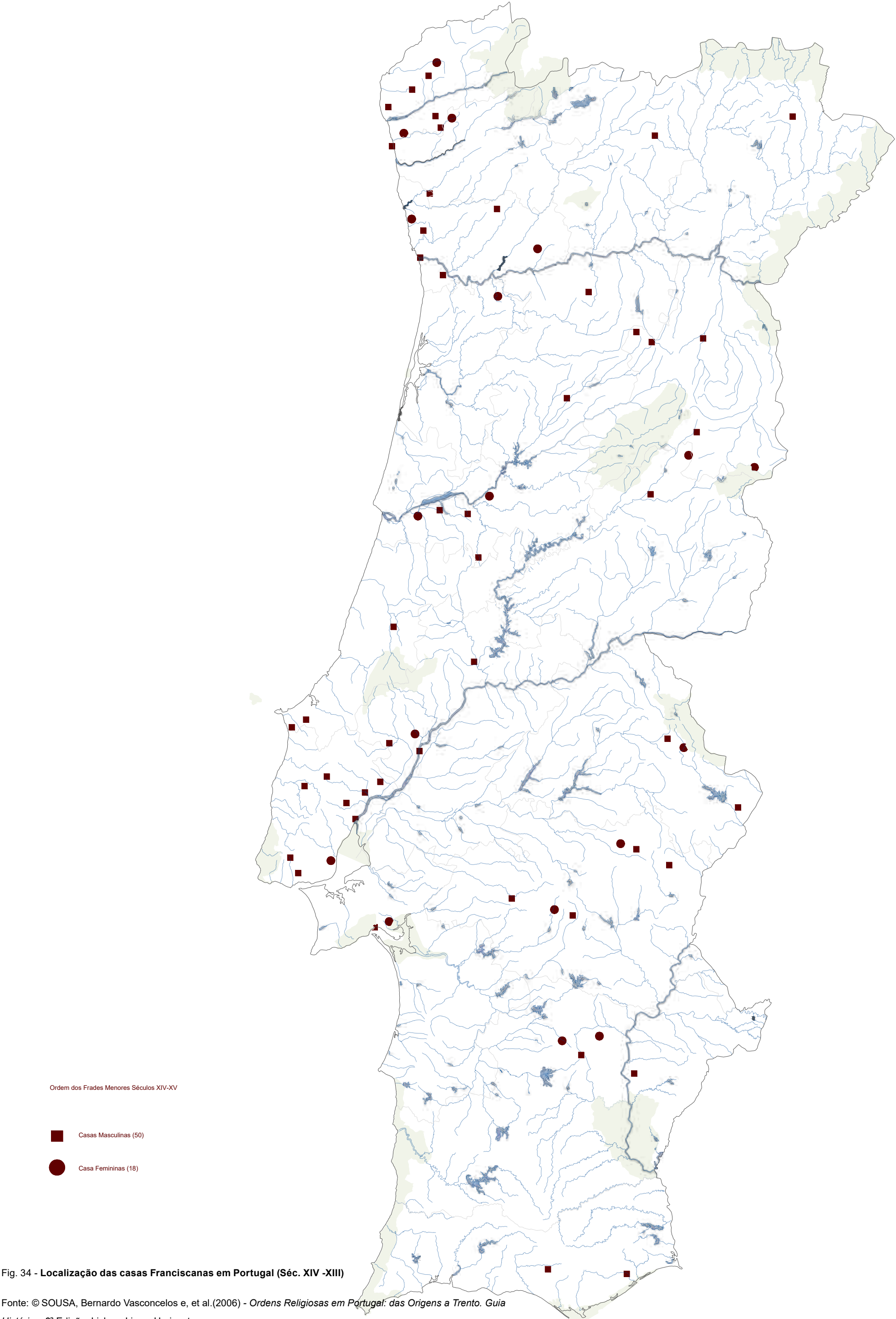


Fig. 34 - Localização das casas Franciscanas em Portugal (Séc. XIV -XIII)

Fonte: © SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, et al.(2006) - *Ordens Religiosas em Portugal: das Origens a Trento. Guia Histórico*. 2ª Edição. Lisboa: Livros Horizonte

Após a constituição da Custódias e Províncias, os Frades Menores Capuchos sentiam a necessidade de estabelecer regras, definir leis e modelos conforme os ideias de penitência e pobreza, de modo a poderem organizar a grande família Franciscana da Estrita Observância. Esta lógica não abarcava somente a vida religiosa, mas também se fazia refletir no modo como eram edificados os conventos ou eremitérios, desde a escolha do lugar à forma de compreender o espaço. Estas certezas ou crenças resultaram na redação e compilação de leis e fundamentos, os quais foram designaram por Estatutos, que, por sua vez, foram inspirados nos estatutos Gerais da Ordem. Estes regulamentos tinham como principal função “pautar” e definir linhas de orientação para a vida em comunidade e, de uma forma mais minuciosa e detalhada, para a edificação dos conventos, desde a implantação, dimensões, materiais e tipologias construtivas, numa unidade assente nos ideais capuchos, o que simultaneamente unia e diferenciava as Províncias. Assim, cada Província dispunha do seu próprio Estatuto¹²⁵.

Desde a sua formação até final do século XVIII, o Movimento Franciscano apresentou uma ampla e complexa família religiosa, que possuiu diversas tendências e ramos. Em relação à ampla complexidade do Ramo Franciscano, Frei Henrique Pinto Rema afirma que “a família Franciscana Portuguesa , no passado e no Presente, nas suas diversas vertentes (Ramos da Ordem dos frades Menores e da segunda Ordem, Múltiplas Congregações de terceira ordem Regular - masculina e feminina e a Ordem Terceira Secular, dependente espiritualmente dos diversos ramos dos Frades menores) foi desde o século XIII até hoje um grupo de Religiosos mais numerosos e de maior impacto na vida religiosa, social e mesmo política de Portugal, dada a sua itinerância, muito na rua em contacto com o povo”¹²⁶. Para o historiador francês *Jacques Le Goff*, “*O Franciscanismo foi um grande movimento religioso que mais do que as outras ordens medicantes agitou, marcou, impregnou o conjunto da sociedade cristã do século XIII, século em que nasceu*”¹²⁷.

Em meados do século XVIII, a Primeira Ordem Franciscana apresentava-se em dois ramos paralelos semelhantes, que coexistiam organizados. Para além das cinco Províncias anteriormente descritas, acrescentam-se mais duas: a Província de Portugal, em 1517, e a Província dos Algarves, em 1532, no total de sete Províncias. Essa era a presença dos Franciscanos em Portugal até se dar a extinção da Ordem, em 1834 (com a crise interna dos institutos religiosos em Portugal, as invasões francesas de (1807-1811) e as lutas liberais e absolutistas, e consequente guerra civil (1832-34), eventos que marcaram este período da extinção da Ordem e que também a motivaram. Nesta mesma altura, seriam acerca de 4 mil religiosos espalhados em cerca de 180 conventos em território nacional, incluindo as Ilhas, dos quais cem pertenciam ao ramo da Estrita observância¹²⁸.

e Província de Santo António do Brasil (1657), Custódia e Província da Imaculada Conceição do Brasil (1659), Custódia e Província de São Tomé da Índia Oriental (1542), Custódia e Província da Madre de Deus da Índia Oriental (1622), Seminários Apostólicos do Varatojo, Brancanes, Vinhais, Mesão Frio e Falperra, Província dos Santos Mártires de Marrocos de Portugal (1891), além das estruturas dos frades menores capuchinhos franceses e Italianos, e as dos Frades Menores Conventuais (1968). Da Segunda Ordem, existiram a Ordem de Santa Clara (em Portugal desde 1258), as Irmãs Concepcionistas (1494), e a Ordem Terceira Regular e Scular, também com diversas ramificações.

125 AMORIM, Norberta. PINHO, Isabel. (2004). coord. D. Manuel e a sua época: actas / III Congresso Histórico de Guimarães. in REMA, Henrique Pinto. (s.d). *A Ordem Franciscana em Portugal no século de ouro do rei D. Manuel I*, p. 152, 153.

126 REMA, Frei Henrique Pinto O.F.M. (2005) *Implantação do Franciscanismo em Portugal* revista Itinerarium, ano LI, n.ºs 181-183, janeiro-dezembro de 2005, pp. 265-296.

127 GOFF, J. Le. (2011). *São Francisco de Assis*. Braga, p. 76.

128 RODRIGUES, Rute Andreia Massano. (2017). “*Entre a Salvaguarda e a Destruição: A extinção das Ordens Religiosas e as suas Consequências para o património artístico dos conventos (1834-1868)*”. Lisboa: UNL, tese de doutoramento em História de Arte, pp.143-165.

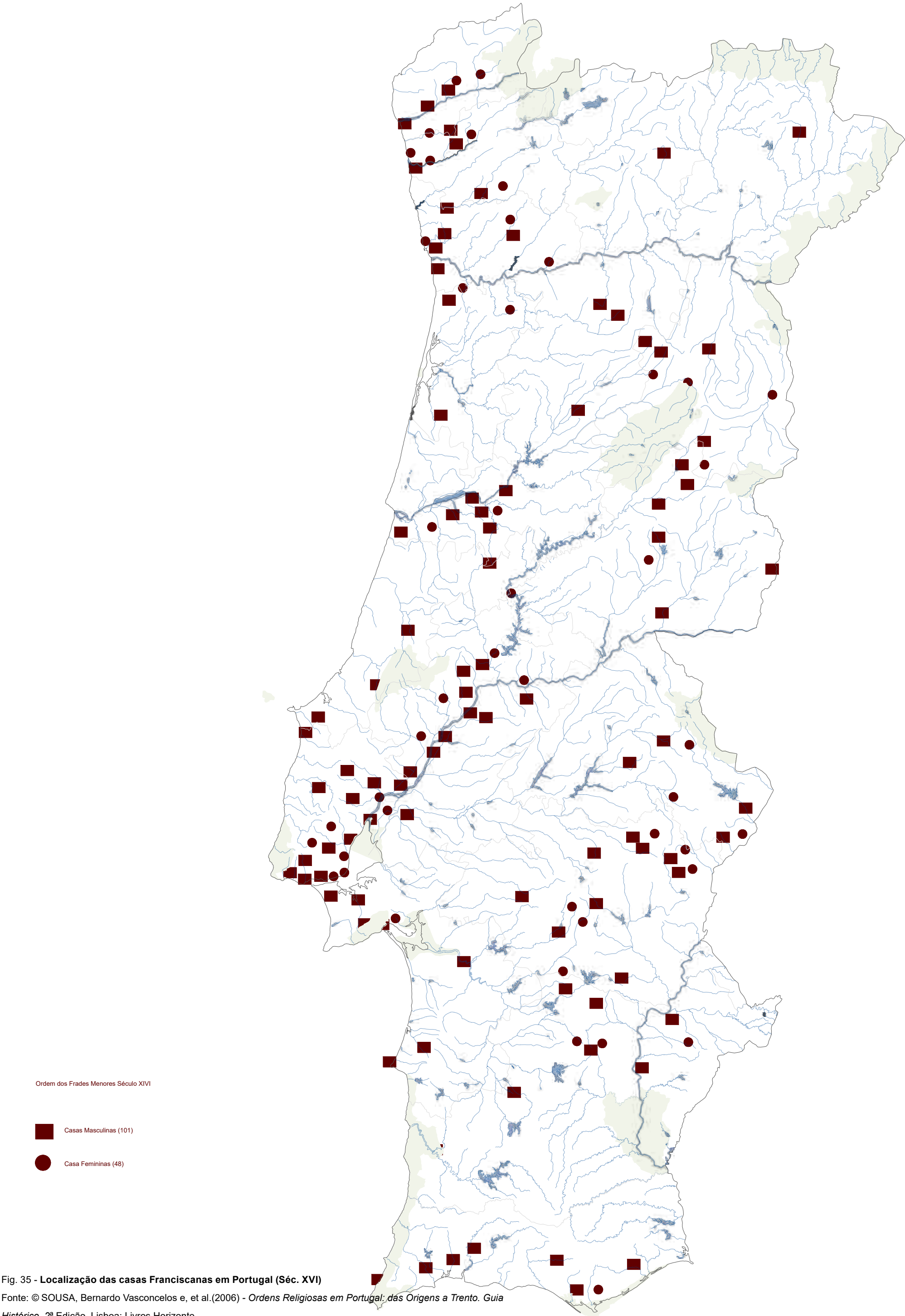


Fig. 35 - Localização das casas Franciscanas em Portugal (Séc. XVI)
Fonte: © SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, et al.(2006) - *Ordens Religiosas em Portugal: das Origens a Trento. Guia Histórico*. 2ª Edição. Lisboa: Livros Horizonte

Os Franciscanos Capuchos

Segundo o *Dicionário Histórico das Ordens*, a Ordem dos frades Menores Franciscana Capuchinho foi fundada em 1525, em Itália, por *Mateus de Bascio*, ou *Matteo Bashi*, a partir da reforma dos Franciscanos Observantes, anteriormente denominados de Irmãos da Vida Eremítica, compondo um dos três grandes ramos da Ordem Franciscana¹²⁹.

Essa reforma surgiu na sequência da revolta de *Mateus de Bascio (Matteo Bashi)*, com adulterações dos princípios da Ordem Franciscana, tendo decidido repor a pureza original de S. Francisco. Foi-lhe concedida autorização para pregar a sua reforma no ano 1525, pelo Papa Clemente VII.

Como referido anteriormente, o movimento da Observância defendia o cumprimento rigoroso da vida claustral, com disciplina e penitência. Segundo Fr. Manuel da Esperança, “*Frade observante na Ordem Franciscana quer dizer Frade pobre descalço, penitente, humilde e ajustado em tudo com as grandes obrigações da sua regra seráfica*”¹³⁰. A via observante não preservou os seus princípios originais, que rapidamente foram corrompidos pelas ofertas monetárias dos inúmeros apoiantes. Na perspetiva de alguns, as “*constant*es cismas entre os vários ramos da ordem Franciscana que originou reformas e movimentos no seio da Ordem franciscana acaba por mais tarde em 1525, surgir os frades capuchinhos que obterá a sua fundação só em 1529 nas constituições de albacina, com a elaboração da atas de fundação dos Capuchinhos registada pela Bula Religionis Zelos, do papa Clemente VII, no qual deu-se autonomia dos Capuchos em relação aos Observantes”¹³¹. Todavia, para o autor Vítor Joaquim Fialho Medina, foi em 1498, que Frei João de Guadalupe, Frade Franciscano da Província de Castela foi a Roma solicitar ao papa que lhe deixasse observar à letra a regra Franciscana. Tornou-se, assim, o fundador da Ordem autónoma dos Capuchos e não *Matteo Baschi*, que só em 1525 solicitara ao papa o que João Guadalupe havia feito anos antes.

No Capítulo Geral, que se realizou em Toulouse, estiveram presentes Frei Francisco de Le Campo e Frei João de Guadalupe, que foi considerado um grande e fervoroso teólogo na guarda da Regra de São Francisco e que veria a comandar um movimento/Reforma da qual surge um novo Ramo Franciscano. Após a realização do Capítulo, Frei João de Guadalupe parte para Roma, levando consigo as cartas de Recomendação dos Reis católicos para o Papa Alexandre VI.

A intenção de Frei João de Guadalupe consistia não só em fundar uma nova Reforma ou Ramo, mas também que isso servisse de protesto para converter os Mouros que foram conquistados pelos Reis Católicos, D. Fernando de Aragão e D. Isabel de Castela. O Papa Alexandre VI aprovou esse novo modo de vida no dia 5 de setembro de 1496.

Tendo recebido aprovação papal, Frei João de Guadalupe regressa e construiu um eremitério para pôr em prática a sua reforma. Com os direitos concebidos pelo Papa, que o iguala a um Provincial, o Frei João de Guadalupe levou consigo seis frades e o Breve¹³² que lhe autorizava a construção de um eremitério, uma capela, um oratório e um convento no Reino de Granada ou em toda Espanha. Porém, passado um ano, não conseguiram edificar um convento em Granada, o que os obrigou a procurarem um novo local adequado para tal. Sabe-se que foram acomodar-se na Estremadura de Castela, que circunvizinhava com Portugal, mas essa ação foi travada pelos Claustrais que lhes dificultaram a

129 Franco, Eduardo; Coutinho, Maria João; Pinto, Paulo Mendes; Ferreira, Sílvia. (2010) *Dicionário histórico das Ordens e Instituições afins em Portugal*. Lisboa: Gradi-va. op. cit. pp. 158-169. Cf. FRANCO, José Eduardo. dir. (2010) *Dicionário histórico das Ordens* – institutos Religiosos e Outras Formas de Vida Consagrada Católica em Portugal. Lisboa. Gradi-va. op. cit., pp.158-169.

130 ESPERANÇA, Fr. Manuel da. (1666). *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Província de Portugal*. TOMO 2, op. cit. pp. 22.

131 FRANCO, Eduardo; Coutinho, Maria João; Pinto, Paulo Mendes; Ferreira, Sílvia. (2010) *Dicionário histórico das Ordens e Instituições afins em Portugal*. Gradi-va. op. cit. pp.161-162. ver também sobre esse assunto: FRANCO, José Eduardo. dir. (2010) *Dicionário histórico das Ordens* – institutos Religiosos e Outras Formas de Vida Consagrada Católica em Portugal. Lisboa, Gradi-va. op. cit., p. 161-162.

132 De acordo com o Dicionário Português Porto editora um breve é um “escrito pontifício de carácter privado, sobre matéria menos importante do que uma bula”

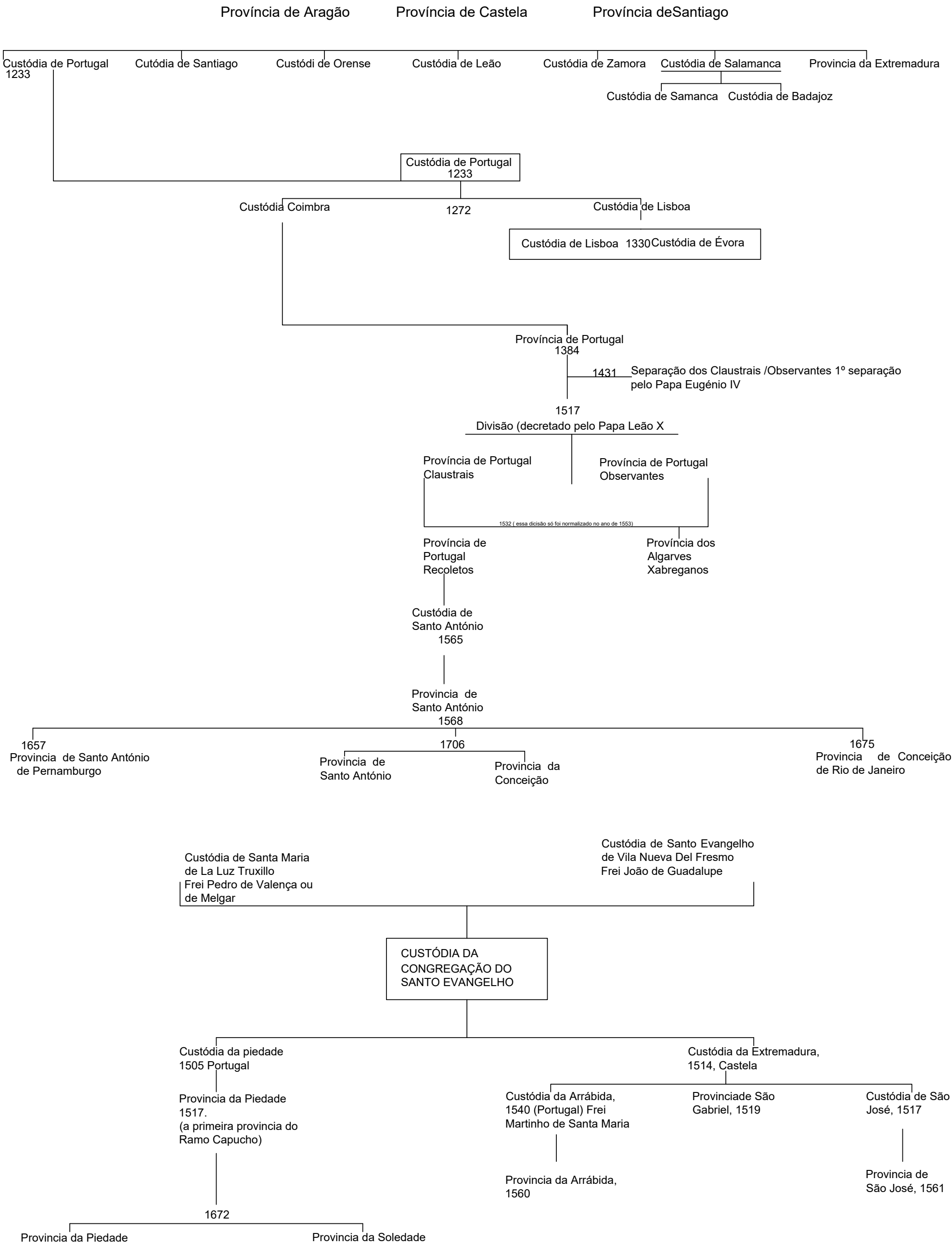


Fig. 36 - **Ramificação da Ramo Franciscano**
Fonte: © SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, et al.(2006) - *Ordens Religiosas em Portugal: das Origens a Trento. Guia Histórico*. 2ª Edição. Lisboa: Livros Horizonte

fundação dos eremitérios.

Os Claustrais emitiram um Breve ao pontífice para revogar todos os direitos concebidos pela “Reforma de Frei João de Guadalupe”, mas este pedido foi indeferido pelo mesmo. No dia 7 de fevereiro de 1497, foi redigido um Breve que revogava todos os pedidos feito pelos Claustrais, o que fez com que Frei João de Guadalupe partisse novamente para Roma para, junto do papa, obter um novo Breve que confirmasse o anteriormente aprovado, para se poder edificar um eremitério. Com beneplácito régio em Roma, no ano de 1498, a reforma conseguiu edificar várias casas no território espanhol que seguiam normas mais rígidas tendo-se posteriormente unido a denominada Província da Piedade¹³³.

Essa aprovação canónica intitulava os Frades Capuchos como “os Verdadeiros Guardiões” da Regra de São Francisco, pelo rigor e austeridade que praticavam, e tinha como principal objetivo lutar contra a vivência degradada de alguns núcleos conventuais, muito afastados das recomendações feitas por São Francisco de Assis¹³⁴.

Um dos grandes impulsionadores dessa Reforma foi também Frei Pedro de Valença, ou Melgar, que se dirigiu a Trajilho, onde viria a fundar a Custódia de Santa Maria de la Cruz Trajillo. Frei Pedro de Valença, ou de Melgar, como é conhecido, foi companheiro de Frei João de Guadalupe e partilhava os mesmos ideais.

Os frades da Reforma da Estrita Observância eram conhecidos em Espanha como Franciscanos Descalços (porque eram os mais rigorosos, sem sequer usarem sandálias), Alcantarinos (pela influência marcante de São Pedro de Alcântara no movimento) e capuchos (pois utilizavam chapéus pontiagudos). Este movimento era chefiado por João de Guadalupe. Alguns cronistas afirmam que Portugal conheceu essa Reforma/Movimento, no ano 1500, quando estes frades entraram no território português¹³⁵.

Na sequência da morte do fundador, em 1503, a Província passou a ser perseguida por outra vias franciscanas, o que fez com que alguns frades se refugassem em Portugal. Assim, com apoio do Duque Jaime de Bragança, foram recebidos em Vila Viçosa. Mais tarde, o Duque viria a ser responsável pela criação de uma nova via Franciscana, oficializada em 1509 por Breve de Júlio (*Giulio*) II, sendo a primeira Custódia Capucha de todas, o ramo seráfico. Assim, foi erigido o primeiro convento capucho, o Convento da Nossa Senhora da Piedade, um convento pequeno e primitivo, que servia somente as necessidades mais básicas de quem o habitava, fazendo jus ao espírito penitente que tanto prezava a Regra¹³⁶.

133	MEDINAS, Victor Joaquim Fialho, (1994). <i>A Arquitectura capucha da provincia da Piedade</i> . Lisboa: UNL, dissertação em mestrado em História de Arte, pp.25-27.
134	Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, Instituto d Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico. (2010). <i>Património Arquitetónico – Geral, Kits património, nº 5 versão 1.0</i> . Lisboa. IHRU, IGESPAR, p.11-12.
135	FRANCO, Eduardo; Coutinho, Maria João; Pinto, Paulo Mendes; Ferreira, Sílvia. (2010) <i>Dicionário histórico das Ordens e Instituições afins em Portugal</i> . Lisboa. Gradiva, op. cit. p. 52-53. ver também sobre esse assunto: FRANCO, José Eduardo. dir. (2010) <i>Dicionário histórico das Ordens – Institutos Religiosos e Outras Formas de Vida Consagrada Católica em Portuga</i> . Lisboa. Gradiva, op. cit., p. 52-53.
136	MONFORTE, Fr M. de. (1751) <i>Chronica da provincia da Piedade</i> . Lisboa: Oficina de Miguel Manescal da Costa, p.5.

- 1 Convento Santa Maria da Arrábida
- 2 Convento da Nossa Senhora dos Prazeres, Palhais
- 3 Convento Nossa Senhora da Piedade, Salvaterra de Magos
- 4 Convento Nossa Senhora da Piedade, Caparica
- 5 Convento São José de Ribamar, Oeiras
- 6 Convento Santa Cruz, Sintra
- 7 Convento de Santa Maria Madalena, Alcobaça
- 8 Convento de Nossa Senhora dos Anjos, Torres Vedras
- 9 Convento de Espírito Santo, Mealhada, Loures
- 10 Nossa Senhora da Conceição, Alferrara
- 11 Convento da Nossa Senhora da Conceição, Azóia
- 12 Convento Santo António , Pereiro, Santárem
- 13 Convento Santo António, Torres Novas
- 14 Convento Madre de Deus, Verderena
- 15 Convento de São Miguel das Gaeiras
- 16 Convento Da Nossa Senhora da Boa viagem, Oeiras
- 17 Convento Santa Maria de Jesus Vale de Figueira
- 18 Convento Santa Catarina, Ribamar
- 19 Convento Santo António , Leiria
- 20 Convento São Cornélio, Olivais
- 21 Convento São Pedro de Alcântara, Lisboa
- 22 Convento Nosso Senhor e Santo António, Mafra

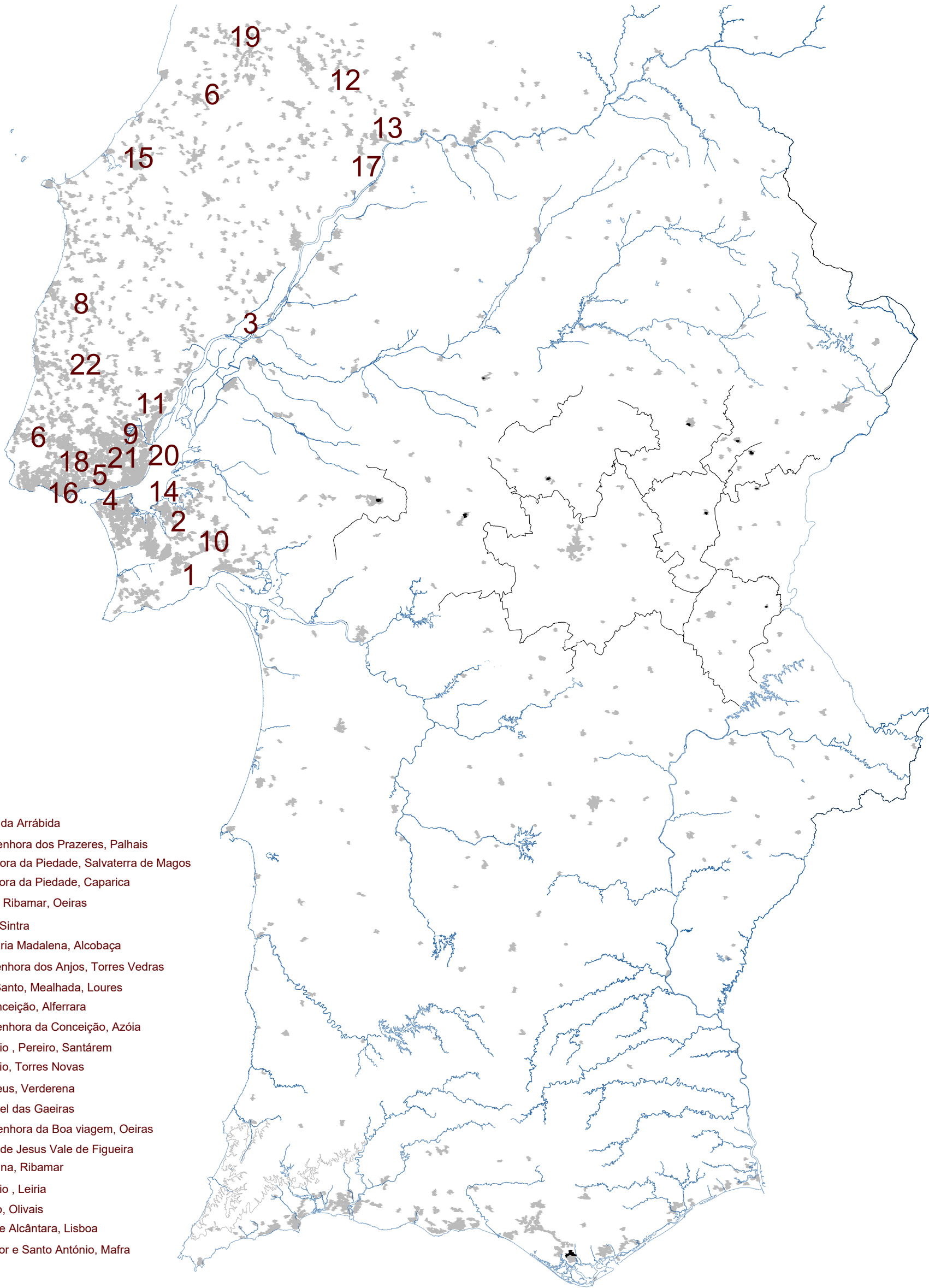


Fig. 37 - Localização dos Conventos da Província da Arrábida
Fonte: © Biblioteca Nacional de Portugal

Província da Arrábida

Para além da influência da província da Piedade, os ideais de Matteo Baschi contribuíram para que em Portugal se desenvolvesse uma nova reforma no seio de alguns conventos franciscanos da Província do Algarve, de onde se destaca, em 1542, uma nova custódia, a de Arrábida, que foi aprovada canonicamente como Província (Arrábida), em 1560. Os Frades eram denominados de Arrábidos. Para Vítor Joaquim Fialho Medina, “...os *Frades da Província da arrábida foram descendentes dos Frades Capuchos da antiga congregação do Evangelho de Espanha...*”¹³⁷.

Segundo o *Dicionário Histórico das Ordens*, Os Arrábidos são do ramo Franciscano reformado (capuchos da Província da Serra de Arrábida). Como se sabe, a Ordem de Frades Menores sempre viveu o pluralismo das vocações e de tensões, resultado da maneira como cada um desses ramos interpreta as Regras do Fundador da Ordem¹³⁸.

Entretanto, a par deste Movimento, iria surgir outro, ativado por Fr. Martinho de Santa Maria da Província de Cartagena, que acompanhou a reforma capuchinha em Itália, e que quis então aplicar a mesma reforma a Castela. Segundo algumas crónicas, Fr. Martinho encontrou, no Mosteiro de Guadalupe, o duque de Aveiro, D. João de Lencastre. Tendo mostrado o desejo reformista eremítico, o duque ofereceu-lhe “terras” que possuía na Serra de Arrábida¹³⁹, para aí se instalar um eremitério. Em 1539, tendo recebido a permissão do Ministro Geral dos Franciscanos, Fr. Martinho transfere-se para Arrábida, onde mais tarde foi concebida canonicamente uma Custódia, que depois viria a ser uma Província (Ordem dos Frades Menores Capuchos da Serra de Arrábida)¹⁴⁰.

O percurso temporal dessa instituição é marcado por três fases: a primeira fase, compreendida entre 1539-1545, chamada fase fundacional; a segunda fase da sua expansão e consolidação, no ano 1545 a 1700; a fase da decadência, desde 1700 até à extinção da Ordem em Portugal, em 1834.

Essa Custódia (Arrábida), como já se referenciou, foi reconhecida como Província no ano de 1560, pelo *Breve Sicut Aliquando esposi*¹⁴¹ do Papa Pio IV, graças ao grande benfeitor dos arrábidos, o embaixador Lourenço Pires de Távora, fundador do convento da Caparica, que juntamente com o seu tio, Cardeal D. Henrique, tencionava que a Custódia passasse para Província. O breve começa da seguinte forma: “...no qual a sua Santidade manda o Ministro Geral que conceda à Custodia de Santa Maria da Arrábida o estatuto de Província... (atomizado da Província dos Algarves)”¹⁴².

137 Op. cit. MEDINAS, Victor Joaquim Fialho (1994) – *A Arquitectura capucha da provincia da Piedade*. Lisboa: UNL, dissertação em mestrado em História de Arte, pp. 35-38.

138 FRANCO, Eduardo; Coutinho, Maria João; Pinto, Paulo Mendes; Ferreira, Sílvia. (2010) *Dicionário histórico das Ordens e Instituições afins em Portugal*. Lisboa. Gradiva. op. cit. p. 52-58. ver também sobre esse assunto: FRANCO, José Eduardo. dir. (2010) *Dicionário histórico das Ordens – Institutos Religiosos e Outras Formas de Vida Consagrada Católica em Portuga*. Lisboa. Gradiva, op. cit., p. 52-58.

139 A Professora doutora Ana Assis Pacheco na sua Tese de Doutoramento afirma que o Duque terá cedido toda a Serra da Arrábida ao Frei Jão de Guadalupe. PACHECO, Ana Assis. *Construção de um Mundo Interior. Arquitectura franciscana em Portugal, Índia e Brasil (sécs. XVI-XVII)*, p.181.

140 Franco, José Eduardo. (2010). dir. *Dicionário histórico das Ordens e Instituições afins em Portugal*. (s.d). Gradiva. op. cit. pp.52.53 op. cit. "... Na Cronica de Fr. Antonio da Piedade, o cronista afirma: «Com toda a atençaõ ouvio o Duque a proposta, e com muito mayor alegria lhe offereceo a sua Serra da Arrabida, cuja habitaçãõ tinha todas as circunstancias, que delineava o seu espirito, porque além de ser soloitaria, a sua aspereza a defendia da frequencia das creaturas, que lhe podião servir de estorvo (...).»(Fr. antonio da Piedade, espelho de Penitentes e chronica da Provincia de Santa Maria da Arrábida)".

141 CONCEYÇÃO, Fr. Apollinario da. (1740). *Claustro Franciscano*, Erecto no Dominio da Coroa Portuguesa e estabelecido sobre dezeseis venerabilissimas columnas. Expoem-se sua origem, e estado presente. Lisboa Occidental. Offic. de Antonio Isidoro da Fonseca. Cap IV p. 12-13; Cap. XIII, pp. 60, 65.

142 PIEDADE, Fr. António da. (1728-1734). *Espelho de Penitentes e Chronica da Provincia de Santa Maria da Arrabida, da regular e mais estreita Observancia da Ordem*



Fig. 38 - Convento Velho da Arrábida - Capela da Memória
Fonte: © Caminhando

Sobre a fundação da Província de Arrábida, Frei Francisco de Gonzaga¹⁴³ sublinhou que a província dos arrábidos, ou Arrábida, não teve origem noutra Província nem gerou qualquer outra Província. Todavia, Victor Joaquim Fialho Medina afirmou que “...os Frades da Província de Arrábida são descendentes dos Frades da Antiga congregação do evangelho de Espanha...”¹⁴⁴.

Segundo Rafael Sanz Valdivieso, a Província Capucha de Arrábida, como todas as descalças, inscreve-se no amplo movimento da reforma franciscana peninsular, caraterizado pelo retorno aos ideais de acordo com a via da estrita observância da regra Franciscana fortemente marcada pela tendência eremítica, da rigorosa pobreza e austeridade nos seus edifícios e no modo da vivência da comunidade¹⁴⁵.

Por sua vez, Fr. António da Piedade descreve a Província de Arrábida na sua Crónica, da seguinte forma: “...Deu a Serra da Arrábida o nome a esta Santa Província, e ella com os seus rigores se fez entre todas as mais Religião Seráfica tão nomeada que sendo muitos celebrada, não he de poucos apetecida...”. Afirma ainda que: “...Todos os que desejão reformar as vidas nos costumes, a appetecem, e procurão como seguro caminho, que os guia para a verdadeira terra Promissão e Patria Celestial. Nella reyna a humildade, brilha a modéstia, resplandece a obediencia, singularisa-se a pobreza evangélica, e admira-se hum desprezo do Mundo, tao eficaz, que dando relevantes motivos ao assombro, parece fecha as portas a imitação...”¹⁴⁶.

Segundo Manuel Pereira Gonçalves¹⁴⁷, a Província de arrábida é uma escola de penitência, sendo que, na mente do Fundador, Frei Martinho de Santa Maria, “...os ouvidos deviam estar a serviço das voz superiores e aceitar com espírito de resignação todas as repreensões dada, os olhos deviam servir somente para chorar o próprio pecado e alheios, o olfato só devia recrear-se com a penitência e a mortificação, a boca devia apenas abrir-se para louvar a Deus e abster-se de qualquer palavra profana, de todo manjar delicado, as mãos deviam estar em permanente contanto com o rigor das disciplinas para assim «matar» qualquer tentação de preguiça ou vangloria...”¹⁴⁸.

Sobre a organização da província e de como devia ser a vivência naquela comunidade, Fr. António da Piedade afirma: “He a presente Província da Arrábida assumpto glorioso de grandes louvores e supposto dê matéria a copiosas exagerações, o que eu quizerá fazer sem que as mais se estimulassem injurias; com tudo recompilado-as em breve palavras, digo que nenhuma cousa mais nella resplandece, que aquela evangelica pobreza, tao recomendada do Serafico Padre S. Francisco, pos que os seus religiosos... deviam de ser humildes e pobres, os pés quase ou sempre descalços; o leito não he outro mais que huma taboa, ou cortiça; e huma pedra, ou pao lhe servem de travesseiro. Nas cellas que são sumamente apertadas não tem outra alfayas mais, que o Braviario e hum ate dous livros espirituais. Usão de huma taboa com um masso pequeno, ou pedra que servindo de fino a seus golpes acordem as comunidades assim ao Refetorio como à cosinha: loça em que comem, e os vasos porque bebem, são os mais vis e pobres, que se podem considerar, não por necessidade, mas sim voluntariamente...” Ainda afirma que das suas casas “...só direy que parecem mais cabanas de Pastores, que moradas de

do Serafico Patriarcha S. Francisco tomo 1-2. Lisboa Officina de Joseph António da Silva, op. cit. p. ver também REMA, Frei Henrique Pinto. (2001). A Ordem Franciscana em Portugal no século de ouro do rei D. Manuel I. Actas do III Congresso Histórico de Guimarães. D. Manuel, e a sua época, vol. II. Guimarães, p. 155.

143 GONZAGA, Frei Francisco de Gonzaga. (1587). O.F.M., De Origine Seraphicae Religionis Franciscanae. Roma, p 1124

144 MEDINAS, Victor Joaquim Fialho (1994). A Arquitectura capucha da província da Piedade. Lisboa: UNL, dissertação em mestrado em História de Arte, pág.35-38.

145 ABREU, Carlos, dir. (1996). I-II Seminário. O Franciscanismo em Portugal. Actas. In. VALDIVIESO, Rafael Sanz. O Franciscanismo em Portugal, p.225.

146 PIEDADE, Fr. António da. (1728-1734). Espelho de Penitentes e Chronica da Província de Santa Maria da Arrabida, da regular e mais estreita Observancia da Ordem do Serafico Patriarcha S. Francisco tomo 1. I. Lisboa Officina de Joseph António da Silva, p. 2.

147 ABREU, Carlos, dir. (1996). I-II Seminário. O Franciscanismo em Portugal. Actas. In GONÇALVES, Manuel Pereira. Os Franciscanos em Portugal, p. 263.

148 PIEDADE, Fr. António da. (1728-1734). Espelho de Penitentes e Chronica da Província de Santa Maria da Arrabida, da regular e mais estreita Observancia da Ordem do Serafico Patriarcha S. Francisco, tomo 1-2. Lisboa Officina de Joseph António da Silva, op. cit., p.26.

*Religiosos, com as quaes se contetão e servem a Deos fielmente...*¹⁴⁹.

Frei Marcos de Portugal, na sua crónica sobre a província de Arrábida, refere a “...*pobreza das casas, dos Hábitos, e das cousas necessárias ao uso comum, e ordinário dos Frades, he a mais austera, e estreita em a guarda da sua Regra, que todas as outras...*”¹⁵⁰.

Como já se sublinhou anteriormente, depois de estarem ordenadas as custódias e as províncias dos frades franciscanos capuchos, era necessário definir normas que fossem reger as comunidades capuchas. O estatuto das Províncias capuchas era bem detalhado, de modo a que pudessem viver em conformidade e em comunidade. Para isso, cada Província redigiu as suas próprias normas que constituíram o “livro de Estatutos”, que compilava todas as regras, leis e modelos conforme os ideais de sua província, para que cada Custódia ou Província se organizasse conforme descrito no livro de estatutos. Apesar de serem semelhantes (alguns estatutos serviam de referência para dos seus estatutos), alguns estatutos eram mais detalhados que outros. Por exemplo, os estatutos da Província da Arrábida foram considerados por muitos autores como os mais detalhados de todas as Províncias Capuchas. Estes estatutos também estabeleciam certas particularidades construtivas de como seriam as edificações dos seus conventos.

Conventos da Província de Arrábida

Convento Santa Maria da Arrábida, 1542

Convento da Nossa Senhora dos Prazeres, Palhais, 1542

Convento da Nossa Senhora da Piedade, Salvaterra de Magos, 1543

Convento da Nossa Senhora da Piedade, Costa da Caparica, 1550

Convento de São José de Ribamar, Oeiras, 1551/1559

Convento santa Maria de Jesus, Vale de Figueira, 1556

Convento Santa Cruz de Sintra, 1560

Convento Santa Maria Madalena, Alcobaça, 1566

Convento Nossa Senhora dos Anjos, Torres Vedras, 1570

Convento de Espírito Santo, Mealhada, 1573

Convento da Nossa Senhora da Conceição, Aferrara, 1576

Convento da Nossa Senhora da Conceição, Azoia, 1584

Convento de Santo António de Pereiro, Santarém,1590

Convento de Santo António, Torres Novas, 1591

Convento Madre de Deus, Verderena, 1591

Convento de São Miguel de Gaeiras, 1602

Convento da Nossa Senhora Boa Viagem, Oeiras, 1602

Convento de Santa Catarina de Ribamar, Oeiras, 1634

149 PIEDADE, Fr. António da. (1728-1734). *Espelho de Penitentes e Chronica da Provincia de Santa Maria da Arrábida, da regular e mais estreita Observancia da Ordem*

do Serafico Patriarcha S. Francisco tomo 1. I. Lisboa Officina de Joseph António da Silva,Cap I.p. 3-4.

150 LISBOA, Frei Marcos de. (1557). *Crónicas da Ordem dos Frades Menores*. Lisboa, p.3.

Convento de Santo António de Leiria, 1651

Convento de São Cornélio dos Olivais, 1675

Convento São Pedro de Alcântara, Lisboa, 1685

Convento do Nosso Senhor e Santo António de Mafra, 1730

Hospícios e enfermarias

Nossa Senhora da Conceição, Hospício de Lisboa, 1542

A Enfermaria, Santarém, 1570

Nossa Senhora Hospício e Enfermaria, Setúbal 1589

Santo António, Torres Vedras, 1646

Nossa Senhora da Assunção (Assumpção), Torres Novas, 1662

Santo António, Hospícios e Enfermaria, Caldas, 1663

Nossa Senhora do Porto Seguro, Cascais, 1695

Santo António, Minde, 1733

Nossa Senhora da Arrábida, Azeitão.151



Convento Santa Maria da Arrábida, 1542



Fig. 39 - Convento Santa Maria da Arrábida
Fonte: ©Fundação Oriente

LOCALIZAÇÃO	ÉPOCA DE FUNDAÇÃO	SISTEMA DE IMPLANTAÇÃO	EVOLUÇÃO	BENFEITORES/FUNDADORES	ESTADO ATUAL
Serra de Arrábida	1539/1542	Encosta da Serra de Arrábida	Capela da nossa Senhora da Arrábida/Convento Velho	1º Duque de Aveiro D. João de Lencastre; Frei Martinho de Santa Maria	Uso Cultural/Pousada



Nossa Senhora dos Prazeres, Palhais - 1542



Fig. 40 - Ruínas do Convento de Palhais
Fonte: ©<http://www.vinculadosaobarreiro.com>

LOCALIZAÇÃO	ÉPOCA DE FUNDAÇÃO	SISTEMA DE IMPLANTAÇÃO	EVOLUÇÃO	BENFEITORES/FUNDA-DORES	ESTADO ATUAL
Palhais, Barreiro	1542	Rural, Junto da Ribeira de Coína	Foi erguida de Raiz	Frei Pedro de Alcântara Fidalgo D. Francisco da Gama, filho de Vasco da Gama	Devoluto



Nossa Senhora da Piedade, Savatera de Magos, 1543



Fig. 41 - Convento de Jericó
Fonte: ©<https://www.visitarportugal.pt/santarem/benavente/benavente/convento-jerico?t=localizacao>

LOCALIZAÇÃO	ÉPOCA DE FUNDAÇÃO	SISTEMA DE IMPLANTAÇÃO	EVOLUÇÃO	BENFEITORES/FUNDA-DORES	ESTADO ATUAL
Salvaterra de Magos	1543	Periurbana	Foi erguida de raiz	Infante D. Luis, Filho de D. Manuel I	Actualmente funciona como Convento de Jericó



Nossa Senhora da Piedade, Costa da Caparica - 1550



Fig. 42 - Convento dos Capuchos, Caparica, década de 1950
Fonte: ©Delcampe

LOCALIZAÇÃO	ÉPOCA DE FUNDAÇÃO	SISTEMA DE IMPLANTAÇÃO	EVOLUÇÃO	BENFEITORES/FUNDA-DORES	ESTADO ATUAL
Costa da Caparica	1550/1551	Periurbana;localizada no cimo do monte da costa da Caparica	Erguida de Raiz	D. Lourenço Pires de Távora	Recuperado para Progra-mas culturais



São José de Ribamar, Oeiras, 1551



Fig. 43 - Capela do Palácio do Conde da Foz (Convento São José de Ribamar) 1961
Fonte: ©Fotografia de Arnaldo Madureira

LOCALIZAÇÃO	ÉPOCA DE FUNDAÇÃO	SISTEMA DE IMPLANTAÇÃO	EVOLUÇÃO	BENFEITORES/FUNDA-DORES	ESTADO ATUAL
Oeiras	1551	Periurbana	Foi erguida de raiz	D. Francisco de Gusmão e D. Isabel de Blasbelt	Abandonado/Devoluto

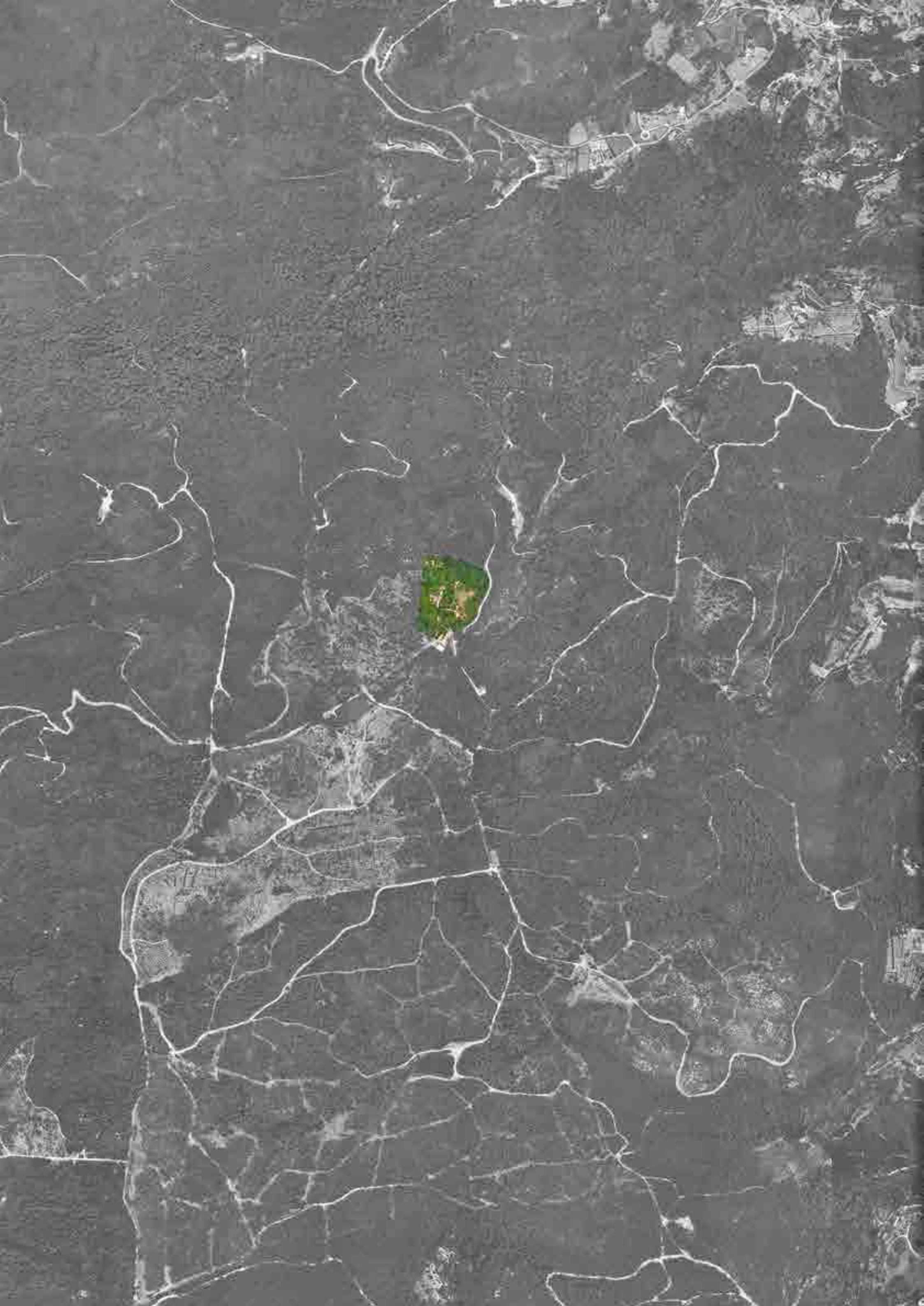


Nossa de Santa Maria de Jesus de Vale de Figueira, Santarém, 1556



Fig. 44 - Convento dos Frades Arrábidos de Vale de Figueira 1556
Fonte: ©José Gaspar, capa do livro

LOCALIZAÇÃO	ÉPOCA DE FUNDAÇÃO	SISTEMA DE IMPLANTAÇÃO	EVOLUÇÃO	BENFEITORES/FUNDADORES	ESTADO ATUAL
Santarém	1556	Rural, isolado	Foi erguido de raiz	D. Manuel e D. Henrique de Portugal	Encontra-se em ruína



Capuchos de Sintra/Santa Cruz de Sintra - 1560



Fig. 45 - Convento_dos_Capuchos de Sintra
Fonte: ©<http://www.sintraromantica.net/en/monuments/capuchos-convent>

LOCALIZAÇÃO	ÉPOCA DE FUNDAÇÃO	SISTEMA DE IMPLANTAÇÃO	EVOLUÇÃO	BENFEITORES/FUNDA-DORES	ESTADO ATUAL
Serra de Sintra	1560	Isolado na encosta da Serra de Sintra	Erguida de Raiz	Vice Rei da Índia D. João de Castro; D. Álvaro de Castro, Conselheiro de Estado e Vedor da Fazenda de D. Sebastião	Em trabalho de Recuperação



Santa Maria Madalena, Alcobaca, 1566



Fig. 46 - Convento de Santa Maria Madalena
Fonte: © Dias dos Reis - Fotografia

LOCALIZAÇÃO	ÉPOCA DE FUNDAÇÃO	SISTEMA DE IMPLANTAÇÃO	EVOLUÇÃO	BENFEITORES/FUNDA-DORES	ESTADO ATUAL
Alcobaca de Évora	1566	Rural, isolado	Alguns autores advogam a data de 1556, onde este foi erguido para abrigar Fra-des Arrábidos.	Cardeal D. Henrique	Foi Recuperado



Nossa Senhora dos Anjos Barro, Torres Vedras,1570



Fig. 47 - Convento de Nossa Senhora dos Anjos Barros
Fonte: ©SIPA

LOCALIZAÇÃO	ÉPOCA DE FUNDAÇÃO	SISTEMA DE IMPLANTAÇÃO	EVOLUÇÃO	BENFEITORES/FUNDA-DORES	ESTADO ATUAL
Torres Vedras	1570	Rural, Isolado num Vale	Foi erguida de raiz	Infanta D. Maria, filha de D. Manuel e D. Leonor	Foi Convertido num Hospi-tal. Hospital Dr. José Maria Antunes Júnior



Convento Espírito Santo de Mealhada, 1573



Fig. 48 - Museu Municipal de Loures
Fonte: ©SIPA

LOCALIZAÇÃO	ÉPOCA DE FUNDAÇÃO	SISTEMA DE IMPLANTAÇÃO	EVOLUÇÃO	BENFEITORES/FUNDA-DORES	ESTADO ATUAL
Mealhada, Loures	1573	Rural, isolado	Foi erguido de raiz	D. Luís de Castro do Rio D. Tomé de Castro do Rio D. Maria de Castro Francisco Cime da Silva	Alberga o Museu Municipal de Loures



Nossa Senhora da Conceição, Aferrara, 1576/1578



Fig. 49 - Convento dos Capuchos de Alferrara, Setúbal
Fonte: ©<http://roteiro.jmobp.com/View/RoteiroView1.php?opcao=8&item=2584>

LOCALIZAÇÃO	ÉPOCA DE FUNDAÇÃO	SISTEMA DE IMPLANTAÇÃO	EVOLUÇÃO	BENFEITORES/FUNDADORES	ESTADO ATUAL
Aferrara, Arrábida	1576/1578	Rural, isolado, e integra-se no Parque Natural da Arrábida	No ano de 1383, foi fundado um pequeno convento dos monges arrábidos	D. Estevão da Gama, Filho do 1º Conde da Vidigueira e neto de Vasco da Gama	Encontra-se em ruínas



Nossa Senhora da Conceição, Azoia, 1584



Fig. 50 - Convento de Pirescoxe / Convento de Nossa Senhora da Conceição de Azóia
Fonte: ©SIPA

LOCALIZAÇÃO	ÉPOCA DE FUNDAÇÃO	SISTEMA DE IMPLANTAÇÃO	EVOLUÇÃO	BENFEITORES/FUNDA-DORES	ESTADO ATUAL
Azoia	1584	Periurbano, encontra-se localizado junto da população	No século XV, foi fundado uma capela ou uma pequena ermida da Nossa senhora da Conceição	Gonçalo de Chaves-1460 D. Pedro de Castelo Branco filho de D. António de Castelo Branco	Encontra-se em ruínas



Convento Santo António dos Pereiros, 1590

LOCALIZAÇÃO	ÉPOCA DE FUNDAÇÃO	SISTEMA DE IMPLANTAÇÃO	EVOLUÇÃO	BENFEITORES/FUNDA-DORES	ESTADO ATUAL
Perreiro, Santarém	1590	Periurbana	Foi erguido de raiz	D. João de Lencastre	Sem Vestígios



Convento Santo António de Torres Novas, 1591



Fig. 51 - Fachada da Igreja do Convento Santo António de Torres Novas
Fonte: ©SIPA

LOCALIZAÇÃO	ÉPOCA DE FUNDAÇÃO	SISTEMA DE IMPLANTAÇÃO	EVOLUÇÃO	BENFEITORES/FUNDA-DORES	ESTADO ATUAL
Torre Novas	1591	Urbano, num planalto	Foi erguido de raiz	Melo Carrilho e a sua Mulher Ângela Siqueira	Funciona como uma Residencial, Casa dos Arrábidos



Convento Madre de Deus. Verderena, 1591



Fig. 52 - Fachada do Convento Madre de Deus. Verderena
Fonte: ©Biblioteca Nacional de Portugal

LOCALIZAÇÃO	ÉPOCA DE FUNDAÇÃO	SISTEMA DE IMPLANTAÇÃO	EVOLUÇÃO	BENFEITORES/FUNDA-DORES	ESTADO ATUAL
Verderena, Barreiro	1591	Urbano	Foi erguido de raiz	Dona Francisca de Azambuja	Funciona



Convento São Miguel das Gaeiras, 1602



Fig. 53 - Claustro do convento ilustrado por William H. Burnett (c.1834)
Fonte: ©<https://www.visitarportugal.pt/leiria/obidos/gaeiras/convento-sao-miguel>

LOCALIZAÇÃO	ÉPOCA DE FUNDAÇÃO	SISTEMA DE IMPLANTAÇÃO	EVOLUÇÃO	BENFEITORES/FUNDA-DORES	ESTADO ATUAL
Gaeiras	1602	Rural, isolado	Em 1569, foi construído um convento primitivo pelo Infante D. Henrique	Infante D. Henrique D. Dinis de Lencastre, a sua mulher D. Isabel Henrique e ao seu filho D Afonso de Lencastre	Encontra-se em ruínas



Convento da Nossa Senhora da Boa Viagem, Oeiras, 1602



Fig. 54 - **Capela do Convento da Nossa Senhora da Boa Viagem**
Fonte: ©Serviço de Arquivo Municipal. Coleção Património Arquitetónico do Concelho de Oeiras/008, n.º 156. Data: 1986

LOCALIZAÇÃO	ÉPOCA DE FUNDAÇÃO	SISTEMA DE IMPLANTAÇÃO	EVOLUÇÃO	BENFEITORES/FUNDA-DORES	ESTADO ATUAL
Oeiras	1602	Periurbana, Junto ao mar, localizado em cima de uma colina.	Foi erguido de raiz	António Faleiro de Abreu	Restou uma pequena capela



Convento de Santa Catarina de Ribamar, Cruz quebrada,1634

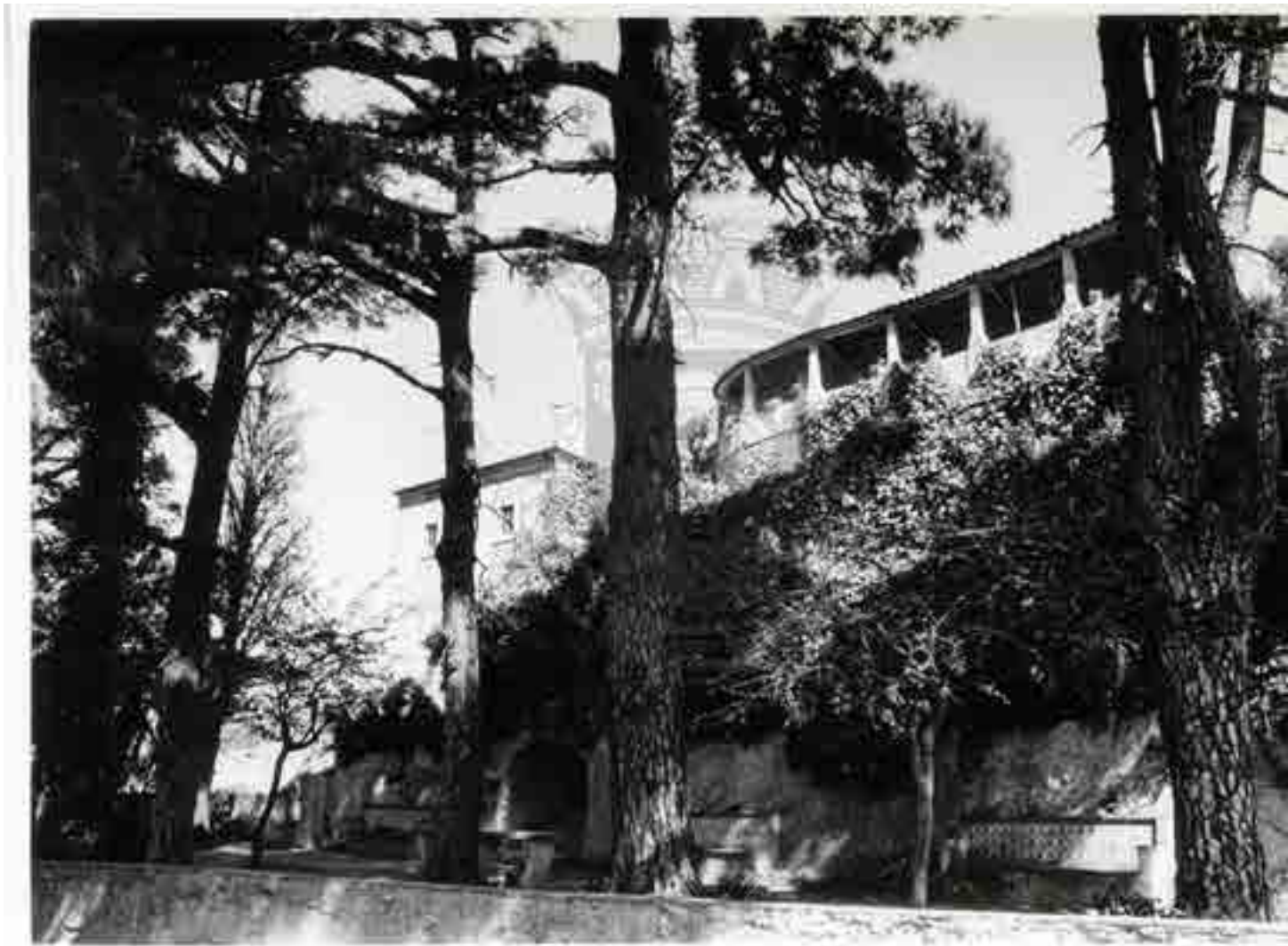


Fig. 55 - Ermida de Santa Catarina de Ribamar 1986
Fonte: ©Rui Cunha. Fotografia e Audiovisuais, Lda, in arquivo da CMO

LOCALIZAÇÃO	ÉPOCA DE FUNDAÇÃO	SISTEMA DE IMPLANTAÇÃO	EVOLUÇÃO	BENFEITORES/FUNDA-DORES	ESTADO ATUAL
Cruz Quebrada, Oeiras	1634	Urbano	Ermida dedicada a Santa Catarina	D. Luís, irmão do rei D. João III. D. Isabel.	Restam Vestígios de ruínas



Convento Santo António de Leiria, 1651



Fig. 56 - Convento santo António dos Capuchos
Fonte: ©<https://revive.turismodeportugal.pt/pt-pt/convento-capuchos>

LOCALIZAÇÃO	ÉPOCA DE FUNDAÇÃO	SISTEMA DE IMPLANTAÇÃO	EVOLUÇÃO	BENFEITORES/FUNDA-DORES	ESTADO ATUAL
Leiria	1651	Urbano, sobre um morro.	Foi erguido de raiz	D. Pedro de Vieira da Silva	Encontra-se em ruínas



Convento de São Cornélio, Olivais 1675



Fig. 57 - Convento de São Cornélio
Fonte: ©CML | DMC | Arquivo Municipal de Lisboa

LOCALIZAÇÃO	ÉPOCA DE FUNDAÇÃO	SISTEMA DE IMPLANTAÇÃO	EVOLUÇÃO	BENFEITORES/FUNDA-DORES	ESTADO ATUAL
Olivais	1675	Urbano	Foi erguido de raiz	João de Borges de Morais e D. Maria da Silva	Restam vestígios de ruínas.



Convento de São Pedro de Alcântara, Lisboa, 1685



Fig. 58 - Convento de São Pedro de Alcântara | Exterior | Fachada nascente. ART031914
Fonte: ©CML | DMC | Arquivo Municipal de Lisboa

LOCALIZAÇÃO	ÉPOCA DE FUNDAÇÃO	SISTEMA DE IMPLANTAÇÃO	EVOLUÇÃO	BENFEITORES/FUNDA-DORES	ESTADO ATUAL
Bairro Alto, Lisboa	1685	Urbano, integra-se na ma- lha urbana do Bairro Alto.	Foi erguido de raiz	António Luís de Menezes e Marques de Marialva.	Santa Casa da Misericór- dia de Lisboa.

Conclusão do levantamento dos Conventos

Após o levantamento e análise dos conventos que compõem a Província da Arrábida, pode concluir-se que a implantação das casas arrábidas evoluiu desde da fundação da Custódia, com a construção do Convento Velho de Santa Maria da Arrábida, até ao século XVIII, com a construção do Convento Santo António de Mafra.

No início da evolução da Província, as escolhas dos locais de implantação das casas dos frades arrábidos recaíam preferencialmente em locais isolados, longe da população. Notou-se também uma evolução na arquitetura dessa Comunidade, apresentando construções austeras, denominadas de construções eremíticas, como o Convento velho de Arrábida, o Convento Santa Cruz de Sintra, o Convento de Palhais, o Convento de Santa Catarina de Ribamar, o Convento das Gaeiras em Óbidos, o Convento da Caparica, o Convento São José de Ribamar e o Convento de Salvaterra de Magos. Alguns destes exemplos foram perdendo a sua estrutura inicial ao longo do tempo.

Um bom exemplo do que a comunidade dos frades arrábidos pretendia com a arquitetura da sua província revela-se na construção do Convento de Santa Cruz de Sintra, um edifício com uma volumetria pequena, como se pretendia, e que manteve intacta a sua estrutura original até os dias de hoje. No entanto, podemos afirmar que o poder régio, algumas figuras ilustres da burguesia e a necessidade de evangelização contribuiu muito para que as implantações dessas estruturas fossem cada vez mais próximas das localidades, e o mesmo se aplica à arquitetura. Veja-se o exemplo prático do Convento de Santa Maria da Arrábida, cuja construção é inicialmente caraterizada como arquitetura Rupestre¹⁵², devido a algumas dependências serem escavadas nas rochas. Contudo, no ano de 1542, a pedido do 1º duque de Aveiro, D. João de Lencastre, foi construído um novo convento, justificando-se que o convento antigo não apresentava condições propícias para receber os noviços, o que fez com que Frei Martinho de Santa Maria autorizasse a construção do novo convento, sob sua orientação. De salientar o exemplo do convento de São Pedro de Alcântara e a magnificente construção do Convento de Santo António de Mafra, integrado no Real Palácio de Mafra.



Fig. 59 - **Convento São P**Francisco de Guimarães
Fonte:©https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/69/Medieval_meets_Modern_%287053940187%29.jpg

A Implantação Franciscana Capucha no Território

A seleção dos locais de implantação das casas religiosas dos frades franciscanos, nos primeiros anos da história da Ordem dos Frades Menores, era assente na ideologia do Fundador. Na sua perspetiva, os conventos deviam ser implantados em espaços ligeiramente afastados dos núcleos urbanos, e nas suas periferias. O historiador Vítor Gomes Teixeira afirma que estes espaços onde os primeiros frades habitavam eram denominados de Choupanas, locais pobres e tugúrios, como o de *Rivortorto*, junto de Assis, de onde São Francisco e os seus companheiros foram escorraçados¹⁵³.

Por toda a Europa, houve diversos autores com múltiplos estudos dedicados às Ordens Medicantes, e que identificaram caraterísticas comuns na localização dos conventos. Um desses autores é *Jacques Le Goff*, que, através de um estudo, concluiu que as Ordens Medicantes se instalavam no início nas periferias. Mais tarde, este estudo serviu para que outros autores confirmassem a posição preferencial das ordens medicantes, aferindo também o facto de estes frades procurarem localizações para as suas implantações perto das muralhas, das portas e das vias Principais¹⁵⁴. Igualmente se nota que a ordem medicante elegia zonas mais baixas para se fixarem, sobretudo junto ao rio, o que tem sido outras das caraterísticas identificadas, nomeadamente no que refere à implantação das casas dos Frades Franciscanos.

Na ideologia do Fundador da Ordem dos Frades Menores, as casas dos frades franciscanos deviam ser de pobres construções periurbanas ou mesmo isoladas do mundo, possuir um espírito de vida eremítica, e obtidas com o esforço do seu trabalho. Entre 1217 e 1220, com forte adesão à vida eremítica e a diáspora da Ordem pelo mundo, o *Poverrello* de Assis escreveu as ditas regras eremíticas, um conjunto de normas para este tipo de comunidade medicante. Após a sua morte, no ano 1226, verificou-se um grande desvio às normas de localização e construção dos espaços franciscanos. Para colmatar tal realidade era necessário legislar sobre este aspeto de edificações, elaborar um corpo normativo mínimo para administrar os aspetos construtivos que seriam cada vez mais um problema para aqueles que aceitavam seguir a austeridade do espírito do Fundador¹⁵⁵.

Em meados do século XIII, no capítulo de Narbona de 1260, foram empregues, pela primeira vez, no seio da Ordem dos Frades Menores, novas ideias em relação à arquitetura das comunidades seráficas, nascendo as primeiras normas da ordem para construções das igrejas. Anos mais tarde, em 1279, foram aplicadas novas regras, mas semelhantes às que tinham sido aprovadas na Narbona, embora, desta vez, limitando o uso de adornos de prata e ouro na ornamentação¹⁵⁶.

Vítor Gomes Teixeira defende que, nos meados do século XIV (o século em que decorriam dois movimentos no seio da Ordem, começou a verificar-se uma entrada da comunidade seráfica no interior das localidades, com construções cada vez mais dispendiosas e vastas. Sublinha ainda que Portugal não fugia à tendência da localização e construção de espaços conventuais que ocorria no resto da Europa. Os conventos que se enquadravam nesta tendência construtiva do século XIV, no território Português são os seguintes: Convento São Francisco de Guimarães, espaços conventuais de São da Ponte, Convento São Francisco de Coimbra o Convento São Francisco de Évora , e Convento de São Francisco de Leiria, Convento de São Francisco do Porto, Convento de São Francisco da Covilhã, Convento de São Francisco de Estremoz, Convento de São Francisco de Lamego; Convento de São

153 TEIXEIRA, Vítor Gomes. (2010). *O movimento Observância Franciscana em Portugal (1392-1517): História, Património e Cultura de uma Experiência de Reforma Religiosa*. Porto. Centro de Estudos Franciscanos. op. cit., p. 347.

154 Ver, sobre esse assunto: GOFF, Jacques Le. (1970). *Ordres mendiants et urbanisation dans la France médiévale*. Paris. A. Colin.

155 TEIXEIRA, Vítor Gomes. (2010). *O movimento Observância Franciscana em Portugal (1392-1517): História, Património e Cultura de uma Experiência de Reforma Religiosa*. Porto. Centro de Estudos Franciscanos. op. cit., pp. 927-927.

156 Idem, ibidem, pp.348-349.



Fig. 60 - Ermitério Os Santos - Vestígios do edifício do ermitério Mirando do Douro
Fonte: ©DGPC

Francisco Santarém e Convento de São Francisco de Beja¹⁵⁷.

Ao longo do século XIV, vários acontecimentos, nomeadamente a peste negra (1347-1350), ditaram o desaparecimento de um terço da comunidade seráfica. Esta adversidade fez com que os sobreviventes fossem reagrupados nos grandes conventos. Para isso, era necessária uma reforma ou a ampliação das construções. Com a sucessão de capítulos gerais (Cahors-1337 e Lyon em 1351), a simplicidade e a singeleza que se verificava na construção dos conventos no século XII começara a ser esquecida.

O autor Espanhol *Vicente Garcia Ros* afirma que com a reforma da observância, apesar de ainda existir uma certa dicotomia em relação à localização dos ermos, assiste-se a um retorno aos ideais da ordem, salientando ainda que, na Península Ibérica, as construções posteriores a 1392 eram localizados na zona extramuros, devido ao apoio espiritual que prestavam aos fiéis, pois anteriormente a essa data confirmava-se uma forte adesão aos eremitérios¹⁵⁸.

Quando os franciscanos Observantes, que se pautavam pela humildade e simplicidade das coisas, entraram no território português, no século XIV, preferiam essencialmente contextos rurais para se fixar, optando por lugares bastante ermos. Às vezes, a escolha das implantações das suas casas recaía nas zonas junto dos vales, mas por motivo da salubridade dos edifícios, essa escolha era muitas das vezes posta em causa. Pode-se confirmar essa situação com a construção do convento Santa Maria de Jesus, Vale de Figueiras da Província de Arrábida, que foi fundado no ano de 1556, e que devido às condições de salubridade do local, foi transferido para outro sítio, no ano de 1623¹⁵⁹.

O século XV trouxe novos paradigmas da localização e construção das casas Franciscanas em Portugal e alterações nos padrões da vida conventual, o que começa a ser visível cada vez mais no modo construtivo das casas seráficas, em que a austeridade é cada vez menor, assim como a humildade e simplicidade, como era recorrente nessa ordem.

Os movimentos que ocorrem no seio da ordem Franciscana contribuíram para essa mudança de paradigmas, nomeadamente o Conventualismo ou Claustro e a Observância. Os Conventuais ou Claustrais preferiam as construções mais amplas e confortáveis. Os Observantes, ao contrário dos Claustrais, mantiveram os ideais do Fundador da Ordem, preferindo os edifícios austeros e simples. Em 1517, uma intervenção papal decretou a divisão dos Conventuais e Observantes¹⁶⁰.

Com consequência dessas divergências, apareceram vários ramos seráficos. Os capuchos, que se autoproclamavam como defensores da ideologia de São Francisco, iniciavam a vida eremítica instalando-se em pequenos edifícios afastados das povoações. No ano em que ocorreu o Concílio de Trento passaram a fundar as suas casas junto das populações, escolhendo preferencialmente locais recônditos ou fronteiros, geralmente perto de uma ermida ou capela ou ainda edificando a partir da mesma, sendo esta absorvida como parte integrante do desenho do conjunto. No entanto, ainda se verificava uma aproximação da localização dos conventos aos núcleos urbanos, para a evangelização junto da população. Porém, a ideologia da via Estrita Observância impunha o afastamento dos mesmos, preferindo-se lugares ermos, solitários e devotos, como o fundador da Ordem praticara. Todavia, era importante que os locais fossem próximos de uma linha ou ponto de água, como ribeira, rio, fonte, nascente ou outra semelhante, acreditando-se que esse era um dos pontos importantes da localização das casas seráficas para garantir a subsistência da comunidade. A arquiteta Catarina Almeida Marado,

157 TEIXEIRA, Vitor Gomes. (2010). *O movimento Observância Franciscana em Portugal (1392-1517): História, Património e Cultura de uma Experiência de Reforma Religiosa*. Porto. Centro de Estudos Franciscanos. op. cit., p. 350.

158 ROS, Vicente García. (2000) *Los Franciscanos y la Arquitectura*. Valencia. Asís, p. 22.

159 Cf. XAVIER, António Mateus. (1998). *Das Cercas dos Conventos Capuchos* (da Província da Piedade), contributo para a definição de uma política de recuperação. Évora. Relatório de Trabalho de Fim de Curso na Licenciatura em Arquitetura Paisagista pela Universidade de Évora, texto policopiado. Casa do Sul Editora, pp. 39-47.

160 Cf. TEIXEIRA, Vitor Gomes. (2010). *O movimento Observância Franciscana em Portugal (1392-1517): História, Património e Cultura de uma Experiência de Reforma Religiosa*. Porto. Centro de Estudos Franciscanos. op. cit., pp. 357-368.



Fig. 61 - Convento de Nossa Senhora da Piedade de Vila Viçosa
Fonte: ©SIPA

na sua tese, defende que a mudança da estratégia da localização destes conventos é mais evidente e declarada no que diz respeito à sua excessiva proximidade com o elemento água. No entanto, torna-se um fator de degradação dos edifícios, causadas pela insalubridade, que obrigava a que muitos dos conventos fossem transferidos para outro locais¹⁶¹.

Por outro lado, a historiadora de arte Ana Paulo Figueiredo afirma que: “...se considerarmos os aspetos planimétricos e morfológicos dos edifícios, apesar das pequenas particularidades de cada uma das Províncias dificultarem esta unificação pretendida pelos estatutos de todas elas, que idealizavam imóveis pobres, de pequenas dimensões e onde apenas surgiriam as dependências essenciais a uma vida de reflexão e de sacrifícios...”¹⁶².

Como se sabe, a via da observância no princípio da sua expansão procurava lugares isolados para implantação das suas casas, tendo optado por seguir uma vida eremítica, como estava escrito nas regras para os eremitérios, documento redigido por São Francisco. Posteriormente essa comunidade (Observantes) começou a aproximar-se das populações para junto desta proceder a evangelizações. Nota-se, no entanto, que os ideais com que esta reforma começou, com o tempo foram-se perdendo, chegando a uma solução de compromisso bem patente na via Capucha, nos seus estatutos elaborados pelas diferentes Províncias. Segundo os estatutos da Província dos Monges Arrábidos, a localização das suas casas não devia ser distante da povoação, mas também não podia ser muito junto da mesma¹⁶³. Os capuchos não queriam, apesar dos sacrifícios, abdicar da natureza, também criação de Deus. É por isso que alguns conventos se localizam em sítios de grande beleza natural, como no caso do convento da Serra de Sintra, o convento Santa Maria de Arrábida e da Caparica, lugares que por si só fazem com que um indivíduo tenha noção da sua dimensão humana¹⁶⁴.

Como já se sublinhou anteriormente, os Frades Capuchos dividiam-se no território português em cinco Províncias distintas: a Província da Piedade, a Província de Arrábida, a Província da Soledade, a Província da Conceição e a Província de Santo António. A localização da implantação das casas das províncias capuchas em Portugal está estruturada da seguinte forma: as casas da província da Conceição estão localizadas sobretudo no Norte, enquanto as províncias de Arrábida implantam as suas comunidades no centro do país; as casas das comunidades da província de Piedade circunscrevem-se entre o Alentejo e o sul do país. Em relação à província de Santo António e Soledade, as implantações das casas estão espalhadas entre o centro e o norte do território Português.

161 XAVIER, António Manuel. (2011). *Das cercas dos Conventos Capuchos*. Casa do Sul Editora. pp. 39-44; Cf. MARADO, Catarina Almeida. (2004). FERNÁNDEZ MATRÁN, M.A. (coord.) VII Congreso Internacional de Rehabilitación del Patrimonio Arquitectónico e Edificación. La Laguna, Tenerife: CICOP - Centro Internacional para la Conservación del Patrimonio, pp. 26-30.

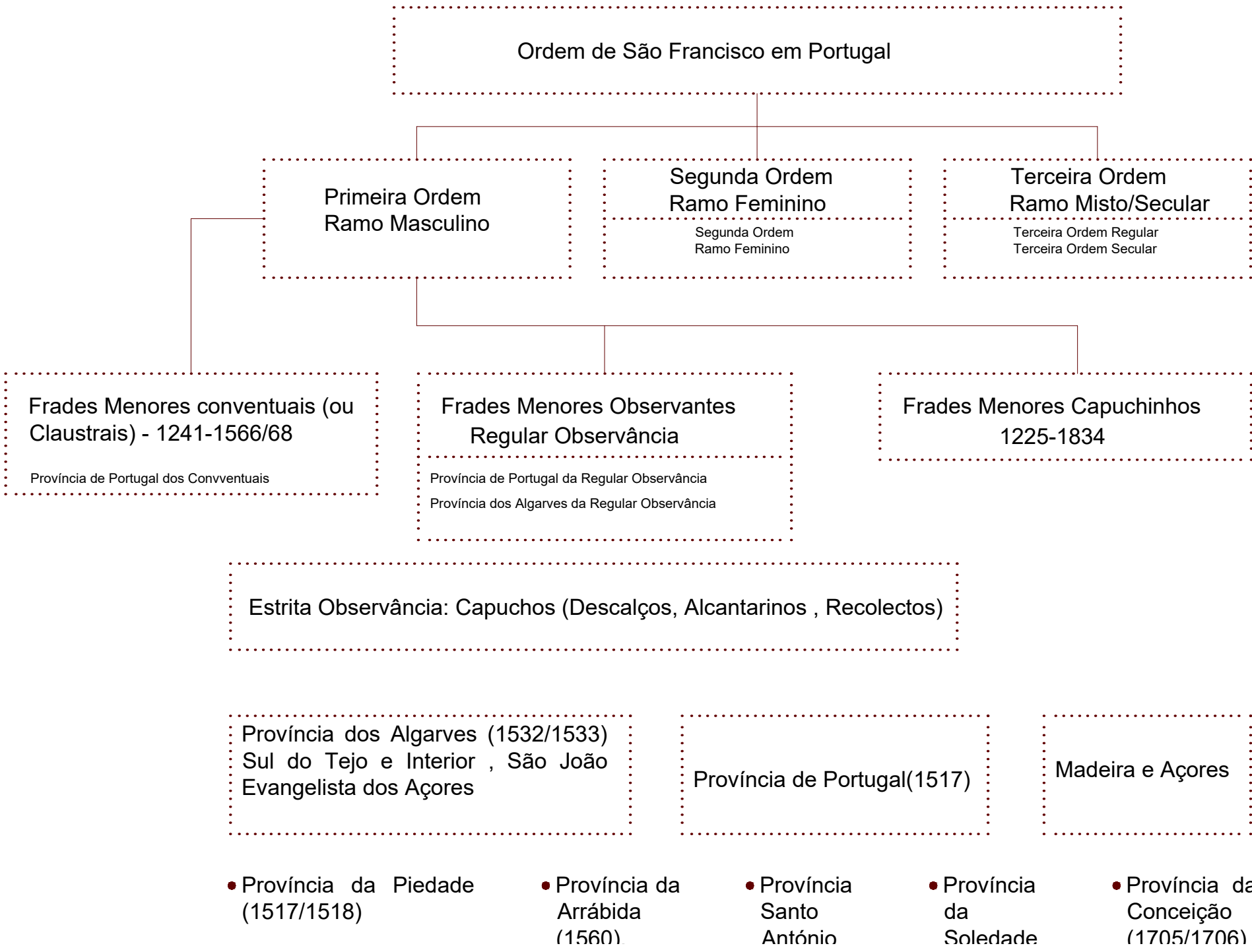
162 Cf. FIGUEIREDO, Ana Paula. (2008). *Conventos Franciscanos da Real Província da Conceição – Análise Histórica, Tipológica, Artística e Iconográfica*. vol. 1. Op. Cit. vol. 1, pp. 371-378.

163 *Estatutos da Província de Santa Maria da Arrábida. Da Mais Perfeyta Observancia do Nosso Seraphico Padre S. Francisco*. (1698). Lisboa. Officina de Miguel Deslandes, p. 78.

164 *Estatutos da Província de Santa Maria da Arrábida. Da Mais Perfeyta Observancia do Nosso Seraphico Padre S. Francisco*. (1698). Lisboa. Officina de Miguel Deslandes. p. 78; ver também: CONCEYÇÃO, Fr. Apollinario da. (1740). *Claustro Franciscano, Erecto no Dominio da Coroa Portuguesa e estabelecido sobre dezeseis venerabilissimas columnas. Expoem-se sua origem, e estado presente*. Lisboa Occidental. Offic. de Antonio Isidoro da Fonseca. pp. 45-65; FIGUEIREDO, Ana Paula. (2008). *Conventos Franciscanos da Real Província da Conceição – Análise Histórica, Tipológica, Artística e Iconográfica*. vol. 2, p. 136.

Foi do movimento da Estrita observância que surgiu a custódia de Arrábida, mais tarde transformando-se em Província. Segundo o *Mapa de Portugal Antigo e Moderno*, de Padre João Bautista de Castro, os conventos que compunham a província de Arrábida até à data de 1733 chegaram a ser 31, incluindo hospícios e enfermarias. Atualmente, através do estudo realizado pelo Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, podemos contabilizar 19 conventos, localizados maioritariamente no centro do país¹⁶⁵.

O conjunto de património arquitetónico capucho da província de Arrábida ainda existente localiza-se em zonas geográficas bem delimitadas, definindo núcleos de implantação que se podem observar no centro do País, entre Leiria, Lisboa, Santarém, Setúbal e Barreiro. Com o crescimento destas localidades, alguns conventos passaram a integrar-se na malha urbana. Todavia, ainda são visíveis as caraterísticas da implantação das casas capuchas.



165 DE CASTRO, Padre João Bautista. (1763). *Mapa de Portugal antigo, e moderno. Tomo segundo, parte III e IV*. Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno. Cap. III.

p. 56-57; ver também VIEIRA, João; LACERDA, Manuel. Coord. (2010). Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueo-

lógico. *Património Arquitetónico (Kits património, n.º 5, versão 1.0)*. IHRU, IGESPAR. Geral, Lisboa, pp. 77-81.



Fig. 62 - Porziuncula
Fonte: ©Joe adams

02.2 - Arquitetura Franciscana Capucha

Nos Primórdios da Ordem dos Frades menores, não se debatia nem sequer se levantavam questões acerca da edificações das casas da comunidade seráfica, porque não se imaginava que aquele novo “projeto” de vida simples e pobre viria a ter muitos seguidores. Para se poder viver em conformidade com esse novo modo de vida e em comunidade, São Francisco, em 1217/1220, redigiu algumas normas sobres os eremitérios onde os Frades deveriam morar. Todavia, na *Regula no Bulata* de 1221, era mencionado que não se queria nenhuma construção nova. Com a aprovação da Regra de 1223, São Francisco reforça as suas convicções e impõe a impossibilidade de apropriação de casas, que deviam ser o fruto dos seus ofícios, ou seja, os frades deviam participar na construção das mesmas¹⁶⁶.

No entanto, no testamento ditado no ano da sua morte, (a Ordem dos Frades Menores já se encontrava em grande expansão), o *Poverello* de Assis, ordena, que as construções fossem de acordo com aquilo que foram os primeiros anos da sua vida religiosa, e não naquilo que a fraternidade dos irmãos menores poderia transformar. Segundo as suas hagiografias, São Francisco teria, provavelmente, reconstruído três ermidas situadas nos arredores da sua terra natal: a ermida de *San Damiano*, onde provavelmente terá instalado Santa Clara com as suas seguidoras (Clarissas); a ermida de *San Pietro*, um pouco mais afastada da cidade; e a Porciúncula, onde viveu. Os seguidores dessa ordem reproduziram esse modelo por toda a Europa, durante a expansão da ordem, esse modo de vida, recolhendo-se em ermidas. Em Portugal, também puseram isto em prática, sendo que a maioria da comunidade medicante também começou por se instalar em ermidas¹⁶⁷.

O processo evolutivo da arquitetura franciscana é, portanto, uma consequência da sua evolução direta. Para o historiador de Arte Vicente García Ros, a “...*Ordem dos Frades Menores Produziu, uma arquitetura dos Franciscanos e não naquilo que alguns autores classificam como uma arquitetura Franciscana, acrescentou ainda que a variedade promovida pelos diferentes Movimentos e Tradições, desde a Primitiva observância, da conventualidade aos reformados e às províncias, foram fatores determinantes para a linguagem e a especificidades que as distinguem entre si...*”¹⁶⁸.

Com isso, podemos classificar essa evolução em três fases, patentes no desenvolver da arquitetura Franciscana. A primeira fase decore no período de 1209-1230, sendo denominada de fase da ausência de arquitetura. Inscreve-se naquilo que muitos autores chamam de fase eremítica, pois estes frades instalavam-se nos espaços pré-existentes. A segunda fase, compreendida entre 1230-1250, após a morte do Fundador, começou no período de estagnação dentro da via eremítica, sendo caraterizada por uma forte aproximação aos núcleos urbanos, com construção de conventos amplos, iniciando-se a criação da sua própria identidade (arquitetura Franciscana). Finalmente, a terceira fase iniciou-se no ano de 1260, com o Capítulo Geral de Narbona, quando houve uma necessidade de legislar o espírito inicial da ordem seráfica.

A humildade e a pobreza são precisamente dois dos fatores que São Francisco acreditava que deviam

166 TEIXEIRA, Vitor Gomes. (2010). *O movimento Observância Franciscana em Portugal (1392-1517): História, Património e Cultura de uma Experiência de Reforma Religiosa*. Porto. Centro de Estudos Franciscanos. op. cit., pp. 344-348.

167 TEIXEIRA, Vitor Gomes. (2010). *O movimento Observância Franciscana em Portugal (1392-1517): História, Património e Cultura de uma Experiência de Reforma Religiosa*. Porto. Centro de Estudos Franciscanos. op. cit. pp. 344-348; Cf. MARADO, Catarina Almeida. (2018). *Arquitetura conventual e cidade medieval: a formação e os impactos dos sistemas urbanísticos mendicantes em Portugal (séc. XIII-XV)*. Imprensa da Universidade de Coimbr, p. 127.

168 ROS, Vicente García. *Los Franciscanos y la Arquitectura*. Valencia. Asís. p. 22; Cf. FIGUEIREDO, Ana Paula. (2008). *Conventos Franciscanos da Real Provincia da Conceição – Análise Histórica, Tipológica, Artística e Iconográfica* VOL. 1. Op. Cit., pp. 347-350.

reger a vida eremítica. Essas duas grandes virtudes franciscanas foram importantes no diálogo com a arquitetura medieval, pois havia sempre uma preocupação com a simplicidades e a pobreza na construção das suas casas.

A construção dos conventos de raiz fez com que as ermidas fossem substituídas pelas igrejas conventuais. O historiador José Mattoso afirma que “...*apenas começaram a transformação dos seus edifícios na segunda metade desse decénio..*”, tendo atribuído esse período entre 1245 e 1266 como “...*aquele que os Franciscanos efetuaram as primeiras construções nas cidades, referindo que na fase seguinte, que decorre entre 1266 e 1286, os frades constroem ativamente..*”. Por sua vez Catarina Villamariz na sua tese aponta a data de 1240 para a “...*passagem de pequenos oratórios para construções de grandes dimensões...*”¹⁶⁹.

Com a via da observância, surgem edifícios mais contidos, os quais iriam adotar linhas severas, com a arquitetura recoleta e capucha, onde apenas o indispensável era admitido e a Regra era cumprida de forma extrema. Esta arquitetura individualizava-se relativamente às construções claustrais, resultando em edifícios de menores dimensões e sem ostentação decorativa. No seu texto, São Francisco recomendava que os frades se coibissem “...*de receber, por qualquer modo igrejas moradas ou outras quaisquer coisas para eles seja edificada se não forem conformes com a santa pobreza que na Regra prometemos; e nelas se hospedem sempre como peregrinos e estrangeiros...*”¹⁷⁰.

No decorrer dos séculos XVII-XVIII, assistimos ao advento de construção de uma nova linguagem arquitetónica, que vários cronistas consideraram de arquitetura capucha. Na perspetiva de Vítor Joaquim Fialho Medianas¹⁷¹, estas tipologias arquitetónicas eram definidas através de normas construtivas específicas apontadas nos estatutos das várias províncias Capuchas. Algumas províncias continham informações parcas no que toca à construção dos conventos. Dá-se especial relevo à Província de Arrábida, para a qual as normas construtivas são bastante precisas relativamente ao modo de execução dos seus edifícios. Muitos autores acreditam que São Pedro de Alcântara foi o grande responsável pela especificação das medidas e materialidade na redação dos estatutos, graças à sua influência espanhola. Segundo João Viera e Manuel Lacerda, a arquitetura carateriza-se pela forte relação com a natureza: “... *este contacto visual com a natureza era fundamental na formação religiosa dos frades estando bastante explícita na regra de São Francisco...*”¹⁷².

O desenvolvimento dessa linguagem arquitetónica evidencia a ideologia dos franciscanos capuchos, cujos valores de simplicidade, pobreza e humildade sobressaíam, visíveis nas linhas artísticas dominantes, na construção espacial, nas dimensões, nos métodos e materiais construtivos e na sua decoração interior e exterior, o que torna este convento único em relação a outras casas religiosas, pelo despojamento e falta de ornamentação¹⁷³.

169	MATTOSO, José. op. cit. O enquadramento social e económico das primeiras fundações franciscanas. p. 250; Cf. VILLAMARIZ, Catarina. A arquitetura religiosa gótica em Portugal no século XIV: o tempo dos experimentalismos. op. cit., p.165.
170	Testamento de São Francisco, 1982, p. 181; Cf. FIGUEIREDO, Ana Paula. (2008). Conventos Franciscanos da Real Província da Conceição – Análise Histórica, Tipológica, Artística e Iconográfica. vol. 1, p. 108.
171	Segundo Vítor Medinas “Esta tipologia arquitetónica era definida através de regras construtivas específicas, apontadas nos estatutos das várias províncias capuchas, cujas normas eram bastante precisas relativamente à forma como se deviam estruturar. [...] Não eram mais os eremitérios solitários de antanho, mas conventos integrados na vivência urbana, com igreja e áreas comunitárias adequadas, desde o refeitório aos dormitórios de celas, ao claustro, às hortas e jardim, cemitério, cerca, etc” MEDINAS, Victor Joaquim Fialho (1994). A Arquitectura capucha da província da Piedade. Lisboa: UNL, dissertação em mestrado em História de Arte, pág. p.36; AMORIM, M.A.F. (2011) A missionação francscana no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1622-1750): agentes, estrutura e dinâmica. Tese (Doutorado em História) — Universidade de Lisboa. Lisboa, p. 164.
172	VIEIRA, João; LACERDA, Manuel. Coord. (2010). Instituto da Habitação e Reabillitação Urbana, Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico. Património Arquitetónico (<i>Kits património, nº 5, versão 1.0</i>). IHRU, IGESPAR. Geral, Lisboa. op. cit., p.12.
173	FIGUEIREDO, Ana Paula. (2008). <i>Conventos Franciscanos da Real Província da Conceição – Análise Histórica, Tipológica, Artística e Iconográfica</i> . p.108.

De uma maneira geral, pode-se afirmar que a arquitetura chã ou o gótico Chão, foi aceite pelas Ordens Seráficas, nascidas na era quinhentista. Durante o reinado de D. João III, começa-se a notar algumas mudanças e a busca da clareza, a ordem a proporção e simplicidade do estilo Chão. Segundo Vítor Gomes Teixeira, a arquitetura dita Observante, porque foi desenvolvida por este ramo franciscano, enquadrava-se cronologicamente e estilisticamente no Gótico, principalmente no chamado mendicante, ou numa redução epocal mais exata, no estilo de “Avis”, que não mereceu qualquer estudo até à atualidade. Na verdade, quase nada resta, pelo menos da fase eremítica, porque a fase conventual, a partir da segunda metade do século XV, anuncia já, por vezes, programas góticos ou tardo-Gótico do ponto de vista construtivo, que dá origem ao que tradicionalmente se chama de estilo Manuelino. O Gótico Chão das ermidas pobres, pouco refulgente e contido na simplicidade e autoridade eremíticas, será a imagem da via Observância inicial. Atualmente, torna-se bastante difícil identificar esse estilo no património religioso, pois veio a ser alterado pelo Renascimento e pelo Barroco, no património religioso¹⁷⁴.

A tipologia monástico-conventual comum naquela época era composta por três elementos: igreja, dependências e horta. Este modelo era concebido para ser implantado em locais isolados, não criando conexões com o espaço envolvente. Trata-se de uma estrutura arquitetónica encerrada sobre si mesma, sendo que o único elemento que contactava o exterior era a igreja, todos os outros espaços ficando resguardados no interior dos muros da cerca, sem nenhuma ligação com o mundo exterior¹⁷⁵.

Em relação à tipologia da Igreja¹⁷⁶, Victor Joaquim Fialho Medinas afirma que as plantas das igrejas capuchas eram compostas maioritariamente por dois quadrados, sobrepondo-se a um retângulo da capela mor, cujo lado maior corresponde, aproximadamente, à medida da largura da Nave. Acrescenta ainda que em algumas igrejas se verifica um falso transepto, marcado por pequenas reentrâncias, que por vezes tinham a função de evidenciar os altares laterais. Para o autor, o desejado seria que as Igrejas apresentassem três altares: um principal e dois laterais¹⁷⁷.

Deste modo, pode afirmar-se que alguns conventos da Província de Arrábida apresentavam uma linha arquitetónica influenciada, sobretudo pelos frades vindos de Espanha. Paralelamente, alguns conventos são influenciados pelo local de implantação, sendo que muitos autores defendem que não se lhes pode atribuir um estilo único, pois a sua construção passou por diversas gerações e campanhas de obras. No entanto, é bem patente nos seus conventos estilos como o Manuelino, o estilo Chã ou Chão, ou o Gótico Chão (simples e popular).

Victor Joaquim Fialho Medinas afirma que houve uma grande evolução da “massa volumétrica” no conjunto dos conventos da Província de Arrábida, desde a construção considerada mais pobre até àquela com uma volumetria de grande verticalidade/horizontalidade. São exemplos o Convento da Arrábida e Convento Capucho de Sintra, em comparação com o Convento São Pedro de Alcântara e Convento Santo António de Mafra¹⁷⁸. Nestes exemplos, pode notar-se as grandes evoluções que a arquitetura da Província de Arrábida apresentou, desde a fundação da custódia até ao século XVIII, em que já se pode constatar que a arquitetura eremítica eleita no início desta Reforma já não era posta em prática, começando a haver adaptações que provocaram desvios nas normas das construções dos ermitérios.

174	TEIXEIRA, Vitor Gomes. (2010). <i>O movimento Observância Franciscana em Portugal (1392-1517): História, Património e Cultura de uma Experiência de Reforma Religiosa</i> . Porto. Centro de Estudos Franciscanos. op. cit., pp. 357-360.
175	MARADO, Catarina Almeida. (2018). <i>Arquitetura conventual e cidade medieval: a formação e os impactos dos sistemas urbanísticos mendicantes em Portugal (séc. XIII-XV)</i> . Imprensa da Universidade de Coimbra, p.147.
176	FIGUEIREDO, Ana Paula. (2008). <i>Conventos Franciscanos da Real Província da Conceição – Análise Histórica, Tipológica, Artística e Iconográfica</i> . vol. 1. 146 Para Autora Ana Paula <i>Figueiredo “A tipologia simplificada do templo, reduzida ao mínimo, constituindo uma igreja caixa, característica do Estilo Chão e da arquitetura portuguesa dos séculos XVII e XVIII, correspondia à simplicidade que as Províncias Capuchas demandavam, conseguindo-se adaptar às suas necessidades e ideais de pobreza e despojamento.”</i>
177	MEDINAS, Victor Joaquim Fialho (1994). <i>A Arquitectura capucha da província da Piedade</i> . Lisboa: UNL, dissertação em mestrado em História de Arte, pág.57,58.
178	MEDINAS, Victor Joaquim Fialho. (1994). <i>A Arquitectura capucha da província da Piedade</i> . Lisboa: UNL, dissertação em mestrado em História de Arte, pág.57.

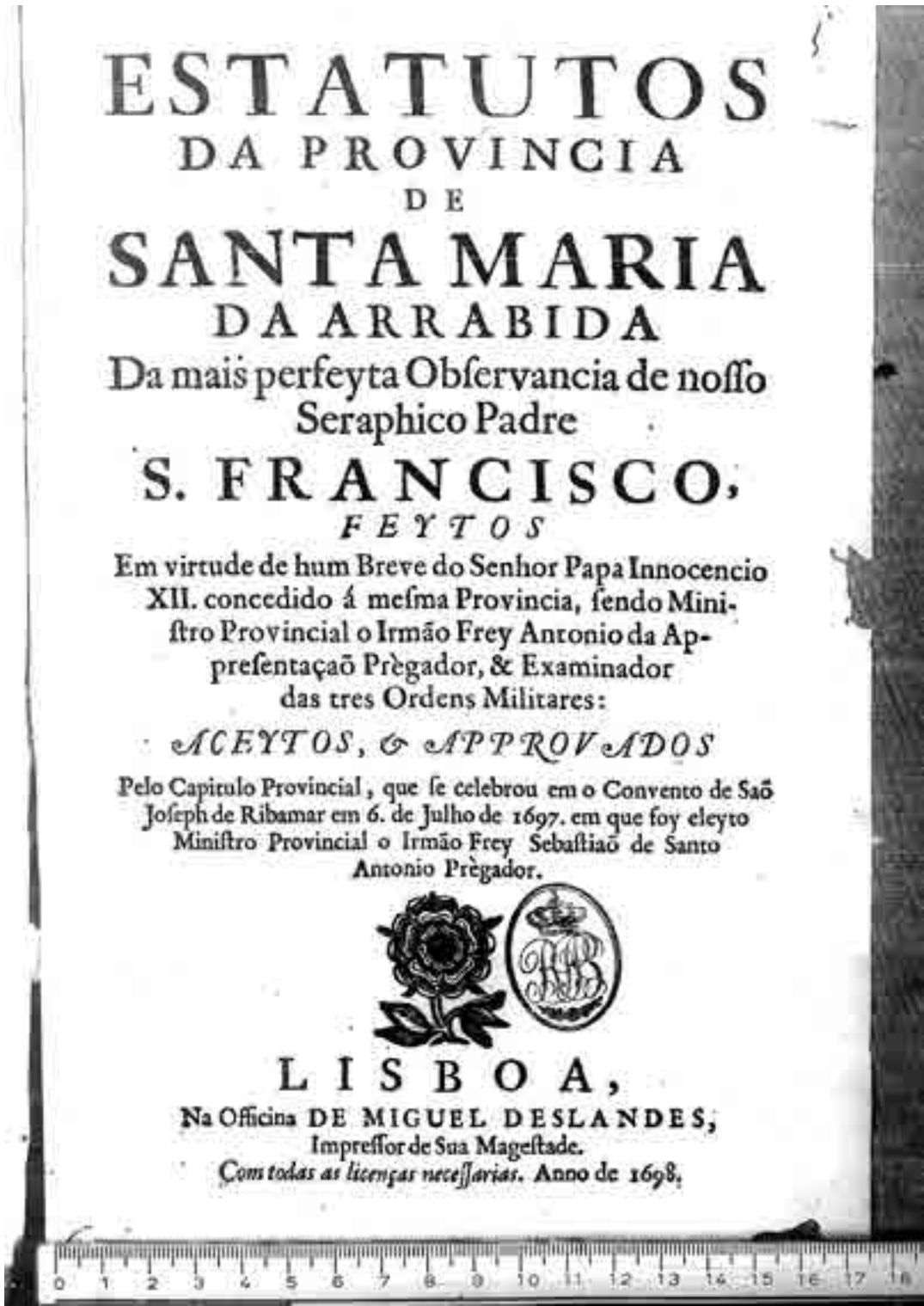


Fig. 63 - Estatutos da Provincia de Santa Maria da Arrabida
Fonte: ©BNP Microfilme Cota F.G. 271

Estatutos; Processos Construtivos e Materialidade

No decorrer da expansão da ordem Seráfica Franciscana, foram definidos regras e estatutos que regiam a vivência da comunidade dos Frades Menores. Os estatutos provinciais Franciscanos, concebidos nos capítulos provinciais, eram adaptações dos estatutos gerais da Ordem, inspirados nas Primeiras Regras escritas pelo Fundador da Ordem dos Frades Menores.

Os estatutos são compostos por um conjunto de normas e esclarecimentos repartidos em capítulos e versam sobre vários assuntos que regem a organização, a disciplina e funcionamento das províncias. Os estatutos das cinco províncias capuchas ou da mais Estrita Observância são muito semelhantes entre si, na estrutura e no conteúdo. Em comparação com os estatutos da Província de Portugal da Regular Observância, eram considerados maiores, mais abrangentes e mais detalhados. Porém, de todos os estatutos da Província Capucha, há um maior destaque para os da Província de Arrábida, aprovados no ano de 1698. Alguns autores afirmam que estes estatutos eram os mais detalhados, no que diz respeito às regras de localização e construção das suas casas.

Nos primeiros tempos do ramo capucho, os Frades Capuchos defendiam aquilo que eram as ideologias do fundador da Ordem: a prática da vida eremítica e a preferência por locais isolados. Estas ideologias estão patentes nos estatutos da província de Arrábida, onde se encontram as seguintes palavras: “...os religiosos deviam morar em pobres e humildes casa...” que o fundador “...instrói, e manda que as igrejas e casa que para nós se edificarem em nenhuma maneira se recebam senão forem conforme à pobreza, que professamos...”¹⁷⁹.

Para alguns cronistas, a redação dos estatutos da Província da Arrábida só foi possível graças a São Pedro de Alcântara e a João de Águila, que ajudaram Fr. Martinho de Santa Maria na elaboração dos estatutos escritos por ele mesmo, e na sua perspectiva os conventos deviam ou devem ser feitos em adobe de madeira tosca, exceto as igrejas e sacristia, sem outro adorno em tela ou seda. O coro seria para oração, as celas teriam que ser pobres e sem qualquer ornamentação, sendo locais para os frades dormirem sobre uma cortiça ou esteira, tendo direito a uma ou duas, consoante os meses e estações¹⁸⁰.

Os estatutos da Província de Santa Maria de Arrábida só foram aprovados a 6 de julho de 1698. As normas estabelecidas no estatuto regiam a vida da comunidade Arrábida no seu conjunto, assim como estabeleciam normas para a construção dos conventos¹⁸¹.

O livro dos estatutos da Província de Santa Maria da Arrábida possui, ao todo, 77 Capítulos, estando organizado da seguinte forma: do primeiro Capítulo ao terceiro refere-se a receção dos noviços¹⁸² até aos votos prestados; nos capítulos seguintes, temos as normas segundo as quais os frades deveriam organizar as orações, jejuns, missas, e livros e livrarias; os capítulos 25 a 29 descrevem as vestes e os calçados, as normas das celas e ornamentos, a organização dos refeitórios, as casas dos hóspedes e as enfermarias.

Relativamente à especificação das regras de implantações das casas das comunidades dos frades arrábidos, a mesma só é referida no capítulo 40, que se debruça sobre as “casas recoletas”, onde são especificadas as dimensões pelas quais se deveria reger a construção dos conventos. O estatuto

179 Estatutos da Provincia de Santa Maria da Arrábida. Da Mais Perfeyta Observancia do Nosso Seraphico Padre S. Francisco. (1698). Lisboa. Officina de Miguel Deslandes, p.77. Cf. FIGUEIREDO, Ana Paula. (2008). Conventos Franciscanos da Real Provincia da Conceição – Análise Histórica, Tipológica, Artística e Iconográfica, pp. 110-136.

180 ABREU, Carlos. Dir. (1996). I-II Seminário. O Franciscanismo em Portugal. Actas. In GONÇALVES, Manuel Pereira. Os Franciscanos em Portugal, p. 265.

Segundo a O.F.M “Terá sido o próprio S. Pedro de Alcântara quem, instalando-se na Arrábida em 1541, instituiu estatutos baseados nos que havia estabelecido em 1540 para a Província espanhola de S. Gabriel, e nos quais se designavam medidas para as várias dependências assim como o modo em que se deveriam fazer” (O.F.M., 1698: p. 77-78).

181 ABREU, Carlos. dir. (1996). I-II Seminário. O Franciscanismo em Portugal. Actas. In GONÇALVES, Manuel Pereira. Os Franciscanos em Portugal, p. 304.

182 Noviços – Candidatos À Ordem depois de Tomarem o Hábito.

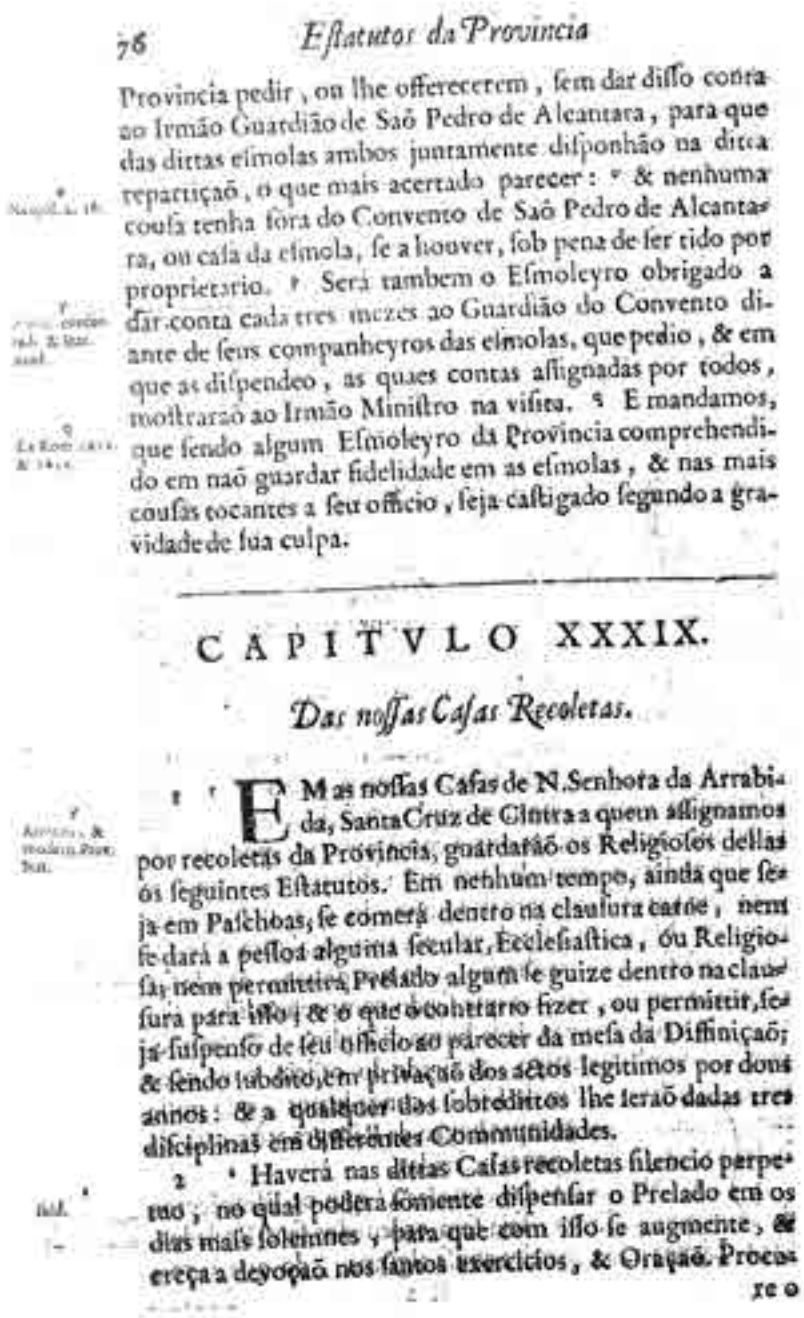
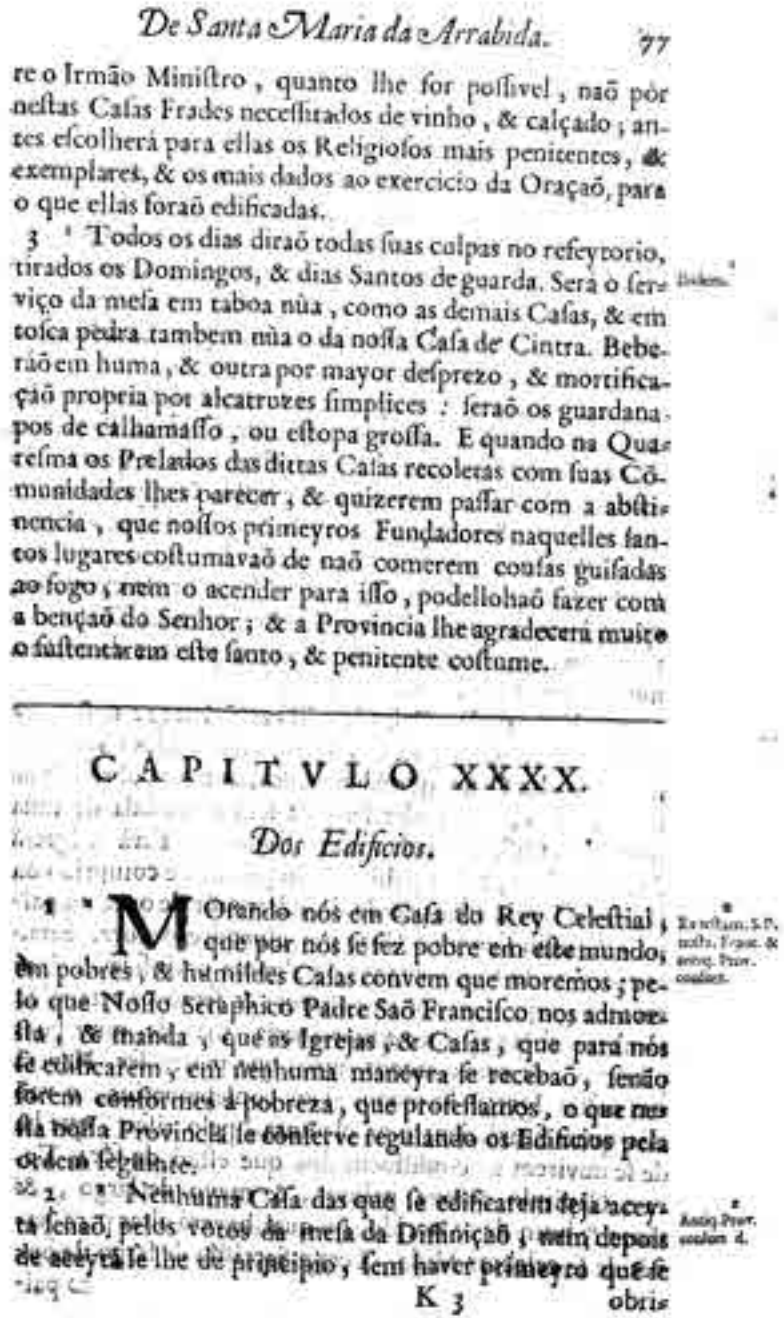


Fig. 64 - Estatutos da Provincia de Santa Maria da Arrábida
Fonte: ©BNP Microfilme Cota F.G. 271



termina com o Capítulo 77, que fala sobre a “Guarda dos estatuídos”.

O Capítulo XXXX começa a relatar de que modo deveriam ser as casas onde os frades moravam, especificando a localização ideal para se erguer as mesmas, e as medidas com que deviria basear para a traça dos conventos.

Segundos os estatutos, a “...traça para qualquer convento mandará o irmão ministro fazer pelo modelo da casa Provincia mais reformada e ajustada ao nosso modo, a qual se não dará à execução, senão depois de vista e aprovada pelos mestres e arquitetos assim dentro como de fóra da provincia que melhor a entenderem: o que foi feita se escolherá pela mesa da definição um frade exemplar, eu da matéria entenda, o qual da traça, qual lhe for entregue, não mude cousa alguma, sem parecer da mesma mesa sob pena das duas disciplinas. Onde se requeem que “(...) as nossas casas se edificarão sempre não muy distantes dos povos nem muyto junto a elles...”¹⁸³.

Num longo capítulo relativo à construção e arquitetura, o autor escreve as seguintes linhas: “...os matérias deve ser pobres e dos mínimos custos (...) os conventos deviam ser de matérias de adobe e as madeiras toscas exceto as igrejas (...) Terá a Igreja de largo vinte, e seis palmos, não passará de comprido da porta da Igreja até a parede do Altar mór de outenta palmos, ficando sempre o Coro por alpendre de fóra (...) Haverá na Igreja sómente três altares (...). Haverá nas nossas Igrejas ao menos dous confessionários (...). Terá sacristia de largo desouto palmos (...) e de comprido o mesmo, (...) será o vão do claustro proporcionado a seus corredores, os quaes terão de largo sete palmos. A altura de todas as casas terreas não passará de doze palmos até os frechâes, a madeyra dos quaes será toda tosca e sómente limpa quanto baste para a assentar. O refeytorio não passará na largura de desouto palmos, e terá de comprido vinte (...) A cozinha terá a largura do refeitorio ficando no mesmo lanço, e de comprimento lhe darão quinze palmos, fazendo-se a chaminé, e lavatório na mesma largura; porém se se fizer fóra, terá vinte palmos, com a chaminé, e lavatorio. A portaria/pataria terá a mesma largura do refeytorio, e de comprido quatorze palmos. (...). Haverá no dormitorio dezassete até desouto cellas, cada huma das quaes terá de comprido dez palmos folgados, e de largo até nove; as portas terão de largo dous palmos, e meyo. O corredor do dormitorio terá de largo cinco até seis palmos, e a mesma largura terá a escada, se a tiver. Haverá em cada hum dos nossos conventos duas casas lançadas fóra da quadra do dormitorio, huma para livreria, outra para hospedaria: terão as taes casas vinte palmos de comprido, será a largura a da quadra para que fiquem mais perfeitass...”¹⁸⁴.

Apesar dessas especificações serem sensíveis à simplicidade, austeridade e ao despojamento, nem sempre se seguiam estas normas, como podemos ver em vários conventos da Provincia de Arrábida, nomeadamente na casa mãe, o convento de São Pedro de Alcântara, que revela que o modo capucho não era uniforme e possuía várias especificidades, ainda que se tentasse que os aspetos planimétricos e estruturais fossem homogéneos¹⁸⁵.

¹⁸³ Estatutos da Provincia de Santa Maria da Arrábida. Da Mais Perfeyta Observancia do Nosso Seraphico Padre S. Francisco. (1698). Lisboa. Officina de Miguel Deslandes, p. 78.

¹⁸⁴ Estatutos da Provincia de Santa Maria da Arrábida. Da Mais Perfeyta Observancia do Nosso Seraphico Padre S. Francisco. (1698). Lisboa. Officina de Miguel Deslandes, p. 78-79.

¹⁸⁵ Estatutos da Provincia de Santa Maria da Arrábida. Da Mais Perfeyta Observancia do Nosso Seraphico Padre S. Francisco. (1698). Lisboa. Officina de Miguel Deslandes, p. 78-79.

02.3 - Convento da Nossa Senhora da Serra da Arrábida 1542-1834



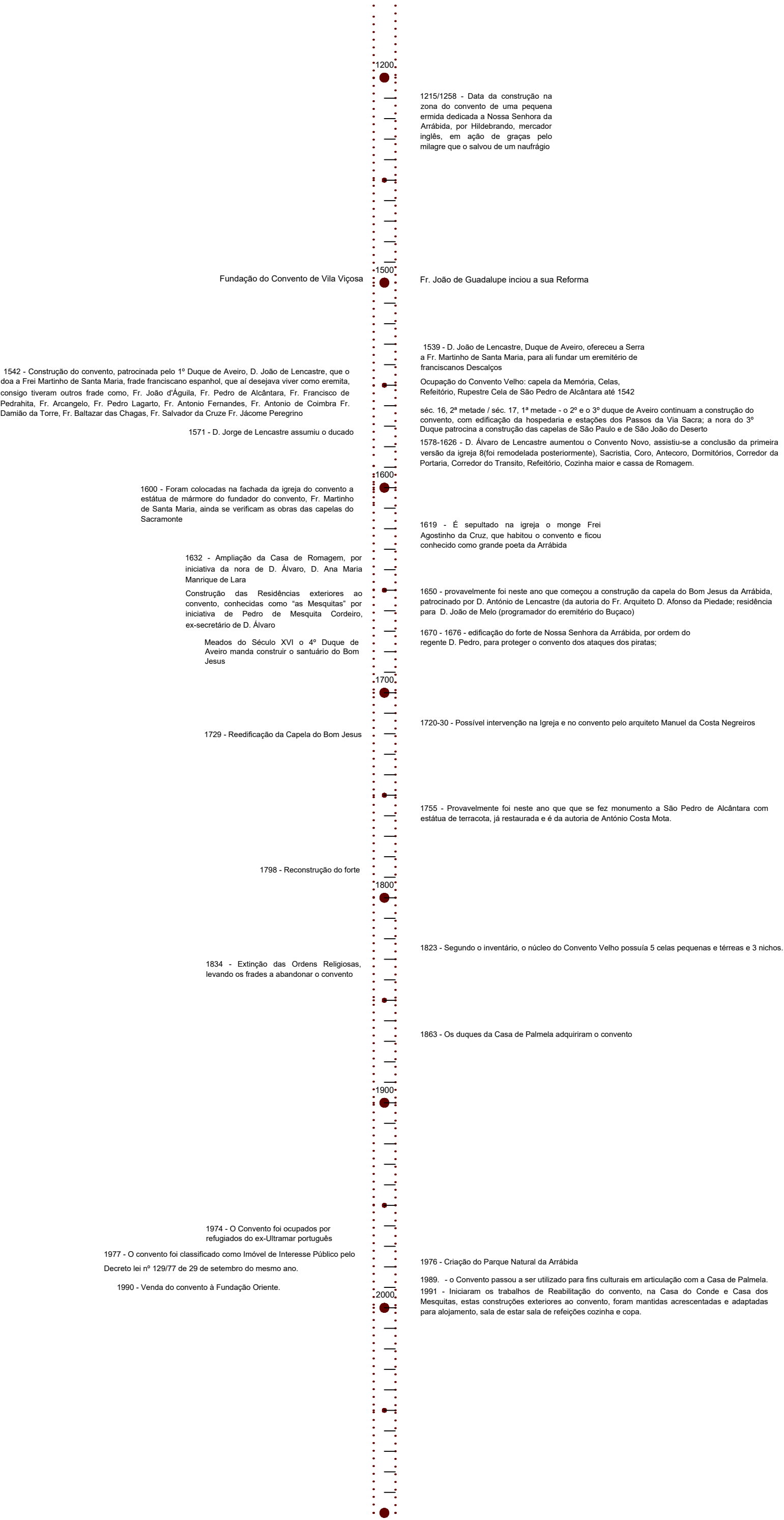




Fig. 65 - Convento da Arrábida, Serra da Arrábida, Setúbal, Portugal
Fonte: ©Mário Novais

Convento da Nossa Senhora da Serra da Arrábida 1542-1834

A construção do convento da Nossa Senhora da Arrábida foi um processo muito moroso, que se desenvolveu de 1539 até à sua extinção, em 1834. Originou ao longo dos tempos um complexo conventual com uma estrutura arquitetónica pouco linear, facto que lhe confere um carácter verdadeiramente original, e que faz com que seja, segundo Dulce Perestrelo, na sua obra de 1952 o *“único em Portugal e talvez até no mundo”*¹⁸⁶. Iremos abordar alguns aspetos da evolução construtiva tanto no convento velho como no convento Novo da Arrábida. Serão expostos também os contextos histórico, geográficos e religiosos que irão enquadrar da melhor forma este edifício no tempo e no espaço.

Para uma melhor compreensão das origens do convento de Santa Maria da Arrábida, que vai desde a instalação dos franciscanos neste lugar, século XV, até ao século XIX, iremos relatar um acontecimento do século XII, que se tornou um marco na história da fundação do Convento na Serra da Arrábida.

Segundo as lendas, antes da fundação do convento, existia na Serra, uma Ermida dedicada a Nossa Senhora da Arrábida. A origem desta ermida encontra-se ligada a uma lenda que conta que, por volta do ano de 1215 um mercador Inglês, chamado *Haildebrant*, que passava ao pé do Cabo de Espichel, no decurso de uma grande tempestade, pediu auxílio a Nossa Senhora da Arrábida. Tendo sido concedida ajuda ao mercador, este decidiu construir uma Ermida consagrada a Nossa Senhora da Arrábida¹⁸⁷. Esta lenda foi relatada por vários autores, nomeadamente na crónica da própria Ordem, em é associada à fundação do convento, em cumprimento de uma promessa. Inicialmente, a ermida servia de culto, mas anos mais tarde serviu de lugar de origem do Convento da Arrábida¹⁸⁸.

Apesar de esta narração constituir uma lenda, estamos perante alguns elementos verídicos, pois segundo o Cronista da Ordem, Frei António da Piedade, em 1539, um Frade natural de Cartagena de Levante,¹⁸⁹ vindo de Espanha, instalou-se neste lugar para iniciar uma nova reforma Franciscana, e neste ano já existia uma ermida, a ermida da Memória, dedicada ao culto da nossa Senhora da Arrábida. Segunda a lenda, foi edificado em cumprimento de uma promessa. Segundo Paulo Pereira, foi precisamente neste local que foi edificada a ermida da Memória, que Frei Martinho de Santa Maria escolheu como local para erguer as primeiras construções do convento da Nossa Senhora de arrábida¹⁹⁰.

Em contexto geográfico, o Convento da Arrábida foi construído no meio da serra, a uma distância de 6 km de Azeitão e a 3 km da praia. Encontra-se num território geográfico que se estende de Palmela até ao Cabo de Espichel. Segundo o geógrafo português Orlando Ribeiro, este local possui um relevo variável, constituído, principalmente, por um terreno desnivelado inóspito e de difícil acesso, devido às cristas da serra aos grandes penedos e bosques impenetráveis¹⁹¹.

Muitos autores questionaram a razão da escolha de um local tão difícil de acesso, pois, como se sabe, os princípios franciscanos indicavam locais isolados e afastados da população. Se forem analisadas as implantações das casas das Comunidades dos Frades Menores, percebemos que, inicialmente, os conventos franciscanos eram edificados longe das populações, e com a evolução da ordem, já se notava

186 *Estatutos da Província de Santa Maria da Arrábida. Da Mais Perfeyta Observancia do Nosso Seraphico Padre S. Francisco.* (1698). Lisboa. Officina de Miguel Deslandes, p. 78-79.

187 *Estatutos da Provincia de Santa Maria da Arrábida. Da Mais Perfeyta Observancia do Nosso Seraphico Padre S. Francisco.* (1698). Lisboa. Officina de Miguel Deslandes, p. 78-79.

188 *Estatutos da Provincia de Santa Maria da Arrábida. Da Mais Perfeyta Observancia do Nosso Seraphico Padre S. Francisco.* (1698). Lisboa. Officina de Miguel Deslandes, p. 78-79.

189 CASTRO, João Bautista de. (MDCCCLXX). MAPPA DE PORTUGAL ANTIGO E MODERNO. 3ª Edição revista e accrescentada por Manoel Bernardes Branco. Lisboa.

190 PEREIRA, Paulo (2006) - Convento da Arrábida : a porta do céu. [Lisboa] : Fundação Oriente, pp. 17

191 RIBEIRO, Orlando. (2004) A arrábida. Esboço geográfico. Lisboa. Fundação Oriente



Fig. 66 - **Vista Geral do Antigo Convento de Santa Maria da Arrábida**
Fonte: ©Eduardo Bote

uma aproximação gradual à população¹⁹².

Contudo, alguns autores respondem à questão da localização do convento com o episódio de encontro entre Frei Martinho de Santa Maria e D. João de Lencastre, o 1º duque de Aveiro, que teve lugar no Santuário da Nossa Senhora de Guadalupe, em Espanha, nos finais do ano 1538 e inícios do ano 1539¹⁹³. Nesse encontro no santuário, Frei Martinho de Santa Maria confessou ao Duque de Aveiro que tinha um desejo de se dedicar à prática da vida eremítica. Segundo a autora Ana Assis Pacheco, depois de ouvir atentamente o desejo do Frei Martinho de Santa Maria, o Duque decidiu oferece-lhe as “terras” que tinha na Serra de Arrábida¹⁹⁴.

Segundo o cronista da Ordem, o Duque de Aveiro redigiu uma carta ao padre geral da ordem pedindo autorização para a vinda de Frei Martinho para Portugal, para que pudesse pôr em prática a sua devoção na Serra de Arrábida, (nas palavras da autora Dulce Perrestrello,¹⁹⁵ foi no dia 23 de fevereiro de 1539). No dia 5 de abril de 1539, Frei Vicente Lunel respondeu ao Duque, dando a autorização solicitada. Tendo obtido a licença, Frei Martinho partiu, juntamente com alguns religiosos da mesma Província, para Portugal, onde, durante alguns dias, ficou hospedado, na casa do Duque em Azeitão¹⁹⁶.

No contexto religioso, a fundação e a construção das instalações do Convento assentaram em fórmulas rígidas de privações, que se refletiam em todos os aspetos da vida espiritual e habitacional dessa Comunidade Religiosa, dando origem a um espaço claustral, “quase sem nada”, e pouco acessível à população. Para uma melhor compreensão das particularidades da vida repleta de privações a todos os níveis que os frades arrábidos impunham neste espaço da Serra da Arrábida durante o século XVI-XVIII, e que mais tarde alastrou para outros lugares que integravam na província da Arrábida que foi criada anos mais tarde, faremos um breve enquadramento religioso da edificação do convento.

O ponto de partida do processo de edificação do convento está subjacente à mensagem do criador da ordem dos Frades Menores, a mensagem concebida por São Francisco de Assis desde o século XIII, quando decidiu renunciar à vida mundana para viver de forma austera e penitente. Neste sentido, podemos confirmar essa austeridade na dita *regula bulata*, aprovada pela bula do Papa Honório III, no ano de 1223, sendo que a regra diz para que “...nada tenham seu, nem casa, nem lugar, nem coisa alguma...”¹⁹⁷. Deste modo, vemos que a pobreza residia no ideal dos franciscanos.

No entanto, com o passar dos anos, essa prática instituída por São Francisco começou a tomar vários rumos e a ganhar outras expressões. A regra franciscana que diz respeito ao compromisso da vida em austeridade era aplicada segundo o modo como eram interpretadas por cada comunidade.

Essa tendência de desvio ao ideal puro primitivo estabelecidos pelo fundador observou-se de forma geral no seio de vários grupos religiosos. Esse fenómeno deu origem, na Europa, nos séculos XIV-XV, à chamada “crise da cristandade”, quando nasceram novos movimentos religiosos que procuravam

192 PEREIRA, Paulo (2006) - Convento da Arrábida: a porta do céu. [Lisboa] : Fundação Oriente, pp. 14 “Porque é que, num dia quaisquer, uns frades excêntricos, escolheram aquele local e não qualquer outro semelhante, parecido, igualzinho, um pouco mais adiante ou um pouco mais atrás?”

193 GONÇALVES, Manuel Pereira (1996) – História de alguns conventos da Província da Arrábida. In: I-II Seminário. O Franciscanismo em Portugal: actas. [Lisboa]: Fundação Oriente. p. 301- 330 ver PERESTRELLO. Dulce. (1952). A SERRA da Arrábida e o seu Convento. Lisboa: Gráfica Santelmo, pp. 64.

194 PACHECO, Ana Ruela Ramos de Assis. (2013). Construção de um Mundo Interior. Arquitectura franciscana em Portugal, Índia e Brasil (sécs. XVI-XVII). Tese de doutoramento em Arquitetura, na especialidade de Teoria e História da Arquitetura, apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, p. 181.

195 PERESTRELLO. Dulce. (1952). A SERRA da Arrábida e o seu Convento. Lisboa: Gráfica Santelmo, p. 29

196 GONÇALVES, Manuel Pereira (1996) – História de alguns conventos da Província da Arrábida. In: I-II Seminário. O Franciscanismo em Portugal: actas. [Lisboa]: Fundação Oriente, p. 302

197 FRANCISCO DE ASSIS, São (2001) *Escritos*. Braga: Editorial Franciscana, p. 177



Fig. 67 - Capela - Convento de Santa Maria da Arrábida
Fonte: ©Eduardo Bote

restabelecer os ideais primitivos que eram praticados¹⁹⁸. Foi nesta altura que assistimos ao início de novas vivências religiosas de novos movimentos eremíticos, que foram originando novas reformas, como uma manifestação em busca pela perfeição e o regresso às origens da regra primitiva. Nas palavras da autora Dulce Perrestrello, “...notava-se no seu tempo uma forte tendência para regressar aos primitivos rigores da Ordem Franciscana...”¹⁹⁹. É sobretudo neste espírito que São Martinho de Santa Maria desejava reacender os ideais franciscanos que com o passar do tempo se haviam perdido, já não se praticando com intensidade a regra determinada pelo fundador da Ordem.

Foi neste contexto de reforma Franciscana, na procura do caminho certo de regresso às origens franciscanas, que na serra da Arrábida os Frades arrábidos abraçaram os fundamentos da Pobreza e da austeridade para criar uma comunidade. Entre os grupos religiosos que defendiam uma vivência mais rigorosa da pobreza desprovida de qualquer atributo que pudesse suavizar a vida dos mesmos, foi a comunidade da Serra da Arrábida que mais insistiu no cumprimento da regra, que diz “..em nada ter, nada possuir...”²⁰⁰.

Com base nestas premissas, Frei Martinho e os seus companheiros iniciaram, em 1539, a edificação do Convento Velho de Nossa Senhora da Arrábida. O Cronista da Ordem relata-nos que depois de ter recebido a autorização, o Duque de Aveiro e Frei Martinho de Santa Maria partiram, no dia 29 de setembro do mesmo ano (1539) para a Serra de Arrábida. Consta também que foi neste dia que se celebrou o cumprimento da promessa que D. João de Lencastre fez ao Frei no Santuário da Nossa Senhora de Guadalupe em Espanha, com a entrega da ermida da nossa Senhora da Arrábida²⁰¹. O Duque também ordenou que construíssem quatro celas para Frei Martinho e seus companheiros, tarefa na qual os frades participaram. As celas eram tão baixas e estreitas que chegavam a ser comparadas com sepulturas. Essas celas eram escavadas nas rochas em torno da primitiva ermida, e esse conjunto ficou designado de Convento “Velho”²⁰². O conjunto Monástico da Arrábida enquanto conjunto edificado é constituído por duas partes conhecidas como Convento Velho e Convento Novo.

O convento velho, datado de 1539, recebeu esse nome para se distinguir do convento novo, cuja construção começaram três anos mais tarde, em 1542. As poucas e rudimentares instalações do antigo convento foram construídas no sítio onde existia a ermida da Memória, erguida pelo mercador Inglês *Haildebrant*, por volta de 1251²⁰³. Parte desse primitivo convento ainda se encontra na parte mais alta da serra e é constituído por celas, igreja, refeitório e um grupo de Ermidas e guaritas, tudo cercado por um muro. Segundo Paulo Pereira, o conjunto do convento velho tem uma estrutura aparentemente desarticulada os seus elementos se encontram dispersos pela serra entre penedo e árvores ligados por um percurso de escadaria feita em terra batida. Paulo Pereira refere o convento como um componente rupestre na sua obra²⁰⁴. Muitos autores consideraram esse conjunto (Convento Velho), como um

198 FONTES, João Luís Inglês (2000) *Eremitismo: a utopia da solidão*. In: AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. (2000) - História religiosa de Portugal. Vol. 1. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 305-311.

199 PERESTRELLO, Dulce. (1952). *A SERRA da Arrábida e o seu Convento*. Lisboa: Gráfica Santelmo. p. 68

200 PEREIRA, Paulo (2006) - *Convento da Arrábida: a porta do céu*. [Lisboa]: Fundação Oriente.

201 PERESTRELLO, Dulce. (1952). *A SERRA da Arrábida e o seu Convento*. Lisboa: Gráfica Santelmo, pp. 62-67

202 PIEDADE, António da, JESUS MARIA, José de (1728-1737) – *Espelho de penitentes, e Chronica da Provincia de Santa Maria da Arrábida, da Regular, e mais Estreita Observância, da Ordem do Seráfico Patriarcha S. Francisco*. 2 vol. Lisboa Ocidental: Officina de Joseph António da Silva, pp.28-46.

203 PIEDADE, António da, JESUS MARIA, José de (1728-1737) – *Espelho de penitentes, e Chronica da Provincia de Santa Maria da Arrábida, da Regular, e mais Estreita Observância, da Ordem do Seráfico Patriarcha S. Francisco*. 2 vol. Lisboa Ocidental: Officina de Joseph António da Silva, p. 40

204 PEREIRA, Paulo (2006) - *Convento da Arrábida: a porta do céu*. [Lisboa]: Fundação Oriente, p.77



Fig. 68 - Zonas das Celas
Fonte: ©Eduardo Bote

“verdadeiro Ermitério Rupestre”, graças ao carácter tosco e primitivo de algumas dependências, exemplo do refeitório e as celas que não passavam de pequenas grutas ou pequenas cavidades, feitas pelos os frades onde se recolhiam.²⁰⁵ O cronista da Ordem refere que foram os próprios Frades arrábidos que “fizeram por suas mãos humas pobres celas, em que se recolhiam”²⁰⁶ isso iam de encontro como o que São francisco pretendia com a Ordem dos Frades menores, quando refere que “ nada tomassem...” mas sim com um trabalho árduo das próprias mãos. As outras dependências do convento, como por exemplo a igreja, o refeitório e as ermidas, seguiam o mesmo conceito de construção simples e pobre. Nas palavras de Manuel Pereira Gonçalves, o refeitório “...era construído em terra batida, coberto pela ramagem frondosa e tinha apenas de cumprimento dez palmos e cinco de largura. À volta, um banco talhado na rocha, onde os frades se sentavam para comer pão de caridade e as ervas amargas e mal temperadas...”²⁰⁷.

Se visitarmos o local, ainda se pode ver o que resta do convento primitivo, de 1539. Para além das celas e o refeitório, o conjunto primitivo despunha também de sete guaritas que, morfologicamente, se situam numa linha de festo, desde o topo da serra em direção ao mar, e algumas capelas, como por exemplo a Capela da Memória ou Ermida da Memória, e a antiga cela do fundador da Província, que posteriormente foi convertida em capela.

Depois de observar a extrema pobreza em que se vivia naquela serra, o Duque de Aveiro, D. João, comunicou a Frei Martinho a sua disposição para patrocinar a construção do novo conjunto, mas assente nos ideais da pobreza e autoridade que os Frades praticavam. Frei Martinho não partilhava das mesmas ideias do Duque. Segundo os cronistas, a serra era propícia a receber os noviços, mas o conjunto primitivo não tinha condições para tal, o que fez com que Frei Martinho mudasse de ideia em relação à construção do novo Convento²⁰⁸.

Primeiro, edificou-se a igreja, depois as oficinas de refeitório, cozinha e algumas celas. Contudo, a construção teve de parar porque Frei Martinho não estava de acordo com o rumo que as edificações do novo convento estavam a levar, na sua opinião não estavam de acordo com os estatutos da província. No entanto, após a explicações do Duque de Aveiro as construções retomaram²⁰⁹. O novo conjunto do Convento da Nossa Senhora da Arrábida encontra-se edificado a meia encosta da serra da Arrábida, no seguimento do primitivo, virado para o mar, com construções modestas, como ordenavam os ideais. A igreja é pequena, como a cozinha.

Segundo Paulo Pereira, foram poucas as dependências de 1539 que conseguiram resistir até agora, existindo uma cela que se pensa ter pertencido a Frei Martinho, tendo posteriormente servido de cela para o seu companheiro, Frei Pedro de Alcântara. Trata-se da referida Ermida da Memória, erguida e habitada pelo mercador *Haildebrant*, no século XIII²¹⁰.

Esta breve descrição do chamado convento Velho permitiu-nos compreender o estilo de vida que estes cenóbios arrábidos tinham nesta Serra. A pobreza e a austeridade das dependências remetem-nos para um ambiente desolador.

A uma distância de aproximadamente de 75 km a sul do portão da cerca do Convento Velho, começa

205 GONÇALVES, Manuel Pereira (1996) – *História de alguns conventos da Província da Arrábida*. In: I-II Seminário. *O Franciscanismo em Portugal: actas*. [Lisboa]: Fundação Oriente, p. 301- 330

206 PIEDADE, António da, JESUS MARIA, José de (1728-1737) – *Espelho de penitentes, e Chronica da Província de Santa Maria da Arrábida, da Regular, e mais Estreita Observância, da Ordem do Seráfico Patriarcha S. Francisco*. 2 vol. Lisboa Ocidental: Oficina de Joseph António da Silva, p. 28

207 PEREIRA, Paulo (1996) – *História de alguns conventos da Província da Arrábida*. In: I-II Seminário. *O Franciscanismo em Portugal: actas*. [Lisboa]: Fundação Oriente, p. 303- 304.

208 PERESTRELLO, Dulce. (1952). *A SERRA da Arrábida e o seu Convento*. Lisboa: Gráfica Santelmo, pp.74-77

209 PIEDADE, António da, JESUS MARIA, José de (1728-1737) – *Espelho de penitentes, e Chronica da Província de Santa Maria da Arrábida, da Regular, e mais Estreita Observância, da Ordem do Seráfico Patriarcha S. Francisco*. 2 vol. Lisboa Ocidental: Oficina de Joseph António da Silva, pp.52-60

210 PEREIRA, Paulo (2006) - *Convento da Arrábida: a porta do céu*. [Lisboa]: Fundação Oriente, p.77



Fig. 69 - Cama dos frades feita em cortiça
Fonte: ©Eduardo Bote

o Convento Novo de Arrábida, descendo da ermida da Memória²¹¹. A construção deste novo conjunto remota a 1542, quando foi concedida a autorização para tal²¹². Foi neste ano que se deu a constituição da Custódia de Arrábida, depois de uma visita do Geral da Ordem Franciscana, Frei João Calvo. Com estas mudanças que se verificavam, começou-se a justificar a passagem para os novos espaços que eram mais confortáveis do que os antigos, permitindo assim a instrução dos noviços neste novo convento, como era a intenção do Padroeiro, o Duque de Aveiro. Trata-se da transformação da vida eremítica, praticada até então por frades para uma existência conventual, mas sem deixar de praticar os ideais que serviram de base para a fundação desta comunidade. Posteriormente, foram construídos e integrados alguns conventos fundados na mesma base nos mesmos princípios e regras de vida austera, e em 1560, a Custódia foi elevada a Província dos capuchos da Arrábida.

Em relação às construções propriamente ditas, fundadas no ano 1542, foram construídas uma igreja mais ampla, um conjunto de pequenas celas e dependências como a cozinha, refeitório, livraria e portaria. Todas essas dependências foram construídas de acordo com os estatutos que em 1698 foram elaborados por Frei Martinho, em colaboração com São Pedro de Alcântara, no mesmo espírito de indigência e austeridade, subjacente à Regra de 1223.

Sobre as edificações, foi redigido o Capítulo 40 dos estatutos da província de Arrábida, intitulado *de “dos edificios”*, que refere como se deveriam ordenar ou ser edificadas os espaços essenciais à vivência desta comunidade Arrábida²¹³. No que se referia à materialidade empregue nas construções, os estatutos definiam que *“...serão os materiais das Casas, que edificarmos, os mais pobres & de menos culto, que puder ser...”*²¹⁴.

Para cumprir o que os estatutos ordenavam, os frades utilizaram os recursos disponíveis no local, incluindo o aproveitamento do relevo do terreno físico para a implantação do convento. As próprias rochas do local serviram de estrutura para algumas dependências, pelo que se pode afirmar que houve o máximo aproveitamento geográfico e respeito pelo local, o que se veio a verificar anos mais tarde, na construção do Convento dos Capuchos de Sintra²¹⁵. Esse tipo de construção, segundo Paulo Pereira, é denominado de arquitetura vernacular e estilo pobre.

Como se sabe, a construção do convento Novo iniciou-se em 1542, com o grande Patrocínio do 1º Duque de Aveiro D. João, posteriormente prosseguindo com o seu filho o 2º duque de Aveiro, D. Jorge, que em 1571 assumiu o Ducado²¹⁶.

211 PIEDADE, António da, JESUS MARIA, José de (1728-1737) – *Espelho de penitentes, e Chronica da Provincia de Santa Maria da Arrábida, da Regular, e mais Estreita Observância, da Ordem do Seráfico Patriarcha S. Francisco*. 2 vol. Lisboa Ocidental: Officina de Joseph António da Silva. P. 58 “[...] para a parte do meyo dia, em lugar concavo ao modo de meya Lua, onde a serra se mostra mais fecunda na produção das arvores silvestres, se fundou a Igreja [...]”

212 PIEDADE, António da, JESUS MARIA, José de (1728-1737) – *Espelho de penitentes, e Chronica da Provincia de Santa Maria da Arrábida, da Regular, e mais Estreita Observância, da Ordem do Seráfico Patriarcha S. Francisco*. 2 vol. Lisboa Ocidental: Officina de Joseph António da Silva, p. 52

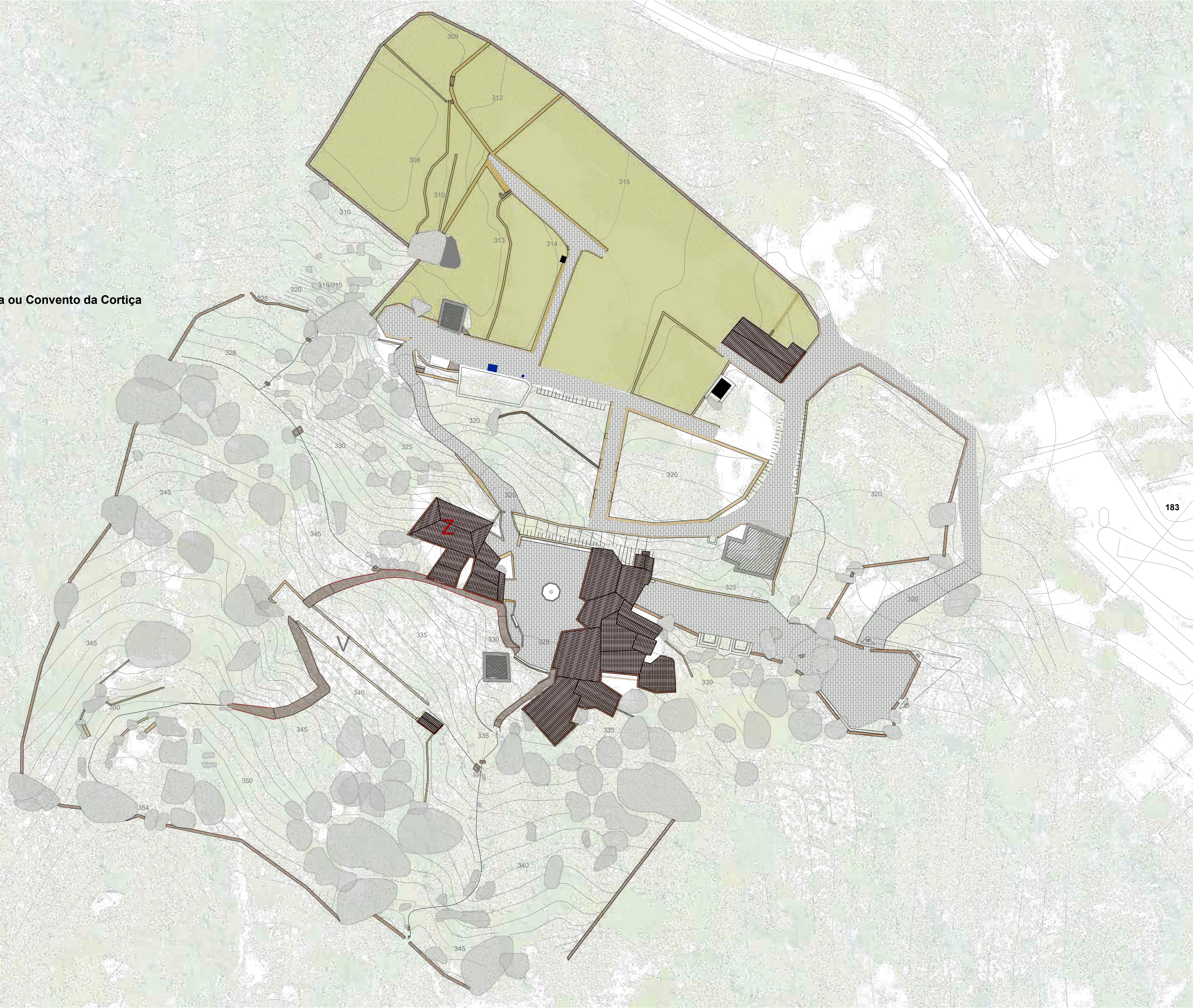
213 O.F.M. (1698) - *Estatutos da provincia de Santa Maria da Arrábida da mais perfeita Observancia de nosso Seraphico Padre S. Francisco*, [...]. Lisboa: na Officina de Miguel Deslandes.p. 77 “*Morando nós em Casa do Rey Celestial, que por nos se fez pobre em este mundo, em pobres, & humildes Casas convem que moremos; pelo que Nosso Seraphico Padre São Francisco nos admoesta, & manda, que as Igrejas, & Casas, que para nós se edificarem, em nenhuma maneyra se recebão, se não forem conforme a pobreza, que professamos [...].*”

214 O.F.M. (1698) - *Estatutos da provincia de Santa Maria da Arrábida da mais perfeita Observancia de nosso Seraphico Padre S. Francisco*, [...]. Lisboa: na Officina de Miguel Deslandes, p. 78

215 ABREU, Susana Matos (2013) – *Arquitecturas franciscanas das Origens na Mais Estrita Observância portuguesa do século XVI: a lição de Vitruvius*. In: FERREIRA-ALVES, N. M., coord. (2013) - *Os franciscanos no mundo português III: o legado franciscano*. [Em linha]. Porto: CEPESE, 2013. [Consult. em 15.05.2017]. pp. 971-1002.

216 “ [...] o qual atendendo ao grande descômodo dos Religiosos, ordenou se lhes fizesse huma cerca, por não estarem expostos à gente, que vinha de Romagem à Senhora [...]. Mandou também ajuntar as cellas, ficando em distância mais breve, e menos molesta. PIEDADE, António da, JESUS MARIA, José de (1728-1737) – *Espelho de penitentes, e Chronica da Provincia de Santa Maria da Arrábida, da Regular, e mais Estreita Observância, da Ordem do Seráfico Patriarcha S. Francisco*. 2 vol. Lisboa Ocidental:

02.4 - Convento Santa Cruz de Sintra ou Convento da Cortiça



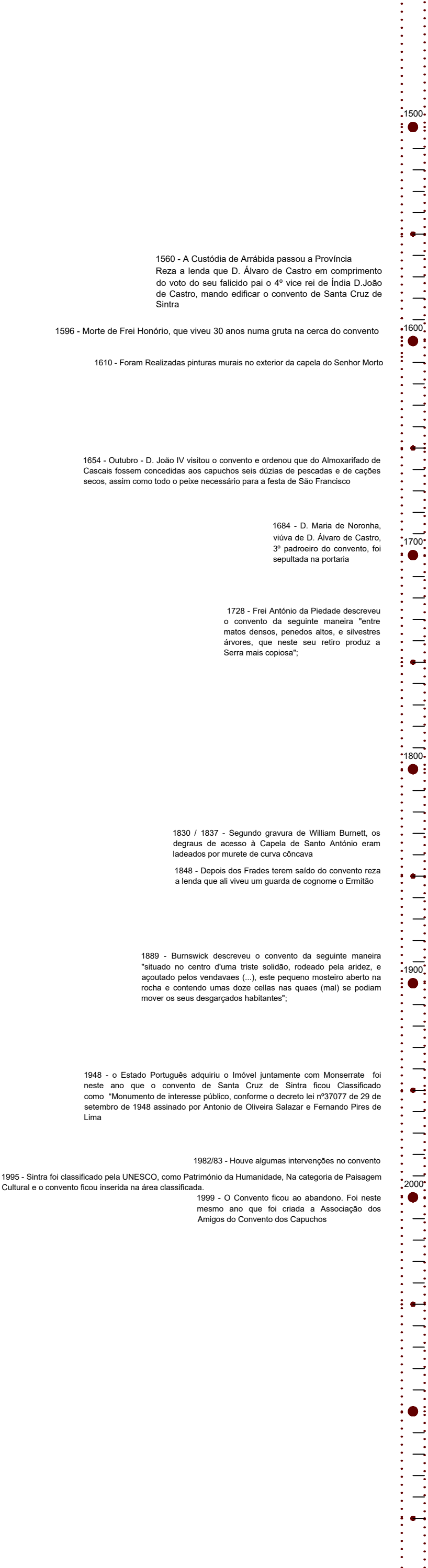




Fig. 70 - Claustro do convento de Santa Cruz da Serra
Fonte: ©Arquivo da Câmara Municipal de Sintra

Convento Santa Cruz de Sintra ou Convento da Cortiça 1560-1834

O convento dos Capuchos da Serra de Sintra ou Convento Santa Cruz de Sintra foi edificado no ano 1560, por D. Álvaro de Castro, em cumprimento da promessa do seu falecido pai, o vice-Rei da Índia, D. João de Castro. Em analogia ao Convento de Santa Maria da Arrábida, a construção do convento de Sintra também está ligada a uma lenda. Segundo a lenda, um dia, o Rei João III, tendo-se deitado para descansar da caça na Serra de Sintra, e tendo adormecido, teve um sonho no qual apareceram vários anjos que adoravam a Cruz de Cristo. Também reza a lenda que, neste dia, o Vice-Rei da Índia, D. João de Castro, estava presente, pois era muito chegado ao rei.

O Rei partilhou o seu sonho com D. João de Castro, que, maravilhado com o que ouvira, decidiu edificar o seu convento no local escolhido pelo rei. Todavia, faleceu antes de cumprir a promessa. Segundo alguns autores, a rocha que serviu de sombra ao rei é a mesma rocha que está presente e que serve como teto na igreja do Convento dos Capuchos de Sintra. É de relembrar que esse convento foi construído em honra da Santa Cruz, a qual se encontra associada ao respetivo nome. O convento dos Capuchos de Sintra também é conhecido pelo Convento da Cortiça devido material presente no seu interior, neste caso a cortiça²¹⁷.

Em contexto geográfico o Convento de Santa Cruz de Sintra foi construído num dos topos da Serra de Sintra, sendo notória a relação com a natureza. O Convento de Santa Cruz de Sintra encontra-se edificado num lugar isolado e inóspito, cujas condições naturais, à época da sua fundação, tiveram forte influência na escolha da sua localização. A eleição desse sítio implantação do Convento de Sintra e de outros conventos dessa província assenta nos ideais franciscanos que o fundador da ordem sempre defendeu.

O Convento dos Capuchos de Sintra foi ocupado durante vários anos pelos frades Franciscanos oriundos da Província de Arrábida. Segundo alguns autores, este convento inicialmente foi construído para apenas oito frades. Todavia, alguns autores afirmam que o convento chegou a albergar dezassete frades, ainda que não haja nenhum documento que comprove essa afirmação. Como se apontou anteriormente, este convento foi habitado por oito frades oriundos do Convento de Santa Maria de Arrábida. É notório que o número oito se repete no conjunto: existem oito celas com oito vãos virados para a paisagem, a chaminé da cozinha possui oito bocas, e o tanque presente no pátio também é associado ao número oito, pois possui esse número de lados²¹⁸.

Alguns anos após o estado decretar a extinção das Ordens em Portugal, o convento permaneceu abandonado, sendo que desde então ficou sujeito a vandalismo e roubo. Depois da extinção das ordens religiosas, foi publicado um artigo na Revista Popular, em 1848, alegando que o convento foi habitado durante vários anos por um guarda a quem foi atribuído o nome de ermitão. Em 1873, Sir Francisco Cook, primeiro Visconde de Monserrate, adquiriu o convento. Desde então, passou a pertencer a Monserrate, até ao ano 1948, quando passou para posse do Estado Português, sendo que, juntamente com Monserrate, o convento foi classificado como Monumento de Interesse Público, segundo o Decreto Lei nº 37077 de 29 de setembro de 1948, assinado por António Carmona, António de Oliveira Salazar e Fernando Pires de Lima²¹⁹.

Officina de Joseph António da Silva, P.58-59.

217 PIEDADE, Fr. António da. (1728-1734). *Espelho de Penitentes e Chronica da Provincia de Santa Maria da Arrabida, da regular e mais estreita Observancia da Ordem do Serafico Patriarcha S. Francisco* Livro II. Lisboa Officina de Joseph António da Silva. op. cit. pp.239-243 ver também ANDRADE, Christina Nilsson Robin ; Andrade, José Robin de; Caetano, Ana Cristina Maia. (2007). *Santa Cruz Convent of Sintra Mountain, Capuchin Convent of Sintra, Cork Convent*. Cascais. pp. 7-13. e também AFONSO, Regina de Jesus. (1990). *Capuchos, em Bucca de um Ideal Perdido*. Sapiens Magazine nº1 janeiro- março. Sintra, pp.47

218 ANDRADE, Christina Nilsson Robin; Andrade, José Robin de; Caetano, Ana Cristina Maia. (2007). *Santa Cruz Convent of Sintra Mountain, Capuchin Convent of Sintra, Cork Convent*. Cascais, pp. 7-14

219 AFONSO, Regina de Jesus. (1990). *Capuchos, em Bucca de um Ideal Perdido*. Sapiens, magazine nº1 janeiro- março. Sintra. pp. 53-57. ver também ANDRADE,



Fig. 71 - Terreiro de três cruzes
Fonte: © Maria de Almeida

O convento nunca sofreu nenhuma alteração desde a sua fundação até à extinção das ordens. Contudo, em 1952, que houve uma pequena alteração na cobertura. Houve vários eventos organizados para promoção do património, em 1995. Segundo a classificação atribuída a Sintra, como Património da Humanidade, na categoria de Paisagem Cultural, o convento fica abrangido pela área classificada. Anos depois, foi criada uma sociedade, Parques Sintra Montes da Lua S.A., que tinha como principal objetivo a recuperação, requalificação, revitalização, gestão e preservação do património na vila de Sintra. Desde então, a responsabilidade do convento foi transferida para essa sociedade²²⁰.

No contexto religioso, a fundação do Convento de Sintra assenta nas mesmas normas que o convento mãe, o convento da Nossa Senhora da Arrábida, desde da vida espiritual e habitacional dos frades, até à sua linguagem arquitetónica, dando origem a um espaço claustral austero.

Como já foi referido, o Convento dos capuchos de Sintra ou Convento de Santa Cruz de Sintra, destaca-se pela sua austeridade, pelo aproveitamento dos próprios recursos da Serra para construção do mesmo, com materiais provenientes da serra, como o granito, que serve como a principal estrutura do convento. Em algumas ocasiões, esta rocha serve como parede e teto no caso, como na igreja, cuja rocha foi aproveitada para fazer o teto. Apesar de o granito assumir o protagonismo ou possuir um grande papel na construção do convento, o mesmo contem outros materiais com alguma importância devido às suas propriedade, como a cortiça, que serve de revestimento ao interior do convento, e que se torna bastante importante para que os frades se protegessem do clima húmido²²¹.

A Planta do complexo conventual é, na sua totalidade irregular, pois acompanha o declive do terreno. Isso reflete-se em todo conjunto do convento, onde está bem patente o tipo de vida pretendido por essa Comunidade de Frades. Tudo no convento era “pequeno”, desde as minúsculas celas até às portas das celas, com medidas de 1,3 por 0.44 cm, o que obrigava os Frades a se ajoelharem para nelas entrarem. D. Felipe I afirmou, em outubro de 1581, que seria o monarca mais feliz da terra pois possuía no seu reino as duas jóias mais valiosas do mundo cristã, o Convento de Escorial em Espanha, que ficou famoso pela sua grandiosidade, e o Convento de Santa Cruz dos Capuchos de Sintra, pela sua extrema pobreza e humildade, mas com uma enorme riqueza espiritual²²².

O percurso utilizado atualmente não é o primitivo, mas encontra-se marcado na estrada que liga a vila de Sintra à vila de Colares. O percurso para acesso ao convento inicia-se com uma pequena rampa que nos conduz até uma escada, que, por sua vez, conduz a duas escadarias, com acesso ao primeiro Terreiro, o Terreiro das Três Cruzes. Na perspectiva de alguns autores, as três cruzes possuem um valor simbólico, ligado à crucificação de Jesus Cristo no calvário. Duas cruzes possuem caminho enquanto uma delas não. A cruz sem o caminho é associada à crucificação de Jesus²²³. A cruz a esquerda simboliza o ladrão que

Christina Nilsson Robin ; Andrade, José Robin de; Caetano, Ana Cristina Maia .(2007). *Santa Cruz Convent of Sintra Mountain, Capuchin Convent of Sintra, Cork Convent*.

Cascais, pp. 8-9.

220 ANDRADE, Christina Nilsson Robin ; ANDRADE, José Robin de; Caetano, Ana Cristina Maia .(2007). *Santa Cruz Convent of Sintra Mountain, Capuchin Convent of Sintra, Cork Convent*. Cascais, p.8

221 AFONSO, Regina de Jesus. (1990). *Capuchos, em Bucca de um Ideal Perdido*. Sapiens, magazine nº1 janeiro- março. Sintra, pp. 51-53

222 AFONSO, Regina de Jesus. (1990). *Capuchos, em Bucca de um Ideal Perdido*. Sapiens ,magazine nº1 janeiro- março. Sintra, p. 55 consultar também PACHECO, Ana Ruela Ramos de Assis. (2013). *Construção de um mundo interior. Arquitetura Franciscana em Portugal, Índia e Brasil (sécs. XVI-XVII)*. Tese de doutoramento em Arquitetura, na especialidade de Teoria e História da Arquitetura, apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra, p.233

223 PACHECO, Ana Ruela Ramos de Assis. (2013). *Construção de um mundo interior. Arquitetura Franciscana em Portugal, Índia e Brasil (sécs. XVI-XVII)*. Tese de doutoramento em Arquitetura, na especialidade de Teoria e História da Arquitetura, apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Coimbra, pp. 222-224 ver também ANDRADE, Christina Nilsson Robin ; ANDRADE, José Robin de; CAETANO, Ana Cristina Maia .(2007). *Santa Cruz*

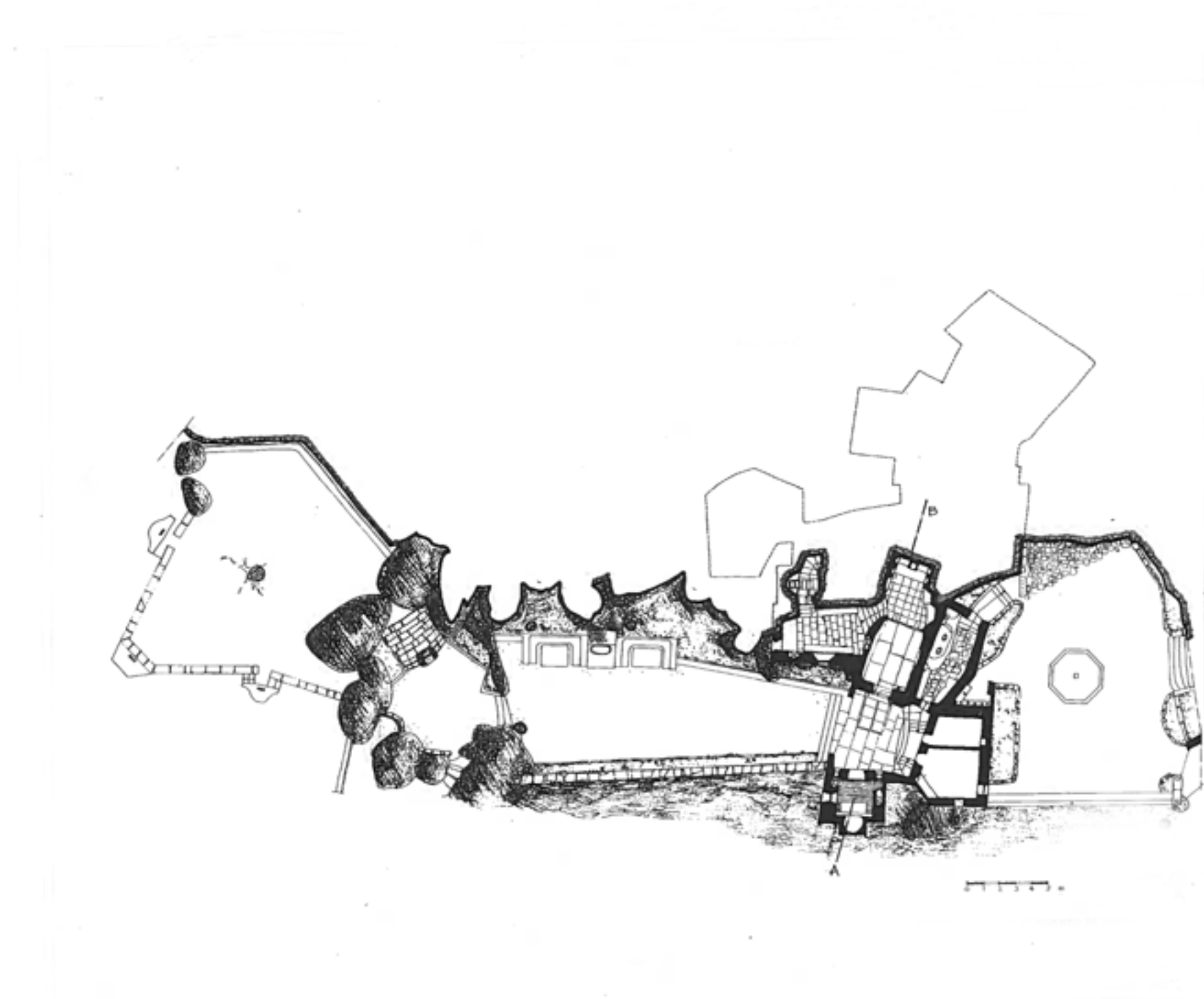


Fig. 72 - Planta do 1º Nivel
Fonte: ©DGPC/SIPA

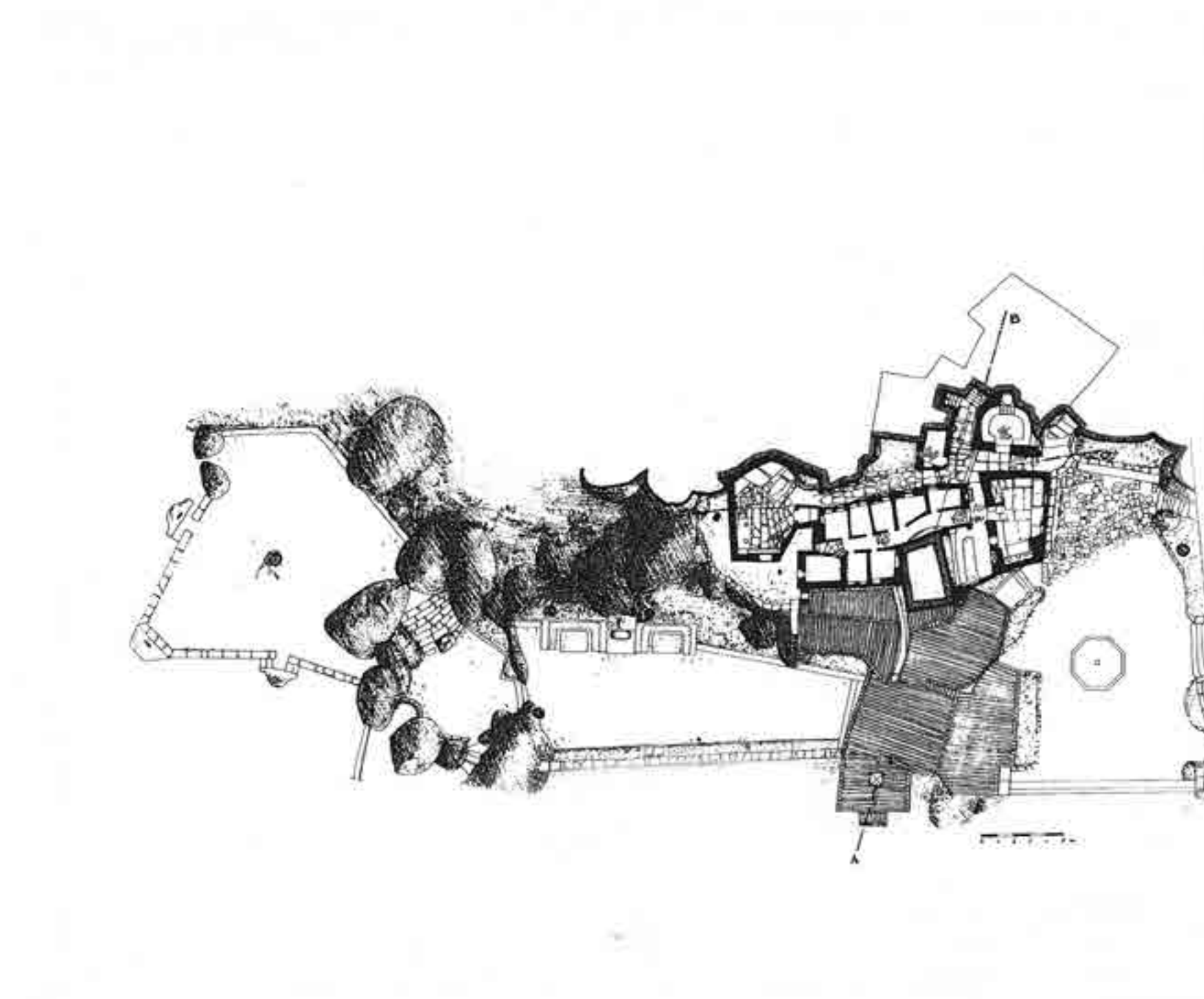


Fig. 73 - Planta do 2º Nivel
Fonte: ©DGPC/SIPA

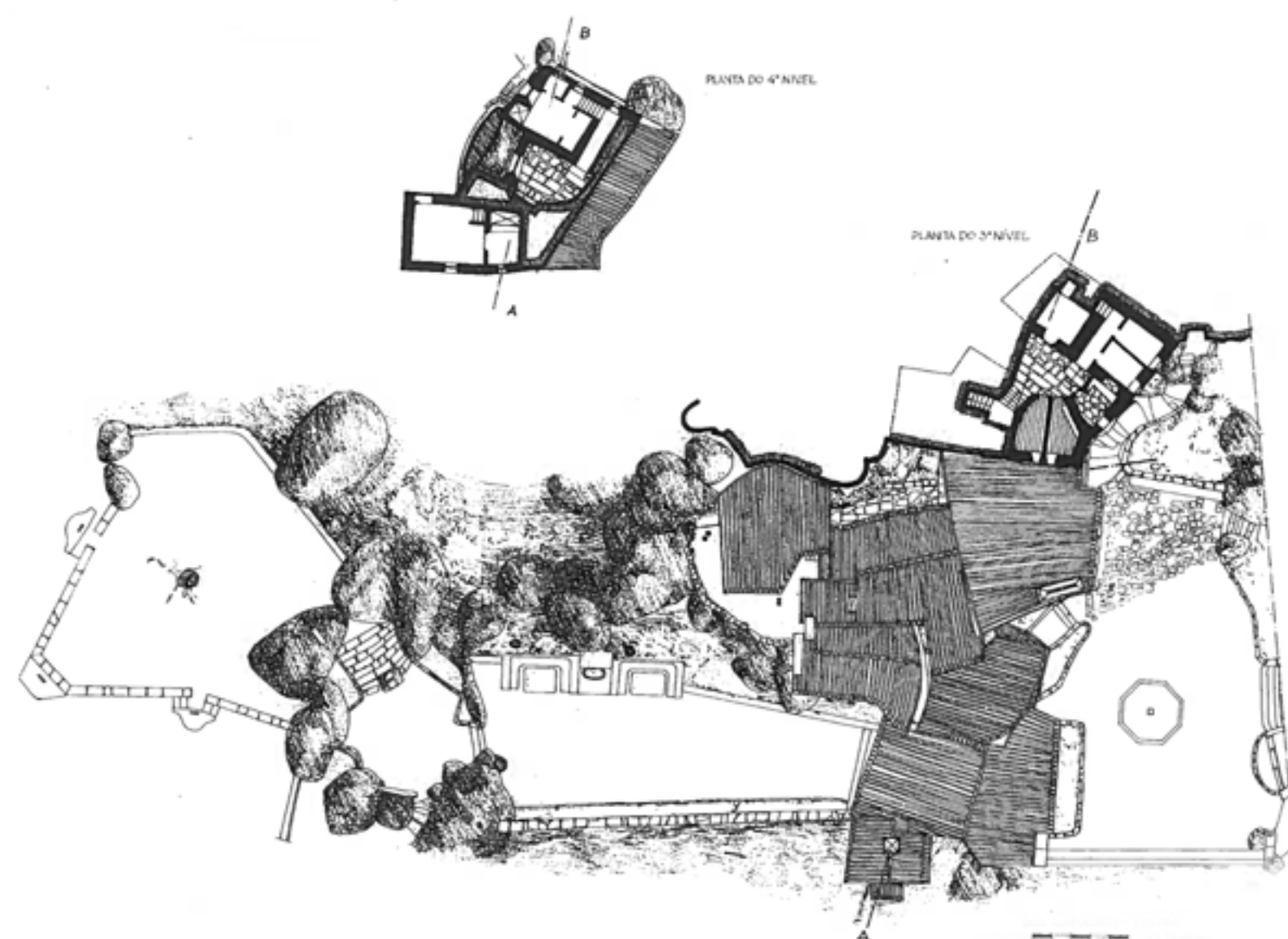


Fig. 74 - Planta do 3º e 4º Nível
Fonte: © DGPC/SIPA

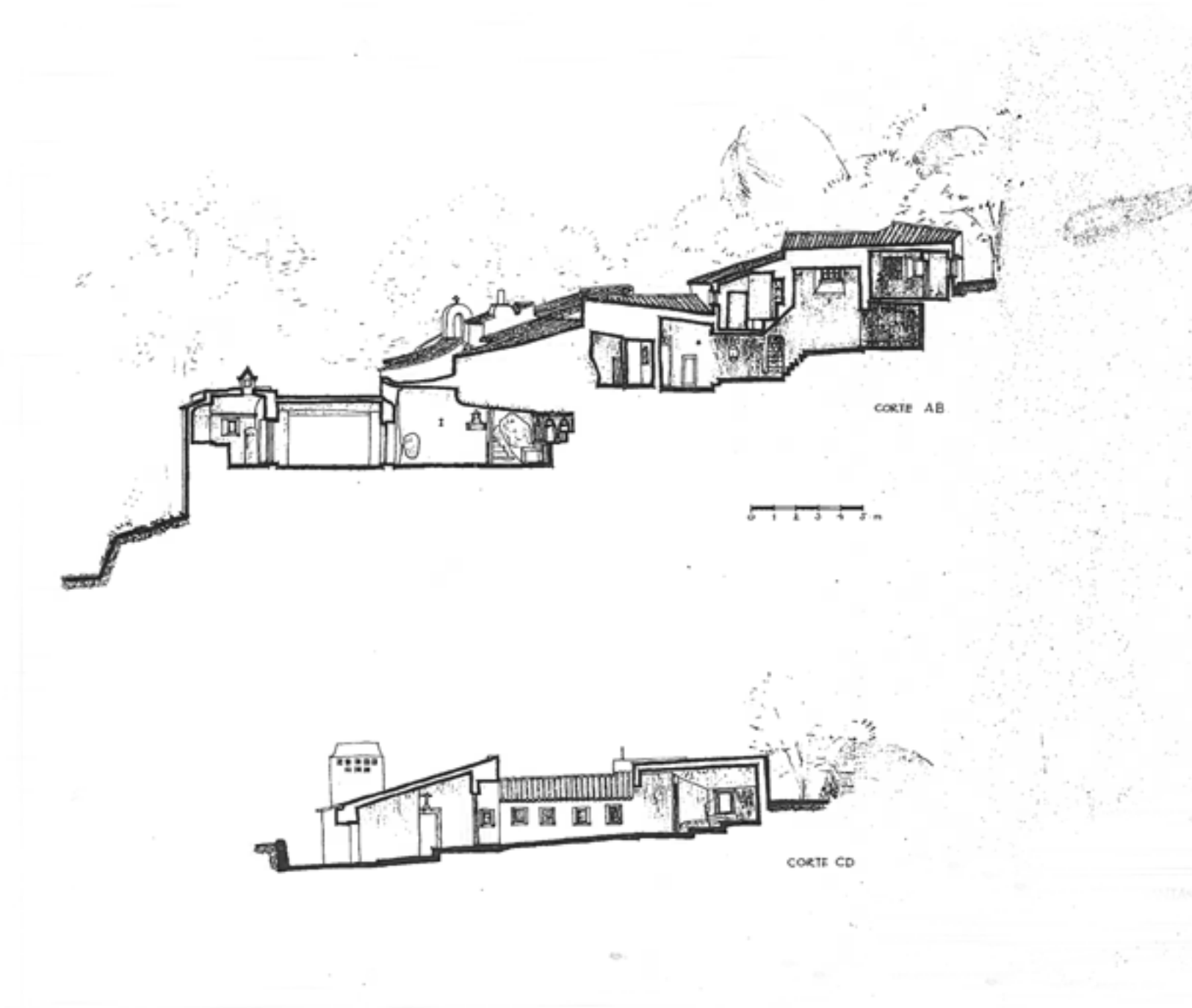


Fig. 75 - Cortes
Fonte: © DGPC/SIPA



Fig. 76 - **Entrada Principal do Convento**
Fonte: ©Maria de Almeida

reconheceu e pediu perdão, e a cruz à sua direita, aquela que não possui nenhum caminho, representa o outro ladrão que não pediu perdão. Para além das cruzes, podemos ver um plátano centenário, que deverá ter mais de 200 anos²²⁴.

Depois de percorrermos o terreiro, chegamos ao um grande pórtico formado por dois grandes penedos, com um sino em cima. Esse pórtico leva-nos para mais um terreiro, o terreiro do sino. Subidos três degraus, chegamos ao terreiro da fonte, também conhecido como terreiro dos peregrinos, pois era este o terreiro onde os peregrinos eram recebidos antes de entrarem no convento. De seguida, entramos numa sacristia, onde temos uma vista imediata para igreja. Na sacristia, existe uma escada esculpida em pedra, que nos leva ao corredor das celas²²⁵. Segundo Ana Assis Pacheco, as plantas das celas são trapezoidais, pois adaptam-se aos penedos do local. No interior das celas, existia uma cama de cortiça, como mandam os estatutos da ordem, e o vão que ilumina as celas tem uma dimensão de 54cm por 55cm²²⁶.

Ao fundo do corredor dos dormitórios, podemos encontrar, à esquerda, a zona das latrinas e, à frente, uma pequena escada que nos leva para as celas com uma dimensão um pouco mais humilde do que a daquelas que descrevemos anteriormente. Neste piso, podemos encontrar a biblioteca e existe uma zona de enfermaria. Para além destas dependências, existe uma cela totalmente escura, denominada de “cela da penitência”. As celas para os noviços localizavam-se na saída para as latrinas, e a Biblioteca tem uma saída para o pátio do tanque²²⁷.

As outras dependências, como por exemplo o refeitório ou a cozinha, localizavam-se no piso 0. Dentro do espaço de refeitório, ainda existe uma mesa baixa e comprida feita em pedra, quase do tamanho do mesmo. À partida, podemos concluir que os frades comiam sentados no chão, ao contrário do que acontecia no refeitório do Convento Novo da Arrábida, onde existiam bancos. Ao lado do refeitório, temos a cozinha e a relação entre essas duas dependências era feita por uma vão pequeno por onde se passavam as refeições, como acontecia na Casa-mãe, que tinha a mesma organização. Quando se entra na cozinha, temos a nossa frente um vão virado para o pátio, do lado esquerdo temos umas estantes feitas em madeira, e no lado direito fica a zona onde eram confeccionadas as refeições²²⁸.

À semelhança do convento Santa Maria da Arrábida, o convento da Serra de Sintra, não possui um claustro convencional. Como se sabe, um claustro é um pátio interior de um convento ou de outro edifício rodeado de galerias, mas neste caso só encontramos a natureza e algumas edificações que envolvem e delimitam o terreiro, criando assim um espaço semelhante a um claustro. Todavia, existem muitas teorias sobre a opção de criar um terreiro em vez de um claustro convencional, associadas ao facto de o convento se localizar numa densa e frondosa serra, o que permite aos frades estarem em contemplação direta da natureza²²⁹.

Convent of Sintra Mountain, Capuchin Convent of Sintra, Cork Convent. Cascais, p. 14-15

224 ANDRADE, Christina Nilsson Robin ; ANDRADE, José Robin de; CAETANO, Ana Cristina Maia .(2007). *Santa Cruz Convent of Sintra Mountain, Capuchin Convent of Sintra, Cork Convent*. Cascais, pp. 14-16

225 MATOS, Isabel Nunes de, 2006. Convento de Santa Cruz de Sintra: Bases para uma Proposta Metodológica de Recuperação, Manutenção e Valorização (Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico), p. 56-57

226 PACHECO, Ana Ruela Ramos de Assis. (2013). *Construção de um mundo interior. Arquitetura Franciscana em Portugal, Índia e Brasil (sécs. XVI-XVII)*. Tese de doutoramento em Arquitetura, na especialidade de Teoria e História da Arquitetura, apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Coimbra, pp 225.228

227 ANDRADE, Christina Nilsson Robin ; ANDRADE, José Robin de; CAETANO, Ana Cristina Maia .(2007). *Santa Cruz Convent of Sintra Mountain, Capuchin Convent of Sintra, Cork Convent*. Cascais, pp.30-32

228 ANDRADE, Christina Nilsson Robin ; ANDRADE, José Robin de; CAETANO, Ana Cristina Maia .(2007). *Santa Cruz Convent of Sintra Mountain, Capuchin Convent of Sintra, Cork Convent*. Cascais, pp.36-37

229 ABREU, Susana Matos (2013) – *Arquitecturas franciscanas das Origens na Mais Estrita Observância portuguesa do século XVI: a lição de Vitruvius*. In: FERREIRA-AL-



Fig. 77 - Fachada Oeste
Fonte: ©Eduardo Bote

O Convento de Santa Cruz de Sintra enquadra-se na arquitetura Vernacular, e segundo Ana Assis Pacheco este possui uma arquitetura simples, económica pequena e vernacular. Como podemos constatar todos os espaços do convento são assimétricos devido à irregularidade do local, pois existem muito penedos que também vão ter um papel importante na construção do mesmo. Se prestamos bem atenção ao longo do percurso pelo convento, vamo-nos deparar com os penedos a servir de paredes ou até de teto. Para além dos penedos, as paredes são feitas de vimes e terra, sendo que outro material que assume um grande protagonismo neste conjunto é a cortiça²³⁰.

Atualmente, o convento encontra-se em obras de restauro e reabilitação, bem como a sua área envolvente. Segundo Rita Alves²³¹ este projeto está em curso desde de outubro de 2016, quando o parque iniciou a requalificação e restauro integral do convento dos capuchos e a recuperação dos percursos no interior da cerca. Segundo o Parque de Sintra Monte da Lua, “a intervenção que tem como princípio norteador a preservação do local, (como referimos no capítulo da paisagem e património alguns Património ou paisanagem essa associa ao Genius Loci, e neste caso estamos perante um bom exemplo em que o principal objetivo dessa entidade é a preservação deste Genius Loci”²³².

A intervenção solicitada pela Parques de Sintra decorrerá de forma faseada e engloba não somente recuperação da envolvente paisagística e do sistema de águas tradicionais, mas também o restauro de todos os elementos construídos. A pessoa responsável pela direção de divulgação e apoio ao visitante alega que para “além da preservação do conjunto monumental de elevando valor patrimonial pretende-se dotar o convento de melhores condições para acolher os visitantes através da revisão e de instalações de novos equipamentos de apoio à visita da introdução de iluminação e das restantes infraestruturas, águas esgoto... Para além disso também serão intervencionadas as capelas do “Ecce Homo e do senhor no Horto”²³³. Atualmente, as obras estão a decorrer com recuperação das coberturas e o restauro dos revestimentos do interior, bem como o exterior. A obra na casa das hortas já terminou, tendo sido instalada uma instalação sanitária para pessoas com mobilidade reduzida.

Apesar de as obras estarem a decorrer, o convento mantém-se aberto ao público. Segundo o parque de Sintra, serão disponibilizadas entradas livres e a opção de ter visita guiada com marcação prévia.

VES, N. M., coord. (2013) - Os franciscanos no mundo português III: o legado franciscano. [Em linha]. Porto: CEPESE, 2013. pp. 976-977 ver também JOSÉ, Vanessa Alexandra

Correia, (2013). Bases para o plano diretor de restauro da cerca do Convento dos Capuchos, Sintra. Lisboa: ISA, pp. 21-26

230 PACHECO, Ana Ruela Ramos de Assis. (2013). Construção de um mundo interior. Arquitetura Franciscana em Portugal, Índia e Brasil (sécs. XVI-XVII). Tese de doutoramento em Arquitetura, na especialidade de Teoria e História da Arquitetura, apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Coimbra, p. 233

231 Direção de Divulgação e Apoio ao Visitante Serviço Educativo Parques de Sintra - Monte da Lua, S.A.

232 José, Vanessa Alexandra Correia. (2013). Bases para o plano diretor de restauro da cerca do Convento dos Capuchos, Sintra. Lisboa: ISA, p. 26

233 Rita Alves Direção de Divulgação e Apoio ao Visitante Serviço Educativo Parques de Sintra - Monte da Lua, S.A.



Fig. 78 - Refeitório
Fonte: ©Maria de Almeida



Fig. 79 - Interior do Refeitório
Fonte: © Maria de Almeida



Fig. 80 - **Claustro**
Fonte: ©Maria de Almeida

Conclusão

Com essa análise, podemos deduzir que apesar de os dois conventos apresentarem grande semelhança, como por exemplo na sua adaptação à paisagem envolvente e ao local de implantação, existem algumas nuances em que diferem, como no aproveitamento dos elementos existentes no local. No caso do convento de Santa Maria de Arrábida, é notória a sua adaptação ao terreno bastante acidentado, sendo que foram criadas plataformas/terraços que albergam as demais dependências. Contudo, no convento de Santa Cruz de Sintra o processo foi outro, com um grande aproveitamento dos elementos existentes no local, graças às características da serra de Sintra, com muitos afloramentos rochosos.

Após um estudo aprofundado dos dois casos/conventos, é notória a questão que se levanta em relação ao desvio dos Cânones que foram estabelecidos nos estatutos desta Província. Apesar de o Convento Santa Maria da Arrábida ter sido inicialmente construído segundo os ideais dessa comunidade, sofreu algumas alterações quando foi implantado o novo Convento. Como se sabe, esse desvio aos cânones deve-se, sobretudo, aos patrocinadores da construção das casas franciscanas, na sua maioria a alta burguesia e a nobreza. Apesar disso o Frei Martinho de Santa Maria, ao aceitar o pedido de Rei, conservou sempre as suas ideias em relação à construção do novo Convento, ainda que o novo convento apresentasse melhores condições em termos de espaços, mantendo, porém, sempre o espírito que essa comunidade pretendia levar.

Foram construídas inúmeras casas franciscanas dessa província sempre com os mesmos princípios, graças às normas estipuladas nos Estatutos da Província de Santa Maria da Arrábida de 1698, e às influências do reformador São Pedro de Alcântara que em conjunto com Frei Martinho de Santa Maria redigiram esses estatutos. Mas atribui-se um maior destaque à construção do convento de Santa Cruz de Sintra, pela sua volumetria e os aspetos construtivos, comparada por muitos autores com a construção do convento de *Nuestra Señora de la Purísima Concepción del Palancar*, fundado por São Pedro de Alcântara, no ano de 1557.

Dos dois conventos aqui mencionados no caso de estudo, aquele que mais se enquadra nos ideais franciscanos é o convento velho de Santa Maria da Arrábida. Todavia, o Convento de Santa Cruz de Sintra também se assemelha às regras escritas pelo Fundador da Ordem dos Frades menores com as reformas introduzidas na ordem franciscana.

03. CASO DE ESTUDO



04.1 - Mosteiro de Santa Clara Velha, Coimbra



Fig. 81 - Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, Coimbra, Portugal - c1954/2017
Fonte: ©Mário Novais-1954/Luis Pinto-2017

03.1 - Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, Coimbra

A contextualização do mosteiro de Santa Clara-a-Velha assim como de outros inúmeros monumentos presentes em Portugal reflete a evolução do conceito de Património Cultural com o imperativo da sua salvaguarda pela sociedade. Segundo Teresa Mourão, “A fundação do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha foi fruto do empenho cristão ligado a uma igreja que, com uma particularidade incidência durante a idade média em Portugal e em toda a Europa de parte representativa do seu Património Cultural igualmente afirma que os edifícios Religioso Frutos de devoção não são geralmente criados com a finalidade e de monumentos históricos...”, dando exemplo que “...o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha foi fundado com uma dupla finalidade a primeiro de acolher uma comunidade religiosa de Clarissas e a segunda de Zelar pela vida espiritual da comunidade e do seu tempo...”²³⁴.

Alguns autores advogam que a fundação do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, de Coimbra, foi no ano de 1286, e teve o patrocínio da Dona Mor Dias, uma senhora que pertencia à nobreza, e que, em 1250, se recolheu num convento feminino do Mosteiro de Santa Cruz, em São João das Donas, nunca, porém, abandonando a sua condição de leiga. De acordo com alguns autores, a comunidade de clarissas fundou em Portugal, até ao final do século XIII, quatro Mosteiros, entre eles o Mosteiro de Santa Clara de Coimbra. Essa fundação começou no Norte do país e rapidamente começou a espalhar-se, tendo no final do século XIV 9 mosteiros em Lisboa, sendo que no ano 1739 o território português já contava com 65 Mosteiros²³⁵.

O Mosteiro de Santa Clara a Velha fica localizado em Coimbra. Ao longo do tempo, sofreu várias inundações fruto da sua proximidade ao Rio Mondego. Essa e outras adversidades fez com que, em 1671, as monjas Clarissas se mudassem definitivamente para as novas instalações, o Mosteiro de Santa Clara-a-Nova, em meados do século XVII, por ordem do rei D. João IV²³⁶.

Ao longo dos anos, a situação do abandono do mosteiro agravava-se, tal realidade que fez com que permanecesse submerso nas águas do Mondego²³⁷. Contudo, em 1910 foi classificado como Monumento Nacional e começam as restaurações parciais nas décadas de 1910-30. Todavia, só na década de 1990 começaram as primeiras escavações arqueológicas em busca da arquitetura subterrada, resultado das inundações do Rio Mondego ao longo dos anos. O projeto desenvolvido pelos arquitetos do Atelier 15, Alexandre Alves Costa, Sérgio Fernández e Luís Urbano, foi galardoado com o Prémio Municipal de Arquitetura Diogo de Castilho, trouxe de volta à vida um monumento histórico há muito escondido.

234 MOURÃO, Teresa da Paz Sanches de Miranda (2004) - *Entre murmúrios e orações: aspetos da vida quotidiana do Convento de Santa-Clara-a-Velha captados através do espólio funerário (séc. XVI e XVII)*. Tese de Mestrado em Museologia e Património Cultural apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra (poli-copiado), p. 32

235 MACEDO, Francisco Pato de (2006). *Santa Clara-a-Velha de Coimbra: singular mosteiro mendicante*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras - Universidade de Coimbra, Portugal, p.26

236 DIAS, Isabel Nunes. (2010). *Turismo Cultural e Religioso no Distrito de Coimbra: Mosteiros e Conventos: Viagem entre o Sagrado e o Profano*. Tese de Mestrado em Lazer, Património e Desenvolvimento, Faculdade de Letras - Universidade de Coimbra, Portugal, p.95

237 CÔRTE-REAL, Artur. (2001). *Mosteiro de Santa Clara-a-Velha. Novos dados para o seu conhecimento. Operação arqueológica.1995/1999*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. p.7. Segundo Helena Costa Tolpa, o resto da estrutura do convento permaneceu "Submerso até há muito pouco tempo, aquilo que resta do complexo de edifícios do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha foi de novo, trazido à luz, afastadas as águas do rio Mondego" ver: - Tolpa, Helena. Costa. (2009). *Três Momentos na Existência do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha*. Humanitas, p.225.



Fig. 82 - Centro interpretativo do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, Coimbra
Fonte: © Global Imagens

A valorização do Mosteiro de Santa Clara a velha foi um Projeto precedido pelo atelier 15. Segundo Manuel Graça Dias, “as questões mais importantes que se levantaram neste projeto foram as que se Prenderam coma a musealização da Igreja e das Ruínas, critérios para o seu usufruto publico conservação e restauro dos elementos descobertos e a descoberta”²³⁸.

O Projeto de valorização do antigo Mosteiro de Santa Clara de Coimbra começou a ser “esboçado” em 2002, e dois anos mais tarde começaram as obras, que compreendiam a construção de um edifício destinado a albergar o Centro Interpretativo. As obras concluíram-se no ano de 2008, mas só em 2009 foram abertas as portas ao público.

Nessa proposta, o atelier 15 focou-se principalmente na valorização do edifício pré-existente, criando assim interação entre os elementos proposto e o edifício existente. O novo edifício foi criado para albergar o centro interpretativo do local e alguns programas, como por exemplo a receção, a bilheteria, o bar com esplanada, o auditório, a loja, espaços de exposição, instalações sanitárias, gabinetes administrativos e gabinetes de investigação.

No projeto, optou-se por uma fachada totalmente envidraçada, orientada para a igreja, enquanto a fachada voltada para a cidade é totalmente cega. Esse jogo de planos faz com que o visitante explore o edifício existente a partir do novo edifício. Nessa nova proposta podemos observar com clareza os três movimentos que os arquitetos transmitem, com vários diálogos entre a preexistência e a nova intervenção contemporânea, em temos de linguagem arquitetónica e a materialidade empregue no novo edifício.

No primeiro ponto, realça-se a relação de afastamento de contraste e contemplação que existe entre a ruína e o novo edifício, o que vai traduzir-se na busca de um equilíbrio de valores entre a preexistência e a nova construção, através do contraste de linguagem e da materialidade. O segundo movimento diz respeito à intervenção dentro da antiga Igreja. Nela vemos a criação de condições para as visitas, leitura e interpretação do edifício preexistente, o que vai traduzir-se no critério que os arquitetos seguiram na escolha das materiais, que, pela sua leveza, fazem sobressair a materialidade da igreja. Por fim, o terceiro movimento é conseguido através da consolidação das ruínas do claustro, que se insere numa leitura muito virada para a restituição dos vestígios arqueológicos, que possibilitam o entendimento de como era o conjunto.

De ponto de vista funcional, o projeto de intervenção não parte de princípio de reuso do edifício existente, mas sim de reforçar o seu carácter já consolidado de ruína. Por isso, a preexistência é a peça central da proposta projetual.

No que diz respeito ao novo edifício, ele funciona como infraestrutura de apoio à preexistência, concentrando-se todo o programa do equipamento cultural. A sua implantação na margem sul do terreno, além de configurar o distanciamento e contraste linguístico já comentado, também tem um sentido funcional, pois opera como um filtro entre a cidade e o sítio arqueológico, que recebe os visitantes e os prepara para a experiência que será iniciada de seguida.

238 DIAS, Manuel. Graça. (2009). *Sete séculos para vencer a razão. Arquitectura de valorização do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha em Coimbra*. ECDJ, Ressurreição



03.2 - Ronchamp Gatehouse and Monastery

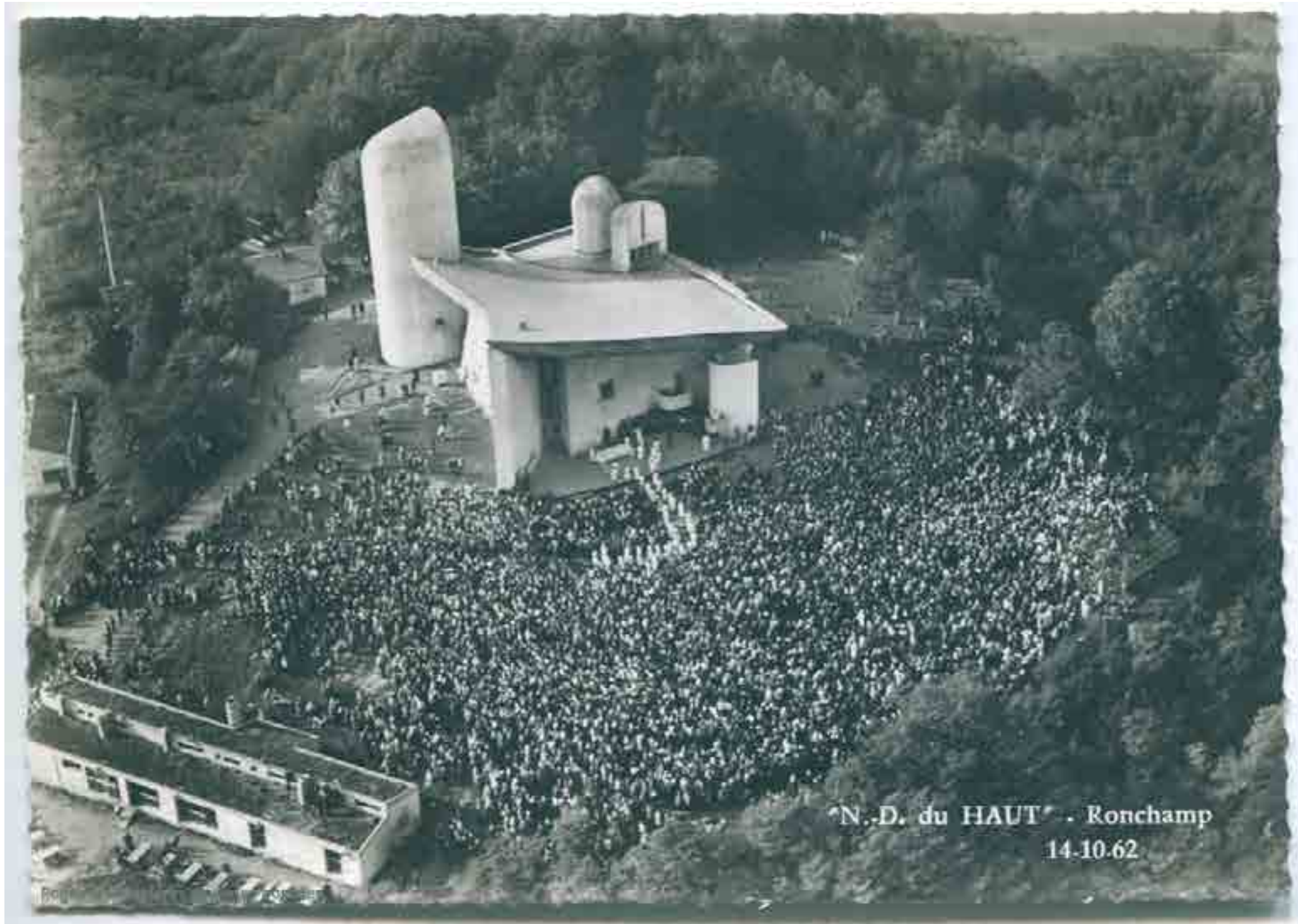


Fig. 83 - Capela Ronchamp celebração da abertura do Concílio Vaticano II em outubro de 1962
Fonte: © Inexhibit

03.2 - A Capela “Notre Dame du Haut”, em Ronchamp (1950-1955)

A capela de “*Notre Dame du Haut*”, mais conhecida por Capela de *Ronchamp*, foi construída no cimo da montanha de *Bourlémount*, localizando-se na região de *Haute-Saône*, em França. Alguns autores advogam que a primeira capela terá sido contruída no século VI. Não obstante, só em meados do século XIII houve relatos da sua existência. Sofreu vários obras de restauro ao longo dos anos, como após o incêndio de 1913, que destruiu parcialmente a capela. Após a segunda Guerra Mundial, a capela apresentava um mau estado devido os bombeamentos, equacionando-se a sua recuperação, que, porém, teria um custo elevado²³⁹.

O novo projeto de reconstrução da capela ficou foi encomendado ao arquiteto modernista Francês, *Charles-Edouard Jeanneret*, mais conhecido por Le Corbusier. A reconstrução da capela era importante, porque este era um lugar que acolhia os peregrinos.

No ano de 1950, depois de ter tido “uma carta branca”, Le Corbusier e o Seu amigo Maurice Jardot deslocaram-se ao local onde se localizava a capela²⁴⁰. Umas das coisas que mais cativou o arquiteto foi, sem dúvida, a paisagem envolvente e a história do local²⁴¹, projetando as suas primeiras ideias de como seria a nova capela. Contudo, só em abril de 1954 começaram as obras, que foram lideradas pelo arquiteto André Maissonnier. A nova capela foi construída no mesmo sítio da antiga. A nova Capela e *Notre-Dame du Haut* foi inaugurada no dia 25 junho de 1955²⁴².

Em termos de proposta, para além da capela, o arquiteto projetou no lado Este da mesma, uma pirâmide denominada de Monumento da Paz; mais a Sudoeste foi construída a dita casa dos peregrinos e os sinos. Podemos ver também ver uma pequena capela de receção aos peregrinos.

Para muitos autores e arquitetos, a proposta de Le Corbusier assenta nas premissas da Paisagem (o Lugar) e da arquitetura vernacular (Historial do Local). Para o Arquiteto Britânico *Kenneth Frampton*, essa proposta mostra-nos algumas mudanças na forma de pensar do arquiteto, existindo um abandono das formas puras e simples em busca de uma arquitetura que se adaptasse ao local, neste caso a arquitetura Vernacular²⁴³.

239 FRAMPTON, Kenneth. (2001). *Le Corbusier Architect And Visionary*. London: Thames & Hudson, p.6.

240 PAULY, Danièle (1997) - *Le Corbusier: La Chapelle de Ronchamp, The Chapel at Ronchamp*. Berlim: Birkhauser, p.60.

241 FRAMPTON, Keneth. (2001). - *Le Corbusier Architect And Visionary*. London: Thames & Hudson, p.167.

242 Dias, Tiago Lopes. 2017. *Le Corbusier, Ronchamp e a crise do racionalismo: uma interpretação de Pedro Vieira de Almeida*. Porto. (Introdução), P.10.

243 FRAMPTON, Kenneth (1996). *História crítica de la arquitectura moderna*. 8.ª ed. Barcelona: Gustavo Gili, p.272.



Fig. 84 - Vista aérea da colina onde encontra-se a Capela Notre Dame

Fonte: ©Inexhibit



Fig. 85 - CAPELA NOTRE DAME DU HAUT

Fonte: ©Inexhibit

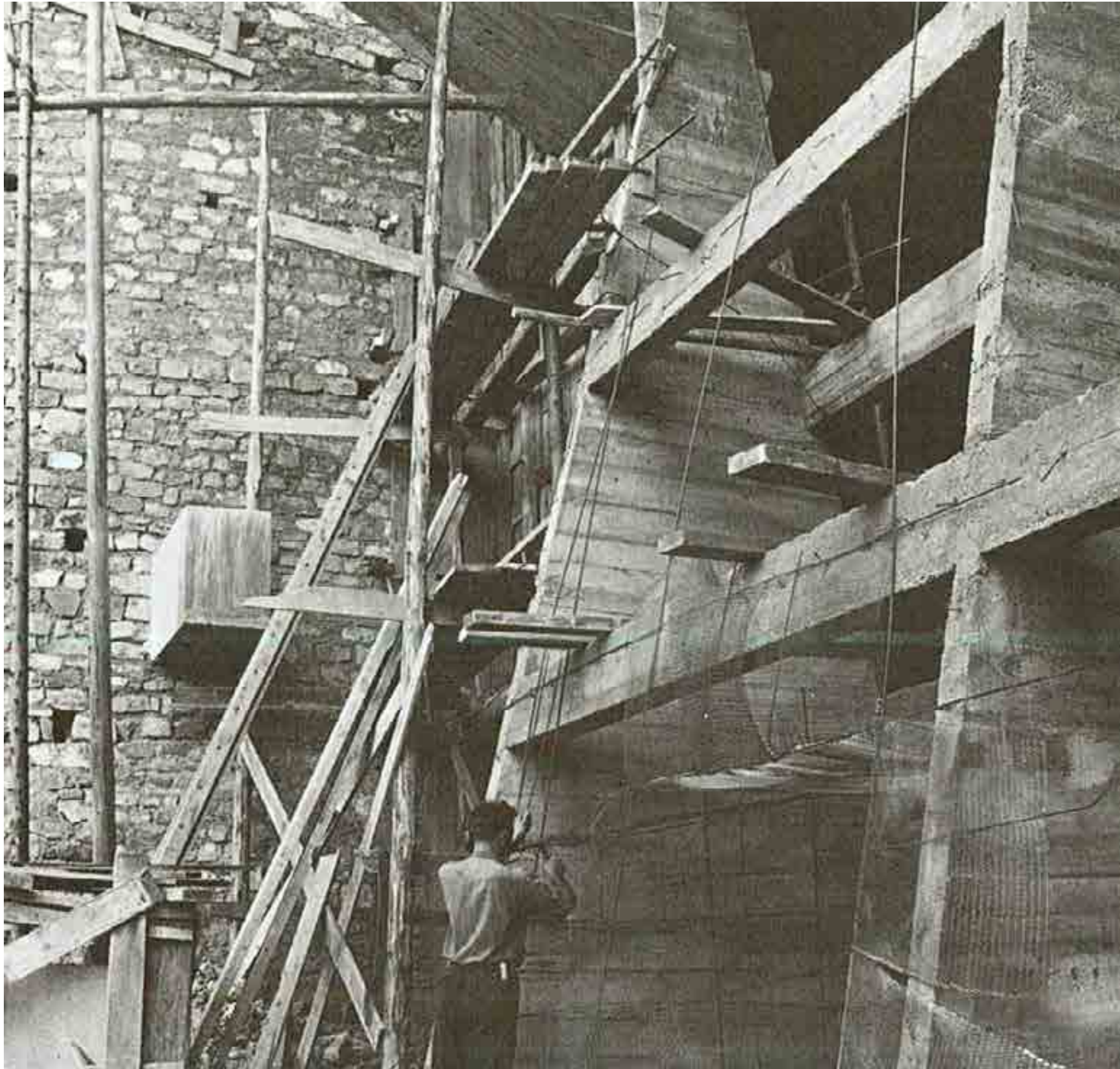


Fig. 86 - Construção da Fachada sulda Capela Ronchamp 1980

Fonte: ©Inexhibit

O processo construtivo

Pode afirmar-se que o processo por detrás da conceção da Capela e a sua volumetria contribuíram muito para a escolha da sua materialidade. Para o arquiteto *Le corbusier*, o processo de criação do projeto foi de inspiração súbita, pois foram as condições da construção que em primeiro lugar determinaram a escolha do betão armado. Através do programa, o arquiteto consegue extrair ao máximo o recurso técnico desse material, devido às suas caraterísticas construtivas, assim, *Le Corbusier* consegue criar formas escultóricas, formas essas que são notórias na capela.

Para o arquiteto, as possibilidades do material são exploradas tanto na forma, onde podemos ver nas superfícies curvas das paredes, e na cobertura que se assemelham a uma concha, como na sua estrutura como no acabamento do material. A textura da capela é conseguida através da projeção do betão. Os dois procedimentos utilizados na construção da capela tornam-no único. Através desta técnica, o arquiteto consegue concretizar a sua obra “Plástica”.

A total liberdade que lhe é dada para projetar a nova capela permite-lhe materializar a sua ideia, considerando que a arquitetura é um lugar de síntese das artes. Segundo *Le Corbusier* “o arquiteto deve pensar como um construtor, todavia como um escultor e pintor, uma vez que as formas plásticas e policromadas são elementos da arquitetura tanto quanto os elementos dos edifícios.”²⁴⁴

Através da construção da capela de Ronchamp, o arquiteto *Le Corbusier* pôde materializar as suas ideias, saindo assim da sua zona de conforto.



Fig. 87 - Vista aérea da colina Notre Dame du Haut

Fonte: ©Michel Denancé - Renzo Piano Building Workshop Architects

03.3 - Ronchamp Gatehouse and Monastery, Ronchamp França-2006 – 2011

“Ronchamp Gatehouse and Monastery” é o nome que foi atribuído ao projeto de um convento para uma comunidade da Ordem das Clarissas Pobres de Besançon, encomendado no ano de 2006 ao arquiteto italiano Renzo Piano e ao seu atelier, Renzo Piano Building Workshop. Essa proposta consistia em construir uma residência para albergar essa comunidade, assim como um pequeno oratório, no mesmo sítio em que *Le Corbusier* projetara a capela de *Ronchamp*, em 1955.

Assim como *Le Corbusier*, o arquiteto Renzo Piano tinha um grande desafio, tendo que lidar com a pré-existência do Projeto de *Le Corbusier* e com a própria paisagem envolvente, numa colina de *Bourlémount*. Impulsionado pelas palavras de *Le Corbusier*, que afirmou que “a intenção era criar um lugar de silêncio, de oração e paz”, para manter esse lugar espiritual e de contemplação, o Arquiteto Renzo Piano tinha de idealizar uma proposta que preservasse as características desse lugar, não interferindo com a Capela, mas dando um maior destaque ao projeto de *Le Corbusier*.

Assim, o arquiteto propôs que a capela fosse projetada na encosta da colina, a 120 metros da Capela, integrando-se assim na paisagem existente. Como se referiu anteriormente, o plano consistia em construir um convento com 12 celas, com áreas comuns, um pequeno oratório, um espaço de recepção para os peregrinos, assim como um dormitório com uma capacidade de 9 quartos. A proposta desenvolve-se em três plataformas: na primeira plataforma, temos o edifício da “*Gatehouse*”; na segunda o oratório, zona de alojamento para os peregrino e zonas comuns; na terceira plataforma, mais abaixo, localizam-se os quartos das irmãs assim como as zonas de convivência. É de salientar que a portaria original foi substituída por um novo edifício que fosse mais funcional.

O edifício da nova portaria, a “*Gatehouse*” possui uma fachada totalmente envidraçada, que abre para o pátio da chegada dos peregrinos e visitantes, sendo composto por uma bilheteira, uma pequena loja, um espaço de jardim bioclimático e uma sala de reuniões. Para além dessas dependências, o edifício também alberga a zona administrativa e uma zona dedicada à pesquisa e à conservação dos documentos.

O edifício principal, o Mosteiro, divide-se em duas plataformas. Na plataforma da cota mais alta, projetou-se espaços semiprivados, como a cozinha, o refeitório e oficinas. Para além disso, foi criado um espaço de oratório para os peregrinos, assim como o espaço de alojamento para os visitantes em busca de um local de silêncio e tranquilidade espiritual. Na cota de baixo, temos o edifício dos quartos das irmãs, que se divide em dois elementos semienterrados com grandes vãos envidraçados, orientados para a paisagem envolvente, sendo constituído por doze celas, assim como por espaços comuns.

As celas das Irmãs Clarissas são pequenos espaços independentes do edifício do Mosteiro, localizadas na encosta mais abaixo. Abrindo para o vale, as celas são pequenos compartimentos de 2.70m por 2.70, e cada cela divide-se em dois espaços: a antecâmara com um lavatório e um armário, e zona de dormir. Paralelamente, as celas possuem um pátio.



Fig. 88 - **Construção Ronchamp Gatehouse and Monastery**

Fonte: ©Renzo Piano Building Workshop Architects



Fig. 89 - **Vista geral da portaria**

Fonte: ©Michel Denancé Renzo - Piano Building Workshop Architects



Fig. 90 - Notre Dame du Haut, vista geral

Fonte: ©Michel Denancé - Renzo Piano Building Workshop Architects



Fig. 91 - Vista do refeitório da pousada

Fonte: ©Michel Denancé - Renzo Piano Building Workshop Architects



Fig. 92 - Conceptual sketch

Fonte: ©<http://tecne.com/wp-content/gallery/ronchamp-gatehouse-4/?SA>

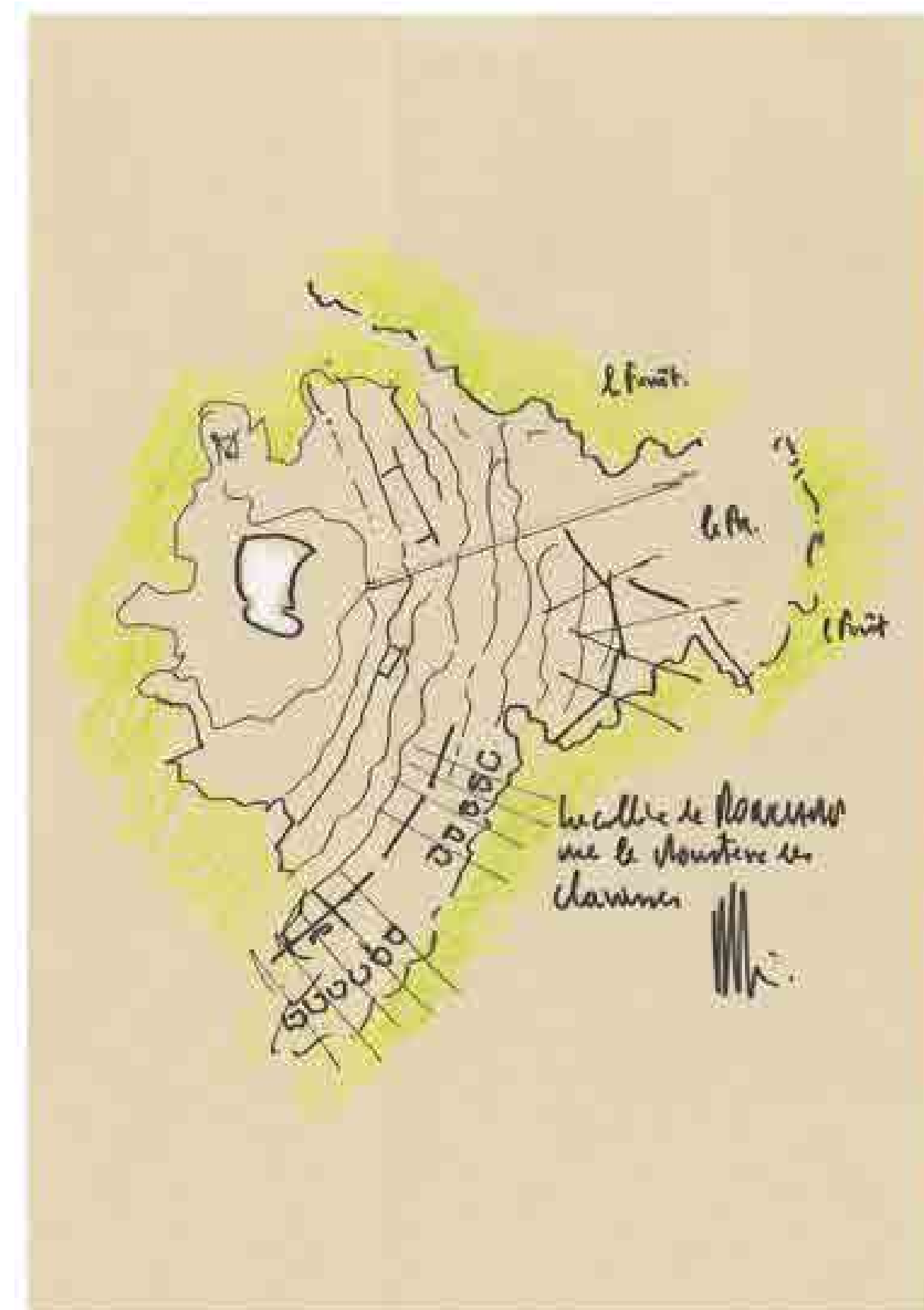


Fig. 93 - Conceptual sketch

Fonte: ©<http://tecne.com/wp-content/gallery/ronchamp-gatehouse-4/?SA>



Fig. 94 - **Planta nivel 0**

Fonte: ©Renzo Piano Building Workshop Architects



Fig. 95 - **Planta nivel 1**

Fonte: ©Renzo Piano Building Workshop Architects

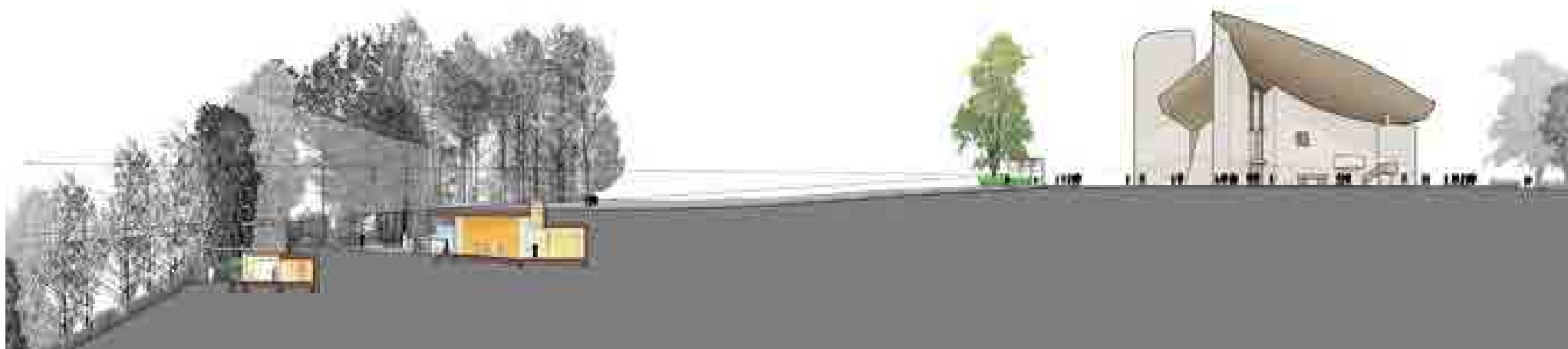
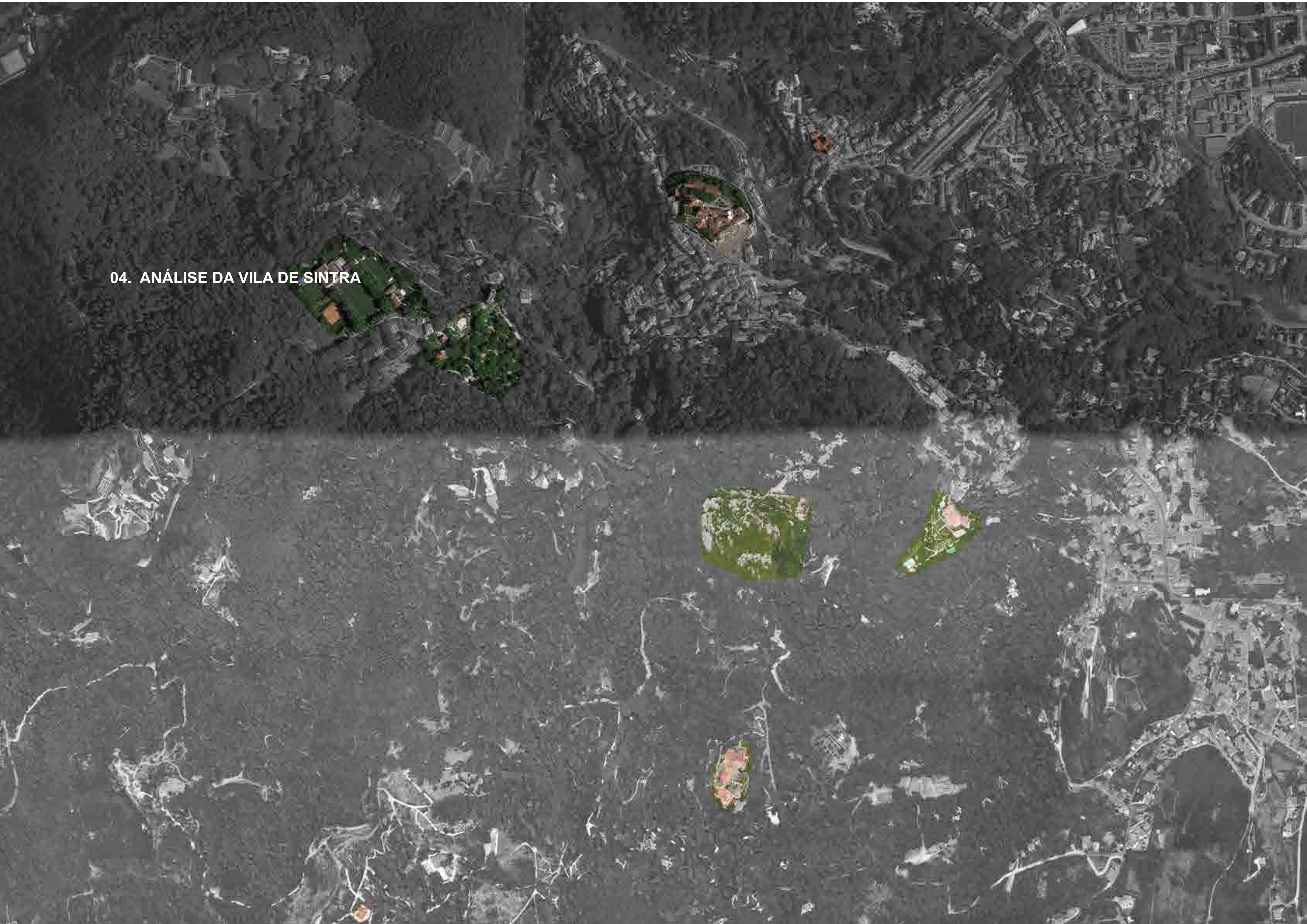


Fig. 96 - Renzo Piano, conceptual sketch, and cross-section of the Notre Dame du Haut expansion

Fonte: © Renzo Piano Building Workshop Architects

04. ANÁLISE DA VILA DE SINTRA



Pré-História	Ocupação Romana	Ocupação Árabe	Século IX	Século X	Século XI	Século XII	Século XIII
6º - 5º milénio a.C - Ocupação neolítica no sítio da Igreja São Pedro de Canaferrim na enconsta Sudeste do castelo. 4º -3º Milénio a.C - ocupação Neolítica/Calcolítica, Calcolítico Médio Calcolítico Final/ Idade do Bronze (1450 a.C) na Penha Verde. Séc. 10-8 a.C - Ocupação da idade do Bronze onde hoje se localiza o castelo dos Mouros	Século 2 a.C - 6 d.C - Ocupação romana na Vila de Sintra. Século 4 e 5 d.C - foram encontrados vestígios da ocupação Romana(artefatos de Brozes, cobre, fragmentos de cerâmicas e moedas).	713 - Os mulçulmanos Islâmicos, Chefiados por Ziad Tarik invadem a Região de Sintra Construção da Capela de Sao Pedro de Canaferrim Construção do Castelo dos Mouros Provavelmente deu-se a constução do Palácio da Vila.	Fernando Mango conquista Sintra.	Alguns Autores afirmam que o geógrafo Árabe Al-Barcr terá hospedado no palácio da Vila, onde por ventura escreveu um artigo sobre a vila de Sintra	Foi entregue a Afonso VI de Leão e Castela, alguns territórios da península Ibérica incluindo Sintra Referência da entrega de Sintra a Afonso VI rei de Leão em troca de proteção pelo rei de Badajoz Motawakkil.	Deu-se a Contrução do Castelo de Colares, com objectivos defensivos. 1108 - Castelo de Sintra é saqueado pelo Príncipe Norueguês Sigurd 1109 - Conde D. Henrique conquista o castelo de Sintra 1147- começou a reconquista Cristã. Após a conquista de Lisboa e Sintra por D. Afonso Henriques a população do castelo redeu-se. Provavelmente depois da Conquista da Vila de Sintra e do Castelo dos Mouros D. Afonso Henriques ordenou que se erguesse a Igreja de São Pedro de Canaferrim dentro das Muralhas do Castelo. Tambem existem refereências sobre a criação de quatro paróquias . Construção da Igreja Santa Maria de Sintra 1154 - Foi outorgada uma carta Foral à Vila de Sintra 1156/1157 - D. Afonso Heriques doou algumas terras e casas à Ordem do Templo, os Templários 1186 - Papa Urbano Confirma que os espaços de Sintra fazem parte dos bens da Ordem do Templo, posteriormente foi ocupado pela rainha D. Isabel. 1189 - D. Sancho I reformulou a carta foral de Sintra	1254 - Fundação da Igreja Colegiada de Santa Maria pelo Prior Lawrence Anes 1261 - D. Dinis Promoveu os trabalhos de requalificação do palácio de Sintra e construção da capela Gótica 1287- D. Dinis Doou Sintra a Rainha Isabel de Aragão

Século XIV	Século XV	Século XVI	Século XVII	Século XVIII	Século XIX	Século XX		
1400-Construção do Convento da Penha Longa pela Ordem Monástica São Jerónimo D. João I ordenou que se erguessem o convento de Santíssima Trindade	D. Manuel I ordenou que se realizasse novamente obras no palácio de Sintra, tendo também renovado o Foral de Sintra Contrução do Pelourinho de Sintra e a reforma do convento da Santissima Trndade Sintra é eleito como um local de Veraneio da nobreza 1431- D. Afonso V nasceu no Palacio Nacional de Sintra no dia 15 de Janeiro	1503 - Fundação do Convento da Nossa Senhora da Penha pelo Rei d. Manuel I Duarte d'Armas executou à pena desenhos da Villa de Sintra 1510-D. Manuel I outorgou ou renovou a carta de Colares 1535- Penha Longa tornou-se a sede de um colegeio Criado pelo rei D. João III 1540 - D. João III Promoveu os trabalhos de arranjo no jardim do claustro do convento da Penha Longa 1542 - D. João de Castro Intalou-se na Quinta da penha Verde, fundou o Santuário da Nossa Seanhora so Monte 1547 - D. João de Castro foi Nomeado Governador da Índia posteriormente em 1548 foi nomeado Vice-rei da Índia, tendo falecido 3 semanas após a sua nomeação 1560 - em cumprimento aos votos do seu falecido pai D. Álvaro de Castro Manda Construir o Convento de Santa Cruz de Sintra, onde 8 frades proviniente do Convento da Arrábida residiram ali. 1581 - D. Felipe II de Espanha visitou portugal, alguns autores referenciam a sua passagem pelo convento dos Capunhos de Sintra ou conveno Santa Cruz de Sintra 1596 - Morto de Frei Honório, um frade franciscano que viveu 30 anos numa caverna	1654 - D.João VI visita a Vila de Sintra e provavelmente passou no Convento de Santa Cruz de Sintra 1655 - D. José Leite de Aguiar e D. Sebastiana de Meneses são os proprietarios da quinta dos Pisões 1680 - Antonio de Sousa adquiriu a Quinta do Ramalhão 1683 - Após 9 anos de cativoeiro D. Afonso VI morre numa sala do Palácio Real 1689 - Reconstrução do convento da Santíssima Trindade 1700 - Luis Garcia Bivar Comprou a quinta do Ramalhão	1735 - Deu-se a construção do aqueduto do Ramalhão contrução do palácio de Seteais Revestimento do convento dos capuchos, onde D. João V concedeu um barril de petroleo 1727 - D. João V visitou o Convento da Penha Longa 1755 - Na manhã de 1 de Novembro o terramoto destruiu uma parte de da Vila de Sintra o convento da Penha Longa foi afectado, também houve danos no palácio de Sintra Reconstrução do convento de Trindade depois do terramoto Na segunda metade do século XVIII decorreram novamente obras de restauro do Paço da Vila 1762 - Conclui-se as obras de reconstrução da Igreja da Misericórdia de Sintra 1764 - obras na quinta do Ramalhão devido o terramoto de 1755 1768 - Maria de Encarnação Correia adquiriu a Quinta do Ramalhão 1780 - Iniciou-se a construção do palácio de Monsarate foi construído a Fonte do Rei Junto à Quinta da Penha Verde 1787 - Inaugorou-se o Palácio de Seteais 1794 - A Rainha Carlota Joaquina adquiriu a Quinta do Ramalhão e tranformou-se em Residência real	o Seculo XIX é marcado com a contrução do Palácio da Pena obra do Romantismo Português iniciado no reinado de D. Fernando II,foi contruido sobre os resto do velho mosteiro Jerónimo do século XVI. O século XIX foi também o século marcado pelo Ideário Romantico em Sintra, muitos autores estrangeiros elegeram sintra como um o local de passagem obrigatória. 1809 - Lord Byron Visitou Sintra onde se inpirou para escrever a "Peregrinação de Childe Herold" decreveu a vila de Sintra como um "Glorioso Éden" Visiou também o Palácio de Monserrate 1810 - A Quinta do Pisões foi vendida ao Alto José dos Reis. 1821 - Mariana Baillie uma viajante inglesa descreve o Palácio de Monserrate 1830 - William Hicking Burnett imortalizou a área da capela no Castelo dos Mouros com a sua gravura Aparece uma segunda Gravura de Burnett, referente ao convento de Santa Cruz de Sintra Entre 1830/1837 uma gravura de Burnett mostra como era o Pelourinho implantado na Praça do Antigo Mercado	1834 - Extinção das Ordens Relegiosa Obrigou o abandono do Convento de Santa Cruz de Sintra Em determento a extinção das Ordens Religiosas o o Convento dos Capuchos de Sintra foi adquirido pelo segundo Conde de Penamacor D. António de Saldanha Ribafria Albuquerque e Castro, o convento da Trindade foi vendido em leilão a José dos Reis 1838 - O visconde de Juromenha Publicou a obra "Cintra pitoresca, ou Memória Desciptiva de Vila de Cintra, Collares e ous seu Arredores" construção do Palácio Municipal de Valenças obra do Italiano Giuseppe Cinatti 1855 - Francis de Cook é o novo proprietário de Monserrate, Neste ano foi construído também a Vila de Roma por Carlos Morato Roma 1858 - Iniciou-se a reconstrução do novo Palácio de Monserrate obra encomendado ao arquiteto Inglês Jmaes Knowles 1860 - D. Fernando II restarou o Castelo dos Mouros 1872 - Foi edificado o Chalet da condessa D'Edla 1873 - Sir Francis Cook adquiriu o Convento dos Capuchos de Sintra 1886/1890 - Deu-se a construção do Chalet Biester 1888 - No Romance "Os Maias" o autor Eça de Queiroz referiu ao abandono do Palacio de Seteais 1889 - O estado Português Adquiriu o Palácio da Pena 1890/1894 - Construção do edifício Principal da Vila Sassetti, projeto da autoria do Cenogra e arquiteto Lui Manini amigo do Vitor Carlos Sassetti na altura o Proprietário da Vila Sassetti	1901 - O Sir Frederico Lucas Cook sucedeu ao seu pai e tornou-se o 2º Visconde de Monserrate Iniciou-se a contrução da linha do elétrico de Sintra para a Praia das Maças 1903 - O Estado Português adquiriu o Chalet da Condessa D'edla 1904 - No dia 31 de Março foi enaugorado Linha do elétrico de Sintra a Colares e no dia 10 de Julho parte de Sintra e Praia das Maças 1905 - Dr. Luis Soromenho Adquiriu a quinta da Penha Longa 1906 - Construção do Palacete da Quinta dos Lagos projeto do Arquiteto Francisco Carlos Parente. 1907 - Conclusão das obras do Chalet Biester Foi nesse ano que surgiram os primeiros desenhos referentes a Casa do Cipreste de Raul Lino 1909 - Deu-se por concluído as obras do edifício dos Paços do Concelho 1910 - Devido à Implantação da Republica, o Palácio da Pena foi transformado num Museu com a designação oficial do Palácio Nacional da Pena, também em consequência a Implantação da Republica o govergo incorporou o Paço Real no Património do Estado, segiu-se as demolições de algumas contruções anexados ao Palácio. 1912 - Iniciou-se as construções da casa do Cipreste do Arquiteto Raul Lino 1914 - Conclui-se as construções da casa do Cipreste. 1922 - Iniciou-se a construção da casa dos Penedos da Família de Carvalho Ribeiro Ferreira	1923 - iniciou-se a construção do edifício do Casino de Sintra, de acordo com o projeto do arquiteto Manuel Joaquim Norte Junior, um ano mais tarde em agosto de 1914 foi inaugurado. 1924 - Construção da Casa do Outão da autoria do arquiteto Raul Lino 1930 - Capanha de Restauros do Paço Real a cardo do arquiteto Raul Lino 1948 - Raul Lino elaborou um projeto de adaptação a Hotel do Palacio Seteais 1949 - Plano de Urbanização de Sintra por Étienne de Groer 1953 - A Quinta da Penha Verde foi Classificado como um monumento Nacional 1966 - Incêndio na Serra de Sintra 1981 - Foi Criada a Área de Paissagem Protegida de Sintra Cascais pelo Decreto Nº292/81, no dia 15 de outubro 1994 - A Área Protegida de Sintra-Cascais foi Reclassificada como Parque natural de Sintra.Cascais pelos decreto nº 8/94, de 11 de Março, também foi aprovado o Regulamento do Plano de Ordenamneto do Parque Natural de Sintra -Cascais Decreto nº 9/94. 1995 - UNESCO classificou Sintra Como Património Mundial na Catogoria de Paisagem Cultural 1998/2000 - O convento dos Capuchos encerrou ao público devido a razões de Segurança 2000 - Foi criado Parques de Sintra Monte da Lua, S.A



Fig. 97 - Paço de Sintra

Fonte: ©Matyas Rehak

04.1 - Localização, Enquadramento Histórico e Evolução da Vila de Sintra

“Sintra é o mais feliz dos encontros entre a arte e a natureza, acontecimento eurítmico de uma superior cultura”²⁴⁵.

O centro da Vila de Sintra tornou-se num espaço de grande interesse arquitetónico, cultural e social, num expoente máximo a nível nacional bem como europeu, tudo graças à uma enorme presença de diferentes tipos de povoações, desde a ocupação Árabe, passado pelo auge do período romântico até à arquitetura dos anos 20 do século XX. Isso fez com que a Vila de Sintra possui-se diversos estilos arquitetónicos. Vítor Serão, no seu ensaio “Sintra,” afirma que: “Sintra, com espaço urbanístico da vila Velha e da Estefânia o seu acervo de igrejas palácios conventos, quintas senhoriais e edifícios civis de artístico perfil e o seu fascinaste envolvimento natural que se entende pelos parques frondoso da Serra e se espraia até ao Oceano constitui sem dúvida alguma um sítio monumental por excelência do nosso País”²⁴⁶. Esta simbiose entre o património Cultural e Património Natura (Vila e Serra) fez com que Sintra fosse considerada Património Mundial da Humanidade/ Património Cultural, em 1995, pela Unesco. A partir de um relatório elaborado pelo ICOMOS, apurou-se que Sintra possui uma passagem natural e histórico-cultural sublime, que se adapta às necessidades modernas, sem que essas caraterísticas façam perder a sua identidade.

O concelho de Sintra pertence ao distrito de Lisboa e integra-se na área Metropolitana de Lisboa, situando-se na costa ocidental da Europa. A vila “velha” de Sintra localiza-se a 25 km da cidade de Lisboa e é composta por três freguesias, que remontam à Idade Média. Insere-se desde 1982 na área Protegida de Sintra-Cascais, sob um estatuto jurídico de proteção ambiental. O Concelho de Sintra possui aproximadamente 329 km² e é constituído por 13 freguesias²⁴⁷.

Atualmente, Sintra encontra-se limitada a poente pelo Oceano Atlântico, a nascente pelo concelho de Loures e Oeiras, a sul pelo concelho de Cascais e a Norte pelo concelho de Mafra. Na perspetiva do geógrafo Português, Amorim Girão, Professor da Universidade de Coimbra, no seu ensaio “Esboço duma Carta Regional de Portugal”, este concelho era outrora designado por “Terra Saloia”, conjuntamente com a sub-região de Loures Cascais Oeiras e Lisboa, referindo que “é onde sobressaem os terrenos miocénicos e basálticos conhecidos na localidade por terras brancas e terras pretas, onde a horticultura tem o principal lugar”²⁴⁸.

Sintra, como é do conhecimento geral, viria a ser considerada por muitos autores como um lugar mítico de inúmeras lendas. Pode-se, no entanto, comprovar isso nas várias obras nacionais e internacionais em que são compiladas várias lendas que contribuíram para a cultura sintrense. Segundo Dora Wordsworth, “Sintra é um lugar mais para sonhar do que para descrever”²⁴⁹, contudo o autor Vítor Serão a partir desta afirmação sublinha que essa caraterística peculiar é devido: “...à beleza selvática dos bosques, à imponência dos monumentos, às matrizes cromáticas da vegetação, ao húmidos silencio da fragas, à serena sabedoria das pedras disposta por gerações sucessivas de homens...”. Acrescenta ainda que é através do: “...conjunto homogéneo, coerente qualitativamente valorizante de edifícios, objetos e espaços que testemunham a intervenção dos homens e da natureza numa curva de tempo determinada e num território geograficamente determinante...”²⁵⁰.

A vila de Sintra acolheu, durante muitos séculos, figuras célebres oriundas de todos os “cantos” do

245	Raul Lino in CUNHA, Rodrigo Sobral. (estudo introd. e sel. de textos). (2014). Sintra / Raul Lino. Colares Editora. Sintra, p.8.
246	SERRÃO, Vítor; Sintra.(1989) 1ª ed. Lisboa: Editorial Presença, pp.40-41.
247	BOLÉO, José de Oliveira, (1973) Sintra e o seu Termo, 2ª Edição, Câmara Municipal de Sintra.
248	GIRÃO, Aristides de Amorim; SÁ, Pedro de Moura; ALMEIDA, Manuel Lopes de. (1933). Esboço duma carta regional de Portugal. Coimbra Imprensa da Universidade.
249	WORDSWORTH, Dora. (1847). Journal of a few months residence in Portugal. London.
250	SERRÃO, Vítor;. (1989). Sintra. 1ª ed. Lisboa: Editorial Presença, p.40-41.

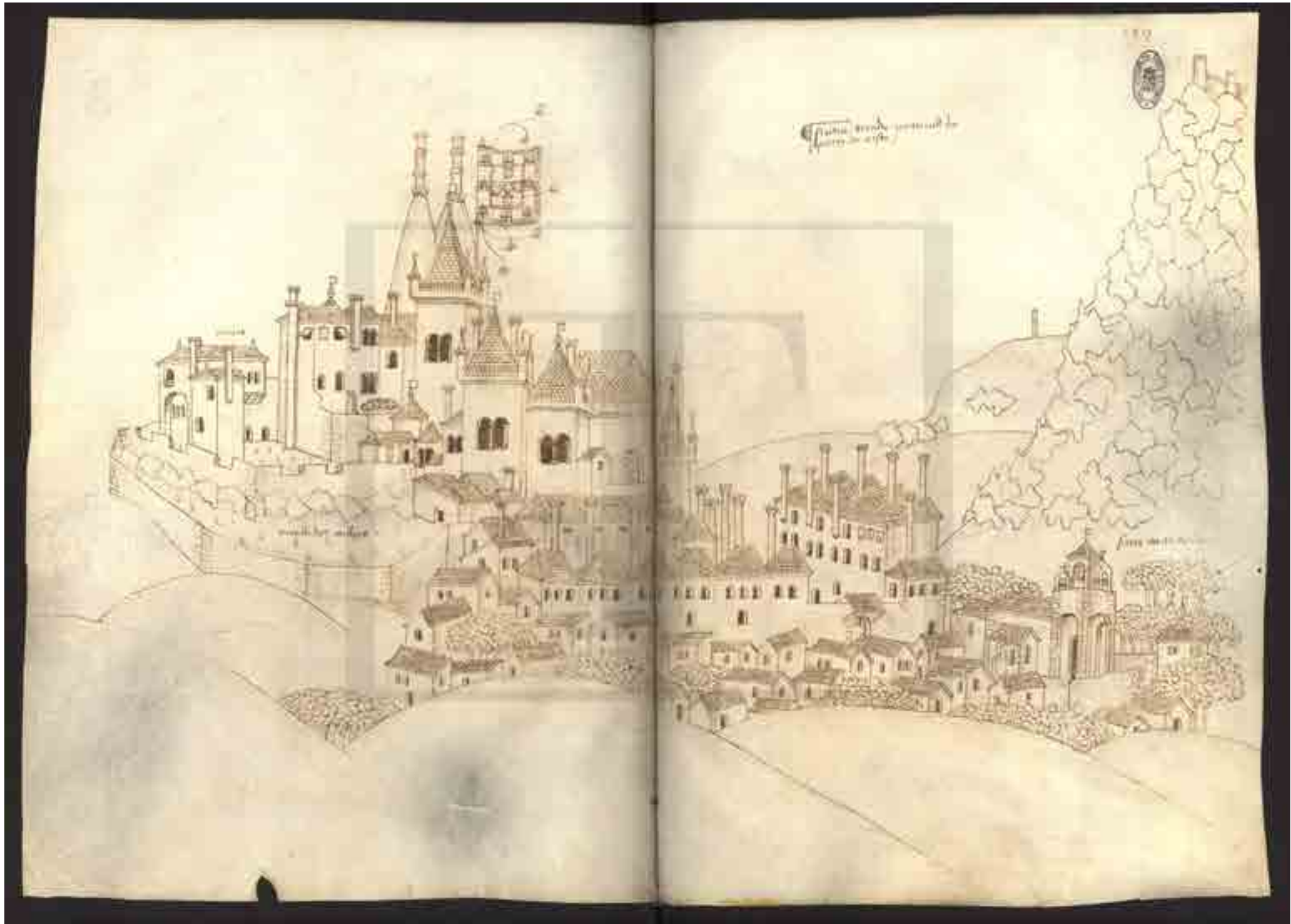


Fig. 98 - Sintra

Fonte: ©Arquivo Nacional Torre do Tombo livro das Fortalezas 119

mundo, como o geógrafo Árabe *Al-Barcr*, que se acredita que foi recebido no Paço Real. No seu célebre texto do século X, o geógrafo traçou a vila de Sintra da seguinte forma: “...*Sintra é uma das vilas que dependem de Lisboa no andaluz, nas proximidades do mar. Esta permanentemente mergulhada numa bruma que se não dissipa. Possui dois castelos de extrema solidez... a região de Sintra é uma das regiões onde as maçãs são abundantes...*”²⁵¹. Também temos exemplos nacionais, que através das suas histórias e nostalgia, ajudam a caraterizar a magnitude da vila de Sintra. Já Afonso Lopes Viera afirma: “*Em toda a terra portuguesa em toda a terra da europa, Sintra surge como um dos mais belos e raros que a invenção prodigiosa da natureza logrou criar*”²⁵². Pode-se perceber a beleza arquitetónica e paisagística que a vila de Sintra possui.

Sintra possui uma história que é moldada por várias fases ou épocas, ao longo dos anos, desde os vestígios de *villae*, que comprovam a ocupação Romana à construção de uma muralha defensiva no cimo da serra, pela ocupação Árabe. Existe um leque de documentação arqueológica que permite reformular certezas destas ocupações. No entanto, alguns autores acreditam que são sustentados em presunções, conjecturas e teorias pelo que ficam sempre a mercês de aqueles que o possam retificar futuramente²⁵³.

Essas incisões/pesquisas iniciam-se com o significado etimológico da toponímia de Sintra, que muitos autores afirmam que deriva de *Cyntia*, o termo que na mitologia Céltica simbolizava a Lua, e daí o nome Monte da lua que conhecemos hoje. Segundo as lendas, acredita-se que tenham sido os Romanos a apelidarem a Serra de Sintra de *Mons Lunae*. Contudo, existem outras versões que vêm contrariar essas presunções, indicando que o vocábulo *Cynthia* é de origem latina, que advém do grego *Kinthyia*, nome ligado à deusa Artemisa, ou seja, Diana ou Lua²⁵⁴.

Como se pode verificar, é quase incerto traçar a origem etimológica do termo Sintra até às suas origens. As contribuições para essa incerteza são inúmeras e o facto de Sintra ser ocupada por diferentes povos, torna difícil esse traçado cronológico do termo. Igualmente, vão-se cruzar designações, cada uma a tentar ajustar a denominação da ocupação anterior. Efetivamente, o que se pode constatar é que essa raiz toponímica abarca séculos de história. Segundo a Câmara Municipal de Sintra, houve imensas adaptações ao longo da época, tais com *Xentra*, *Zintira*, *Chintra* ou *Xintra*. Todavia, pode-se afirmar com certeza que na Região de Sintra, houve inúmeras povoações, desde a mais remota antiguidade²⁵⁵.

Essas contribuições toponímicas ao longo dos séculos permitem que se trace uma cronologia da ocupação de remotos séculos de histórias. Esta ocupação, segundo alguns autores, terá tido o seu início no período Neolítico e Calcolítico, caminhando até aos anos 20. Nas palavras de Vítor Serão, “...*Sintra, na forma latina e arcaica do topónimo com que surge na documentação coeva ou próxima da reconquista Crista era uma região habitada em datas mito remotas da Pré-história segundo o que comprovam os dados arqueológicos já detetados...*”²⁵⁶.

São esses dados arqueológicos que permitem comprovar as ocupações pré-históricas. Encontram-se inúmeros exemplares de jazidas paleolíticas que foram localizadas por vários arqueólogos, destacando-se *Henri Breuil* e *George Zbyzewsky*, que a partir das suas descobertas, atestam uma antiquíssima ocupação humana. Esta ocupação pode inscrever-se no período Neolítico e Calcolítico. A região de Sintra também fora denominada de *Hiena de Strabao*, sob o domínio de Octaviano Cesar Augusto, e fazia parte integrante da Lusitânia. José de Oliveira Bolão elucida, no seu ensaio “*Sintra e o seu Termo*”, que “...*não existe outra zona nos arredores de Lisboa onde os vestígios da ocupação Romana seja tão*

251 Al- Barcr in SERRÃO, Vítor, (1989). *Sintra*. 1ª ed. Lisboa: Editorial Presença, pp.15 e 16.

252 SERRÃO, Vítor.(1989) *Sintra*. 1ª ed. Lisboa: Editorial Presença, pp.15 e 16.

253 JURUMENHA, João António (1939). *Cintra Pinturesca ou Memória Descriptiva da Villa de Cintra, Colares e seus arredores*. Lisboa: Empreza da História de Portugal.

254 SERRÃO, Vítor.(1989). *Sintra*. 1ª ed. Lisboa: Editorial Presença, p. 25.

255 CMS.(2017). *De Xentra a Sintra*. Câmara Municipal de Sintra, p.2.

256 SERRÃO, Víto.(1989). *Sintra*. 1ª ed. Lisboa: Editorial Presença, p.40-41.



Fig. 99 - **Castelo dos Mouros**
Fonte: ©aTerceiradimensão

*abundante como é Sintra...*²⁵⁷, o que é comprovado, por exemplo, pela estação arqueológica de São Miguel de Odrinhas, local onde se encontram inúmeros vestígios da ocupação romana. Existem também, na Região de Sintra, a estação arqueológica de Loures Casal de Santo Amaro, Almoçageme Almosquer, Madre de Deus, Morelinho, Montelavar, Colares, Faião Milides, entre outros, podendo constatar-se a influência romana deixada nos grandes monumentos arquitetónicos de Sintra.

Durante muitos anos, verificou-se o domínio romano quase por toda Europa, incluindo o território nacional. Acredita-se que os Visigodos tenham-se fixando também em Sintra, existe um cemitério perto de São Miguel de Odrinhas que pode elucidar essa ocupação²⁵⁸.

De acordo com alguns autores, nomeadamente o historiador José Hermano Saraiva, a expansão árabe iniciou-se no século VI, e só a partir do século VIII, precisamente no ano de 711, o domínio Islâmico foi estabelecido quase por toda a Península Ibérica. A região de Sintra, na altura denominada por *Chentra*, foi fortemente influenciada pela cultura árabe, começando na inovação do domínio agrícola, chegando até aos aspetos construtivos. Este domínio dos Mouros foi marcado pela construção de uma fortaleza, o Castelos dos Mouros, erguido neste mesmo século no cimo da Serra de Sintra. Nessa época, essa construção funcionava como um elemento de sentinela estratégica de defesa e vigília. Nesse mesmo século, foi erguido também o Paço da vila²⁵⁹.

Durante muitos anos, a cultura Árabe cimentou as suas influências praticamente por todo o seu território Português, até que no ano 1139, o período chamado de “A Reconquista Cristã”, Sintra passa a ser integrada no espaço cristão, com o foral que foi outorgado à Vila de Sintra, a 9 de janeiro de 1154, pelo rei D. Afonso Henriques, sendo que na sua obra e nos Preâmbulos estão escritas as seguintes palavras: “*A vós que habitais em Sintra da classe superior ou da inferior e de qualquer ordem que sejais, e a vossos filhos e descendentes carta irrevogável de direito estabilidade e serviço (...)*”²⁶⁰. O foral foi certificado anos mais tarde, em 1189, no reinado de D. Sancho I, e alterado por D. Manuel no ano de 1517. Esse documento serviu também para definir os limites da Vila de Sinta.

No período da Reconquista Cristã, inicia-se a construção de inúmeras igrejas paroquiais que serviam para o enquadramento da cultura Cristã das imensas construções. Dá-se uma maior visibilidade à construção da Igreja de São Pedro de Canaferim, erguida no perímetro do Castelo dos Mouros. Também é muito visível a influência do estilo Românico, e também a construção da Igreja de Santa Maria, na segunda metade do século XII²⁶¹.

No ano de 1261, Sintra atingiu a sua grandeza/plenitude, com afirmação do município. Foi precisamente nesse século XII, que se começa a construção das quintas senhoriais mais antigas de Sintra, graças à família real Portuguesa, que escolheu Sintra como um local de veraneio. Após a construção/ampliação do palácio da vila velha no mandato do Rei D. Dinis surgiram muitas quintas que hoje fazem parte da cultura histórica de Sintra. Acerca desse assunto, Rafael Moreia afirma *que “Sintra, sítio de caça dos reis da dinastia de Avis, tornou-se a partir de D. João III, uma verdadeira «corte de Verão», centro de vilegiatura da vida áulica e aristocrata, que ainda hoje nos oferece a maior densidade de «Vila» renascentista em todo o País*”²⁶².

No entanto, só no século XV e início do Século XVI é que Sintra aufere de uma das fases de maior fulgor. Durante esse, período foram concretizadas várias obras arquitetónicas, nomeadamente a ampliação

257 BOLÉO, José de Oliveira. (1973). *Sintra e o seu Termo*, 2ª Edição, Câmara Municipal de Sintra, p. 10.

258 ADRIÃO, Vitor Manuel. (2007). *Sintra, Serra Sagrada (Capital Espiritual da Europa)*. Lisboa: Dinapress de Martins & Coimbra, Lda.

259 ADRIÃO, Vitor Manuel. (2007). *Sintra, Serra Sagrada (Capital Espiritual da Europa)*. Lisboa: Dinapress de Martins & Coimbra, Lda.

260 Foral à villa de Sintra in. JURUMENHA, João António (1939). *Cintra Pinturesca ou Memória Descritiva da Villa de Cintra, Colares e seus arredores*. Lisboa: Empreza da História de Portugal.

261 SERRÃO, Vitor. (1989). *Sintra. 1ª ed*. Lisboa: Editorial Presença, pp. 26-27.

262 MOREIRA, Rafael. (1988). *Novos Dados sobre Francisco de Holanda in Sintra, Tomo I*, Sintra, p.62.



Fig. 100 - Palácio Nacional da Pena
Fonte: ©PSML_Wilson_Pereira

do Palácio Nacional de Sintra, no reinado de D. João I (1357-1439), e posteriormente no reinado de D. Manuel (1469-1521). Esse período também é marcado com a construção do Convento da Santíssima Trindade, no reinado de D. João I. Para testemunhar essas mudanças na vila de Sintra, Duarte d’Armas faz três célebres ilustrações datadas de 1507/1509, onde se pode constatar como era a vila e o seu paço Real na altura da “campanha” de ampliação ordenada pelo rei D. Manuel²⁶³.

Para além da construção das quintas em redor da Vila de Sintra, esse século é marcado pela arquitetura de Chalets. É também nesse mesmo século que se inicia a construção do Convento da Nossa Senhora da Pena, da ordem de São Jerónimo, projetado pelo arquiteto italiano *João Potassi*.

Sintra viria a sofrer uma grande transformação cultural a partir do século XIX, um século dominado pelo “Romantismo”, período que se caracteriza pela criação de um conceito assente no espírito romântico, melancólico e nostálgico. Foram estes conceitos, nomeadamente a melancolia e o pitoresco, que impulsionaram muitos indivíduos imbuídos de espírito romântico a procurar a vila de Sintra. A partir dessa época, começaram a aparecer gravuras elaboradas nesse período, sobretudo do centro histórico da Vila de Sintra.

Como se sabe, é nesse período que muitos românticos elegem Sintra como o lugar de passagem obrigatório e idealizam-no como um lugar de cultura Romântica. A corrente romântica expressou-se de diversas formas na vila de Sintra, sobretudo na poesia, na Natureza e na arquitetura. Sobre esse mesmo assunto, Paulo Pereira afirma, que “*Os românticos vão depois fazer de Sintra um lugar de eleição na sua topografia estética, lugar de peregrinação obrigatório e definitivamente um dos mais importantes – senão mesmo um dos primeiros na geografia cultural romântica europeia*”, acrescenta ainda que é a “*qualidade atmosférica de âmbito fenomenológico que atraia os poetas e os amantes de evocação paradisíacas e idílicas*.” Para concluir, sublinha que a razão desse fascínio por Sintra é impulsionada pela “*articulação entre a arquitetura construída e a arquitetura da natureza respondem, com uma inesperada coerência e precocidade ao grande projeto do romantismo, que inscrevia no seu propósito o urgente reencontro com a natureza*”²⁶⁴.

Por Sintra, como se sabe, passaram grandes autores e artistas românticos, entres ele o escritor Almeida Garrett e o pintor João Cristino da Silva, entre inúmeros artistas e escritores estrangeiros. Dá-se um maior destaque aos “gravadores” *William H. Burnet*, *Clementine Brelaz*, *Dominico Schioppetta* e *Colebrooke Stockdale*, e aos escritores *William Beckford* e *Lord Byron*. Foram sobretudo esses grandes artistas e escritores que ajudaram a difundir esse novo movimento cultural em Sintra²⁶⁵.

José Saramago afirma que “*Todos os caminhos vão dar a Sintra*”²⁶⁶. De facto, é o que se verifica atualmente, pois Sintra torna-se um destino que procurado por milhares de turistas, o local de passagem obrigatória para muitos estrangeiros, graças à simbiose e harmonia entre o Património Arquitetónico e o Património Natural.

263 SERRÃO, Vítor. (1989). *Sintra. 1ª ed.*Lisboa: Editorial Presença, p.40-41.

264 PEREIRA, Paulo; VILLACAMPA, Vicente. (1989). *Descubra o Mundo Portugal Património da Humanidade*, EDICLUBE, p. 120 – 124.

265 SERRÃO, Vito. (1989). *Sintra. 1ª ed.* Lisboa: Editorial Presença, p.19.

266 SARAMAGO, José. (1998). *Viagem a Portugal*. Lisboa .Ed. Caminho.. “*Todos os caminhos vão dar a Sintra. O viajante já escolheu o seu. Dará a volta por Azenhas do Mar e Praia das Mações, espreitará primeiro as casas que descem a arriba em cascata, depois o areal batido pelas ondas do largo, mas confessa ter olhado tudo isto um pouco desatento, como se sentisse a presença da serra atrás de si e lhe ouvisse perguntar por cima do ombro: “Então, que demora é essa?” Pergunta igual há-se ter feito o outro paraíso quando o Criador andava entretido a juntar barro para fazer Adão. [...]Da varanda do palácio o viajante olha a massa verde do parque. Que a terra é fértil, já o sabia: conhece bastante de searas e pinhais, de pomares e olivedos, mas que essa fertilidade possa manifestar-se com tanta força serena, como de um ventre inesgotável que se alimenta do que vai criando, isso só aqui estando se sabe [...] O Sol cobre tudo isto. Um pequeno esforço das árvores levantaria a terra para ele. O viajante sente a vertigem dos grandes eventos cósmicos.”*

05. PROPOSTA



Fig. 101 - Mosteiro de São Bento da Saúde / Palácio de São Bento / Palácio das Cortes / Assembleia da República
Fonte: ©SIPA

05.1 - Revitalizar o Património/Diferentes tipos de transformações, adaptações e utilizações dos conventos na atualidade

Os edifícios conventuais cumpriram a função para qual foram construídos durante séculos, até à extinção das Ordens religiosas. Com esta, estes edifícios passaram a ter novos usos. Alguns foram ocupados e adaptados, entre eles hospitais, colégios, universidades, bibliotecas, museus, pousadas e academias militares, entre outros.

Em Portugal, existe um vasto património religioso que, depois da extinção das ordens religiosas, foi convertido em novos usos. A reabilitação ou a conversão desse património é um tema muito debatido atualmente, pois nele se encontra uma oportunidade arquitetónica social e cultural. Como referido anteriormente, ao longos dos anos, principalmente após a extinção das ordens religiosas em 1834, os conventos foram atribuídos a novo destino. Os novos usos atribuídos aos antigos conventos detêm um relevante destaque no panorama turístico cultural e educativo.

De entre muitos exemplos de estruturas monásticas ou conventuais do património português que foram reconvertidos a novo um, há um maior destaque para o antigo Mosteiro de São Bento, Palácio de são Bento, atual sede do Parlamento de Portugal desde 1834, onde se instalou a Assembleia da República.

Atualmente, o tema de conservação e restauro do património é bastante discutido, e os seus paradigmas têm vindo a melhorar ao longo dos tempos, graças a algumas posições e políticas que foram expostas em cartas e conferências em relação ao mesmo. Uma vez que este tema já foi anteriormente abordado, iremos focar-nos apenas nas cartas e convenções sobre o mesmo.

Quando abordamos o tema sobre o restauro, não podemos esquecer-nos dos grandes teóricos sobre esse tema, como *Eugène Emmanuel Viollet-Le-Duc*, *John Ruskin* e *Camillo Boito*, entre outros.

Segundo *Viollet-Le-Duc*, num projeto de restauro, deve-se ter um conhecimento minucioso da arquitetura e da construção, pois esses são os critérios que servem de base ao mesmo²⁶⁷. *Ruskin* vem afirmar que se a conservação do edifício for assegurada, não é necessário o seu restauro²⁶⁸. Todavia, esse ponto de vista foi ultrapassado. Assim, é verdade que devemos preservar o património arquitetónico, mas são necessárias novas funções para revitalizar o mesmo. Num documento escrito em 1883, *Camillo Boito* reformula algumas recomendações sobre novas adições de novos adições no património, afirmando que: “*No caso de adições ou renovações se tomarem absolutamente essenciais [...] para partes que nunca existiram ou não existem e para as quais há uma falta de certo conhecimento da forma original, as adições ou renovações devem ser realizadas com uma abordagem diferente ao que é usado no monumento, desde que as [...] novas formas não entrem em conflito com o aspeto artístico*”²⁶⁹. Defende ainda que “*Os edifícios devem ser deixados com planos simples e sólidos geométricos e em contorno, mesmo quando apenas como uma continuação ou encontro seguro entre as partes mais antigas da forma ou da ornamentação*”²⁷⁰.

Esse e outros pontos de vista do Camillo Boito são algumas recomendações que atualmente se aplicam na ideologia de restauro do património, sendo que vemos alguns autores que defendem a separação do Novo (Proposto) e do antigo (pré-existência), para que seja preservada a memória da preexistência. Isso permite que haja equilíbrio e harmonia entre os vários elementos presentes.

Ao longos dos tempos, foram realizados inúmeros congressos sobre a temática do património e restauro. Esses contribuíram para a elaboração de cartas e recomendações, que definem as formas mais adequadas para intervir no património. Em 1931, foi realizado o Congresso na Cidade de Atenas, do qual resultou a primeira carta, A *Carta de Atenas*. Anos mais tarde, em 1933, assinou-se em Atenas um novo

267 VIOLLET-LE-DUC, Eugène (1866). *Dictionnaire Raisonné de L'Architecture Française du XIe au XIIe Siècle*. Paris: A. Morel Éditeur, p.14

268 VIOLLET-LE-DUC, Eugène (1866). *Dictionnaire Raisonné de L'Architecture Française du XIe au XIIe Siècle*. Paris: A. Morel Éditeur, p.14

269 Carta del Boito (1883). In CERR - *Carte, risoluzioni e documenti per la conservazione ed il restauro*. Siena, Marzo, 2003. Ponto nº2

270 Carta del Boito (1883). In CERR - *Carte, risoluzioni e documenti per la conservazione ed il restauro*. Siena, Marzo, 2003. Ponto nº3

documento, que defendia a autenticidade do património. No ano de 1964, no Congresso de Veneza, surgiu uma nova carta, que se foca na elaboração de programas que sejam compatíveis com o edifício, para que as alterações nele sejam mínimas. Na *Declaração de Amesterdão* de 1975²⁷¹, o ponto nº 8, fala sobre como os meios jurídicos, admirativos, financeiros e técnicos podem contribuir para importância da salvaguarda e preservação do Património seja qual for a sua origem. Surge outro documento em 1992, a chamada “*Declaração de Caracas*”²⁷², no ponto 3 foram reforçadas as ideias presentes na anteriores Cartas mencionadas relativamente preservação do Património, considerando que: “...museu é uma instituição idónea para resgatar o património, estudá-lo, documentá-lo e difundi-lo através de uma mensagem coerente, que se apoie nos objetos como forma essencial de comunicação...”²⁷³.

A *Carta de Cracóvia*, resultante do congresso de 2000, é um complemento à Carta de Veneza, mas aprofundado alguns conceitos de conservação. Como vemos, existem muitos documentos que devem ser consultados quando estamos perante um património e para que as intervenções sejam as mais adequadas.

Neste capítulo, iremos abordar alguns exemplos de reconversão e adaptação de conventos aos novos usos. A tipologia dos conventos tem uma forte influência na adaptação ao seu novo uso e, de facto, as adaptações hoteleiras e museológicas são as mais frequentes na atualidade.

271 Congresso Sobre o Património Arquitetónico Europeu (de 1975) Declaração de Amsterdam.

272 BRAGA, Maristela (trad.) (1999). *Cadernos de sociomuseologia* Nº 15. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Centro de Estudos de Socio-museologia, pp.243-265.

273 BRAGA, Maristela (trad.) (1999). *Cadernos de sociomuseologia* Nº 15. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Centro de Estudos de Socio-museologia, p.254.



CONVENTO SANTA MARIA DO BOURO, BRAGA



Fig. 102 - Convento de Santa Maria doo Bouro

Fonte: ©Luís Ferreira Alves

Pousadas

Convento de Santa Maria do Bouro

Localização: Bouro, Braga
Ano de construção: Século XII
Categoria/Tipologia: Arquitetura Religiosa
Antiga Função: Convento Masculino
Ano de Intervenção: 1994/1997
Arquitetos: Eduardo Souto Moura/Humberto Vieira
Função Atual: Pousada de Santa Maria do Bouro
Classificação: Imóvel de Interesse Público, Zona Especial de Proteção

O Convento de Santa Maria do Bouro foi edificado nos finais do século XII, em Bouro, Braga. Desconhecem-se as suas origens, mas existe a teoria de que teria sido habitado por eremitas, isso graças às escavações arqueológicas efetuadas, onde foram descobertos alguns elementos arquitetónicos que remontam exatamente aos finais do século XII. O convento passou a albergar uma comunidade religiosa que pertencia à Ordem Cister, e manteve-se ocupado pela mesma até ao início do século XVI, quando foi entregue aos Abades Comendatários.

No período de 1533, com a falta de manutenção, observou-se uma pequena destruição da sua estrutura, e no ano de 1567 passou a ser integrado na Congregação de Alcobaça.

Com a extinção das Ordens Religiosas, o convento foi fechado, e com o passar dos anos, o seu estado de degradação aumentou, devido ao seu estado de abandono. Contudo, nos anos de 1994/1997, sofreu uma intervenção, através de um projeto da autoria do arquiteto Eduardo Souto Moura. Com essa intervenção, o convento passou a ter um novo uso, sendo convertido numa pousada. Contudo, a igreja que pertence ao convento ainda mantém as portas abertas aos religiosos, para a prática do culto.

Para o Arquiteto Eduardo Souto Moura, essa intervenção reside na sua simplicidade, não existindo um novo corpo. Nas suas palavras, esta conversão dos espaços acontece de uma forma natural, isso é “cozinha- cozinha, farmácia-bar, biblioteca- auditório, refeitório-restaurante, claustro-claustro, celas-quartos”²⁷⁴. O objetivo do arquiteto com essa intervenção é dar continuidade ao convento sob outra forma, mas preservando a sua identidade.

274 MOURA, Eduardo Souto de; LEÓN, Juan Hernández; COLLOVA, Roberto & FONTES, Luís (2001). *Santa Maria do Bouro. Reconstruir uma Pousada com as Pedras de um Mosteiro*. Lisboa: White & Bleu, pp.60 e 61.



CONVENTO DA ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO, FARO



Fig. 103 - Convento de Nossa Senhora do Bom Sucesso - Vista geral de poente

Fonte: ©Paulo Gonçalves blog viajar e descobrir

Escolas:

Convento da Ordem Terceira de São Francisco

Localização: Faro, Algarve

Ano de construção: 1528

Categoria/Tipologia: Arquitetura Religiosa

Antiga Função: Religiosa, Convento Masculino

Ano de Intervenção: 1994/1996

Arquiteto: Arq. João Luís Carrilho da Graça (projeto de adaptação a Escola de Hotelaria)

Função Atual: Educativa: Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Algarve

Classificação: Monumento de Interesse Publico

O convento de São Francisco de Faro foi construído no século XVI, nos anos de 1528/1529. A sua edificação deveu-se à instalação de frades religiosos da Província da Piedade. Como praticamente em todas as construções dos conventos em Portugal, em que existem quase sempre patrocínios de figuras notáveis, neste caso, as figuras que ajudaram a que esse projeto concretizasse foram D. Branca de Vilhena e o seu filho, Nuno Rodrigues Barreto, alcaide de Farra, que cederam o terreno para que essa obra se concretizasse.

O Convento foi habitado inicialmente pelos frades capuchos da Província de Piedade, mas em 1541, o convento passou a albergar os Frades da Província dos Algarves. Contudo, após o terramoto de 1755, foi reconstruído.

Após a extinção das ordens, o convento passou a pertencer ao Regimento de Infantaria e passou a quartel militar. Não obstante, no ano de 1992, passou a fazer parte das estilações da Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Faro, e mais tarde haveria ser reconvertido num projeto da autoria do arquiteto João Luís Carrilho da Graça. É de salientar que o convento foi classificado em 2003 como Imóvel de Interesse Público.

O Antigo Convento de São Francisco de Faro situa-se a Este do Centro Histórico da cidade de Faro. Esta proposta do arquiteto conjuga os espaços do antigo Convento de São Francisco de Faro, no qual foi introduzido um novo corpo, completando a fachada. Segundo José Manuel Fernandes, essa ampliação ajuda a Criar “*uma relação de contraste e complementaridade*” entre o convento e o novo corpo. Acrescenta ainda de essa proposta: “*destaca-se pela sua escala volumétrica que se estende pelo largo de São Francisco em duas Frentes urbanas distintas*”²⁷⁵. Nesta proposta de ampliação da pré-existência, o arquiteto procurou sempre respeitar o existente, salvaguardando assim o seu valor artístico.



CONVENTO SÃO FRANCISCO DA CIDADE, LISBOA



Fig. 104 - Convento de São Francisco da Cidade | Exterior | Fachada norte/poente

Fonte: © CML | DMC | DPC | José Vicente 2015

Universidades:

Convento de São Francisco Da Cidade

Localização: Santa Maria Maior, Lisboa
Ano de construção: Século XII-1217
Categoria/Tipologia: Arquitetura Religiosa
Antiga Função: Religiosa, Convento masculino
Ano de Intervenção: 1757/1991 -1996
Arquitetos: Custódio Vieira (séc. 18); Jean Michel Wilmotte (1991); João Nunes Tinoco (1655); Rodrigo Franco (séc. 18).
Função Atual: Educativa: Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa
Classificação: Imóvel de Interesse Público/ Incluído na Classificação da Lisboa Pombalina.

De acordo com a História dos Frades Menores, a Fundação do convento de Francisco da cidade deu-se no ano de 1217²⁷⁶, por Frei Zacarias, vindo do ermitério de Alenquer. O convento foi construído numa zona conhecida como Monte Fragoso. Neste local, havia uma pequena Ermida de Nossa Senhora dos Mártires, que foi mandada erguer por D. Afonso Henriques, em 1147.
É do nosso conhecimento que durante muitos anos houve inúmeras reformas no seio da Comunidade Franciscana. No ano de 1517, com a criação da Província de Portuga da Regular Observância, o convento tornou-se sede dessa nova Província²⁷⁷. Durante muitos anos, sofreu algumas modificações e cresceu de acordo com as necessidades de cada época.

Depois da extinção das Ordens, o convento passou a pertencer ao estado Português e foi utilizado como um depósito geral dos bens móveis dos conventos extintos. Anos mais tarde, algumas dependências começaram a ser ocupadas pela Academia de Belas Artes de Lisboa. É de salientar que o convento foi classificado como Imóvel de Interesse Público a 30 de novembro de 1994, sendo que, atualmente, faz parte das instalações da Universidade Lisboa, integrando a Faculdade de Belas Artes e a Academia Nacional de Belas Artes.

276 ESPERANÇA, Frei Manuel da. *Historia seráfica da ordem dos frades menores de S. Francisco na provincia de Portugal*. Lisboa: Officina de Manoel & Joseph Lopes Ferreyra, 1656-1721, 1666, Livro II, pp. 186.

277 ESPERANÇA, Frei Manuel da.(1656-1721) *Historia seráfica da ordem dos frades menores de S. Francisco na provincia de Portugal*. Lisboa: Officina de Manoel & Joseph Lopes Ferreyra. Livro II, fl. 186. p.5



CONVENTO DE NOSSA SENHORA DO BOM SUCESSO BELÉM



Fig. 105 - Convento de Nossa Senhora do Bom Sucesso - Vista geral de poente
Fonte: DGPC

Colégio:

Convento de Nossa Senhora do Bom Sucesso

Localização: Belém, Lisboa
Ano de construção: Século XVII (João Nunes Tinoco)
Categoria/Tipologia: Arquitetura Religiosa
Antiga Função: Religiosa, Convento Feminino (Ordem Dominicana Irlandesa)
Ano de Intervenção: 2010
Arquitetos: Atelier Castel-Branco, Arquitetura paisagista (2010)
Função Atual: Educativa: Colégio de ensino regular
Classificação: Imóvel de Interesse Público

As instalações do Colégio de Nossa Senhora do Bom Sucesso fazem parte de um antigo convento feminino de Dominicanas, sendo que após a extinção das ordens, foi convertido num colégio feminino.

O Convento de Nossa Senhora do Bom Sucesso foi fundado no século XVII, precisamente no ano de 1639, num terreno cedido por D. Iria de Brito, em Pedrouços, Belém. O convento localiza-se a oeste do Mosteiro de Jerónimos e convento foi construído para acolher uma comunidade de monjas dominicanas irlandesas. Permaneceu habitado por essa comunidade até ao século XIX, e no ano de 1834, quando foi declarada a extinção de todas as casas masculinas, aplicou-se aos mosteiros femininos o princípio de se extinguir apenas com o falecimento da última monja, o que permitiu que a comunidade dominicana irlandesa permanecesse no convento, albergando, assim, um Colégio Feminino. A comunidade dominicana permaneceu no convento até ao ano de 1955, quando a comunidade abandonou o regime de clausura, permitindo que a atividade do colégio expandisse²⁷⁸.

O convento foi alvo de várias campanhas de obras de restauro e de recuperação e no dia 31 de dezembro do ano 1997 foi decretada a classificação do convento como Imóvel de Interesse Público. Atualmente, o convento funciona como Colégio de Nossa Senhora do Bom Sucesso.

CONVENTO DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA, LISBOA, BENFICA





Fig. 106 - Convento São Domingo de Benfica

Fonte: ©SIPA

Academias Militares:

Convento de São Domingos de Benfica

Localização: São Domingos de Benfica, Lisboa

Ano de construção: Século XIV (1399)

Categoria/Tipologia: Arquitetura Religiosa

Antiga Função: Religiosa, Convento masculino

Ano de Intervenção: 1934,1948

Arquitetos: Frei João de Vasconcelos (1624-1632); José Maria Nepomuceno (séc. 19-20); Marcos de Magalhães (1664)

Função Atual: Educativa: academia / escola militar e paramilitar

Classificação: Imóvel de Interesse Público, parcialmente incluído na de Zona de Proteção do Aqueduto das Águas Livres, Monumento Nacional.

De acordo com histórico da Ordem Dominicana, o Convento de São Domingos de Benfica foi fundado no ano de 1399, nos Paços de Benfica, por ordem de D. João I, a pedido do seu confessor Frei Vicente de Lisboa e de João de Regras²⁷⁹. Inicialmente, o convento acolheu uma comunidade de Frades Dominicanos, mas o crescimento dessa teve impacto no desenvolvimento do convento.

No século XVII, o convento foi parcialmente reconstruído devido ao mau estado em que se apresentava. Manteve-se ativo até 1834, com a reforma geral eclesiástica, que decretou assim a extinção das ordens. Anos mais tarde, em 1911, o convento passou para a posse do estado, sendo instalado o Instituto Profissional dos Pupilos do Exército de Terra e Mar, até à data de hoje.

É de salientar que o Convento de São Domingos de Benfica pertence a zonas de proteção na categoria de Imóvel de Interesse Público, decretado no dia 24 de junho de 1933.

CONVENTO DE SANTA MARTA





Fig. 107 - Hospital Santa Marta/Convento Santa Marta

Fonte: ©SIPA

Hospital:

Convento de Santa Marta

Localização: Santo António, Lisboa

Ano de construção: Século XVI (1569)

Categoria/Tipologia: Arquitetura Religiosa

Antiga Função: Religiosa, Convento Feminino (Clarissas)

Ano de Intervenção: 1957-1958

Arquitetos:

Nicolau de Frias, séc. XVI

Teodoro de Frias, séc. XVII

João Nunes Tinoco, séc. XVII

Engenheiro D. Luiz Pereira, (1903-1905);

João Vasconcelos Esteves (1957-1958);

Função Atual: Saúde: Hospital Santa Marta

Classificação: Imóvel de Interesse Público, Zona Especial de Proteção

O antigo Convento de Santa Marta foi fundado em 1569/1570, para recolher as órfãs que foram vítimas da peste de 1569. A sua construção teve o patrocínio do Rei D. Sebastião, com a ajuda do padre António de Monserrate e alguns padres da companhia de Jesus. Nessa altura, era denominado como Asilo de Santa Marta²⁸⁰.

O Asilo de Santa Marta só foi convertido em Convento no ano de 1583, após a instituição da segunda Regra de Santa Clara, o que aconteceu graças à aprovação do papa Gregório XIII, em 1577²⁸¹, quando foi aceite a transformação do Asilo em Casa de Religiosas Clarissas. Após a autorização da modificação do Asilo em convento, procedeu-se à encomenda do projeto. O Projeto inicial foi elaborado sob a orientação arquiteto Régio Nicolau de Frias, anos mais tarde, o seu filho Teodósio de Frias juntamente com João Nunes Teodoro seriam encarregues de obras de Ampliações.

Durante muitos anos, a Comunidade de Clarissas permaneceu no convento, apesar de algumas adversidades, (as obras de ampliação do convento e o terramoto de 1755). Aquando da “*Reforma Geral eclesiástica*”, no ano de 1834, foi instaurada a extinção das Ordens masculinas. As ordens femininas ainda permaneceram até 31 de maio de 1862²⁸², somente no dia 15 de dezembro de 1887 é foi abandonaram o Convento de Santa Marta.

O convento serviu, durante quase 317 anos, as funções religiosas. Após o abandono do convento, o edifício foi cedido pelo estado à Irmandade dos Clérigos Pobres, com intenções de apropriação dos espaços conventuais para Hospício do Clero. O convento ficou ao serviço dessas comunidades até 1903, quando foi entregue ao Ministério do Reino. Contudo, no início do século XX, com algumas necessidades de expandir o sistema hospitalar de Lisboa, o convento foi equacionado como a possível nova instalação de um serviço hospitalar. Assim, deram-se obras de restauro e adaptações do edifício convento para se transformar no Hospital de Santa Marta. Atualmente, o convento ainda detém as funções hospitalares.

280 OLIVEIRA, Eduardo Freire de .(1887). *Elementos para a história do município de Lisboa, 1ª parte, Tomo II*. Lisboa: Typographia Universal, p. 363.

281 CONCEYÇÃO, Fr. Apollinario da(1740)- *Claustro Franciscano, Erecto no Dominio da Coroa Portuguesa e estabelecido sobre dezeseis venerabilissimas columnas.*

Expoem-se sua origem, e estado presente. Lisboa Occidental: Na Offic. de Antonio Isidoro da Fonseca p. 161.

282 RODRIGUES, Rute Andreia Massano. (2010). *O Convento de Nossa Senhora dos Mártires e da Conceição de Sacavém – entre a secularização e as propostas de reutilização cultural*, Tese de Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, p.99.



CONVENTO DE SÃO DOMINGOS/CONVENTO DA NOSSA SENHORA DA CONSOLAÇÃO SANTARÉM,
ABRANTES



Fig. 108 - Convento de São Domingos/Convento de Nossa Senhora da Consolação

Fonte: ©SIPA

Bibliotecas:

Convento de São Domingos/Convento de Nossa Senhora da Consolação

Localização: Abrantes, Santarém

Ano de construção: Século XVI (1509-1517)

Categoria/Tipologia: Arquitetura Religiosa

Antiga Função: Religiosa, Convento masculino

Ano de Intervenção: 1987-1990

Arquitetos: arquiteto Duarte Castel-Branco

Função Atual: Cultural e recreativa: biblioteca / Educativa: jardim de infância / creche

Classificação: Imóvel de Interesse Público

A Atual Biblioteca Municipal de Abrantes localiza-se no antigo convento de São Domingo/Convento de Nossa Senhora da Consolação. O convento foi construído em 1472, pela iniciativa do primeiro conde de Abrantes, D. Lopo de Almeida. Até 1509, era designado como Convento de São Domingos. Contudo, entre os anos de 1509 a 1517 foi construído um novo edifício dentro da vila de Abrantes, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição. O convento serviu funções religiosas e militares (foi instalado um hospital militar no ano 1810) até ao seu abandono pela comunidade religiosa, em 1833, passando a funcionar apenas como hospital e quartel²⁸³.

O convento de Nossa Senhora da Consolação seria alvo de uma reconversão para o novo espaço da Biblioteca Municipal de Abrantes, projeto da autoria de Castel-Branco. As obras iniciaram em 1990, tendo sido concluídas três anos depois. Atualmente, o convento alberga a Biblioteca e um jardim de infância.

CONVENTO DE ESPÍRITO SANTO, LOURES





Fig. 109 - Museu Municipal de Loures

Fonte: ©https://pt.wikipedia.org/wiki/Quinta_do_Conventinho#/media/Ficheiro:Museu_Municipal_de_Loures.jpg

Museu:

Convento de Espírito Santo

Localização: Loures, Lisboa

Ano de construção: Século XVI (1574)

Categoria/Tipologia: Arquitetura Religiosa

Antiga Função: Religiosa, convento masculino

Ano de Intervenção: 1998

Arquitetos:

Função Atual: Cultural e recreativa: museu

Classificação: Inexistente

O antigo convento de Espírito Santa de Loures foi fundado no ano de 1574, pertencia à Província de Santa Maria da Arrábida. O convento foi construído sob o patrocínio de Luís de Castro Rio.

O convento de Espírito Santo de Loures também é conhecido por “Conventinho de Loures”, e nele habitaram frades franciscanos capuchos durante quase 250 anos. A estrutura inicial do convento sofreu algumas alterações com o passar dos anos. Na sequência da Reforma Eclesiástica, o convento foi abandonado. Consta-se que, após o seu abandono, o Primeiro Conde e Marques de Tomar, António Bernardo da Costa Cabral, adquiriu o edifício, que somente no século XX, em 1988, passou para posse da Camara Municipal de Loures. Atualmente, o Conventinho de Espírito Santo de Loures alberga o Museu Municipal de Loures²⁸⁴.

284 PIEDADE, Fr. António. (1728). *Espelho de Penitentes e Crónica da Província de Santa Maria da Arrábida da Regular e Mais Estreita Observância da Ordem do Serafim Francisco*.

Lisboa Ocidental: Oficina de Joseph António da Silva. Cap. XLV, p.526.

05.3 - Proposta de Intervenção



Local de Intervenção - Antes

Fonte: ©Eduardo Bote

MEMORIA DESCRITIVA

A topografia onde se insere a área de intervenção caracteriza-se por um declive pendente orientado a norte, um local com afloramento rochoso com vegetação diversificada com excelentes vistas para Colares e para o mar e assume-se como um lugar de exceção para atividades comprometidas.

A paisagem surge com um elemento relevante no desenho da proposta, e na edificação do convento dos Capuchos de Sintra, é notório o aproveitamento do declive do terreno assim o toda a matéria prima existente de modo que o convento fosse integrado na paisagem, de igual modo, a mesma estratégia foi utilizada na implantação Convento da Nossa Senhora da Arrábida onde a paisagem se converte num elemento relevante da arquitetura e o conjunto arquitetónico quase se funde na paisagem isso tudo graças ao modo como foram aproveitados o declive e também como foi respeitada a paisagem na hora da implantação dos conjuntos.

A implantação do edifício proposto procura refletir o maior valor presente, o seu contexto, e o seu desenho procura reforçar o carácter unitário da sua conceção. A criação de um objeto que embora seja de enormes dimensões, apenas pretende assumir-se como elemento mínimo capaz de configurar o lugar.

Uma volumetria de escala humana, de leitura única, compacta e sóbria que procura a correta integração na paisagem. A proposta em termos volumétricos desenvolve-se em plataformas, moldando-se ao terreno. De modo a tirar partido da paisagem os vãos estão sempre orientados para a melhor vista.

A configuração do edifício apresenta uma solução simples e funcional através de uma estrutura modular que acompanha o terreno. O modo como a planta geral foi “desenhada” determina um sistema de percursos naturais pelo edifício.

Todos os espaços exteriores, bem como os percursos e acessos pedonais serão planeados de forma







Vista geral da proposta
Fonte: ©Eduardo Bote

a equilibrar a nova proposta com o espaço envolvente existente, caracterizado por declive ligeiro. O espaço exterior que envolve o edifício dentro do limite da unidade de execução, em plena ligação ao PNSC, sofrerá um tratamento que não seja prejudicial para paisagem.

A materialidade da proposta faz com que seja evidenciada a sua continuidade harmonia e relação não só com a paisagem, mas também com o convento e os elementos que o envolvem.

A cerca do convento assume um papel importante não só como elo de união do existente e do proposto assim como um elemento de limite do Existente e do Novo. A relação do passado e do novo é conseguida através da materialidade empregue na nova proposta que aparece completamente revestido de pedra e permite que o proposto e preexistência sejam lido como um todo.

Trata-se de um conjunto de edifícios integrado no Parque Natural Sintra-Cascais (PNSC). Os edifícios propostos, estão integralmente fora da cerca do convento, junto ao muro das hortas. Procurou-se a integração da proposta nos valores e enquadramentos do conjunto do convento de Santa Cruz de Sintra.

Nesta perspetiva o programa proposto tem como objetivos:

- Promove a dinamização do espaço do convento dos Capuchos de Santa Cruz de Sintra.
- Promove a salvaguarda da estrutura preexistente.

Na proposta, a sua constituição e materialidade destaca o diálogo entre a preexistência e o proposto e simultaneamente, procura unificar as duas escalas posicionado os volumes propostos de forma equilibrada, acentuando a memória e a identidade do lugar sem ferir nem descaracterizar o local. Tomando com exemplo do caso de estudo Ronchamp Gatehouse and Monastery do Arquiteto Renzo Piano, onde tinha de lidar com a preexistência, a Capela Ronchamp Projeto da autoria do arquiteto Le Corbusier.

O Arquiteto Renzo Piano idealizou uma proposta que preservou todas as caraterísticas desse lugar,



Ambiente geral da proposta
Fonte: ©Eduardo Bote

não interferindo com a Capela, mas dando-lhe um maior destaque.

O espaço envolvente do convento descreve diferentes tipos de abordagens desde o percurso, a cerca, as Hortas e o Convento assim como a paisagem envolvente.

Contudo estas condições formam um conjunto cujo elo de ligação é definido pela topografia e a paisagem que através dessa narrativa nítida, estabelece simultaneamente três níveis topográficos conduzindo num percurso descendente.

No primeiro plano temos um convento bastante pequeno, com as suas particularidades, foi construído tendo em conta a relação com os elementos naturais já existentes como as pedras, árvores e vegetação.

No segundo plano os percursos e hortas/pomar. Por fim, o centro de acolhimento onde se inserem os seguintes programas:

- Recepção/ Cafetaria/Restaurante
- Arquivo
- Galeria Expositiva
- Espaços permanentes, e temporários de investigação e trabalho
- Gabinetes/Salas de investigação
- Biblioteca
- Residências temporárias para investigadores

Ainda que se reflitam abordagens na forma de interpretar e conceber o espaço do Convento, o seu conceito tem sentido de unidade: valorizando e revitalizando o património e o seu espaço envolvente, ao tirar partido das suas características através de uma intervenção mínima e adequada ao local que permita assim a ligação com a vila de Sintra.



302

303



Fig. 110 - Planta de Implantação
Fonte: ©Eduardo Bote



Fig. 111 - Planta do piso 0 - Recepção
Fonte: ©Eduardo Bote



Fig. 112 - Planta do piso -1 - Arquivo/cafetaria
Fonte: ©Eduardo Bote



Fig. 113 - Planta do piso -2 - Gabinetes/Salas de investigação/ Biblioteca
Fonte: ©Eduardo Bote

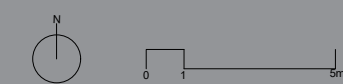
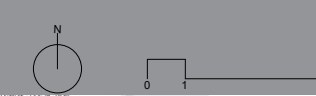
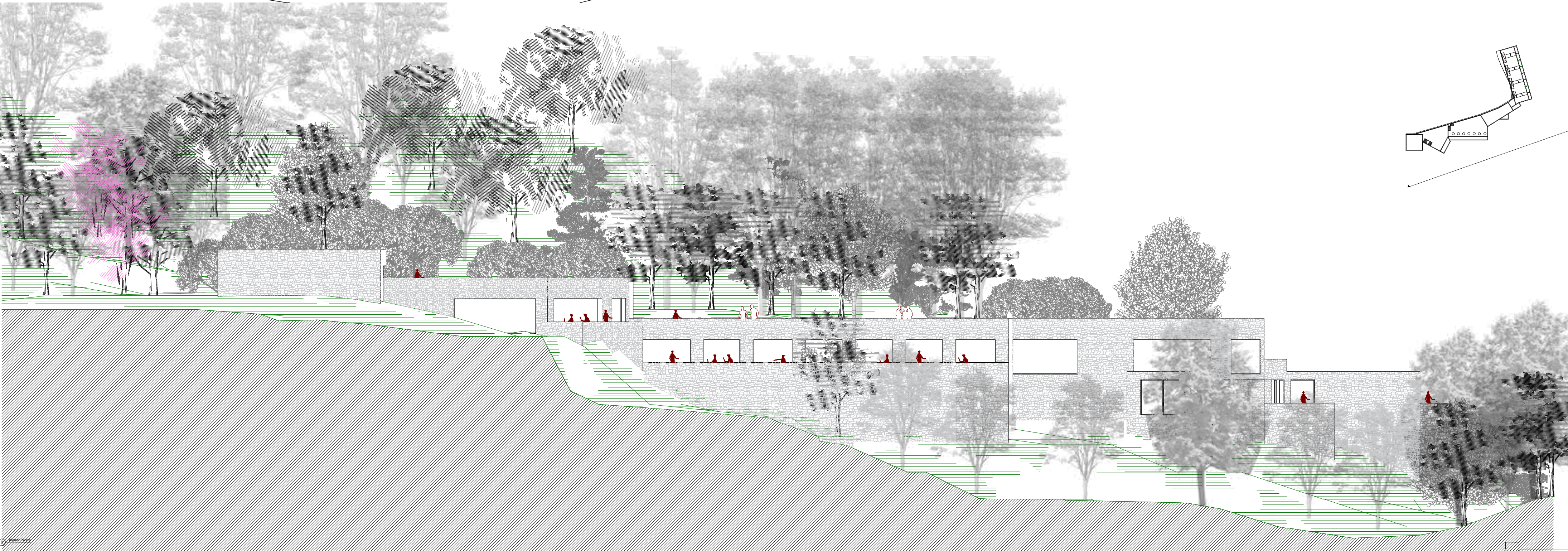
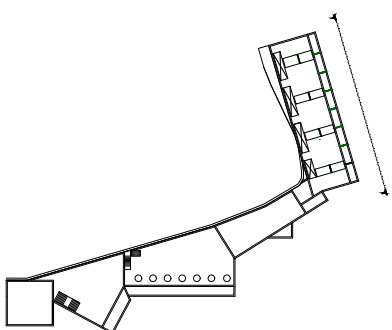
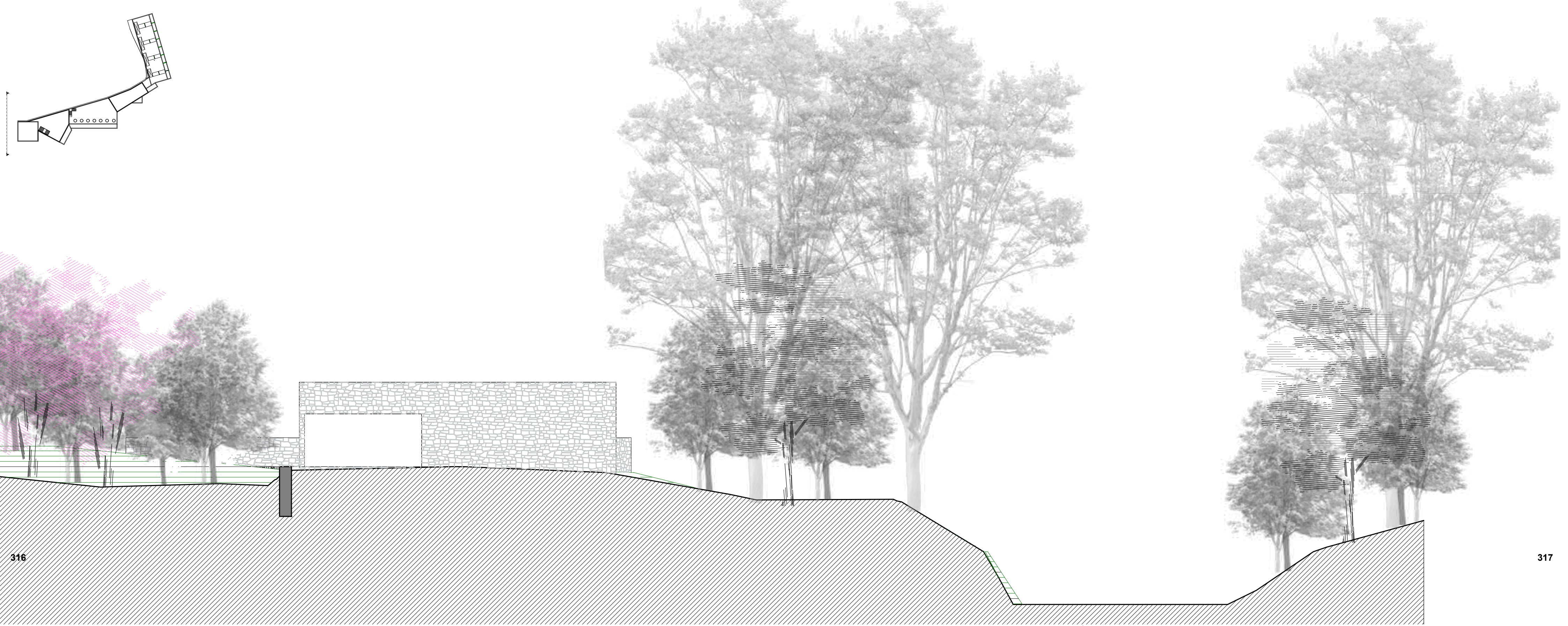




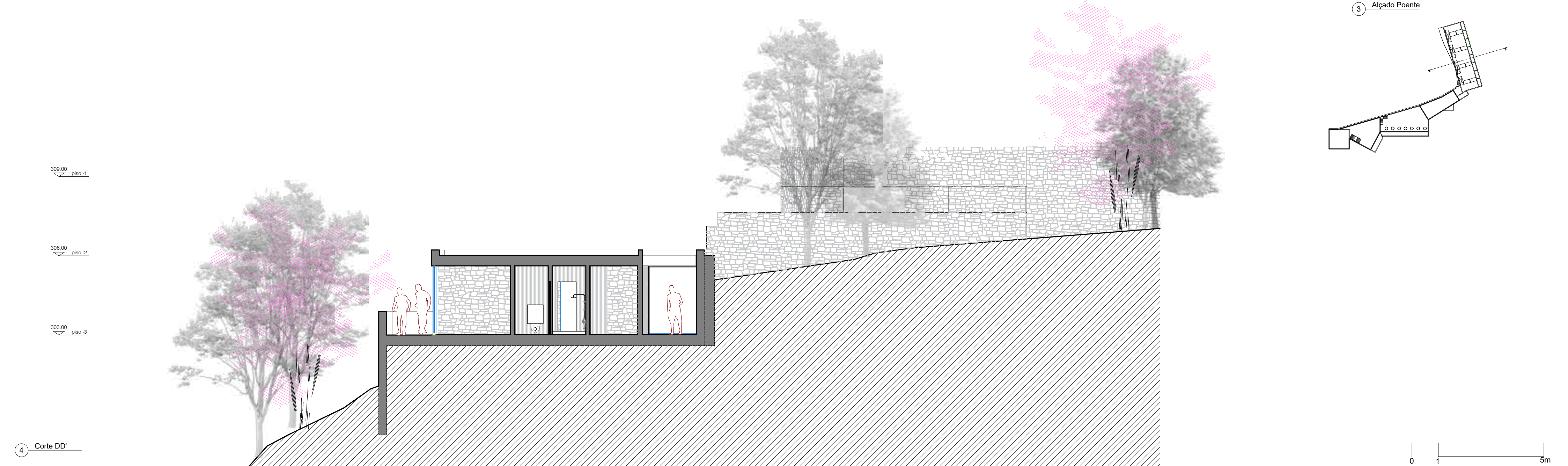
Fig. 114 - Planta do piso -3 - Biblioteca/ Residência temporária para investigadores
Fonte: ©Eduardo Bote

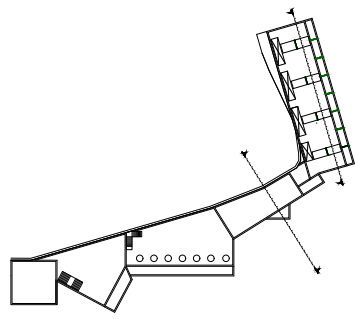






3 Alçado Poente

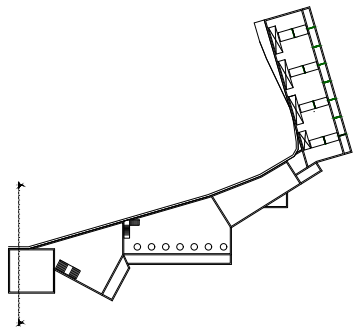


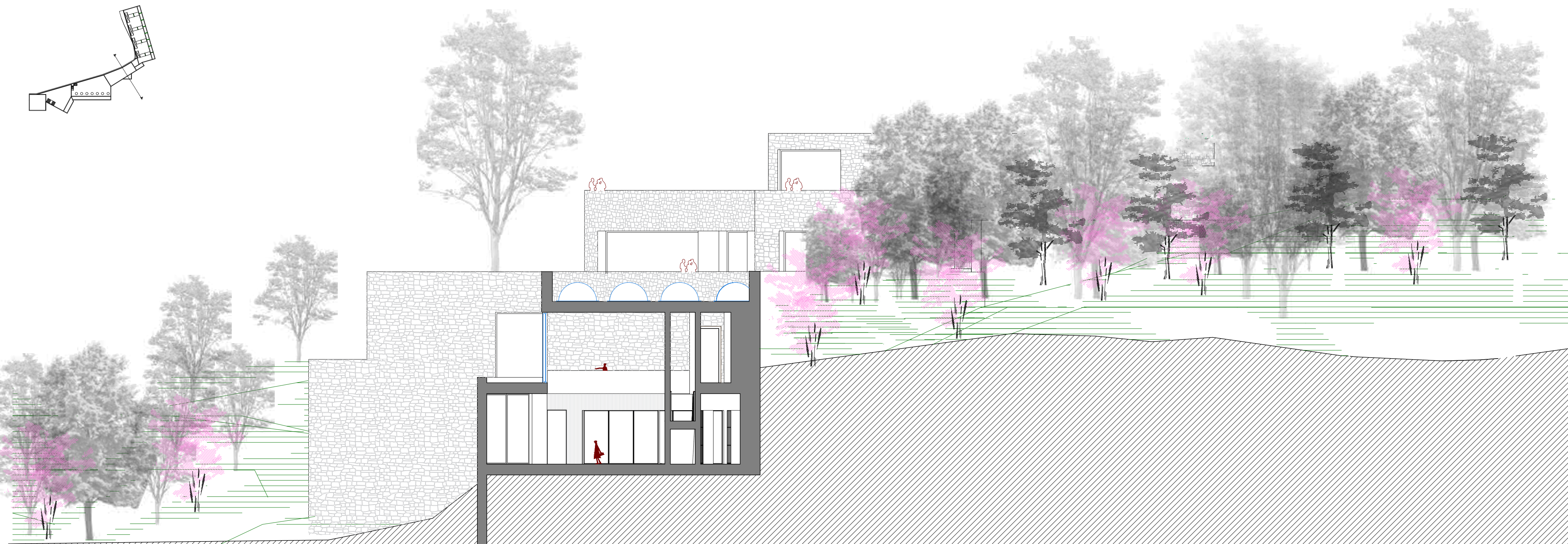
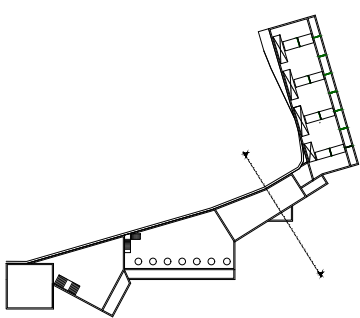


318



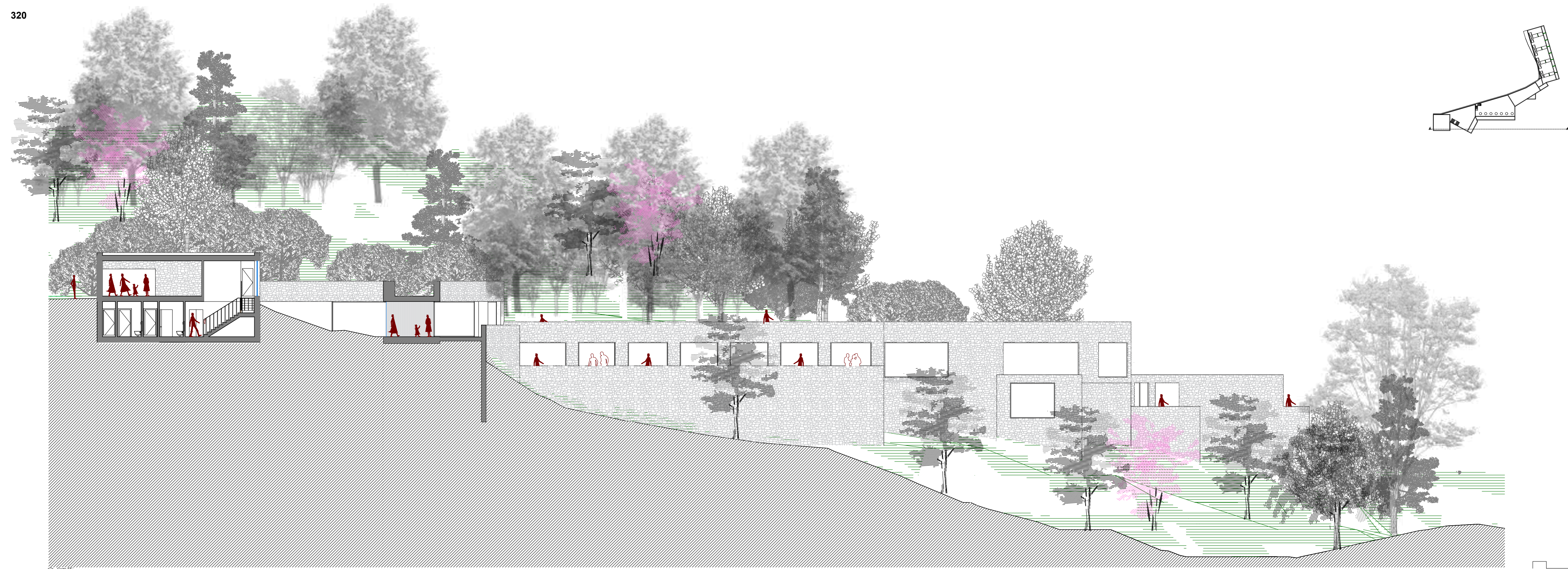
319





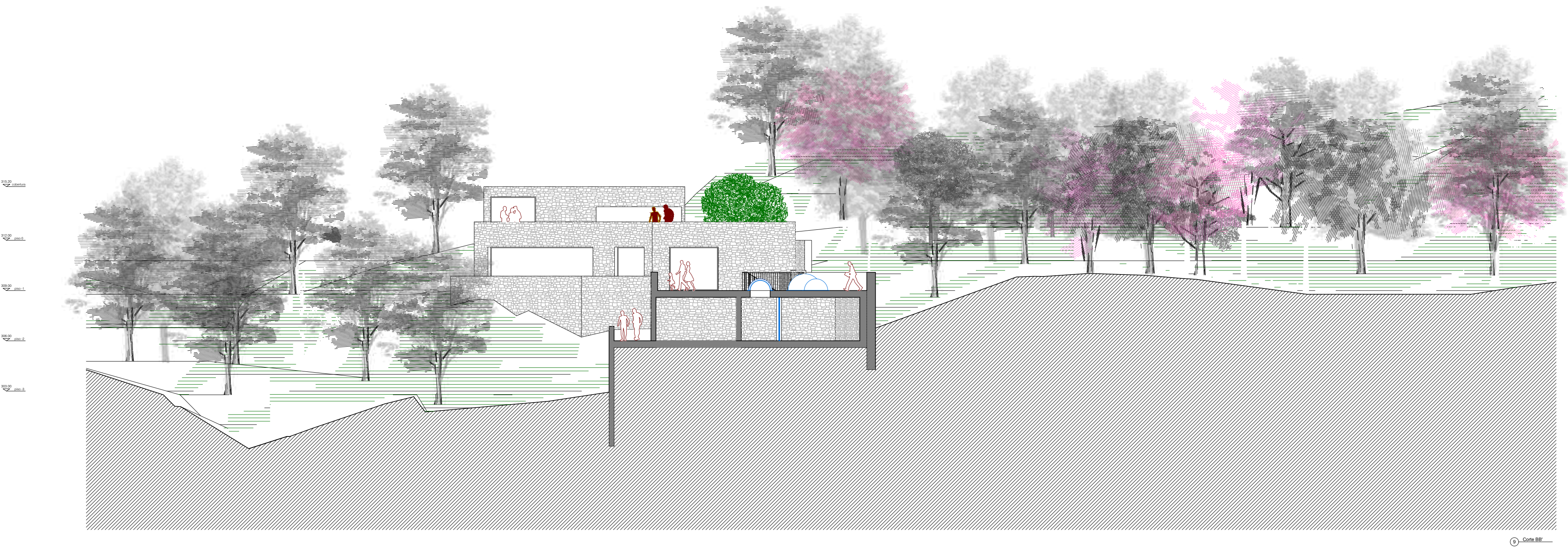
Scale 1:50

320



321

322



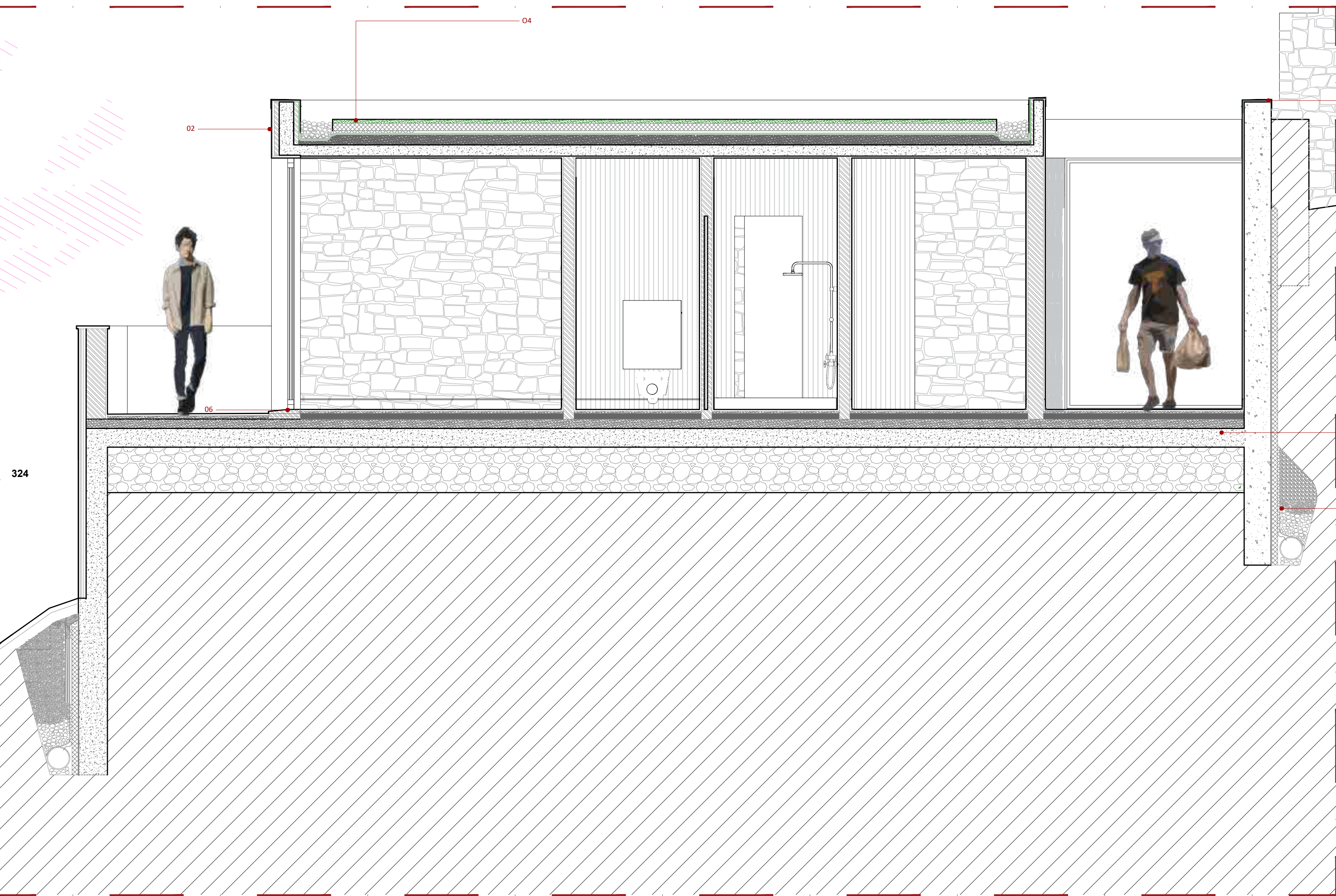
10 - Corte BB

323



10 - Corte AA

0 1 5m



LEGENDA COMPOSIÇÃO

- 01
Rufo em chapa de alumínio quinada.
- 02
Revestimento em painel de pedra natural do tipo "STONEPANEL" da "CUPASTone".
03.
Sistema de impermeabilização de laje em contacto com o solo constituído por:
-Tout-venant, 30cm de espessura.
-Betão de limpeza (massame), 5cm de espessura.
-Geomembrana impermeável.
-Isolamento térmico, 4cm de espessura.
-Betão de leve, (450 a 500 Kg/m³) 6cm de espessura.
- Pavimento Laminado de madeira.
04.
Sistema de impermeabilização de cobertura, constituído por:
-Laje de betão.
-Impermeabilização – Ecoplas 40 + Ecoplas PY 40 Jardim /Ecoplas PY 50G Jardim.
- Isolamento térmico – Roofmate SL.
- Membrana impermeável.
- Membrana anti-raízes.
- Manta drenante – TecDrain H15 plus.
- Terra vegetal.
- Perfil de remate.
05.
Sistema de impermeabilização de muros de suporte, constituído por:
-Emulsão betuminosa não iónica tipo Imperkote F.
-Tela asfáltica com armadura em feltro de poliéster de 150gr/m² e filmes de polietileno em ambas as faces tipo Polyester 40.
-Placas de poliestireno 1000x500 mm com 20kg/m³ de densidade, espessura 6cm.
-Lâmina nodular de polietileno de alta densidade, geotextil em polipropileno tipo Aquadrain.
-Tecido calandrado de fibras sintéticas com 200gr/m², tipo Impersep 200.
06.
Soleira em pedra em granito

326



Ambiente no interior da cafeteria/restaurante
Fonte: ©Eduardo Bote

327



Ambiente no interior da cafeteria/restaurante
Fonte: ©Eduardo Bote

06. Considerações Finais

A presente dissertação é uma reflexão sobre dois conventos da Província de Nossa Senhora da Arrábida, o convento da Arrábida e convento dos capuchos da Serra de Sintra. A principal premissa deste trabalho de reflexão incide na análise do enquadramento dos conventos para uma melhor compreensão de como eram as escolhas para implantações das casas desse ramo franciscano, no território.

De forma a responder às premissas foram produzidos elementos gráficos e escritos que serviram de base para essa análise, através do estudo das estruturas monásticas, conjugado com análise de dois casos de estudo, contribuíram para uma proposta de intervenção.

Para uma melhor apreensão do estudo foram analisados os conjuntos monásticos da Nossa Senhora da Arrábida e de Santa Cruz de Sintra, onde foi posteriormente dado um maior enfoque ao convento Santa Cruz de Sintra.

A primeira abordagem consistiu num contexto territorial onde se inserem dos dois conventos e a análise das suas evoluções morfológicas. Para tal, foi necessário analisar as duas serras, perceber as dinâmicas e as relações que existem entre as Serras os conventos a as povoações. Após uma análise aprofundada do convento dos Capucho da Serra de Sintra e o seu local de implantação surgiu a necessidade de uma intervenção pontual para dinamizar o espaço e o convento.

A segunda abordagem incidiu na análise da arquitetura Capucha, mas principalmente da arquitetura da Província de Nossa Senhora da Arrábida, com base nos Estatutos dessa província conseguiu-se uma melhor compreensão de como se regia essa comunidade relativamente a escolha dos locais de implantação e mesmo sobre como deveriam ser construídas as casas dessas irmandades. A visita *in situ* o levantamento gráfico e a interpretação do local e do convento consolidaram as o conhecimento sobre o convento de Santa Cruz de Sintra. O objetivo fulcral da entidade reguladora deste conjunto monástico é a salvaguarda desse património que é considerado único pelas suas características, por este motivo que foi realizado um estudo que serviu de base para o plano diretor de restauro da cerca do convento dos capuchos de Sintra, e neste momento as obras encontram-se a decorrer.

Por último, esta investigação conduziu ao desenvolvimento de uma proposta de intervenção. Essa intervenção pretende principalmente conservar e salvaguardar a memória do conjunto monástico da Serra de Sintra.

A proposta resulta do conhecimento e das questões que foram equacionadas ao longo do processo. A escolha do programa funcional para o convento dos capuchos de Sintra centra-se na necessidade de um programa que revitalizasse o local e o próprio edifício, oferecendo diferentes tipos de funções direcionadas a todas as faixas etárias, dando conhecer ao público, como eram a vida dessa comunidade, com finalidade de dinamizar o lugar, convertendo-o, assim, num polo de conhecimento.

Através das visitas, traçaram-se as estratégias para a proposta de intervenção, e optou-se por propor um edifício que não entrasse em conflito com as preexistências. Após a análise dos dois casos de estudo, o Mosteiro de Santa Clara-a-Nova consegue tirar-se partido dos conceitos utilizados no novo edifício como Centro Interpretativo em que as preexistências são as “personagens principais”. No caso da proposta do arquiteto Renzo Piano, optou-se por uma estratégias e conceito diferente, onde o conjunto proposto foi implantado numa cota inferior à da pré-existência, dando assim um maior destaque à Capela de Ronchamp.

Após pesquisa, análise, compreensão de conceitos base, investigação de casos de estudo, conhecimento do objeto de estudo, a nível de importância histórica, social, e análises ao “Lugar” do Convento, ou seja, aprendidos os conhecimentos necessários e essenciais para compreensão do tema a desenvolver em projeto, surge a parte da proposta do projeto prático, onde a nível de ideia conceptual, partiu-se do Convento como principal protagonista do projeto.

Decidiu-se por não intervir diretamente no Convento, o local escolhido para implantação desse novo edifício foi a zona das hortas.

A proposta do edificado novo, surge praticamente toda a uma cota inferior ao Convento e das hortas sem, no entanto, entrar em conflito com as preexistências.

A estratégia passou por conjugar plataformas e volumes com diferentes funções, interligados entre si, mas que apresentassem uma leitura discreta a partir do exterior, onde a peça de destaque, a centralidade da proposta fosse sempre Convento. A proposta surgiria como uma mais valia, no conjunto de todo o projeto proposto, não entrando, no entanto, em disputa por um protagonismo visual exterior, com o património já existente, mas que surgisse de forma a reforçar as preexistências, harmonizando, e completando o “Lugar do Convento”. As plataformas são como uma extensão das hortas onde fundem com a paisagem, e a topografia sem a ferir.

O Programa proposto visa a criação de variados espaços, dinamizadores e distintos, onde constam: A biblioteca, Arquivo, espaços direcionados para investigadores, estudantes e ao público; Espaço de residências, direcionadas aos investigadores. Estes espaços foram criados com a finalidade de estender a forma como essas comunidades viviam nos conventos através de várias e diferenciadas atividades, que sirvam as diferentes faixas etárias, de modo a dinamizar o espaço, tornando-o atrativo para toda a população, devolvendo, assim, o “Lugar do Convento” à cidade, tendo como base um programa funcional, coeso, lógico, e que responda as necessidades da cidade e do indivíduo.

07. ÍNDICE DE IMAGENS

Fig. 1 - Claustro do convento ilustrado por William H. Burnett (c.1834), p.14
Fonte: ©Biblioteca Nacional de Portugal

Fig. 2 - Convento Santa Maria da Arrábida, p.14.
Fonte: ©Arquivo Fundação Oriente

Fig. 3 - Ortofotomapa, Localização da Serra de Sintra e Serra de Arrábida, p.16.
Fonte: ©Eduardo Bote

Fig. 4 - Hidrologia/Linhas de águas/Linhas de festos, p.26.
Fonte: ©http://epic-webgis-portugal.isa.ulisboa.pt/
Elaborado por Eduardo Bote

Fig. 5 - Conservação da Natureza, p.27
Fonte: ©http://epic-webgis-portugal.isa.ulisboa.pt/
Elaborado por Eduardo Bote

Fig. 6 - Estrutura ecológica Nacional, p.28.
Fonte: ©http://epic-webgis-portugal.isa.ulisboa.pt/
Elaborado por Eduardo Bote

Fig. 7 - Morfologia do terreno, p.29
Fonte: ©http://epic-webgis-portugal.isa.ulisboa.pt/
Elaborado por Eduardo Bote

Fig. 8 - Relevo, p.30.
Fonte: ©http://epic-webgis-portugal.isa.ulisboa.pt/
Elaborado por Eduardo Bote

Fig. 9 - Solo e Subsolo, p.31
Fonte: ©http://epic-webgis-portugal.isa.ulisboa.pt/
Elaborado por Eduardo Bote

Fig. 10- Vegetação, p.32.
Fonte: ©http://epic-webgis-portugal.isa.ulisboa.pt/
Elaborado por Eduardo Bote

Fig. 11 - Parque e Reservas naturais em Portugal, p.36.
Fonte: ©Eduardo Bote

Fig. 12 - Hipsometria da Serra de Sintra e da Serra de Arrábida, p.38.
Fonte: ©Eduardo Bote

Fig. 13 - Serra de Sintra e Serra de Arrábida, p.40
Fonte: ©Eduardo Bote

Fig. 14- Parque Natural da Serra da Arrábida, p.42.
Fonte: ©Cida García

Fig. 15 - Santuário da Peninha, p.46.
Fonte: © Beelectric_tours_sinta-park

Fig. 16- Summer Mountains, Northern Song dynasty (960–1127), 11th century, p.52.
Fonte: ©Martha Graham

Fig. 17 - Sage-contemplant-une-cascade, p.54.
Fonte: © Ma-yuan

Fig. 18 - Quinta das carvalhas, p.56.
Fonte: ©Município de S. João da Pesqueira

Fig. 19- Paisagem perto de Paris, 1876, p.58.
Fonte: © http://www.impressionism.org/Paul Cézanne

Fig. 20- La Mont Sainte Victoire by Paul Cezanne OSA313, p.60.
Fonte: © <https://www.wikiart.org/en/paul-cezanne>

Fig. 21 - Terraced rice field in mu cang chai, vietnam, p.62.
Fonte: © https://www.canstockphoto.com/terraced-rice-field-in-mu-cang-chai-48369994.html

Fig. 22 - Paisagem protegida da Serra do Açor, p.64.
Fonte: © ICNF

Fig. 23 - Hallstatt, Austria, p.66.
Fonte: © Live To Travel

Fig. 24 - Sítios pré - históricos de arte rupestre do Vale do Côa e Siega Verde (Portugal, Espanha), p.68
Fonte: © Vincent Long, NOSSO LUGAR Coleção do Patrimônio Mundial

Fig. 25 - Convento de Cristo em Tomar (Portugal), p.70.
Fonte: © A Terceira Dimensão

Fig. 26 - Torre de Belém, p.72.
Fonte: ©A Terceira Dimensão

Fig. 27 - Évora, p.74.
Fonte: © A Terceira Dimensão

Fig. 28 - GIOTTO di Bondone Scenes from the Life of St Francis: 1. Stigmatisation of St Francis, p.80
Fonte: © Wikimedia

Fig. 29 - Giovanni Bellini - São Francisco no Deserto, p.82.
Fonte: © Wikimedia

Fig. 30 - Fundações Franciscanas em Portugal entre (1217 e 1517), p.88.
Fonte: © TEIXEIRA, Vítor Gome (1999) - O Maravilho no Mundo Franciscano Português de Baixa idade Média , Porto: Edições Granito.

Fig. 31 - Fundações Conventuais em Portugal entre (1392 a 1527), p.90.
Fonte: © TEIXEIRA, Vítor Gome (1999) - O Maravilho no Mundo Franciscano Português de Baixa idade Média , Porto: Edições Granito.

Fig. 32 - Fundações Observância em Portugal entre (1392 a 1527), p.92.
Fonte: © TEIXEIRA, Vítor Gome (1999) - O Maravilho no Mundo Franciscano Português de Baixa idade Média , Porto: Edições Granito.

Fig. 33 - Localização das casas Franciscanas em Portugal (Séc. XI -XIII), p.94.
Fonte: © SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, et al.(2006) - Ordens Religiosas em Portugal: das Origens a Trento. Guia Histórico. 2ª Edição. Lisboa: Livros Horizonte

Fig. 34 - Localização das casas Franciscanas em Portugal (Séc. XIV -XIII), p.96.
Fonte: © SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, et al.(2006) - Ordens Religiosas em Portugal: das Origens a Trento. Guia Histórico. 2ª Edição. Lisboa: Livros Horizonte

Fig. 35 - Localização das casas Franciscanas em Portugal (Séc. XVI), p.98.
Fonte: © SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, et al.(2006) - Ordens Religiosas em Portugal: das Origens a Trento. Guia Histórico. 2ª Edição. Lisboa: Livros Horizonte

Fig. 36 - Ramificação da Ramo Franciscano, p.100.
Fonte: © SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, et al.(2006) - Ordens Religiosas em Portugal: das Origens a Trento. Guia Histórico. 2ª Edição. Lisboa: Livros Horizonte

Fig. 37 - Localização dos Conventos da Província da Arrábida, p.102.
Fonte: © Biblioteca Nacional de Portugal

Fig. 38 - Convento Velho da Arrábida - Capela da Memória, p.104.
Fonte: © Caminhando

Fig. 39 - Convento Santa Maria da Arrábida, p.109.
Fonte: © Fundação Oriente

Fig. 40 - Ruínas do Convento de Palhais, p.111.
Fonte: © <http://www.vinculadosaobarreiro.com>

Fig. 41 - Convento de Jericó, p.113.
Fonte:©<https://www.visitarportugal.pt/santarem/benavente/benavente/convento-gerico?t=localizacao>

Fig. 42 - Convento dos Capuchos, Caparica, década de 1950, p.115.
Fonte: © Delcampe

Fig. 43 - Capela do Palácio do Conde da Foz (Convento São José de Ribamar) 1961, p.117.
Fonte: © Fotografia de Arnaldo Madureira

Fig. 44 - Convento dos Frades Arrábidos de Vale de Figueira 1556, p.119.
Fonte: © José Gaspar

Fig. 45 - Convento_dos_Capuchos de Sintra, p.121.
Fonte: © <http://www.sintraromantica.net/en/monuments/capuchos-convent>

Fig. 46 - Convento de Santa Maria Madalena, p.123.
Fonte: © Dias dos Reis - Fotografia

Fig. 47 - Convento de Nossa Senhora dos Anjos Barros, p.125.
Fonte: © SIPA

Fig. 48 - Museu Municipal de Loures, p.127.
Fonte: © SIPA

Fig. 49 - Convento dos Capuchos de Alferrara, Setúbal, p.129.
Fonte: © <http://roteiro.jmobp.com/View/RoteiroView1.php?opcao=8&item=2584>

Fig. 50 - Convento de Pirescoxe / Convento de Nossa Senhora da Conceição de Azóia, p.131.
Fonte: © SIPA

Fig. 51 - Fachada da Igreja do Convento Santo António de Torres Novas, p.135.
Fonte: © SIPA

Fig. 52 - Fachada do Convento Madre de Deus. Verderena, p.137.
Fonte: © Biblioteca Nacional de Portugal

Fig. 53 - Convento de São Miguel, p.139.
Fonte: © <https://www.visitarportugal.pt/leiria/obidos/gaeiras/convento-sao-miguel>

Fig. 54 - Capela do Convento da Nossa Senhora da Boa Viagem, p.141.
Fonte: © Serviço de Arquivo Municipal. Coleção Património Arquitetónico do Concelho de Oeiras/008, n.º 156. Data: 1986

Fig. 55 - Ermida de Santa Catarina de Ribamar 1986, p.143.
Fonte: © Rui Cunha. Fotografia e Audiovisuais, Lda, in arquivo da CMO

Fig. 56 - Convento santo António dos Capuchos, p.145.
Fonte: © <https://revive.turismodeportugal.pt/pt-pt/convento-capuchos>

Fig. 57 - Convento de São Cornelio, p.147.
Fonte: © CML | DMC | Arquivo Municipal de Lisboa

Fig. 58 - Convento de São Pedro de Alcântara | Exterior | Fachada nascente. ART031914, p.149.
Fonte: © CML | DMC | Arquivo Municipal de Lisboa

Fig. 59 - Convento São Francisco de Guimarães, p.152.
Fonte: © https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/69/Medieval_meets_Modern_%287053940187%29.jpg

Fig. 60 - Ermitério Os Santos - Vestígios do edifício do ermitério Mirando do Douro, p.154.
Fonte: © DGPC

Fig. 61 - Convento de Nossa Senhora da Piedade de Vila Viçosa, p.156.
Fonte: © SIPA

Fig. 62 - Porziuncula, p.160
Fonte: © joe adams

Fig. 63 - Estatutos da Provincia de Santa Maria da Arrabida, p.164.
Fonte: © BNP Microfilme Cota F.G. 271

Fig. 64 - Estatutos da Provincia de Santa Maria da Arrabida, p.166
Fonte: © BNP Microfilme Cota F.G. 271

Fig. 65 - Convento da Arrábida, Serra da Arrábida, Setúbal, Portugal, p.172.
Fonte: © Mário Novais

Fig. 66 - Vista Geral do Antigo Convento de Santa Maria da Arrábida, p.174.
Fonte: © Eduardo Bote

Fig. 67 - Capela - Convento de Santa Maria da Arrábida, p.176.
Fonte: ©Eduardo Bote

Fig. 68 - Zonas das Celas, p.178.
Fonte: © Eduardo Bote

Fig. 69 - Cama dos frades feita em cortiça, p.180.
Fonte: ©Eduardo Bote

Fig. 70 - Claustro do convento de Santa Cruz da Serra, p.186.
Fonte: ©Arquivo da Câmara Municipal de Sintra

Fig. 71 - Terreiro de três cruces, p.188.
Fonte: © Maria de Almeida

Fig. 72 - Planta do 1º Nivel, p.190.
Fonte: ©DGPC/SIPA arquito da torre do Tombo

Fig. 73 - Planta do 2º Nivel, p.191.
Fonte: ©DGPC/SIPA arquito da torre do Tombo

Fig. 74 - Planta do 3º e 4 º Nivel, p.192.
Fonte: © DGPC/SIPA arquito da torre do Tombo

Fig. 75 - Cortes, p.193.
Fonte: © DGPC/SIPA

Fig. 76 - Entrada Principal do Convento, p.194.
Fonte: ©Maria de Almeida

Fig. 77 - Fachada Oeste, p.196.
Fonte: © Eduardo Bote

Fig. 78 - Refeitório, p.198.
Fonte: © Maria de Almeida

Fig. 80 - Claustro, p.200.
Fonte: © Maria de Almeida

Fig. 81 - Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, Coimbra, Portugal - c1954/2017, p.206.
Fonte: ©Mário Novais-1954/Luis Pinto-2017

Fig. 82 - Centro interpretativo do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, Coimbra, p.208.
Fonte: © Global Imagens

Fig. 83 - Capela Ronchamp celebração da abertura do Concílio Vaticano II em outubro de 1962, p.212.
Fonte: ©Inexhibit

Fig. 84 - Vista aérea da colina onde encontra-se a Capela Notre Dame, p.214.
Fonte: ©Inexhibit

Fig. 85 - Capela Notre Dame Du Haut, p.215.
Fonte: ©Inexhibit

Fig. 86 - Construção da Fachada sulda Capela Ronchamp 1980, p.216.
Fonte: ©Inexhibit

Fig. 87 - Vista aérea da colina Notre Dame du Haut, p.218.
Fonte: © Michel Denancé Renzo Piano Building Workshop Architects

Fig. 88 - Construção Ronchamp Gatehouse and Monastery, p.220.
Fonte: © Renzo Piano Building Workshop Architects

Fig. 89 - Vista geral da portaria, p.221.
Fonte: © Michel Denancé Renzo Piano Building Worksho Architects

Fig. 90 - Notre Dame du Haut, vista geral, p.222.
Fonte: © Michel Denancé Renzo Piano Building Workshop

Fig. 91 - Vista do refeitório da pousada, p.223.
Fonte: ©Michel Denancé - Renzo Piano Building Workshop Architects

Fig. 92 - Conceptual sketch, p.224.
Fonte: © <http://tecnne.com/wp-content/gallery/ronchamp-gatehouse-4/?SA>

Fig. 93 - Conceptual sketch, p.225.
Fonte: © <http://tecnne.com/wp-content/gallery/ronchamp-gatehouse-4/?SA>

Fig. 94 - Planta nível 0, p.226.
Fonte: © Renzo Piano Building Workshop Architects

Fig. 95 - Planta nível 1, p.227.
Fonte: ©Renzo Piano Building Workshop Architect

Fig. 96 - Renzo Piano, conceptual sketch, and cross-section of the Notre Dame du Haut expansion, p.228.
Fonte: © Renzo Piano Building Workshop Architects

Fig. 97 - Paço de Sintra, p.236.
Fonte: ©Matyas Rehak

Fig. 98 - Sintra, p.238.
Fonte: © Arquivo Nacional Torre do Tombo livro das Fortalezas 119

Fig. 99 - Castelo dos Mouros, p.240.
Fonte: ©aTerceiradimensão

Fig. 100 - Palacio_Nacional_da_Pena, p.242.
Fonte: © PSML_Wilson_Pereira

Fig. 101 - Mosteiro de São Bento da Saúde / Palácio de São Bento / Palácio das Cortes / Assembleia da República, p.246.
Fonte: © SIPA

Fig. 102 - Convento de Santa Maria doo Bouro, p.254.
Fonte: © Luis Ferreira Alves

Fig. 103 - Convento de São Francisco de Faro, p.258.
Fonte: © Paulo Gonçalves blog viajar e descobrir

Fig. 104 - Convento de São Francisco da Cidade | Exterior | Fachada norte/poente, p.262.

Fonte: ©CML | DMC | DPC | José Vicente 2015

Fig. 105 - Convento de Nossa Senhora do Bom Sucesso - Vista geral de poente, p.266.

Fonte: DGPC

Fig. 106 - Convento São Domingo de Benfica, p.270.

Fonte: ©SIPA

Fig. 107 - Hospital Santa Marta/Convento Santa Marta, p.274.

Fonte: ©SIPA

Fig. 108 - Convento de São Domingos/Convento de Nossa Senhora da Consolação, p.278.

Fonte: ©SIPA

Fig. 109 - Museu Municipal de Loures, p.282.

Fonte:©https://pt.wikipedia.org/wiki/Quinta_do_Conventinho#/media/Ficheiro:Museu_Municipal_de_Loures.jpg

Fig. 110 - Planta de Impalntação, p.304.

Fonte: ©Eduardo Bote

Fig. 111 - Planta do piso 0, p.306.

Fonte: ©Eduardo Bote

Fig. 112- Planta do piso -1, p.308.

Fonte: ©Eduardo Bote

Fig. 113 - Planta do piso -2, p.310.

Fonte: ©Eduardo Bote

Fig. 114 - Planta do piso -3, p.312.

Fonte: ©Eduardo Bote

Fig. 114 - Cortes e Alçados, p.314.

Fonte: ©Eduardo Bote

Fig. 114 - Cortes e Alçados, p.316.

Fonte: ©Eduardo Bote

Fig. 114 - Cortes e Alçados, p.319.

Fonte: ©Eduardo Bote

Fig. 114 - Cortes e Alçados, p.319.

Fonte: ©Eduardo Bote

Fig. 114 - Cortes e Alçados, p.320.

Fonte: ©Eduardo Bote

Fig. 114 - Cortes e Alçados, p.322.

Fonte: ©Eduardo Bote

Fig. 114 - Pormenor construtivo, p.324.

Fonte: ©Eduardo Bote

Fig. 115 - Capa do processo de recuperação geral do Convento, p.348.

Fonte: ©Arquivo Fundação Oriente

Fig. 116 - Capa dos desenhos de Recuperação geral do Convento, p.348.

Fonte: ©Arquivo Fundação Oriente

Fig. 117 - Planta do Conjunto do Convento Novo da Arrábida, p.349

Fonte: ©Arquivo Fundação Oriente

Fig. 118 - Planta de Implantação, p.349.

Fonte: ©Arquivo Fundação Oriente

Fig. 119 - Planta de Cobertura, p.350.

Fonte: ©Arquivo Fundação Oriente

Fig. 120 - Planta do Nivel 2, p.350.

Fonte: ©Arquivo Fundação Oriente

Fig. 121 - Planta do Nivel 1, p.351.
Fonte: ©Arquivo Fundação Oriente

Fig. 122 - Planta do Nivel 3, p.351.
Fonte: ©Arquivo Fundação Oriente

Fig. 123 - Planta do Nivel 4, p.352.
Fonte: ©Arquivo Fundação Oriente

Fig. 124 - Planta do Nivel 5, p.352.
Fonte: ©Arquivo Fundação Oriente

Fig. 125 - Alçados, p.353.
Fonte: ©Arquivo Fundação Oriente

Fig. 126 - Cortes e alçados, p.353.
Fonte: ©Arquivo Fundação Oriente

Fig. 127 - Conjunto do Convento Velho da Arrábida, p.354.
Fonte: ©Arquivo Fundação Oriente

Fig. 128 - Fotos do Convento Velho, p.354.
Fonte: ©Arquivo Fundação Oriente

Fig. 129 - Entrada para o convento Santa Cruz da Serra no terreiro das cruces com saloios em traje popular e de cerimónia, p.356.
Fonte: ©<http://arquivoonline.cm-sintra.pt/details?id=10918>

Fig. 130 - Vista parcial do terreiro das cruces com a entrada para o convento de Santa Cruz da Serra de Sintra, p.356.
Fonte: ©<http://arquivoonline.cm-sintra.pt/details?id=11278>

Fig. 131 - Terreiro da fonte na entrada do convento de Santa Cruz da Serra vulgarmente conhecido por convento dos Capucho, p.357.
Fonte: ©<http://arquivoonline.cm-sintra.pt/details?id=11399>

Fig. 132 - Cintra - Atrio dos Capuchos, p.357.
Fonte: ©<http://arquivoonline.cm-sintra.pt/details?id=11417>

Fig. 133 - Farmácia e quartos dos enfermos no Convento de Santa Cruz da Serra de Sintra, p.358.
Fonte: ©<http://arquivoonline.cm-sintra.pt/details?id=11418>

Fig. 134 - Vista parcial do Convento de Santa Cruz da Serra de Sintra, p.358.
Fonte: ©<http://arquivoonline.cm-sintra.pt/details?id=11523>

Fig. 135 - Vista parcial do claustro do convento de Santa Cruz da Serra de Sintra, p. 359.
Fonte: ©<http://arquivoonline.cm-sintra.pt/details?id=11525>

Fig. 136 - Altar e balaustrada da igreja do convento de Santa Cruz da Serra de Sintra, p.359.
Fonte: ©<http://arquivoonline.cm-sintra.pt/details?id=11526>

08. BIBLIOGRAFIA

ABREU, Carlos. Dir. (1996). I-II Seminário. O Franciscanismo em Portugal. Actas. in GONÇALVES, Manuel Pereira. Os Franciscanos em Portugal p. 265

ADRIÃO, Vítor Manuel. (2007). Sintra, Serra Sagrada (Capital Espiritual daEuropa). Lisboa: Dinapress de Martins & Coimbra, Lda.

AFONSO, Regina de Jesus. (1990). *Capuchos, em Bucca de um ideal Perdido*. Sapiens, magazine nº1 janeiro- março. Sintra. pp. 53-57

ALMEIDA, Fortunato de. (1912). *História da Igreja em Portugal*. VOL II. Coimbra. Imprensa Académica

ANDRADE, Christina Nilsson Robin; Andrade, José Robin de; Caetano, Ana Cristina Maia. (2007). Santa Cruz Convent of Sintra Mountain, Capuchin Convent of Sintra, Cork Convent. Cascais. pp. 7-14.

AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. (2000). *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, pp.273-280;

BAEZA, Alberto Campo.(2006). A ideia construída. Ed. Caleidoscópio. Casal de Cambra.

BAEZA, Alberto Campo. (2011).Pensar com as mãos. Ed. Caleidoscópio. Casal de Cambra.

BALLART, Josep. (1997). *El patrimonio Historico y Arqueologico: Valor y Uso. Espanha: EDITORA ARIEL, SA. p.17.*

BERQUE, Augustin. (s.d). *Das Águas da Montanha à Paisagem*. pp. 96-103 tradução de Helen Fernandes in SERÃO, Adriana Veríssimo (coor). (2012). Filosofia e Arquitetura da Paisagem. Um Manual. Lisboa. Centro de Filosofia da universidade de Lisboa.

BERQUE, Augustin. (1990). *Mediance: De melieux en Paisagens*, ed. Reclus. Montpellier.

CAUQUELIN, Anne. (2015). *A invenção da Paisagem*. São Paulo. Edições 70 p.35.

CARQUEIJEIRO, Eduardo, HENRIQUES, Miguel (edição). (2018). *Arrábida em continuo*. ICNF. P. 12-13

CARVALHO, José Adriano Freitas de, 2002 – “Eremitismo em Portugal na Época Moderna: homens e imagens”. Via Spiritus. N.º9, p. 83-145.

CARVALHO. M.A.C. (1994). *Variação de diversidade ecológica numa paisagem rural em transformação. o caso do Vale da Ribeira de Seda – Rai*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Évora. Évora. p.22.

CASTRO, João Bautista de - Mappa de Portugal Antigo e Moderno, Tomo Terceiro, Parte V. Lisboa: Oficina Patriarcal de Francisco Luis Ameno, 1763, p. 522.

CHOAY, Françoise (2000). A Alegoria do Património. Lisboa: Edições 70

CHOAY, Françoise (2009). As Questões do Património. Lisboa: Edições 70

CHOAY, Françoise. (2005). *Património e Mundialização*. Casa do Sul Edições. Evora. pp. 9-11.

CONCEIÇÃO, Fr. Cláudio da - Gabinete Histórico, Tomo XI. Lisboa: Na Impressão Régia, 1827.

CONCEYÇÃO, Fr. Apollinario da - Claustro Franciscano, Erecto no Dominio da Coroa Portuguesa e estabelecido sobre dezeseis venerabilissimas columnas. Expoem-se sua origem, e estado presente. Lisboa Occidental: Na Offic. de Antonio Isidoro da Fonseca, 1740, p. 116.

CONCEYÇÃO, Fr. Apollinario da - Claustro Franciscano, Erecto no Dominio da Coroa Portuguesa e estabelecido sobre dezeseis venerabilissimas columnas. Expoem-se sua origem, e estado presente. Lisboa Occidental: Na Offic. de Antonio Isidoro da Fonseca, 1740, pp. 12-13, 27-28 e 60-65.

COSTA, Rodrigo Simões. (1941). Sintra e seus arredores. Lisboa: Centro Tipográfico Colonial.

D’ABREU, Alexandre Cancela., CORREIA, Teresa Pinto., OLIVEIRA, Rosário. (2002). *Contributos para a Identificação e Caracterização das Unidades de Paisagem em Portugal Continental*. Volumes I p. 11.

ESPERANÇA, Frei Manoel da - Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de São Francisco na Provincia de Portugal. Lisboa: Officina

FERREIRA, José Alberto (coord). (2005). *Escrita na paisagem: festival de performance e artes da terra*. Évora: Mimesis. CARAPINHA, Aurora. (2005). Escrita na Paisagem. p. 10.

FERREIRA, Vergílio. (1998). Sintra Património da Humanidade. Câmara Municipal de Sintra.

FLOOD, Fr. David. (1986). *Frei Francisco e o Movimento Franciscano*. Vozes. op. cit. p. 68.

FRANCO, José Eduardo; COUTINHO, Maria João; PINTO, Paulo Mendes; FERREIRA, Sílvia. dir. (2010) *Dicionário histórico das Ordens e Instituições afins em Portugal*. Lisboa. Gradiva. op. cit. p.158-168.

FRANCO, José Eduardo. dir. (2010) *Dicionário histórico das Ordens* – institutos Religiosos e Outras Formas de Vida Consagrada Católica em Portuga. Lisboa. Gradiva. op. cit. p.158-168.

GASPAR, Nuno Miguel, O Convento dos Capuchos da Serra de Sintra: percurso histórico e guia interpretativo, Cacém: VoxGo, 2006.

GOFF, Jacques Le. (2011) *São Francisco de Assis*. Braga op. cit. pp. 62-69.

GONZAGA, Frei Francisco. 1587) De Origine Seraficae Religionis Franciscanae Ejusque Progressibus [...], Roma.

GOODCHILD, Peter. (2002). *Paisagem e Património*. In Boletim AP da Associação Portuguesa dos arquitetos paisagistas, nº3, Lisboa p.6

HERNÁNDEZ, Francisca Hernández. (2002). *El patrimonio cultural: la memoria recuperada*. Ediciones trea. Gijon. 2002. p.80.

JURUMENHA, João António (1939). Cintra Pinturesca ou Memória Descritiva da Villa de Cintra, Colares e seus arredores. Lisboa: Empreza da História de Portugal

LAMPREIA, Dora. (2012). *Por uma Política de Paisagem: A Propósito da Convenção Europeia da Paisagem*. p.254 in SERÃO, Adriana Veríssimo

LISBOA, Frei Marcos de - Crónicas da Ordem dos Frades Menores, [ed. facsimilada]. 3.ª parte, Porto: Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, MM (2000).

GOMES, Jesué Pinharanda, (2010) - Arrábidos. Dicionário Histórico das ordens, institutos religiosos e outras formas de vida consagrada católica em Portugal. Lisboa: Gradiva. pp. 52-59.

MAGALHÃES, Manuela Raposo. (2001). *A arquitetura paisagista. Morfologia e Complexidade*. Editora Estampa. Lisboa. p.51.

MARIA, Fr. Joseph de Jesus (1737) - Espelho de Penitentes, Chronica da Provincia de Santa Maria da Arrabida [...], [Tomo Segundo]. Lisboa: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva.

MATTOSO, José, Eremitas portugueses no século XII in Religião e cultura na Idade Média portuguesa, ed. cit., 122.

MAXIMIANO, Liz, Abad.(2004) Considerações sobre o conceito de paisagem. Raega - O Espaço Geográfico em Análise, [S.l.], v. 8. pp.84-87.

MONFORTE, Frei Manuel de, Chronica da Provincia da Piedade. 2ª ed., s.l.: Officina de Miguel Manescal da Costa, 1751, pp. 221 – 225.

MOREIRA, António Montes. (2000). “Franciscanos”, in Carlos Moreira Azevedo (dir.), Dicionário de História Religiosa de Portugal, vol. C-I, [Lisboa], Círculo de Leitores/Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa. pp. 273-280;O Franciscanismo em Portugal, Actas, I-II (1996) Lisboa, Fundação Oriente.

MOREIRA, António Montes. *Implantação e desenvolvimento da ordem franciscana em Portugal sec.*

XII-XVI. op.cit. 20,21.

NASCIMENTO, Clara Isabel Martins Vicente, “Arrábida: qualidades cénicas da paisagem, Tese mestrado em Gestão de Recursos Naturais, Universidade Técnica de Lisboa”, 1998

NEVES, Vítor M. L. Pereira. (1997) O Convento dos Capuchos : o que é e o que foi = The Cork Convent / Sintra : [s.n.].

O.F.M., 1698 – Estatutos da Província de Santa Maria da Arrábida. [...]. Lisboa: na Officina de Miguel Deslandes.

ORTEGA VARCÁRCEL, José (1998). *El patrimonio territorial: El território como recurso cultural y económico*. p. 33.

PEDROLI, Bas. (Ed.). (2000). *Landscape — Our Home/Lebensraum Landschaft. Essays on the culture of the European landscape as a task*. Zeist: Indigo. pp. 65.73.

PEREIRA, Paulo (2006) - Convento da Arrábida: a porta do céu. [Lisboa] : Fundação Oriente. pp. 46

PEREIRA, Paulo; VILLACAMPA, Vicente. (1989). *Descubra o Mundo Portugal Património da Humanidade*, EDICLUBE, p. 120 – 124

PEREIRA, Paulo. (2001). “Lugares de passagem” e o resgate do tempo, in Estudos/Património, nº 1. pp-6-15. Lisboa: IPPAR

PEREIRA, Paulo. (2009). Lugares Mágicos de Portugal – Arquiteturas Sagradas. Rio de Mouro: Temas e Debates – Círculo de Leitores.

PIECADE, Fr. Antonio da. (1728) - Espelho de Penitentes, Chronica da Provincia de Santa Maria da Arrabida [...], Tomo Primeiro. Lisboa: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva.

PIRES, Maria Lucília. 2000. *Serra e Conventos na Crónica de Província de Santa Maria da Arrábida*. Via Spiritus, 7, pp. 67-76.

PEREIRA, Paulo. (2006) Convento da Arrábida: a porta do Céu. p. 74.

PERESTRELLO, Dulce. (1952). A Serra da Arrábida e o seu Convento, Lisboa.

REIS, Miguel de Menezes Braula. (1997). Parque Natural de Sintra-Cascais.

REMA, Fr. Henrique Pinto. (2005) “Implantação do franciscanismo em Portugal”, in Itinerarium, n. os 181-183, Braga, Editorial Franciscana, pp. 265-296.

PRATS, Llorenç. (1997). *Antropología y Patrimonio*. Barcelona, Ariel. p.19.

REMA, Henrique Pinto. 2004. «A Ordem Franciscana em Portugal no século de ouro do rei D. Manuel I». III Congresso Histórico de Guimarães, D. Manuel e a sua Época (24 a 27 de Outubro de 2001) - Actas. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, Vol. II, pp. 137-161.

RIBEIRO, Orlando, (1935). A Arrábida: esboço geográfico, Tese doutoramento em Ciências Geográficas, Universidade de Lisboa, Separata da Revista Faculdade de Letras.

SANZ VALDIVIESO, Rafael, 1994 – San Pedro de Alcántara y la Provincia de la Arrábida. In – I-II Seminário. O Franciscanismo em Portugal. Actas. [Lisboa]: Fundação Oriente.

SAUER, Carl Ortwin. (1925). *A Morfologia da Paisagem*. p. 42.

SERRÃO, Vítor. (1989). Sintra, p. 58

SCHULZ, Christian Noberg. (1960). O fenómeno de Lugar. pp. 443,454,455.

SCHULZ, Christian Norberg. (1980). Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture. New York. Rizzoli.

SILVA, Carlos Pereira da. (2000). *Áreas Protegidas em Portugal: Que Papel? Conservação versus*

desenvolvimento. Geolnova, nº2, p.29.

SILVA, João Gomes da. (2002). *A Paisagem – Ideia ou Experiência?*. Jornal Architectos. Lisboa. 206 (maio-junho 2002) p. 14

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, et al.(2006) - Ordens Religiosas em Portugal: das Origens a Trento. Guia Histórico. 2ª Edição. Lisboa: Livros Horizonte.

TAMAYO, Sergio (coord.) (1998) *Sistemas urbanos, actores sociales y ciudadanías. Universidad Autónoma Metropolitana – Azcapotzalco*, primera edición: México.

TEIXEIRA,Vítor Gomes. (1999). O Maravilhoso no Mundo Franciscano Português da Baixa Idade Média,Porto, Granito.

TEIXEIRA, Vítor Rui Gomes. (2004) – O movimento da Observância franciscana em Portugal (1392-1517): História, Cultura e Património de uma Experiencia de Reforma Religiosa. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de Doutoramento. 2 vols., policopiada.

THOMPSON, Augustine. (2012). *São Francisco de Assis: Uma nova Biografia*. Casa das Letras. op. cit. p. 9-10.

VASCONCELOS, Bernardo; PINA, Isabel Castro; ANDRADE, Maria Filomena; SANTOS, Maria Filomena. (2005). *Ordens Religiosas em Portugal. Das Origens a Trento. Guia Histórico* – 3º edição. Lisboa. Livros horizonte p.257,258

ZUMTHOR, Peter. (2006) Atmosferas: entornos arquitectónicos: as coisas que me rodeiam. Barcelona: Gustavo Gili.

ZUMTHOR, Peter. (2005) Pensar a arquitectura. Barcelona: Gustavo Gili.

Teses de Doutoramento/ Artigos

AMORIM, Maria Adelina de Figueiredo. (2011) - A missionação franciscana no estado do Grão-Pará e Maranhão (1622-1750). Agentes, estruturas e dinâmicas. Volume II: Tese de Doutoramento em História (Especialidade: História e Cultura do Brasil). Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras.

ALMEIDA, Mário Henrique Tavares Moreira de. (1998). “Dinâmica e estrutura da paisagem da Serra da Arrábida 1950-1994, Tese de Mestrado”,

PACHECO, Ana Ruela Ramos de Assis, Construção de um mundo interior: arquitectura franciscana em Portugal, Índia e Brasil (sécs. XVI-XVII) / Ana Ruela Ramos de Assis Pacheco. - Coimbra: [s.n.], 2012. - [10]. IX, [5], 583 p., [17] f. il. : il. ; 30 cm. - Tese de doutoramento em Arquitetura, na especialidade de Teoria e História da Arquitetura, apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

FIGUEIREDO, Ana Paula Valente, Os Conventos Franciscanos da Real Província da Conceição – análise histórica, tipológica, artística e iconográfica, [tese de doutoramento defendida na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa], Lisboa, Universidade de Lisboa, 2009.

MEDINAS, Victor Joaquim Fialho, (1994). AArquitetura Capucha da Província da Piedade. (dissertação de Mestrado em História da Arte), vol. I, Lisboa: Universidade Nova.

TERENO, Maria do Céu. TOMÉ, Manuela Maria. MONTEIRO, Maria Filomena. Arquitetura conventual franciscana três continentes, três casos de estudo: Évora (Portugal), Goa (Índia) e Salvador (Brasil) (s.d) op. cit. p.2 e CARVALHO, Cibebe. (2011). *As Hagiografias Franciscanas (século XIII): uma reconstrução do conceito de pobreza*. Curitiba. op. cit. p. 61.

09. ANEXOS

Convento de Santa Maria da Arrábida



Fig. 115 - Capa do processo de recuperação geral do Convento
Fonte: ©Arquivo Fundação Oriente

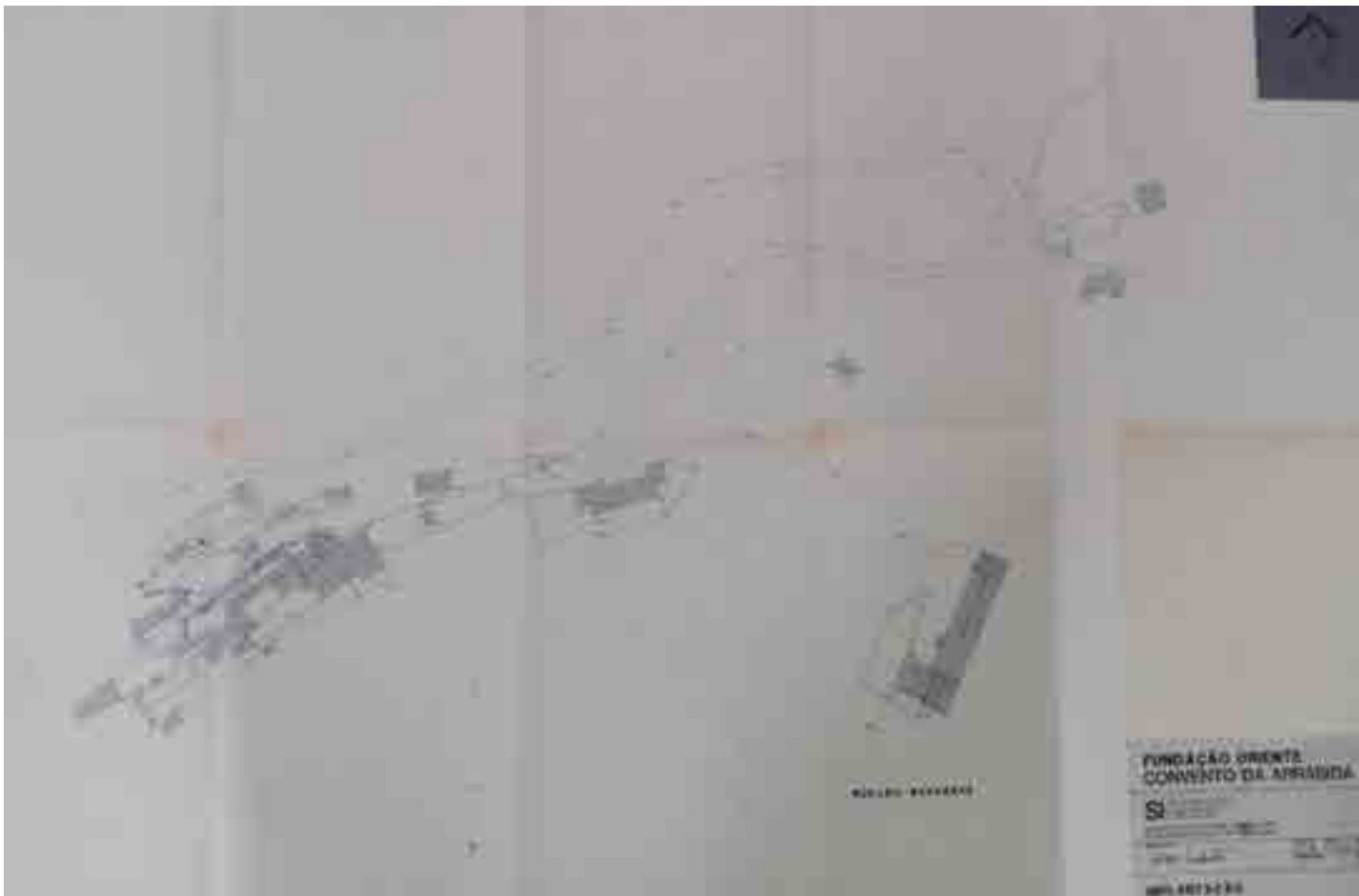


Fig. 117 - Planta do Conjunto do Convento Novo da Arrábida
Fonte: ©Arquivo Fundação Oriente

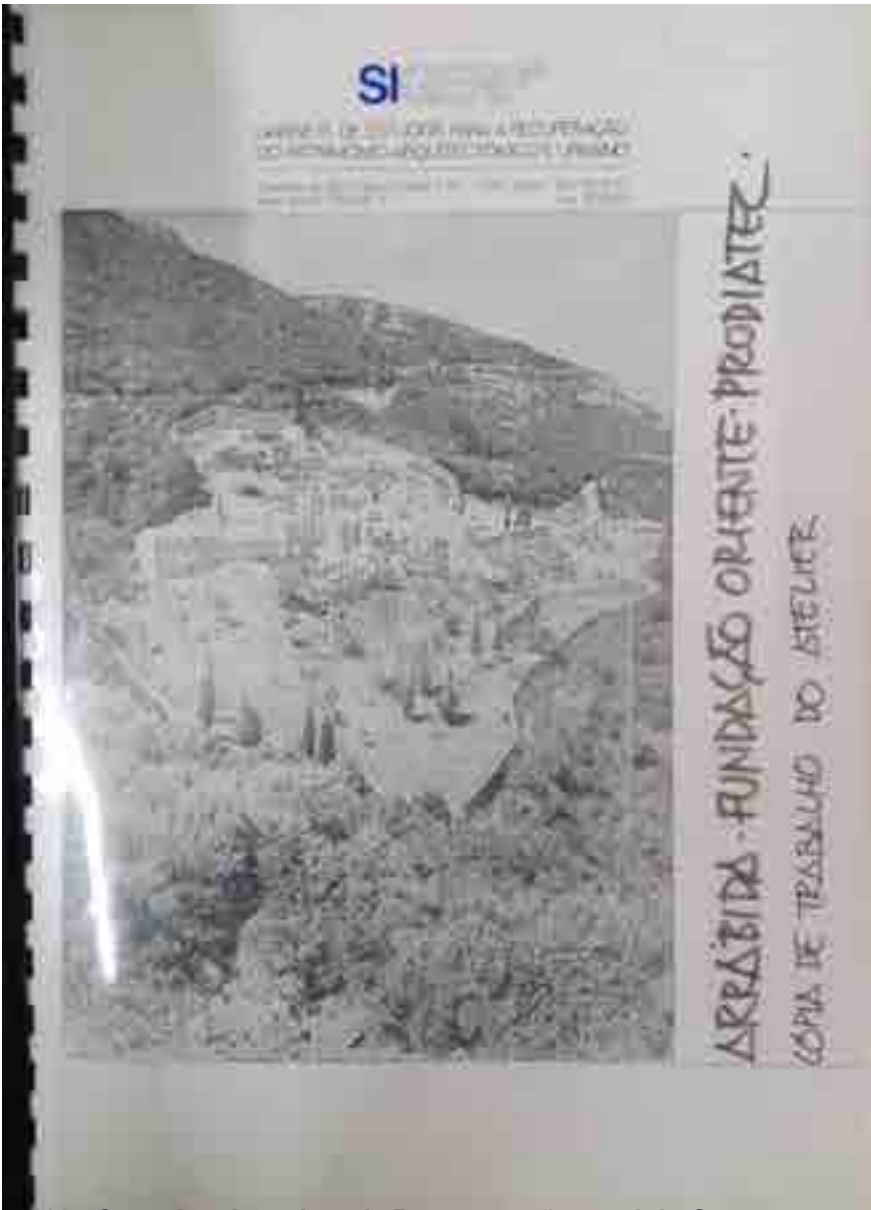


Fig. 116 - Capa dos desenhos de Recurperação geral do Convento
Fonte: ©Arquivo Fundação Oriente

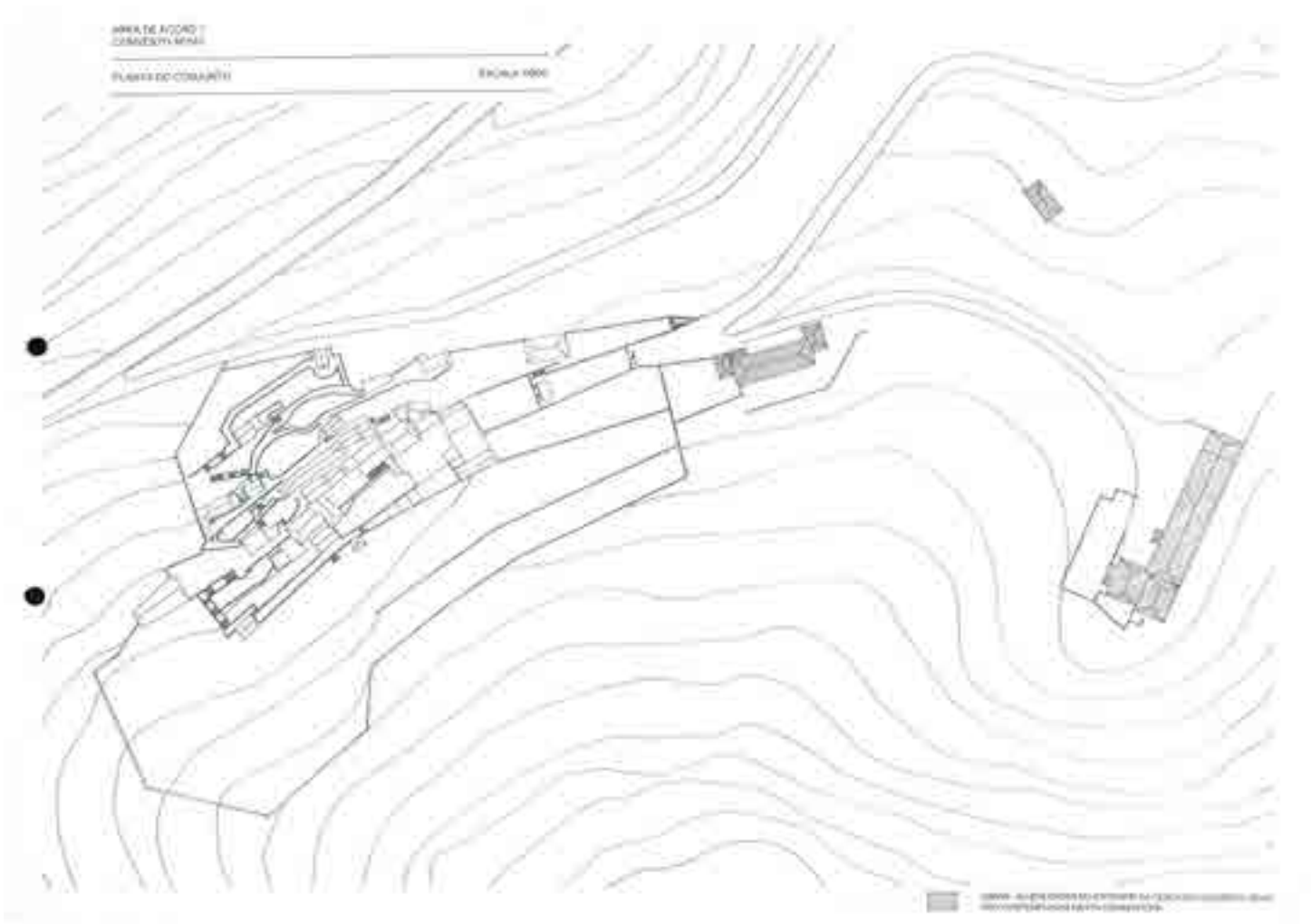


Fig. 118 - Planta de Implantação
Fonte: ©Arquivo Fundação Oriente

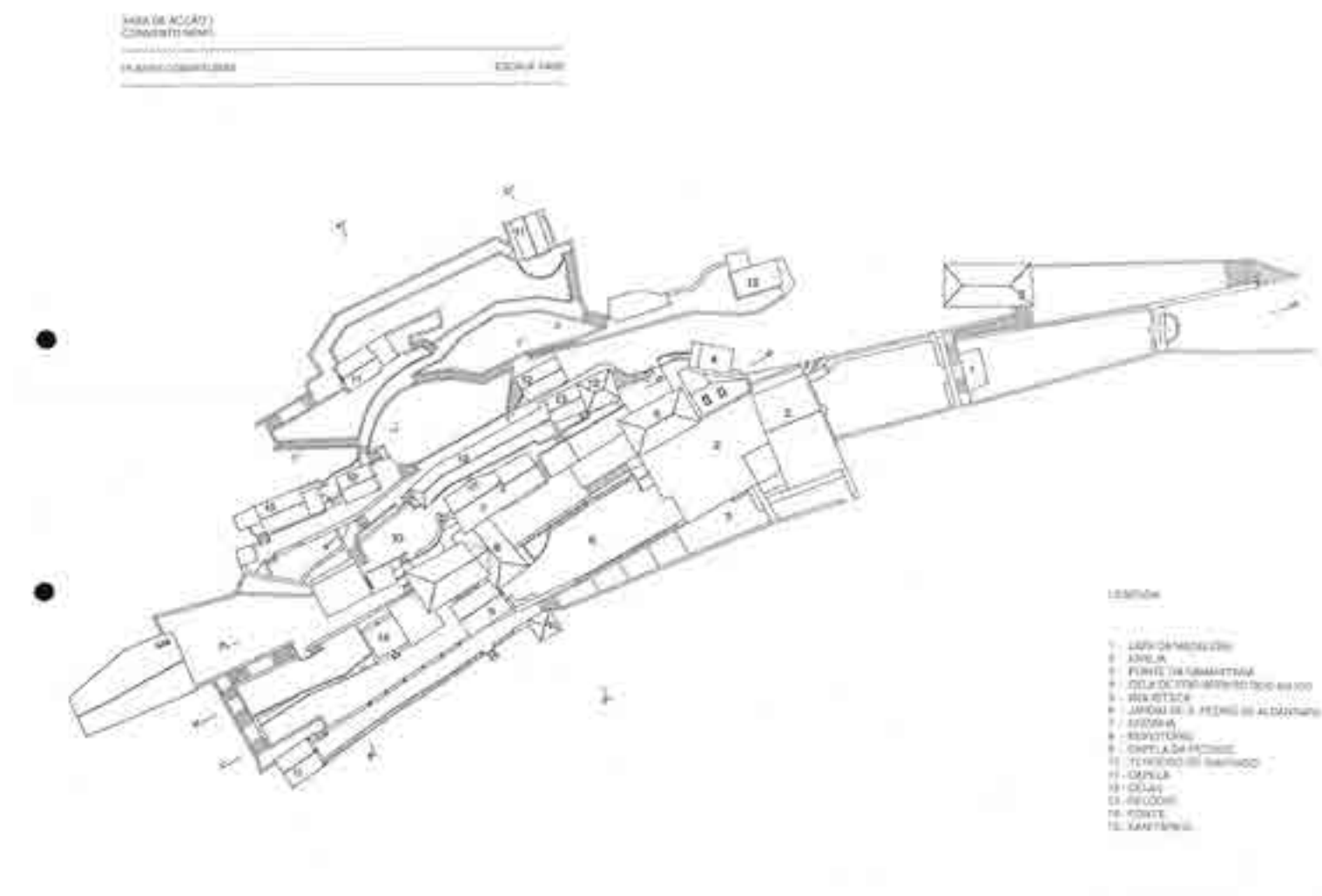


Fig. 119 - **Planta de Cobertura**
 Fonte: ©Arquivo Fundação Oriente

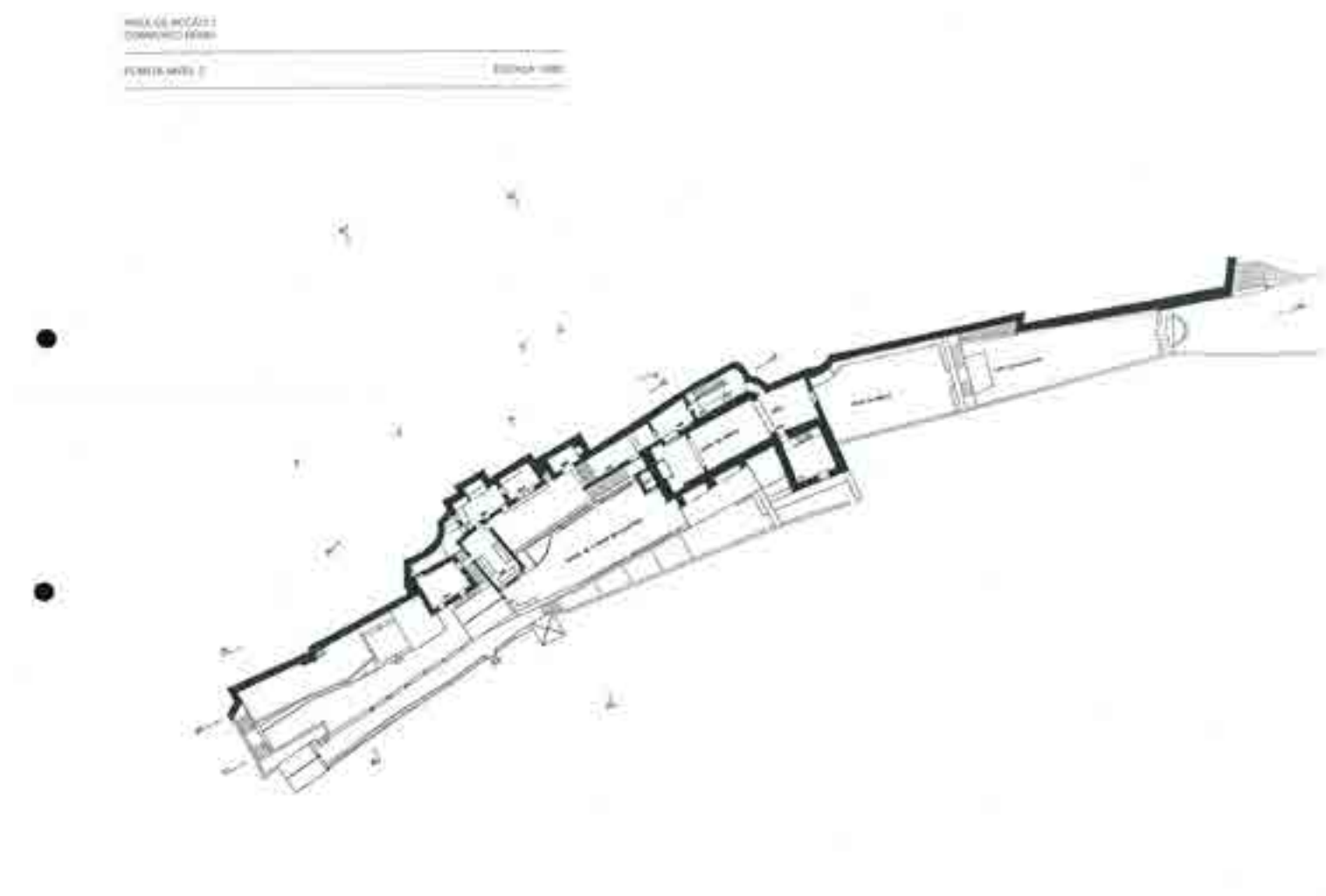


Fig. 120 - **Planta do Nivel 2**
 Fonte: ©Arquivo Fundação Oriente

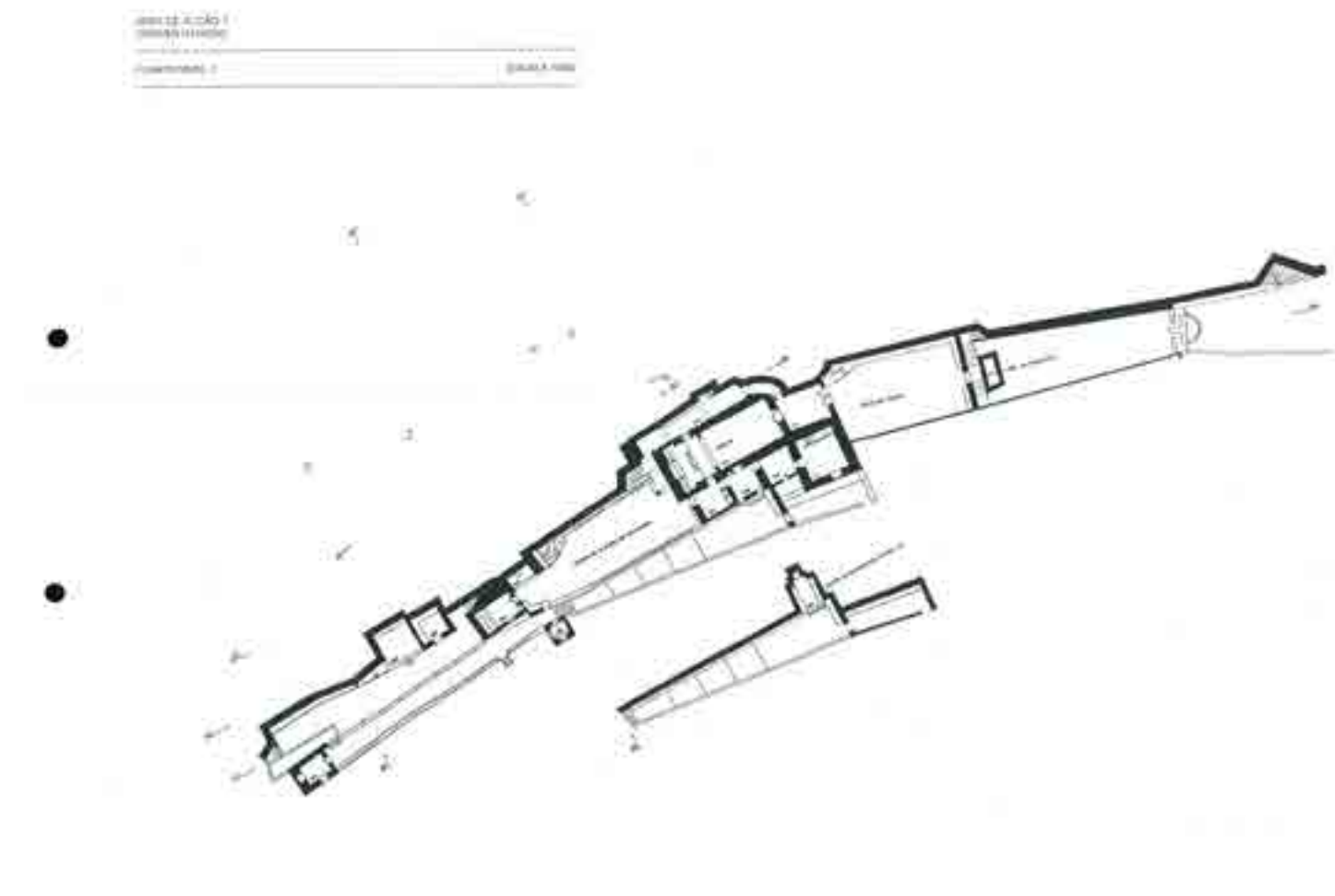


Fig. 121 - **Planta do Nivel 1**
 Fonte: ©Arquivo Fundação Oriente

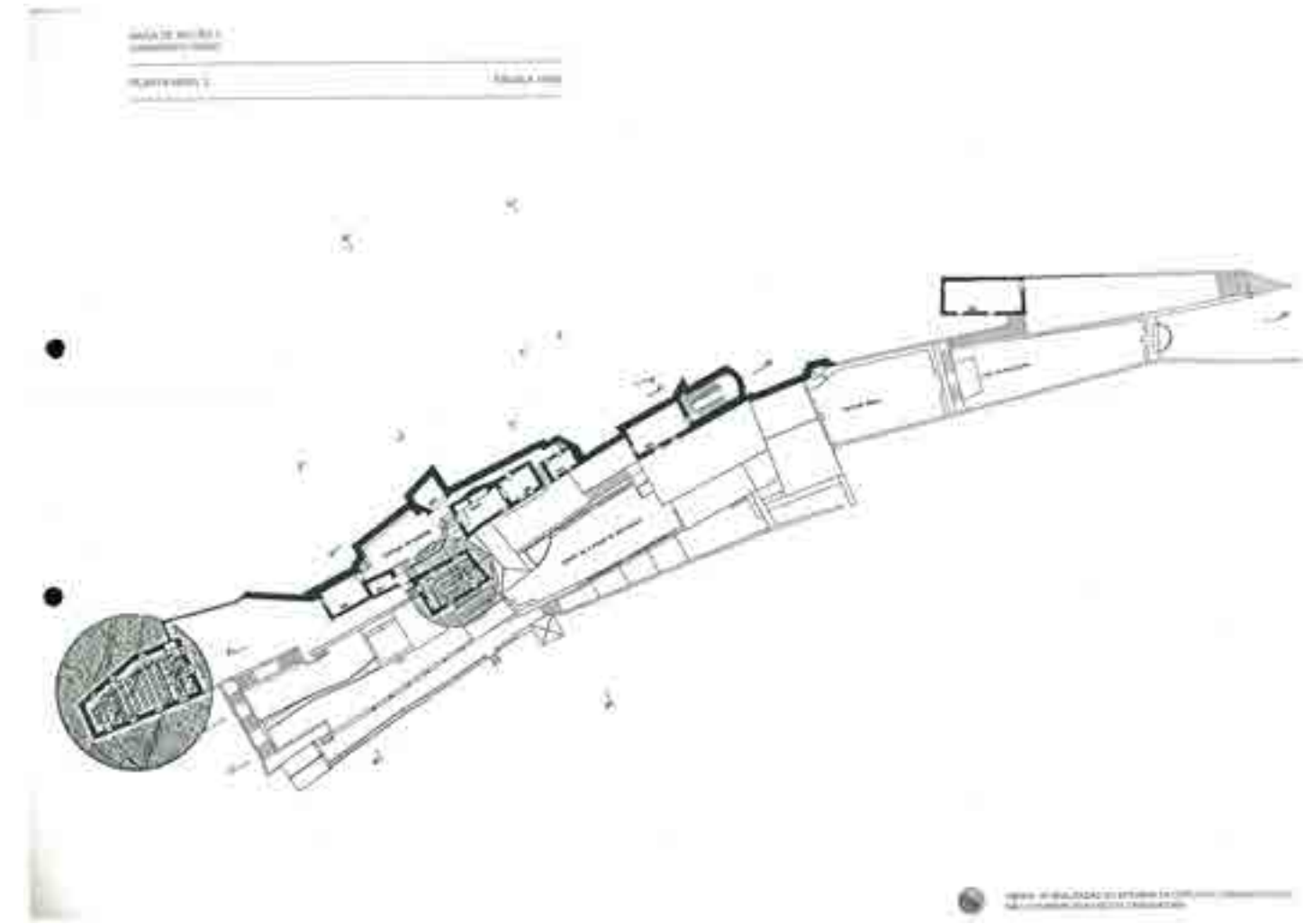


Fig. 122 - **Planta do Nivel 3**
 Fonte: ©Arquivo Fundação Oriente

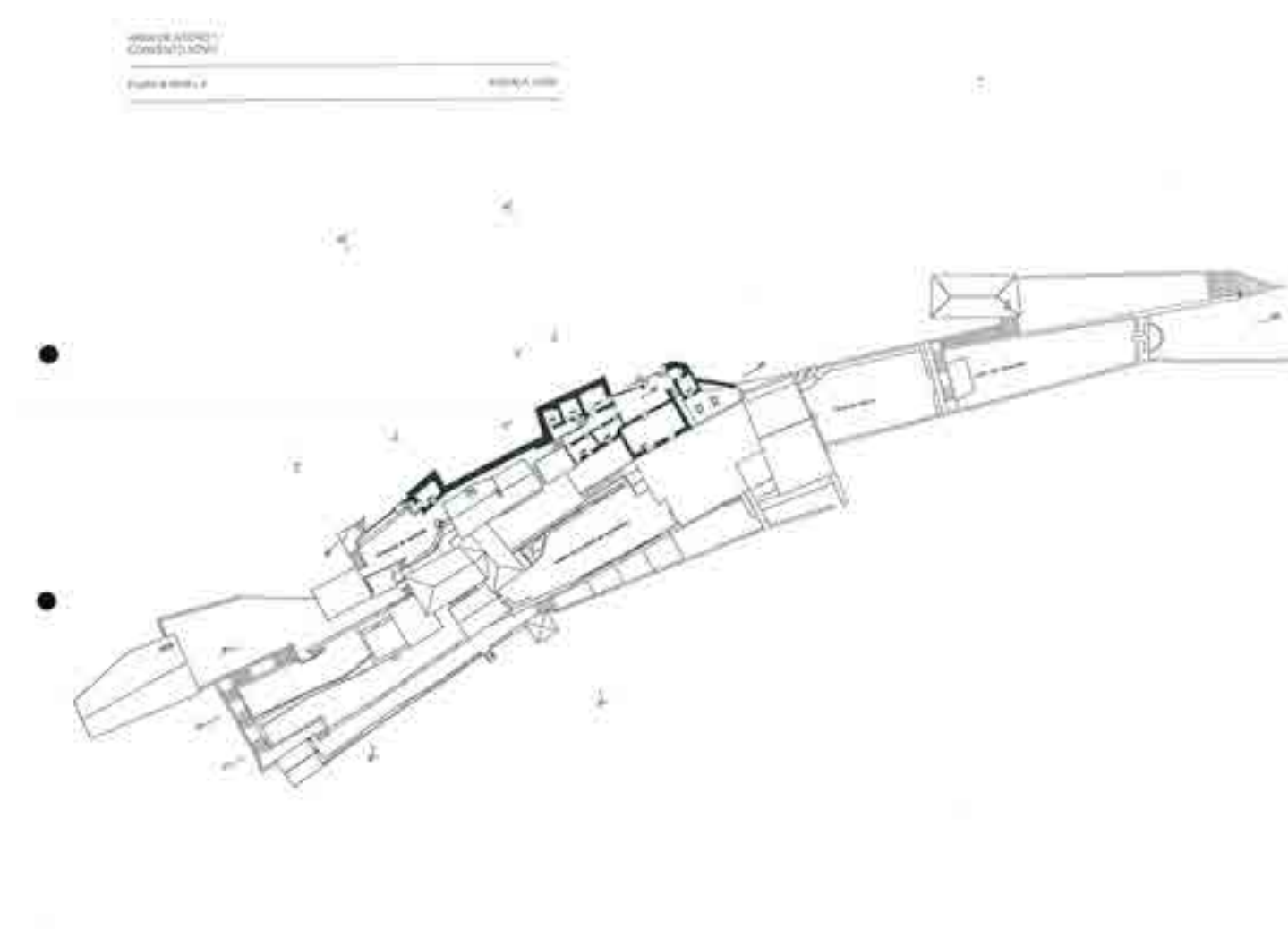


Fig. 123 - **Planta do Nível 4**
 Fonte: ©Arquivo Fundação Oriente

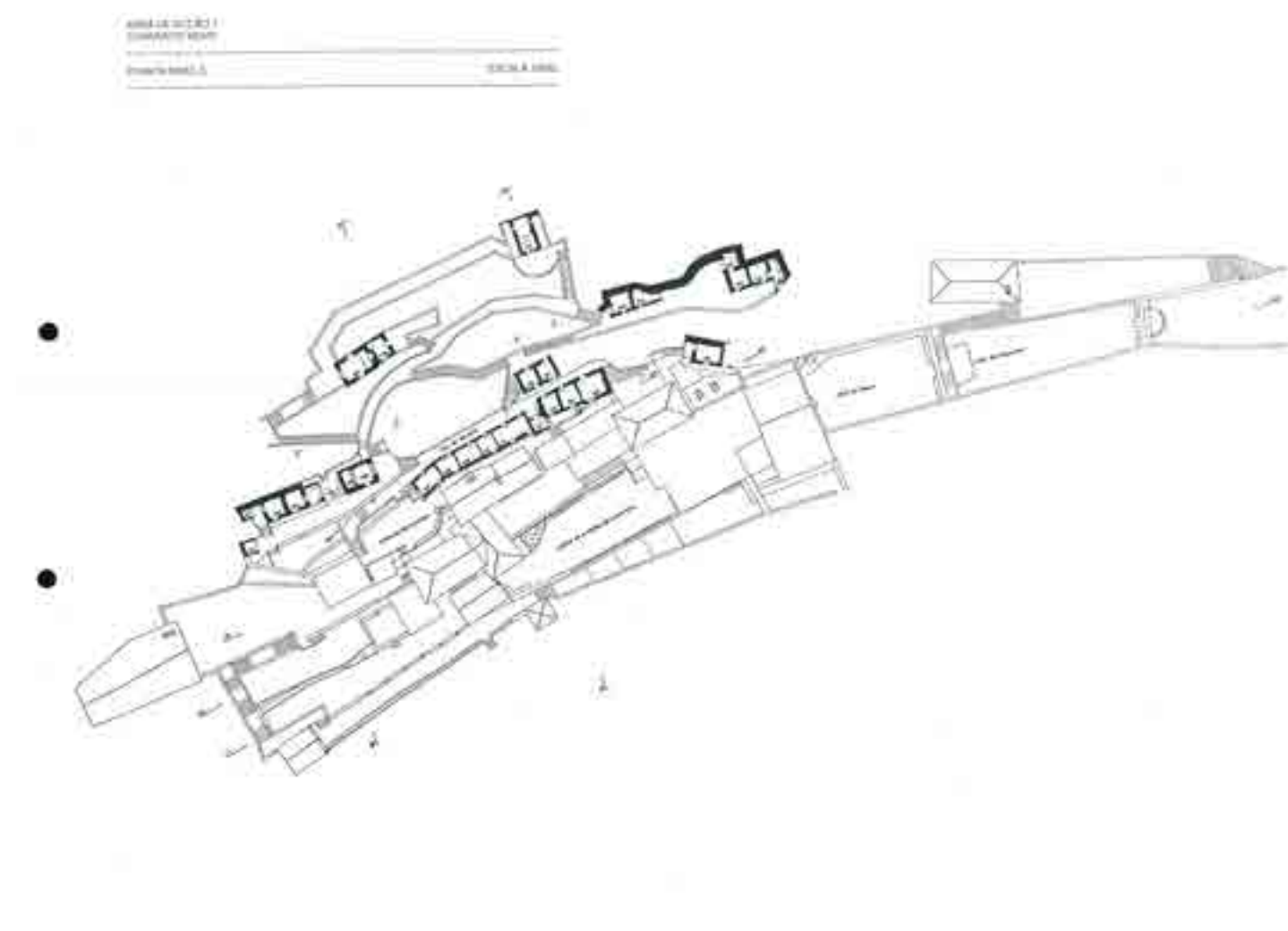


Fig. 124 - **Planta do Nível 5**
 Fonte: ©Arquivo Fundação Oriente

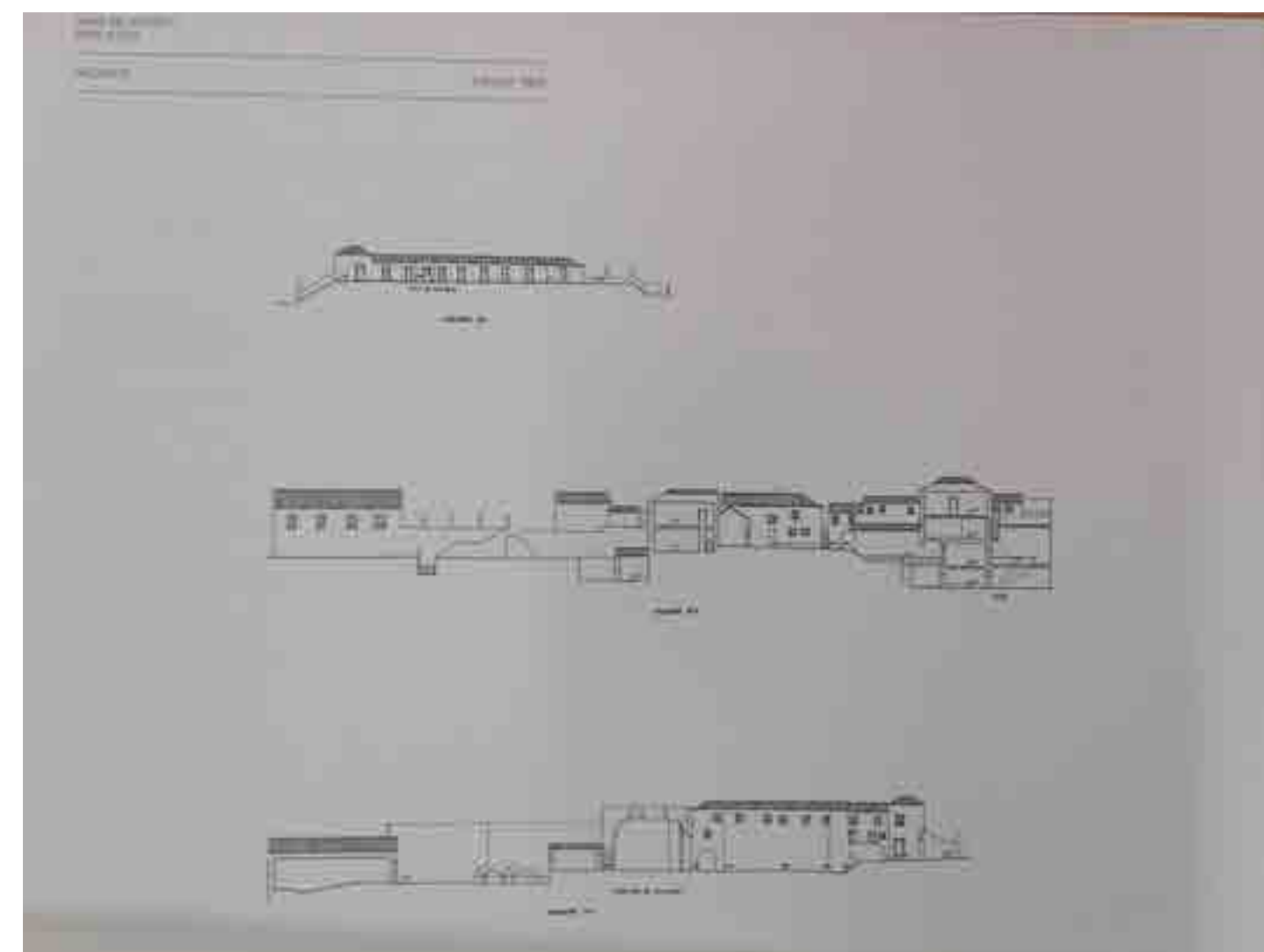


Fig. 125 - **Alçados**
 Fonte: ©Arquivo Fundação Oriente

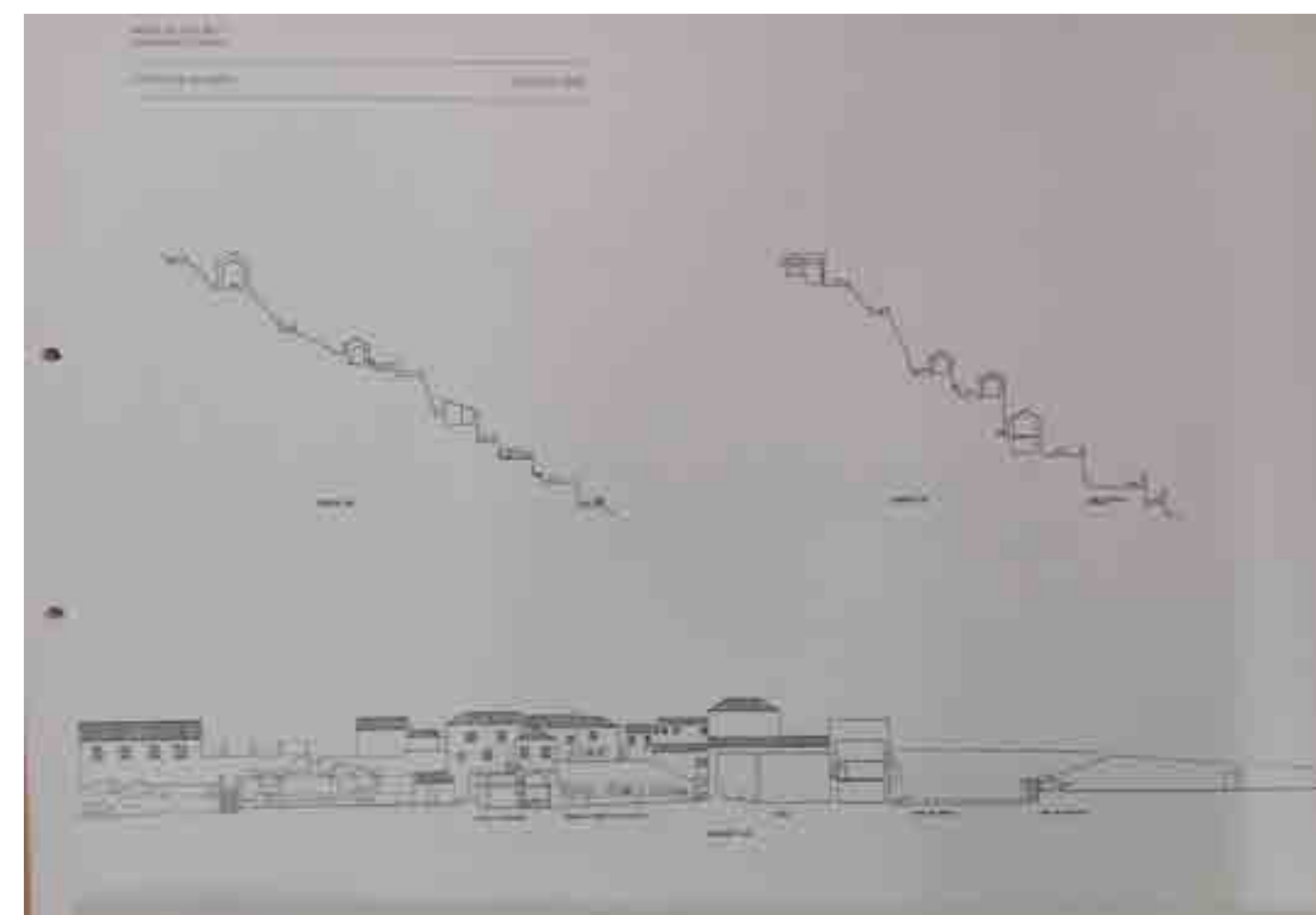


Fig. 126 - **Cortes e alçados**
 Fonte: ©Arquivo Fundação Oriente

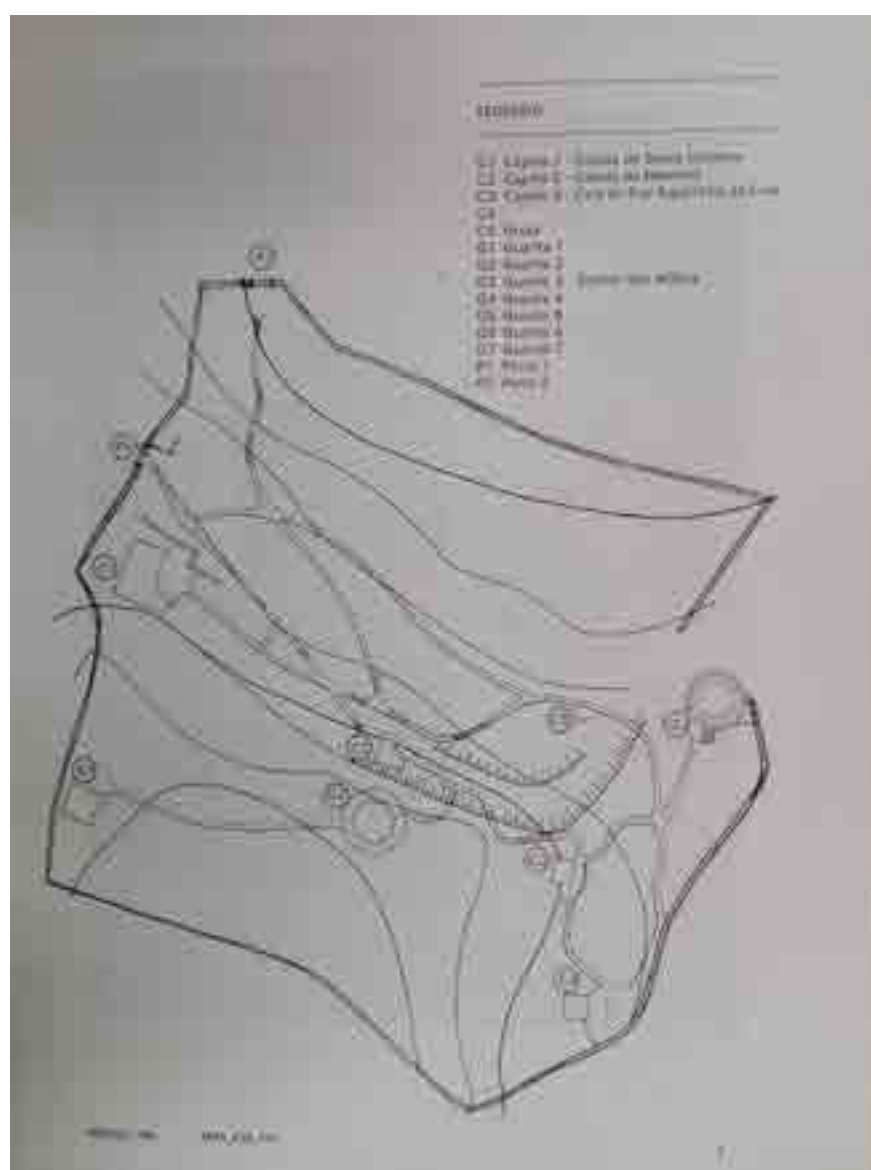


Fig. 127 - Conjunto do Convento Velho da Arrábida

Fonte: ©Arquivo Fundação Oriente

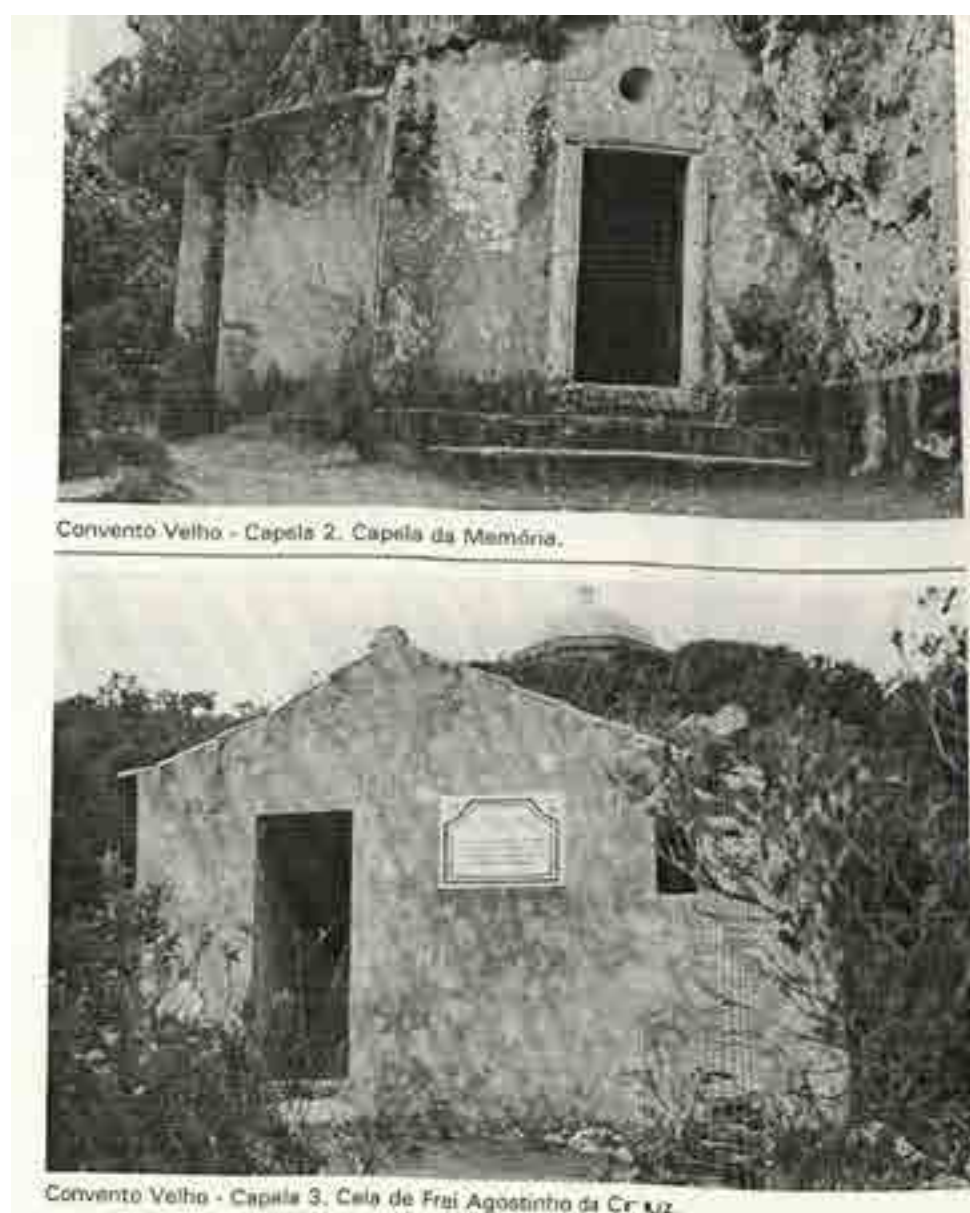


Fig. 128 - Fotos do Convento Velho

Fonte: ©Arquivo Fundação Oriente

Convento de Santa Maria da Arrábida

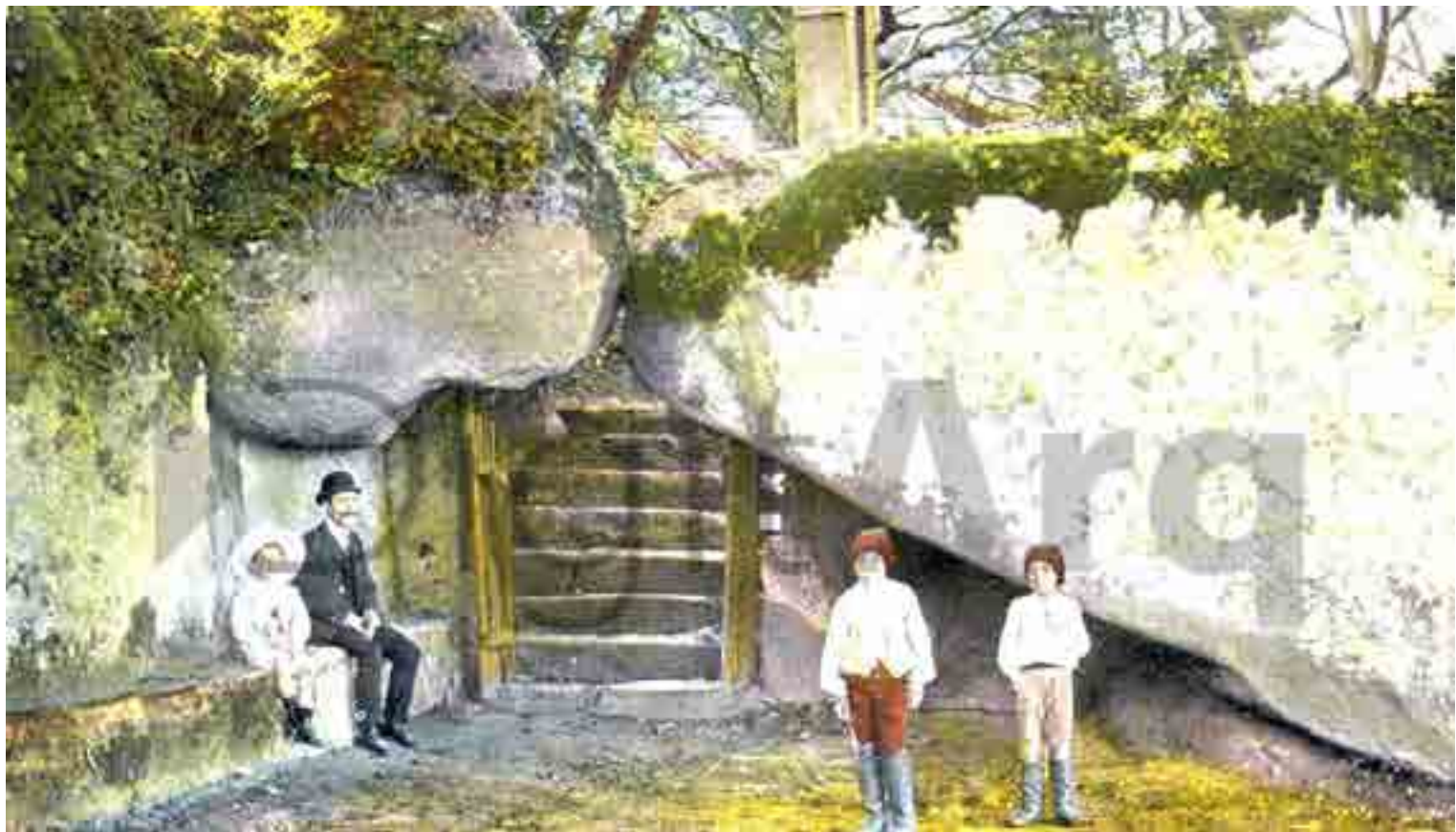


Fig. 129 - Entrada para o convento Santa Cruz da Serra no terreiro das cruzes com saloios em traje popular e de cerimónia.
Fonte: ©<http://arquivoonline.cm-sintra.pt/details?id=10918>



Fig. 130 - Vista parcial do terreiro das cruzes com a entrada para o convento de Santa Cruz da Serra de Sintra
Fonte: ©<http://arquivoonline.cm-sintra.pt/details?id=11278>



Fig. 131 - Terreiro da fonte na entrada do convento de Santa Cruz da Serra vulgarmente conhecido por convento dos Capuchos.
Fonte: ©<http://arquivoonline.cm-sintra.pt/details?id=11399>



Fig. 132 - Cintra - Atrio dos Capuchos
Fonte: ©<http://arquivoonline.cm-sintra.pt/details?id=11417>



Fig. 133 - Farmácia e quartos dos enfermos no Convento de Santa Cruz da Serra de Sintra.

Fonte: ©<http://arquivoonline.cm-sintra.pt/details?id=11418>



Fig. 135 - Vista parcial do claustro do convento de Santa Cruz da Serra de Sintra

Fonte: ©<http://arquivoonline.cm-sintra.pt/details?id=11525>



Fig. 134 - Vista parcial do Convento de Santa Cruz da Serra de Sintra

Fonte: ©<http://arquivoonline.cm-sintra.pt/details?id=11523>

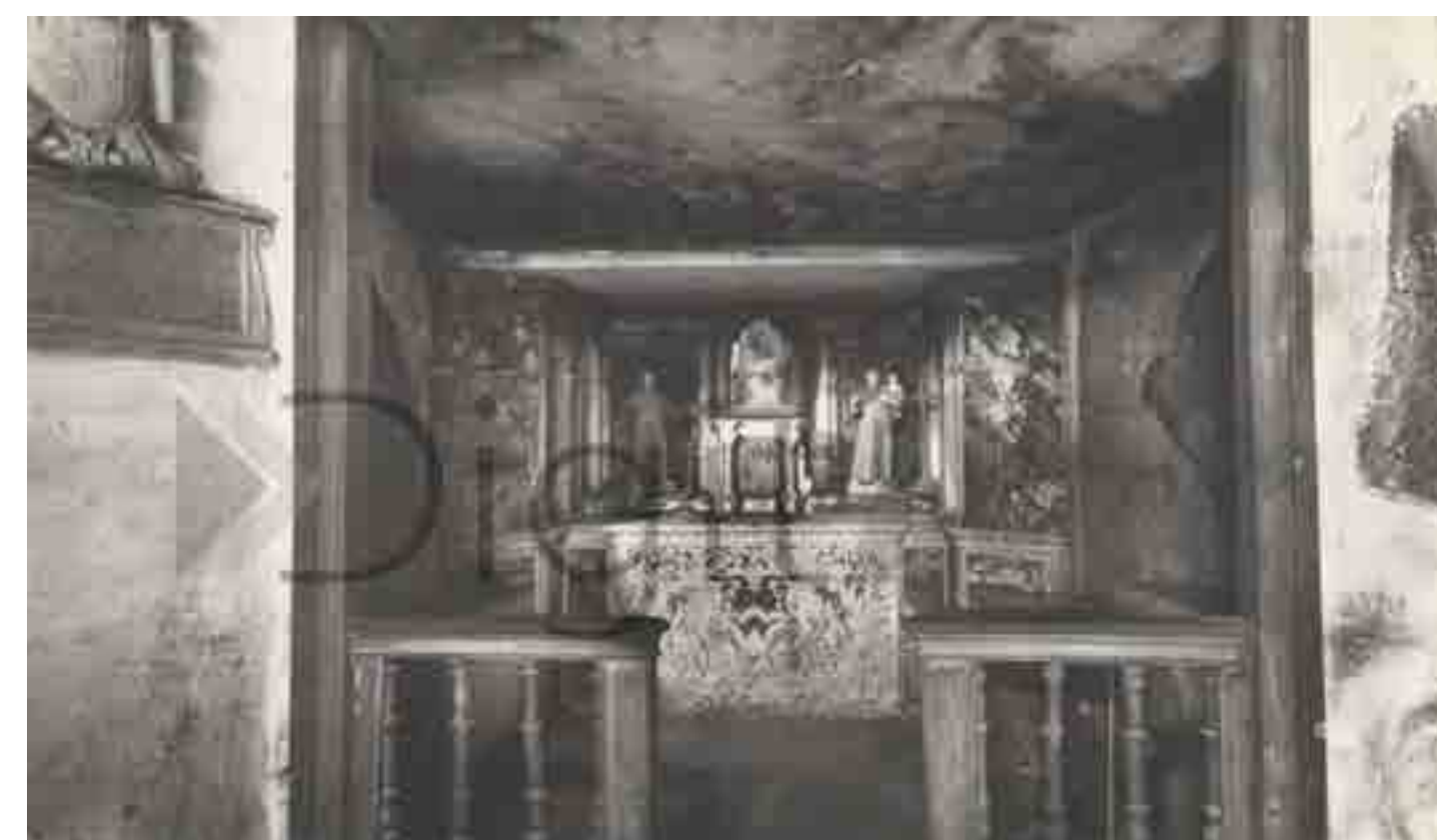


Fig. 136 - Altar e balaustrada da igreja do convento de Santa Cruz da Serra de Sintra

Fonte: ©<http://arquivoonline.cm-sintra.pt/details?id=11526>

